

ALMIR DINIZ DE CARVALHO JUNIOR

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

DO ÍNDIO IMAGINADO AO ÍNDIO INEXISTENTE

*(A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO ÍNDIO NA VIAGEM FILOSÓFICA DE
ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA)*



Almir Diniz de Carvalho Junior

*Unicamp - Campinas
2000*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ALMIR DINIZ DE CARVALHO JUNIOR

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

DO ÍNDIO IMAGINADO AO ÍNDIO INEXISTENTE

**(A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO ÍNDIO NA VIAGEM FILOSÓFICA DE
ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA)**

*Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas para o obtenção do título de
mestre em História sob a orientação
do Prof. Dr. John Manuel Monteiro.*

Este exemplar corresponde à redação final
da dissertação defendida e aprovada pela
comissão julgadora em 08/02/2000.

Banca:

Prof. Dr. John Manuel Monteiro (orientador).

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes.

Prof.ª Dr.ª Beatriz Perrone-Moisés.

Campinas - SP
2000

UNIDADE B.C
N.º CHAMADA: 278100
V. Ex
TOMBO BC/ 40777
PREC. 278100
C D
PREÇO \$11,00
DATA 3/10/3/00
N.º CPD

CM-00138942-2

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C253d **Carvalho Junior, Almir Diniz de**
Do índio imaginado ao índio inexistente : a construção da
imagem do índio na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues
Ferreira / Almir Diniz de Carvalho Junior. -- Campinas, SP :
[s.n.], 2000.

Orientador: John Manuel Monteiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822. 2. Índios da
América do Sul - Amazonas - História. I. Monteiro, John Manuel.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

O problema de se fazer agradecimentos é que normalmente se acaba esquecendo de alguém. Não posso me esquecer primeiramente de agradecer à minha família, principalmente aos meus filhos, aos quais devo desculpas pelas inúmeras vezes que não pude compartilhar momentos importantes. Quero agradecer também aos diversos colegas do meu curso de mestrado pelas sugestões e pelas palavras de incentivo. Agradeço aos meus professores que durante seus cursos me proporcionaram discussões proficuas em sala de aula que me deram base mais sólida para que eu pudesse alçar vôos mais altos. Em particular, agradeço ao meu orientador prof. Dr. John Manuel Monteiro pela paciência em ouvir minhas idéias, pelas indicações e sugestões importantes que me deu e por ter acreditado em minha proposta de trabalho, sempre me incentivando e ajudando no que fosse necessário. Não posso me esquecer também de outro mestre, prof. Dr. Robert Slenes, que me inspirou essa temática e também me incentivou a realizar essa dissertação. Com sua simpatia e erudição, tornou os sinuosos caminhos dessa pesquisa mais claros e amplos. Agradeço a professora Dra. Sílvia Lara por sua seriedade na leitura do meu trabalho de qualificação, me sugerindo mudanças essenciais e me indicando novos caminhos o que enriqueceu bastante minha análise. Agradeço também aos funcionários da Secretaria de pós-graduação do IFCH pela maneira atenciosa que sempre me atenderam em minhas dúvidas e necessidades. Também agradeço aos funcionários da Biblioteca do IFCH e da Biblioteca Central, setor de obras raras e das coleções especiais, pela gentileza e ajuda sempre importantes.

Não poderia deixar de agradecer aos funcionárias e funcionários do setor de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que me possibilitaram acesso à Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, sempre prestativos e simpáticos. Agradeço aos amigos e colegas de trabalho de minha universidade sempre prontos a uma informação e um auxílio importantes, em particular ao Prof. Geraldo Sá Peixoto Pinheiro e Prof. Auxiliomar Silva Ugarte .

Agradeço também a Universidade Federal do Amazonas que me possibilitou a liberação de minhas atribuições funcionais, sem o qual seria impossível realizar esse trabalho. Assim como também estou agradecido à CAPES/CNPQ que, através da bolsa do PICD, me possibilitaram os recursos necessários para a realização desse mestrado. Sou grato também a excelente infra-estrutura que o programa de pós-graduação do IFCH e, em especial, da história, proporcionou através do auxílio à pesquisa de campo, imprescindível para levar adiante minhas pesquisas.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

*Aos meus pais Almir e Aníria, minha raiz de vida.
Aos meus filhos Sacha e André, minha alegria de
viver.*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

. A Obra da Expedição - Uma obra em pedaços.....	01
. Narrativas de Viagem como Gênero.....	12
. Viagem Filosófica - Uma expedição singular.....	19

. Cap. I UM NATURALISTA EM FORMAÇÃO

. O Ambiente Intelectual Lusitano.....	30
. A Formação do Naturalista.....	44
. As Circunstâncias da Viagem Filosófica.....	54

. Cap. II COMPONDO A IMAGEM DOS ÍNDIOS NO COTIDIANO DA EXPEDIÇÃO FILOSÓFICA

. O Funcionário, o Naturalista e o Homem.....	79
. Homem e Natureza nas Ciências Naturais.....	81
. A Imagem do Índio no Cotidiano da Expedição.....	91
. No Madeira, um Conflito Anunciado.....	100
. A Classe dos Mamíferos - O Tapuia.....	106
. Bárbaros Humanizados.....	123

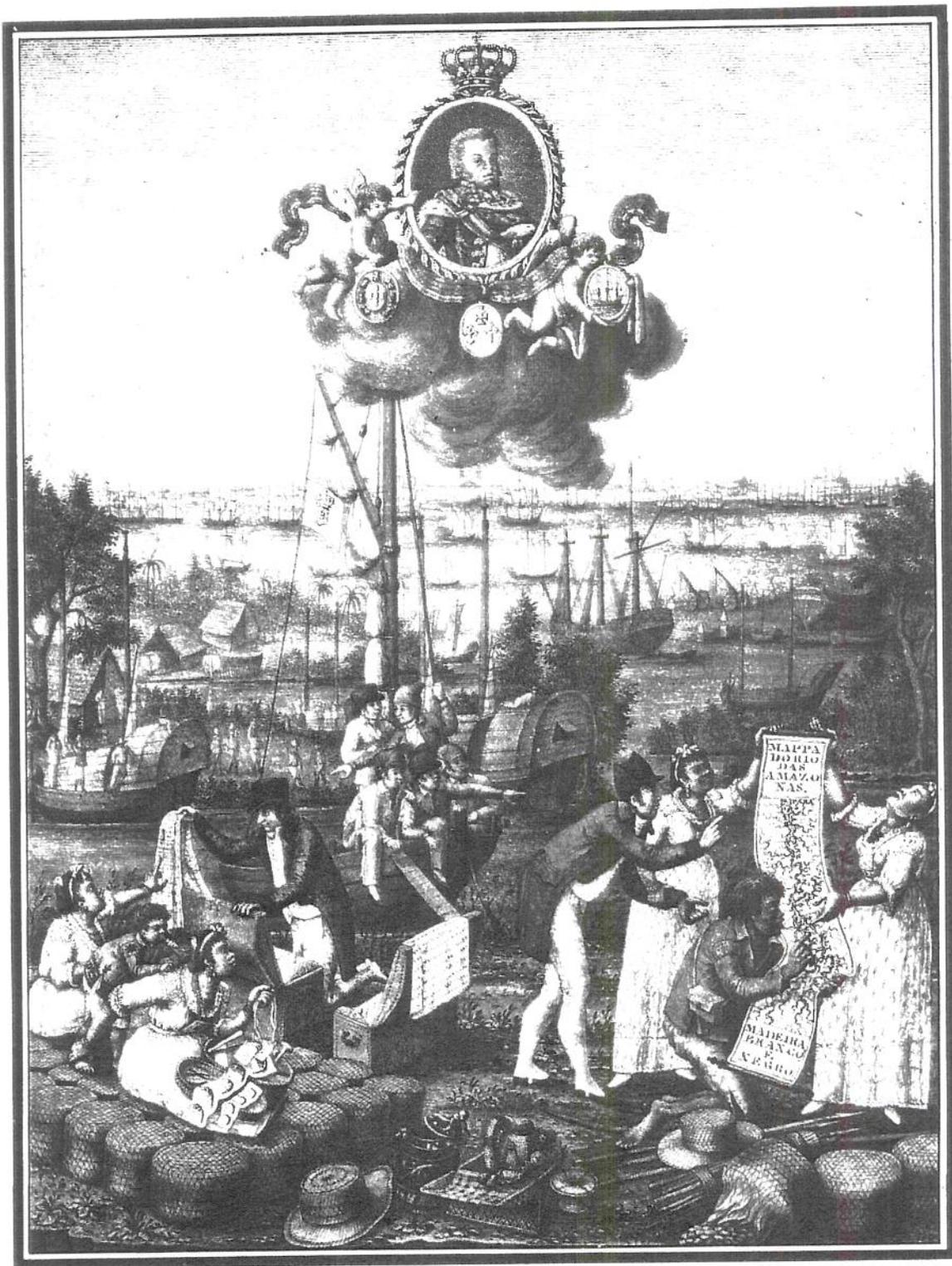
. Cap. III DESENHOS, GRAVURAS E ESTAMPAS - A ICONOGRAFIA DA VIAGEM FILOSÓFICA

. A Iconografia como Fonte.....	128
. A Arte Ilustrada Pombalina.....	133
. Riscadores da Expedição, Funcionários da Coroa.....	138
. Entre Linhas e Formas.....	144
. A Anatomia dos Corpos.....	161
. Ilustrações.....	165

. CONCLUSÃO.....	224
------------------	-----

. ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES.....	232
-------------------------------	-----

. FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	234
------------------------------	-----



FRONTESPICIO ALEGÓRICO DA VIAGEM FILÓSÓFICA, NO QUAL SUPOSTAMENTE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, APONTA O MAPA DO RIO DAS AMAZONAS, MADEIRA, BRANCO E NEGRO (LIVRO B.N.21.1.0)

INTRODUÇÃO

A OBRA DA EXPEDIÇÃO - UMA OBRA EM PEDAÇOS

Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista baiano formado pela Universidade de Coimbra, percorreu a região da qual hoje fazem parte os Estados do Pará, do Amazonas e parte do Mato Grosso, nas décadas finais do século XVIII. Entre 1783 e 1792, esse naturalista acompanhado de dois desenhistas e um jardineiro botânico enveredou pelos rios e florestas pouco conhecidas penetrando os interiores dessa então colônia portuguesa. Deparou-se com uma realidade singular e múltipla que tentou ordenar a partir dos parâmetros de conceitos e modelos de sistematização que trazia dos ares de Coimbra. Assim como o naturalista, José Joaquim Freire, Joaquim José Codina (riscadores) e o jardineiro botânico Agostinho do Cabo também empreenderam uma leitura desse universo múltiplo. Através dos textos do naturalista e da iconografia produzida pelos dois riscadores foi se constituindo a obra da expedição, que passou para a posteridade inconclusa, em pedaços. Um dos fragmentos mais significativos dessa obra corresponde a imagem que o leitor, inadvertidamente, acabou de folhear. Trata-se do “frontispício alegórico” que iria figurar como introdutório à obra. Também aqui esse frontispício introduz uma discussão.

Preocupados em analisar na obra da expedição a construção da imagem dos índios, tomamos de empréstimo essa alegoria pretendendo demonstrar que tanto o documento escrito quanto o documento iconográfico oferecem ao pesquisador um universo múltiplo de nuances que podem ser lidos com o objetivo de desvendar as mensagens que foram veiculadas nos enredos forjados nesses suportes documentais. Esse universo de nuances contido nesta obra, que permite perceber mensagens explícitas e implícitas, será investigado na tentativa de responder a algumas questões que, ao longo do texto, iremos assinalar.

Olhando com atenção para o “frontispício alegórico”, pode-se conduzir esse olhar por um grande número de imagens que, a primeira vista, compõe-se de desenhos cujos significados dificilmente seriam lidos da forma que o autor do desenho e o naturalista que gerenciou sua produção pretenderiam que fosse. Isto pode ser uma vantagem e uma desvantagem.

Passemos a alegoria. Através dos olhos de um presumível espectador curioso, embora sem muitas pretensões analíticas, percebe-se que este desenho representa homens, mulheres, crianças, jovens, barcos, algumas casas e, ao que parece, mercadorias tudo isto inserido, também ao que parece, no espaço de um porto. Algo insólito também chamaria atenção desse presumível olhar curioso: pairando sobre o mastro de um dos barcos e sustentados por uma nuvem estão dois anjos rechonchudos que ladeiam a imagem de um busto com paramentos nobres e um ar de dignidade laureado por uma coroa colocada acima do círculo em que está inserida sua imagem. Se esse olhar curioso, embora desprezioso, tivesse um pouco mais de perspicácia notaria ainda três brasões dispostos no entorno da figura coroada da nuvem. Poderia perceber ainda a forma através da qual são representados esses homens e mulheres, os jovens e as crianças. Notaria então diferenças de gestos, vestimentas etc. . Enfim, notaria *expressividade*.¹

Se por aí parasse o olhar desse pretense leitor, na análise do que chamamos de “conteúdo temático primário” do frontispício, quando muito despreendendo-se dos objetos e suas relações, para a percepção das qualidades expressivas das imagens, certamente esse leitor frustraria as expectativas dos produtores dessa alegoria. De outra forma, se o desejo desse pretense leitor fosse o de compreender o significado desse conjunto de imagens e o significado dele está introduzindo uma pretensa obra, a frustração também poderia ser sua. Nesse sentido, o desconhecimento desse significado seria com toda certeza uma *desvantagem*.

¹ Aqui estamos utilizando um método de análise iconográfica proposto por Erwin Panofsky no seu livro *Estudos de Iconologia - temas humanísticos na arte do renascimento*, Lisboa: Estampa, 1995. Tal método se compõe de algumas etapas interpretativas: para cada objeto a ser interpretado o autor faz corresponder um ato interpretativo, uma bagagem interpretativa e um princípio controlador da interpretação. As fases de interpretação são : a descrição pré-iconográfica, a análise iconográfica e a interpretação iconográfica. Para a primeira fase corresponde a interpretação o conteúdo primário do objeto dividido em conteúdo *fatual e expressivo*; à segunda fase, corresponde ao conteúdo temático secundário ou convencional -

Imaginemos, no entanto, que o nosso pretense leitor de imagens traga consigo uma bagagem de conhecimentos que lhe permitissem compreender alguns conceitos, fazendo com que sua análise fosse além da “forma” dessas imagens como portadoras de significados primários, ou seja, fosse além dos *motivos artísticos*. Suponhamos que ele conseguisse estabelecer relações entre esses *motivos artísticos* com temas ou conceitos. Dessa forma, ele os estaria compreendendo como portadores de significados, ainda que convencionais. Em outras palavras, ao estabelecer as relações entre os motivos artísticos e seus significados que estão além das formas, ou seja, além do significado primário, somente então nosso pretense leitor de imagens leria realmente “imagens”. Por outro lado, também só então estaríamos no campo da análise iconográfica. A combinação dessas imagens ou motivos artísticos portadores de significados secundários, poder-se-ia chamar finalmente de *alegorias*.

Através das alegorias ou mesmo imagens se manifestam temas e conceitos que vão além do conteúdo primário, dos motivos artísticos. Não são apenas homens, mulheres, jovens e crianças com vestimentas distintas e estranhas que estão presentes no nosso frontispício alegórico, tão pouco uma insólita nuvem . Temos mais, muito mais. Diante de um leitor atento, leitor dos aspectos secundários dessas imagens, estaria o resumo do significado da “Viagem Filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira. Resumo evidentemente forjado pelo naturalista através do ilustrador. Por outro lado, o fato desse resumo está representado na forma de uma alegoria também tem o seu significado.

Assim como o simbolismo , a alegoria parte do princípio que o significado está presente no significante que “*a transcendência do significado se torna presente na imanência do significante*”.² Por outro lado, no caso da alegoria, a relação entre significado e significante é menos profunda. A alegoria é entendida como um procedimento didático que facilitaria a transmissão visualizada de uma idéia. A alegoria, por outro lado, ao representar algo, representa-o buscando transmitir um sentido que está além dela própria, muito embora, ao contrário do símbolo, ela o faça através da

constituindo-se do mundo das imagens, histórias e alegorias; a terceira e última fase corresponde ao conteúdo intrínseco que constitui o mundo dos valores simbólicos (Panofsky, 1995: pp. 19-37).

² Pedro Calafate, *A Idéia de Natureza no século XVIII em Portugal (1740 -1800)*, Lisboa: 1994, p. 91.

representação visível e figurativa da relação entre duas idéias ou mais. Dessa forma, como lembra Calafate “A alegoria é, assim, mais ‘simples’, feita de semelhanças e relações imediatas: ao contrário do simbolismo metafísico, a alegoria não é expressão de uma ‘participação ontológica’, daí que nos diga Umberto Eco ser o simbolismo ‘mais filosófico’ e a alegoria ‘mais popular’”³.

Popular sim, e didática. O naturalista ao encomendar esse frontispício tinha uma intenção. Pretendia transmitir uma idéia. Pretendia se comunicar com um público leitor que, imaginava, leria sua obra. O que não aconteceu, como veremos adiante. Voltemos ao já não tão enigmático frontispício alegórico.

Ao se ter conhecimento do itinerário seguido por Rodrigues Ferreira e de outras informações sobre sua expedição, é possível assegurar, com boa margem de certeza, que essa narrativa imagética representa o naturalista no então estado do Grão-Pará e Maranhão talvez no início de sua expedição. Não estamos aqui buscando um tempo específico, tão pouco um lugar único. O que se representa é a idéia, o sentido da expedição. Podemos dividir essa alegoria em quatro conjuntos de imagens que se relacionam, localizadas a direita, a esquerda, ao centro e ao alto do frontispício. A direita temos a representação de um homem bem vestido, com casaca, entre duas mulheres que segurando um mapa onde se pode ler numa das extremidades “mapa do rio das Amazonas” e na outra “Madeira, Branco e Negro”, possibilitam a leitura do mesmo feita pelo homem de casaca que se inclina e aponta um lugar no mapa, provavelmente o Pará, da mesma forma que possibilitam a leitura do mapa por um outro homem que está agachado apontando outro lugar. Este segundo homem veste-se com roupas simples e suas feições também são distintas da do homem de casaca. A esquerda, outro homem também de casaca retira de um dos dois baús que tem a sua frente uma peça de tecido que mostra para uma das duas mulheres que está na sua proximidade; uma delas examina alguns objetos no seu colo tendo uma criança brincando as suas costas. Ao centro vemos um grupo de jovens sentados na proa de uma embarcação que trás uma bandeira do reino português fincada na sua popa. Em número de cinco, vestem-se de forma simples, provavelmente representem marinheiros. Dois deles apontam, cada um para uma das duas

³ Calafate, *A Idéia de Natureza no século XVIII em Portugal*, 1994, p. 91.

cenar descritas a direita e a esquerda. Ainda ao centro, num segundo plano, é possível se visualizar duas embarcações encoradas com pessoas ora descansando, ora carregando mercadorias. No terceiro plano pode-se ver casas, outras embarcações e a direita, ao que parece, um estaleiro. No quarto e último plano, diversos barcos navegando e ao fundo, pouco nítido, se pode perceber com um certo esforço os contornos de uma cidade.

Já que invadimos essa análise, talvez nosso imaginário e despretenso leitor se sinta um pouco frustrado. Talvez esperasse mais de nós. Afinal, até agora não passamos de uma análise *temática primária*, apenas destacando as qualidades expressivas, ou seja, estamos ainda no campo de análise dos motivos artísticos. Cabe destacar ao nosso possível frustrado leitor que a identificação correta desses motivos é condição prévia para se implementar uma análise mais profunda.

Mas, enquanto fazíamos esse parêntese, deixamos de lado a tal figura insólita que paira sobre todas as imagens, dando inclusive sentido a todas elas, como veremos. Começamos então nossa análise da relação entre os motivos artísticos e os temas e os conceitos a partir desse conjunto de imagens. A figura coroada e ladeada por dois anjos é sem sombra de dúvidas a figura do então príncipe regente D. João VI de Portugal que paira sobre toda a empresa. Assume dessa forma seu ar de realeza, algo divina, já que ladeado por anjos. Estamos diante da onipotência da figura do representante maior do reino que controla toda a cena.

Ousemos mais. A alegoria representa, como dito, a “Viagem Filosófica”. Ela tem um sentido didático que para nós, infelizmente, não se revela tão simples, visto que não compartilhados do universo simbólico que o naturalista e seus pretensos leitores contemporâneos compartilhavam. Por isso, o recurso a todo esse instrumental analítico. Mas queremos mais. Como assinalamos no início, o fato de não poder num primeiro momento ser lido da forma que seus produtores imaginaram tem suas vantagens e desvantagens. Já destacamos as desvantagens - não se perceber direta e claramente a mensagem. Aqui vai a vantagem - se buscar perceber além da mensagem.

Vamos portanto à mensagem didaticamente veiculada. A “Viagem Filosófica”, uma empresa da Coroa portuguesa, está nitidamente sendo representada através de duas de suas principais características. Uma, demonstra o sentido que era o de tomar

conhecimento de uma forma mais aprofundada, já nos moldes dos parâmetros de uma história natural, dessa parte do reino através do naturalista que, por intermédio dos mapas, penetra essas posses ainda pouco conhecidas. Claramente temos a figura do cientista que a serviço do reino tenta efetivamente “tomar posse” dessas terras. Outra, demonstra o lado mercantil da expedição, o lado pragmático (referente ao segundo conjunto de imagens dispostos a esquerda). A troca de mercadorias da corte por produtos produzidos na colônia está representada. O comerciante oferece produtos que traz da Corte para mulheres ansiosas. Dois sentidos da “Viagem Filosófica” - o sentido científico e o comercial. Ambos os sentidos, por outro lado, vinculados aos interesses da Coroa que é representada pela figura do príncipe regente. Está dada a possível mensagem.

Mas ao tentarmos ir além dessa mensagem didaticamente veiculada, teremos que buscar os sintomas de ‘outra coisa’. Teremos que penetrar nos valores simbólicos que, muitas vezes, foram ignorados pelo próprio artista, sendo diferentes do que ele pretendia exprimir. Desta forma, estaríamos efetuando uma análise iconográfica no seu sentido mais profundo, como bem destacado por Erwin Panofsky ⁴. Esse sentido mais profundo, no entanto, só pode ser percebido se tivermos conhecimento do que leram e viveram os autores dessa imagens. No nosso caso, para que ultrapassemos a mensagem contida na alegoria, parodiando Panofsky, *é necessário termos conhecimento das condições históricas sob as quais esses objetos e essas ações foram expressas*. Em outras palavras, a de se ter percorrido todo o processo da “Viagem Filosófica”, sua organização , seus conflitos, seus infortúnios etc. , para ler com olhos mais atentos essa alegoria.

Nosso “leitor de imagens desprezioso” talvez agora tenha a sensação de ter sido ludibriado. O leitor imaginário poderia estar pensando que finalmente havia tomado posse de todos os mistérios daquela alegoria. Agora descobre que vai ter que percorrer um caminho mais tortuoso. Se encararmos uma imagem iconográfica tão significativa como esta como documento histórico, mais ainda, como “monumento” histórico, teremos que buscar nela todos os indícios e nuances do que representa e do que deixa de representar. Ela tem de ser encarada como uma verdadeiro depósito de questões.

⁴ Panofsky, *Estudos de Iconologia*, 1995.

Queremos neste momento apresentar este frontispício alegórico como documento/monumento de um significado impar dentre os outros que serão trabalhados aqui. Afinal, ele seria o documento introdutório de uma obra que não foi editada, muito embora todas as características desse documento indiquem uma intenção clara de publicação. A edição dessa obra tornou-se um projeto longamente perseguido pelo naturalista que, já em Portugal, de volta da expedição, pretendeu colocar em prática. Uma luta inglória. Restou a “obra em pedaços”, para o historiador repleta de possibilidades e revelações.

O primeiro aspecto que possibilitaria revelar questões sobre o significado que o naturalista consciente e inconscientemente deixou transparecer é a presença das mulheres nesta alegoria. Elas estendem o mapa para o naturalista, elas compram ou avaliam as mercadorias do comerciante. São, enfim, as interlocutoras da expedição. Haja vista que a exceção dos jovens marinheiros, o único homem nativo que aparece na cena é o homem agachado que perscruta o mapa e que, a primeira vista, parece representar um índio doméstico, talvez a serviço do próprio naturalista. O homem nativo, a exceção desse, é inexistente (pelo menos, no primeiro plano da cena), mais ainda, o índio tido como “selvagem” também o é. O índio transmutado na figura do “doméstico” aparece unicamente como colaborador do naturalista, não como interlocutor. Sobretudo, no que diz respeito ao conjunto de imagens que representa o comércio. Qual a questão que se revela? Esta alegoria pretenderia associar a figura da colônia à figura feminina? Então, qual o significado dessa associação? A inexistência dos índios, a não ser na situação secundária do índio doméstico e colaborador, o que poderia querer revelar ?

Um documento, tantas questões. Voltaremos a elas no momento oportuno. Cabe agora, muito mais, analisar o significado desse documento na qualidade de resumo da expedição. Analisar o significado desse ocultamento revelado no enredo de sua narrativa. Finalmente, a partir daí, abrir possibilidades para, em contado com outros documentos da expedição perceber como foram sendo forjados novos enredos para dar conta do significado dessa expedição e, relativa a problemática que elegemos, como esses enredos foram construindo a imagem dos índios.

O fato do frontispício alegórico ter construído um enredo em que oculta mais do que revela, ele oferece no seu ocultamento a possibilidade de se perceber a tentativa de construir um discurso coerente, “imperial”. No frontispício, as várias matizes e a complexidade de nuances que a construção da imagem do índio durante a expedição produziu são chapadas, tal qual o preto e branco do nanquim que foi usado pelo ilustrador na confecção da imagem. Na busca dessas nuances ocultas que o processo de construção da imagem dos índios revelaram, essa análise, que relaciona iconografia às fontes escritas, sai à caça dos conflitos, desacertos e desacordos diversos que indicam desequilíbrios refletidos nas imagens forjadas pelos textos e pela iconografia.

Essa busca da construção das imagens dos índios nos obriga a uma incursão pelo mundo do imaginário e das representações do real - terreno movediço na maioria das vezes mas, ao mesmo tempo, extremamente profícuo. Como nos faz lembrar Mary Louise Pratt⁵ autora que consideramos como uma das nossas principais interlocutoras, a história se direciona tanto pela maneira como as pessoas imaginam que as coisas são, como pela maneira que as coisas realmente podem ser. A autora - que na obra destacada também examina relatos de viagens (muito embora trabalhe com um universo bem mais amplo que o nosso, analisando vários casos)- ela acredita que o “olhar do império” foi produtor e agente responsável pela construção de visões de mundo. Essas visões de mundo acabavam por interferir, através dos conceitos, preconceitos e noções que implementava, na maneira com que esses viajantes orientavam seu olhar na busca de informações sobre o novo mundo (no caso que ela pesquisa: na América e na África). Para a autora, através desses relatos de viagem houve a introdução de um novo “sentido imperial”.

A alegoria que aos poucos vai perdendo seus mistérios poderia certamente ser lida através dessas lentes. Com toda certeza o sentido do império colonial português está lá presente. Não há conflito. Tudo está disposto conforme a ordem de quem paira sobre as nuvens. Por outro lado, a alegoria não se isola do restante da obra. Na relação com os textos e com as outras imagens há o retorno do incômodo “caos” . Voltemos, no momento, a outras considerações de Pratt.

⁵ Mary Louise Pratt, *Os Olhos do Império*, Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 17.

Pratt não considera que os relatos possam ser lidos sem que se tenha em mente uma “multiplicidade de variáveis determinantes da história da construção do sentido imperial”⁶. Acredita a autora que os relatos de viagem necessitam ser abordados de forma dialética e historicizada e para tanto criou alguns conceitos, alguns dos quais tomaremos de empréstimo. No entanto, antes de os explicitarmos, vale destacar que a autora, dentre as várias questões que relaciona e que serão forças motrizes de sua investigação, elabora uma que também para nós se revela essencial, na medida em que compartilhamos da mesma curiosidade: “Os frutos do império, sabemos, foram constantes na elaboração da cultura, história e sociedade doméstica européias. Em que medida as construções européias sobre outros subordinados teriam sido moldadas por esses últimos, através da construção de si próprios e de seu ambiente, tal como eles os apresentaram aos europeus? Poderia o mesmo ser dito de seus modos de representação?”⁷

Na “Viagem Filosófica” que vamos investigar, embora os modos de representação consistam somente, para efeito dessa pesquisa, dos modos de representação dos “colonizadores”, para ser mais específico, do naturalista e de seus assistentes, essas representações foram sendo compostas, em sua maioria, no dia-a-dia da expedição, na colônia, no espaço da alteridade. Vale então reformularmos a questão de Pratt para nossos interesses: Em que medida o contato entre dois mundos realizado através da experiência profunda de uma expedição que durou nove anos interferiu na construção da imagem dos índios? Qual o sentido das mudanças nas formas de representação dos índios nos textos e na iconografia que aconteceram em função desse influxo nativo?

A “construção colonial do significado”, expressão utilizada por Mary , revela-se dinâmica, interativa, complexa. Isso ocorre na medida em que esses significados foram construídos num espaço intermediário, num espaço relacional. Pratt, tentando dar conta desse espaço, forja um conceito bastante interessante, qual seja, o de “zona de contato”. Refere-se com esse conceito ao que ela chamou de “espaço de encontros coloniais” - neste espaço entrariam em contato pessoas geográfica e historicamente separadas estabelecendo relações contínuas geralmente assimétricas e coercitivas. A autora tomou de

⁶ Pratt, *Idem*, p. 28.

⁷ Pratt, *Os Olhos do Império*, p. 31.

empréstimo o termo “contato” da lingüística, quando esta usa a expressão “linguagem de contato” para dar conta do estudo de linguagens improvisadas entre locutores de diferentes línguas nativas. A autora também considera o conceito como substituto do conceito de “fronteira colonial” na medida em que este último termo baseia-se unicamente numa perspectiva do expansionismo europeu. Complementando considera que: (...)“zona de contato é uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por discontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam. Ao utilizar o termo ‘contato’, procuro enfatizar as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difundidos de conquista e dominação. Uma ‘perspectiva de contato’ põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e ‘visitados’ não em termos da separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, freqüentemente dentro de relações assimétricas de poder”.⁸

Pode-se perceber o quanto esse conceito se mostra interessante para a proposta dessa reflexão. A dimensão relacional que a autora resgata ao analisar a constituição dos sujeitos é de extrema importância já que acreditamos que a construção das imagens dos índios ao longo da expedição foi produto também dessa mesma dimensão relacional. Se no frontispício alegórico somos levados a ler uma mensagem ao gosto do “olhar imperial”, na associação entre as diversas imagens textuais e iconográficas, revela-se uma profusão de contradições que nos faz ver uma transformação em curso, fruto dessas relações cotidianas. Muito embora, o peso dos referenciais intelectuais e artísticos sejam a tônica principal, o modelo de percepção foi readaptado ao sabor dessas interações.

Sabemos que a descoberta da alteridade que a sociedade europeia deu início através do contato com “outro mundo” deve ser encarada levando-se em consideração os limites impostos por seu imaginário. O reconhecimento da diferença foi longo, complexo e incompleto. Ao traduzir o novo, surgiam as limitações do já dado, tornando opaca a novidade. Modelos estabelecidos imprimiam à diferença a aparência de igualdade. O

⁸ Pratt, *Os Olhos do Império*, p. 32.

desconhecido tornava-se conhecido do modo que era possível conhecê-lo. Mas, se a cultura de origem determinou, através da herança intelectual e artística, a maneira de perceber essa diferença - por outro lado, esse processo de percepção pode ser encarado de uma forma mais complexa. Em relação a essa questão, concordamos com Karen Lisboa que, também refletindo sobre viajantes (no caso dela Martius e Spix), acredita que se deve evitar a perspectiva ingênua da “teoria causal da pré-formação”. Acredita, de outro modo que (...) “a ‘alteridade’ é concebida como um objeto de percepção intercultural, de modo que a apreensão desses fenômenos pelo visitante pode significar a transformação do ‘estranho’ em ‘conhecido’, ampliando o seu horizonte de percepção e fornecendo assim elementos para reflexões inéditas à cultura de origem”⁹. Assim, ao reconhecer o diferente como um igual o visitante, no nosso caso o naturalista, pode ter imprimido a essa percepção os reflexos desse contato intercultural.

A ordem que o frontispício nos faz crer existir é traída pelo que oculta. O “índio” não tem lugar na cena. Nos textos e na iconografia produzidos pela expedição por diversas vezes, em contrapartida, ele é objeto principal. O frontispício foi produzido já por volta do início do século XIX¹⁰, algum tempo depois da expedição que durou de 1783 até 1792. Em outras palavras, o frontispício, ao contrário de muitas outras ilustrações, tinha uma função bastante específica que era a de tornar pública a tal expedição. Assim como outras ilustrações feitas nesses mesmos moldes, o frontispício foi produzido para a edição da obra. Não foi produzido na viagem. É resultado da leitura possível feita de uma viagem que se tornaria pública. Neste sentido, ao divulgar a ordem, oculta a desordem. A “obra em pedaços”, a obra não editada de Rodrigues Ferreira, ao contrário, divulga a desordem oculta no frontispício. Desta forma, faz-se necessário remontar os “pedaços” dessa obra para que se possa buscar esse sentido oculto. Antes porém, é preciso relacionar a obra, mesmo em “pedaços”, à tradição das narrativas de viagem.

⁹ Karen Macknow Lisboa, *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817 - 1820)*, São Paulo: Editora HUCITEC / FAPESP, 1997, p. 47.

¹⁰ Ao retornar a Portugal e ao assumir o cargo de Vice Diretor do Real Gabinete de História Natural, Ferreira se dedicou ao serviço burocrático, mas não desistiu de tentar a edição da obra. Já nos primeiros anos do século XIX, Rodrigues Ferreira contratou um ilustrador para a edição da obra e que, é quase certo, foi o artista que produziu o frontispício.

NARRATIVAS DE VIAGEM COMO GÊNERO

Não é possível compreender as narrativas de viagem compostas durante o século XVIII sem vinculá-las intimamente às mudanças na forma de compreender e dar sentido à natureza que estava se processando no pensamento filosófico europeu iluminista. Essas mudanças (que vamos tratar mais detidamente no primeiro capítulo) ao terem imposto um novo direcionamento à abordagem da natureza através de empresas científicas, geraram também a necessidade desse conhecimento ser veiculado na esfera pública. Como lembra Pratt, essas empresas científicas envolviam suportes lingüísticos - formas de escrita, de publicação, de fala e de leitura que criavam e sustentavam o valor dos argumentos que defendiam.¹¹ Tratados que envolviam descrições especializadas usando nomenclaturas e taxinomias, juntamente com relatos na forma jornalística e narrativas de viagem, esses suportes comunicativos tornaram-se mediadores entre a ciência e o público, verdadeiros agentes da legitimação da autoridade científica e do projeto global que tinha como interesse ordenar o “caos” da natureza.

Para Pratt, por outro lado, não se pode pensar sobre os relatos produzidos durante o século XVIII como tendo uma característica única. Uma verdadeira mudança nos paradigmas do discurso dos viajantes estava tendo lugar a partir da segunda metade do século XVIII. Distanciavam-se muito, por exemplo, do tipo de relato produzido por La Condamine e outros viajantes do início daquele século. Diferente das viagens de reconhecimento e de descoberta, as expedições da segunda metade do século XVIII, baseadas numa crescente sistematização da natureza, segundo Pratt, seguiam por outros caminhos:

“A história natural mapeia não a estreita faixa de uma determinada rota, não as linhas onde terra e água se encontram, mas os ‘conteúdos’ internos daquelas massas de terra e água cuja extensão constitui a superfície do planeta. Estes vastos conteúdos seriam conhecidos não por meio de linhas finas sobre um papel

¹¹ Pratt, *Os olhos do Império*, p.63.

em branco, mas por representações verbais que por sua vez são condensadas em nomenclaturas ou por meio de grades rotuladas nas quais as entidades são inseridas”.¹²

Ligado a essa necessidade de penetrar os interiores estava a busca de recursos comercialmente exploráveis. Não estava mais em vista explorar o novo, mas naturalizá-lo, torná-lo reconhecido. Desta forma, a história natural enquanto um processo de pensamento, rompeu as redes tradicionais de relações materiais entre pessoas, plantas e animais. Ao nomear o mundo, a história natural passou a transforma-lo, pois extraía do mundo seus elementos e recolocava-os numa nova estrutura de conhecimento, valorizados enquanto distanciado do seu conteúdo original que, pela sua perspectiva, era considerado caótico. Uma ordem europeia finita e totalizante que, na perspectiva de Mary Pratt, se constituía como uma nova consciência planetária, desenraizou e recolocou nos seus quadros esses elementos do mundo. Esse verdadeiro projeto da história natural como todas as suas implicações, para Pratt, determinou vários tipos de práticas semânticas e sociais, dentre as quais, incluídos entre as mais vitais, estavam a viagem e o relato de viagem.

Mary Louise Pratt, nesta obra já citada, busca compreender como a história natural, como visto, forneceu meios para a narração de viagens internas e de exploração, viagens essas que tinham por intuito a vigilância territorial, a apropriação de recursos e o controle administrativo. Trabalhando com quatro livros de viagens de europeus do norte sobre suas expedições à África meridional, mais especificamente a região do Cabo da Boa Esperança, publicados durante o século XVIII e no início do século XIX, Mary Louise busca demonstrar como essas quatro obras ilustram o impacto discursivo que o desenvolvimento da história natural teve sobre os relatos de viagens, que, como já assinalamos, implicaram inclusive numa transformação discursiva. Pratt acredita que um dos grandes divisores dessas formas narrativas foi a influência da obra de Lineu e de sua perspectiva classificatória.¹³

¹² Pratt, p. 64

¹³ Mary Louise Pratt destaca as seguintes obras como base de sua análise: *A situação atual do Cabo da Boa Esperança*, Alemanha, 1719, de Peter Kolb; *Viagem ao Cabo da Boa Esperança*, Suécia, 1775, de

Pratt ao implementar sua análise, assinalando a existência de um gênero específico no que se refere às narrativas de viagem, destacando ainda a influência decisiva do desenvolvimento da história natural sobre essas narrativas, nos oferece um rico parâmetro de comparação para que possamos pensar onde se poderia enquadrar a obra em pedaços de Rodrigues Ferreira. Mais ainda, nos oferece a possibilidade de verificarmos se Ferreira ao produzir os seus relatos, compactuava com tal ou qual modelo narrativo.

É reconfortante imaginar que ao nos aventurarmos num estudo como esse, de uma obra fruto de uma viagem específica, única, possamos ter no horizonte um porto seguro que nos permita apoiar nossas impressões, utilizando a comparação. Mesmo que as obras estudadas por Pratt sejam fruto de viagens a uma região distinta da nossa é importante lembrar que durante o século XVIII a Europa não era tão grande assim e que as idéias fluíam com relativa facilidade através de universidades, academias e do mercado editorial de então, como veremos. Neste sentido, é perfeitamente lícito e até necessário que reflitamos sobre esses paradigmas narrativos e sua influência sobre essa obra em pedaços que, aos poucos, tentamos reconstituir o sentido. Em contrapartida, é também importante atentarmos para a forma com que essas padrões foram utilizados, modificados ou mesmo ignorados em parte ao estudarmos uma tão singular expedição.

Pratt lembra que a era das viagens científicas está associada às expedições de Cook, Bougainville e demais expedicionários aos mares do sul. Em tais expedições, se estabeleceu os parâmetros para o relato de uma viagem científica. Em contrapartida, Mary acredita que tais expedições também marcaram o fim do que ela chama de fase das navegações de exploração européia. Enquanto Cook, por exemplo, descobria e mapeava o último continente não cartografado - Austrália, preparava também o cenário para um novo tipo de exploração, a exploração de terra firme.

Cabe agora rapidamente retomarmos a obra que nos propomos estudar - os relatos da Viagem Filosófica de Rodrigues Ferreira, para lembrarmos que, embora Mary Pratt proponha estabelecer um parâmetro geral a partir do qual vai enquadrar os diversos relatos que estuda, ao pensar uma mudança radical na forma de exploração, instalando

Anders Sparrman ; *Voyages in the Land of The Hottentots and the Kaffirs* (Viagem na terra dos Hotentotes e dos Cafres), Grã - Bretanha, 1789, William Paterson e *Travels into the Interior of Southern Africa* (Viagens ao Interior da África meridional) , Grã-Bretanha, 1801, de John Barrow.

como divisor de águas a viagem de Cook, a autora generaliza um processo que nos parece mais complexo. Olhando de perto as circunstâncias que envolveram a Viagem Filosófica de Rodrigues Ferreira e o tipo de exploração que acontecia na Amazônia colonial, percebe-se, como veremos adiante, uma situação bastante específica. A tradição de penetração no interior da Amazônia já havia se instalado mesmo antes das grandes viagens de Cook. A região, já havia muito, não era uma incógnita, por uma série de circunstâncias específicas que adiante analisaremos.

Apesar dessa ressalva, o modelo que Mary Pratt propõe para se analisar as narrativas de viagem como um gênero específico é bastante salutar e revela certas nuances de possível comparação, o que nos possibilita pensar a Viagem Filosófica como fazendo parte de um quadro mais amplo.

Dos relatos que estuda, a obra de Peter Kolb *A situação atual do Cabo da Boa Esperança*, publicada em 1719 e tendo tido diversas edições e traduções - traduzido para o holandês (1721), para o inglês (1731) e para o francês (1741) -, esta obra é uma das mais interessantes ao tentarmos enquadrar a obra de Ferreira num desses parâmetros narrativos que Pratt procura estabelecer. Muito embora a autora considere essa obra como exemplo de uma narrativa ainda distante do que posteriormente irá chamar de relato científico, em outras palavras, uma obra anterior ao que ela indica como paradigmas narrativos para as viagens de exploração no interior - podemos encontrar diversos pontos em comum entre trechos que a autora destaca dessa obra e a maneira com que Ferreira narra a sua expedição. Isto significaria que Ferreira ao produzir sua obra ainda estava longe de utilizar os parâmetros narrativos da segunda metade do século XVIII ? Será então que a obra de Ferreira não pode ser considerada como um relato científico, nos moldes então estabelecidos? A resposta para essas questões é, certamente, não. Para que possamos entender as semelhanças pontuais existentes entre essas duas obras é importante que compreendamos a maneira através da qual se deu a formação intelectual de Rodrigues Ferreira e a forma bastante específica em que se deu a expedição Filosófica da qual foi o protagonista e o relator principal.

Certamente, Ferreira ao construir sua narrativa já seguia o modelo de Lineu de classificar a natureza. Por outro lado, não é possível mais encontrar em seus relatos certas

convenções narrativas em que a viagem é contada como uma história de sobrevivência, destacando as intempéries, as doenças e os ataques de inimigos. Em contrapartida, tais episódios, embora não tenham lugar destacado no corpo do texto que provavelmente seria editado, não deixam de existir, por exemplo, nas cartas que o naturalista enviou às autoridades as quais estava subordinado. Outro aspecto importante a se destacar é que Ferreira imprime em parte de seus relatos e, particularmente, em algumas de suas cartas um tom humanista. Não obstante, esse tom humanista não ser, como veremos, uma constante no seu texto. Ferreira parece empregar em sua narrativa os paradigmas distintos, diferenciados por Pratt. Não parece ser fiel somente a um deles. Ora, a exemplo de Kolb, considera os nativos como seres culturais e essencialmente semelhante aos europeus, ora os considera semelhante aos animais. Na verdade, retomando o que já assinalamos no item anterior, houve uma readaptação dos paradigmas ou modelos de percepção que Ferreira compactuava em função das interações que estabeleceu com os nativos ao longo de sua expedição. Ao analisarmos nos pedaços dessa sua obra as mudanças na construção que faz dos índios, ao que parece, essas mudanças obedeceram a uma lógica ligada a intensidade do contato que estabeleceu com a região e seus habitantes.

Enquadrar os textos de Ferreira em um dos paradigmas elencados por Pratt, ou unicamente em um deles é problemático. A visão humanista o aproxima de Peter Kolb em alguns momentos de sua obra; em outros momentos, a classificação que Lineu deu aos humanos tornou-se o parâmetro essencial através do qual analisou os nativos - desta feita pode ser comparado ao sueco Anders Sparrman, pupilo de Lineu (como destaca Pratt). Sparrman viajou para a África em 1772, depois se juntou a segunda expedição do inglês Cook. Sua obra, publicada em 1783, teve várias edições e traduções diversas.¹⁴

Outro viajante, o coletor botânico William Paterson, através de sua obra *Narrative of four Voyages in the Land of the Hottentots and the Kaffirs* se considerava como pertencente ao um novo tipo de grupo de homens que se distanciavam dos conquistadores e dos viajantes comerciais, considerando-se naturalista. Assim como Sparrman, como

¹⁴ O trabalho de Sparrman *Viagem ao Cabo da Boa Esperança*, foi publicado em 1783, tendo sido traduzido para o alemão em 1784; teve também quatro edições inglesas a partir de 1785 e traduções para o holandês e para o francês em 1787. Ao contrário da obra de Kolb, esta de Sparrman dificilmente poderia ter sido lida por Ferreira que partiu para sua Viagem Filosófica no ano de 1783.

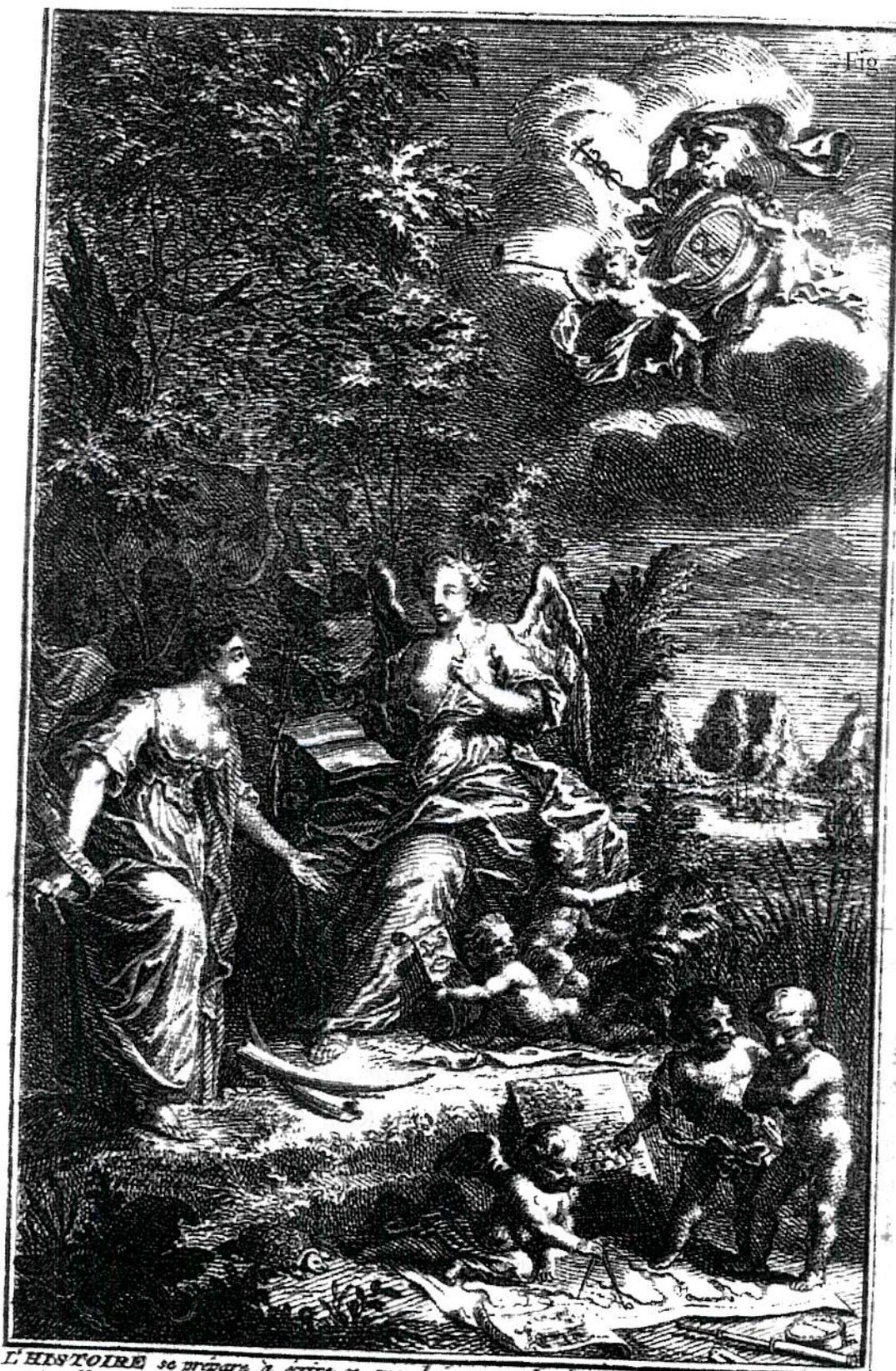
destaca Pratt, Paterson se encontrava distante da literatura anedótica de sobrevivência e do discurso sensacionalista sobre monstros e maravilhas. Esses autores inclusive fundavam sua autoridade no seu distanciamento desse tipo de narrativa. Como veremos, em determinado momento de sua obra, Ferreira age do mesmo modo ao analisar determinados relatos relativos a seres monstruosos.

Em resumo, a obra de Mary Pratt estabelece paradigmas distintos para as formas narrativas implementadas por um grupo de viajantes que percorreu uma mesma região em momentos distintos. Por outro lado, associa essa diferenciação à influência que o modelo de pensamento sobre história natural teve sobre as narrativas escritas por europeus na segunda metade do século XVIII. Dessa forma, esta autora nos possibilita visualizarmos um quadro mais amplo dentro do qual podemos analisar melhor a forma específica com que Alexandre Rodrigues Ferreira produziu seus relatos e, acima de tudo, a forma com que ele percebeu os nativos com que teve contato.

Claro está que a influência da história natural na narrativa de Rodrigues Ferreira foi essencial. Por outro lado, somente se mergulharmos nas especificidades que envolveram sua expedição e sua formação acadêmica poderemos efetivamente compreender até onde este naturalista pode ser enquadrado neste grande modelo narrativo proposto por Pratt. Se o porto nos pode fornecer segurança no horizonte (o enquadramento em um modelo narrativo), somente a viagem vai nos permitir compreender a unidade dessa experiência.

Na próxima página, apresentamos para efeito de comparação, o frontispício da edição francesa de *A situação do Cabo da Boa Esperança* (Description du cap de Bonne-Esperance, Amsterdam, Jean Catuffe, 1741) de Peter Kolb. A legenda diz o seguinte: “A História prepara-se para escrever aquilo que lhe é ensinado pela experiência, que se apresenta a si mesma com sua pedra de toque e sua divisa *Rerum Magistra*. No pano de fundo aparece a Baía do Cabo da Boa Esperança; e sobre uma nuvem, a insígnia da Companhia da Índia Oriental, sustentada pelo deus do Comércio”.¹⁵ Deixo que o leitor faça a possível comparação.

¹⁵ Ilustração e informações em Mary Louise Pratt, *Os Olhos do Império*, 1999, p. 85. As semelhanças entre este frontispício e o de Rodrigues Ferreira indicam que o modelo desse tipo de frontispício era bastante comum na época. Valeria perguntar, no entanto, se Ferreira teve contato com essa obra.



L'HISTOIRE se prépare à écrire ce que lui apprend L'EXPERIENCE, qui se présente à elle avec sa Pierre de touche, & sa Devise Rerum Magistra. On voit dans le lointain, la Baie du Cap de Bonne-Espérance; & sur un nuage, les Armes de la Compagnie des Indes Orientales, soutenues par le Dieu du Commerce.

VIAGEM FILOSÓFICA - UMA EXPEDIÇÃO SINGULAR

Para se entender a Viagem Filosófica de Rodrigues Ferreira, buscando-a como uma unidade distinta, é necessário descrever rapidamente o contexto político, econômico e administrativo em que estava inserida. A Viagem Filosófica, ao contrário de algumas outras expedições levadas a cabo por naturalistas - as quais foram financiadas por sociedades, academias científicas ou companhias de comércio -, foi pensada, organizada e instituída pela Coroa portuguesa. Isto não quer dizer que não houve outras expedições que também foram bancadas por governos, a questão é que a de Ferreira não somente foi financiada, ela fazia parte de uma política colonial maior, tornou-se um instrumento da política colonial do governo português. Outro aspecto importante a ser levado em consideração é quanto a região para onde essa expedição foi destinada. O Estado do Pará e a Capitania de São José do Rio Negro, assim como a Capitania do Mato Grosso eram possessões do Império português que até bem pouco tempo antes dessa expedição ainda eram área de litígio. Dois grandes tratados de demarcação de fronteiras se sucederam na tentativa de se fixarem as fronteiras definitivas das possessões portuguesas e espanholas - o tratado de Madri (1750) e o de Santo Ildefonso (1777)¹⁶. Em 1780, três anos antes da chegada de Rodrigues Ferreira ao Pará, uma partida composta por um grupo de engenheiros e militares ainda se deslocava pelos interiores da região para fixar as fronteiras dispostas pelo tratado de 1777. Essa região, correspondendo a uma das áreas em litígio, sofria com problemas estruturais. Mesmo sendo área de soberania portuguesa, era muito vasta e, de fato, seu espaço não era controlado pela Coroa devido a uma fraca densidade populacional, à sublevação de algumas etnias que a habitavam e à falta de um conhecimento mais aprofundado dos seus interiores.

¹⁶ Para mais informações sobre a questão da demarcação de limites na região da Amazônia ver Arthur César Ferreira Reis, *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, 2ª. ed., 2 v., Belém: SECULT, 1993.

A política colonial para aquela região necessitava desvendar esse espaço geográfico e conhecer seu meio natural. Muitos viajantes, até a década de 1780, já haviam percorrido os interiores da região da qual detinham um conhecimento prático. As comissões de demarcação formadas para definir de fato o que foi decidido no papel quanto as delimitações de fronteiras, essas, desde a década de 50 até a década de 80 do século XVIII, instituíram um novo modo de conhecer esses interiores. Os participantes dessas comissões eram homens com um conhecimento teórico que haviam adquirido em universidades e academias, formados como engenheiros cartógrafos e matemáticos em sua maioria. Conhecer profundamente significava neste contexto melhor colonizar.

Pensando sob esse contexto de fronteiras indefinidas, as expedições demarcadoras, viagens que naquele momento passavam a ser elaboradas a partir de critérios mais científicos e metódicos, tinham por objetivo proporcionar a ocupação geográfica desse território, conhecer exaustivamente, de forma científica, o seu meio ambiente e informar ao poder administrativo sobre as possibilidades de colonização e sobre a exploração econômica de suas potencialidades.

Mas qual a relação que se pode estabelecer entre essas expedições demarcadoras, a política colonial a que estavam submetidas, e a Viagem Filosófica de Rodrigues Ferreira? Em relação a essa questão, acompanhamos o pensamento da historiadora Ângela Domingues que acredita que tanto as viagens de demarcação como a expedição filosófica de Rodrigues Ferreira tem de ser compreendidas não como dicotômicas, mas como complementares. Normalmente, segundo a autora, as demarcações de limites decorrentes do tratado de Santo Ildefonso (da qual preferencialmente trata) são encaradas como vertentes diplomático políticas movidas por uma necessidade estatal de firmar sua autoridade contestada pelo país rival, enquanto a viagem de Rodrigues Ferreira é tratada com a vertente científica do mesmo processo. Para Domingues, as expedições militares das comissões demarcadoras tinham objetivos de caráter também científicos, na medida em que reconheceram geograficamente o território, reformulando dados obtidos por outros viajantes através da cartografia e da medição; por outro lado, a exploração científica de Ferreira inseriu-se no âmbito de uma política de colonização - na medida em

que também justificava, pelo conhecimento científico, a posse da área disputada.¹⁷ A autora ainda destaca que não foi por acaso que a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira visou a área de tensão que era a Amazônia.

Pensando assim, a autora acredita que as duas vertentes (ou os dois tipos de expedições) foram: “Iniciativas levadas a cabo pelo poder central, ao seu serviço e com o seu financiamento, foram missões de informação que visavam descrever o meio físico e os habitantes: ao mesmo tempo entrar em contato com os indígenas e favorecer a sua fixação em novos estabelecimentos, e delinear projetos para lançar as bases de uma colonização durável e próspera”.¹⁸

Outro aspecto importante aventado pela autora e que demonstra a importância econômica dessas missões, é que tais expedições se empenharam no desenvolvimento de potencialidades agrícolas do território, buscando novos recursos econômicos através do desenvolvimento de novos produtos e aperfeiçoamento de outros. Isto também pode ser facilmente atestado quando se estuda a Viagem Filosófica.

Essa política agrícola não era nova. Ela fazia parte da política de colonização estabelecida pelo ministério pombalino. Segundo essa política, o comércio Atlântico fora privilegiado e o Brasil tornou-se a peça chave do sistema econômico que envolvia Portugal e suas possessões no ultramar. O Pará, por sua vez, ocupava também um posição importante, especialmente devido as potencialidades de exploração agrícola que detinha. Poderia se tornar uma excelente região produtora de artigos tropicais comerciáveis.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769), irmão de Pombal, foi nomeado governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Maranhão além de ministro plenipotenciário das primeiras demarcações de limites no Brasil setentrional. Ao nomear o próprio irmão para o governo do Pará, Pombal já demonstrava a importância estratégica dessa região. Mendonça Furtado foi o braço direito de Pombal na Amazônia e foi responsável pela renovação da política colonial ali colocada em prática. Dentre outras coisas, Mendonça Furtado decretou uma nova legislação indigenista, publicada em 1758,

¹⁷ Ângela Domingues, *Viagens de Exploração Geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura*, Açores, Angra do Heroísmo - PO: Secretaria Regional de Turismo/ Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991, p. 17.

¹⁸ Idem, p. 17.

acabando de vez com o controle dos jesuítas sobre as populações indígenas, aboliu as aldeias jesuíticas criando vilas em seu lugar, e nomeou para a sua administração os diretores em substituição aos jesuítas¹⁹. Por fim, expulsou os jesuítas no ano de 1759. Também instituiu uma política de apoio ao desenvolvimento da produção agrícola. Foram incrementadas as culturas do algodão, do anil, do linho cânhamo, do café, do tabaco, do arroz, do cravo, da salsaparilha, da canela e da pimenta.

A grande contribuição dessa política agrícola foi a passagem de uma economia extrativa para uma economia de produção na região. Ao mesmo tempo, criou-se uma estrutura de apropriação e utilização da terra.

Para Alexandre Rodrigues Ferreira era evidente preocupação com o desenvolvimento da agricultura na região. Ao examinarmos as monografias escritas pelo naturalista e enviadas periodicamente para a metrópole, podemos observar que, dos temas que aborda, a análise das formas de produção agrícola está entre os mais constantes. Outro aspecto a se levar em consideração é que o projeto colonizador português para região, caracterizado pelo Diretório Pombalino, já naquele momento dava provas de sua ineficiência o que pode ser observado nas diversas análises detalhadas que o naturalista fez da situação das vilas por onde passou. Neste sentido, a atribuição de informar à administração sobre a situação do projeto colonizador na região foi muito bem exercida por Rodrigues Ferreira.

Assim sendo, a Viagem Filosófica, uma empresa da Coroa portuguesa, foi antes de tudo uma empresa colonial com interesses políticos e econômicos bastante pragmáticos, mesmo que tenha sido levada a cabo por um naturalista, com objetivos científicos que não

¹⁹ Esta nova legislação indigenista, também conhecida como Diretório Pombalino, ou *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão em quanto sua majestade não mandar o contrário* (Lisboa, 1758), já foi estudada diversas vezes. Duas obras constituem as principais análises sobre essa legislação: o livro de Moreira Neto, *Índios da Amazônia - da maioria a minoria (1750 - 1850)*, Petrópolis: Vozes, 1988; e mais recentemente, o livro de Rita Heloisa de Almeida, *O Diretório dos Índios - um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. Quanto a estudo da legislação indigenista no Brasil durante os séculos XVI até XVIII, abordada de uma maneira mais ampla, existe um interessante e instigante estudo de Beatriz Perrone-Moisés, "Índios Livres e Índios Escravos - Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)" In: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*, 2ª. ed., São Paulo: FAPESP/ Companhia das Letras, 1998, pp. 115-132.

podem ser menosprezados. Essa singularidade tem de ser levada em consideração ao se avançar em direção a análise de sua obra.

A despeito de sua importância estratégica para o governo português, e até em razão disso, a “Viagem Filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira para a Amazônia não foi tão famosa como as viagens de outros naturalistas para aquela região, como Humboldt ou como a de Martius e Spix, por exemplo²⁰. Nem mesmo chegou perto do sucesso da expedição de La Condamine, antecessora da de Rodrigues Ferreira, que publicou seu relato pela academia francesa em 1745, publicação essa que teve várias traduções e edições. Ao contrário dessas outras, a viagem de Rodrigues Ferreira não transformou-se em relato ou narrativa publicada. Como vimos, essa foi uma das razões que a fizeram inconclusa.

Ao buscarmos remontar os pedaços de uma obra tão ampla, embora não editada, nos deparamos com um universo bastante diverso de tipos distintos de suportes documentais. Não somente narrativas e descrições científicas, como também cartas, requerimentos, monografias compiladas de outros autores etc. A história do percurso desses documentos é também curiosa

Desde o final do século XVIII, este material da expedição estava em Portugal aguardando uma publicação que nunca veio. Depois da morte de Rodrigues Ferreira, em abril de 1815, essa documentação foi entregue por sua esposa a Felix de Avelar Brotero²¹, com o intuito que fossem conservadas no Real Museu da Ajuda. Esses papéis e manuscritos, juntamente com desenhos, plantas e outros documentos, posteriormente foram transferidos para a Real Academia de Ciências para que fosse avaliada a sua

²⁰ Em relação a obras dos naturalistas Martius e Spix, foi recentemente lançada um trabalho que estuda de uma maneira bastante interessante os dois naturalistas, trata-se da obra de Karen Lisboa, *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817 - 1820)*, São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1997 . A autora analisa também as formações desses naturalistas, assim como o contexto em que se inseriam nos quadros da Europa ilustrada. Uma belíssima e inspiradora obra.

²¹ Felix Avelar Brotero também era naturalista e membro da Academia de Ciências de Lisboa, sua obra mais conhecida foi *Compêndio de Botânica*, nesta obra, muito prestigiada pela intelectualidade lusa, Brotero revela sua idéia do que deveria ser a botânica: “A botânica, escreve, não é uma simples nomenclatura ou agregado de frases e nomes, mas uma ciência fundada na experiência, cujo objecto é o de examinar todas as partes dos vegetais, de combinar todas as suas afinidades, de julgar todas as suas diversas relações de semelhança e dissemelhança e decidir, enfim, da sua natureza” (Apud Pedro Calafate, *Idéia de natureza no século XVIII em Portugal*, 1994, p. 88).

publicação, o que não aconteceu. O então ministro do Brasil em Lisboa, Sr. Antônio de Menezes Vasconcellos Drumond, já no século XIX, foi o responsável pela vinda desse material ao Brasil. Alfredo Vale Cabral, funcionário da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1876, tentava remontar a trajetória desse material quando de sua vinda para o Brasil. A documentação enviada ao Brasil constava de cinco códices com 912 estampas e demais manuscritos escritos por Ferreira ou produzidos por copistas sob sua orientação. Essa documentação encontra-se hoje sob os cuidados da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional - isso graças a esse zeloso funcionário que recuperou todos os códices que haviam sido vendidos e doados a particulares²². No inventário inicial feito quando da entrega dessa documentação pela esposa de Rodrigues Ferreira, contavam-se 57 obras entre: Memórias, Notícias, Diários de Viagem, Prospectos, Relações, Observações Gerais, Descrições etc. Somando a outras 17 e 29 que estavam sem a assinatura de Rodrigues Ferreira, totalizam-se 103 obras, das quais 86 referentes a Viagem Filosófica. O historiador José Honório Rodrigues atribui 89 dessas obras a Alexandre Rodrigues Ferreira, assim como 44 cartas, requerimentos, ofícios, representações, solicitações, memórias etc. Ainda outros 69 documentos sobre as obras de Rodrigues Ferreira e outros nove documentos pertencentes a outras instituições do Brasil ou desconhecidas. Ao todo, até 1952, tínhamos um total de 211 obras.²³

Logo depois, com a publicação pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de alguns dos textos compilados e produzidos por Alexandre Rodrigues Ferreira²⁴, houve, por parte dos estudiosos, um interesse maior, fazendo com que a grande expedição de Rodrigues Ferreira figurasse, ao lado da de Martius e das de diversos outros naturalista, como uma das mais importantes.

²² Vale Cabral, *Notícia das obras manuscritas e inéditas relativas à viagem filosófica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1792)* In: Anais da Biblioteca Nacional 1 (½), Rio de Janeiro, 1876, pp. 103-129 e 222-247.

²³ José Cândido de Melo Carvalho, In Alexandre Rodrigues Ferreira, *Viagem Filosófica - Memórias Zoológica e Botânica*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. p 5 -10.

²⁴ Em Alexandre Rodrigues Ferreira, *Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de São José do Rio Negro*, Revista do IHGB, 48 (1); 1-234, 1885; 49(1); 122-288, 1886; 50(1) ; 11-141, 1887; 51(1): 5-166, 1888. Esse conjunto de trechos das diversas participações produzidas por Rodrigues Ferreira foi posteriormente editado pelo Museu paraense Emílio Goeldi : Alexandre Rodrigues Ferreira, *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, Belém-PA: Museu Emílio Goeldi, s/d (provavelmente em 1983).

Realizada, como vimos, no final do século XVIII, entre 1783 e 1792, essa expedição adquiriu contornos únicos. O que acontece é que, devido as suas características, a Viagem Filosófica foi precursora das demais para aquela região . Isto porque, com essa expedição, inaugurou-se um modelo de expedições baseada nas idéias da “história natural” - neste sentido, enquadramo-la nas narrativas de viagem que fazem parte das que seguiram o modelo narrativo das viagens da segunda metade do século XVIII, a exemplo de Mary Louise Pratt . Esse modelo vai ser sistematicamente seguido pelos demais naturalistas que vieram depois. Esta foi, sem dúvida, uma das suas principais singularidades.

O aspecto também singular dessa expedição é que os textos e o material produzidos, ao longo de nove anos, nunca receberam por parte do naturalista, como já assinalado, um tratamento sistemático que visasse uma publicação. Quando muito, esse trabalho foi iniciado, mas não teve possibilidade de vingar por razões de ordem variada. Essa verdadeira obra em pedaços possibilita ao pesquisador estudar com mais liberdade esses documentos que, numa situação em que não se tem as amarras e os filtros inerentes a um processo de sistematização, revelam nuances e uma imensidão de pormenores que uma obra compacta não revelaria. Se fizermos um paralelo entre essa obra em pedaços e os demais relatos de viajantes, dentre os quais aqueles trabalhados por Mary Louise Pratt, com o objetivo de enquadrar essas produções num modelo narrativo específico, teremos que ter em mente que a lógica da edição que comporia a obra, aproximando-a de um gênero reconhecido, não aconteceu. Não foi totalmente filtrada, ainda não havia adquirido a forma de um objeto público. No entanto, vestígios dessa lógica se perpetuaram nos textos compilados e produzidos pelo naturalista, assim como na obra iconográfica. Um exemplo disso, sem dúvida, é o Frontispício Alegórico. Outro exemplo, refere-se a maneira de abordar questões comuns a muitos viajantes, como foi o caso da representação dos índios. Essa maneira, no entanto, possui características específicas nas quais estão presentes vestígios de leituras que faziam parte de uma tradição intelectual do momento - logicamente comuns a muitos naturalistas, assim como uma forma muito própria que acreditamos estar ligada a especificidade da maneira lusitana de traduzir a ilustração e a

história natural. Tem de se levar em conta também às próprias circunstâncias da viagem e das interações estabelecidas na zona de contato.

Essa pequena reflexão pretende destacar, na obra da expedição, como já mencionado anteriormente, as formas de representação dos “índios” que Rodrigues Ferreira e sua equipe travaram contato. Valendo-se, em parte, do caráter específico em que foi produzida a obra - não sofrendo as reformulações para uma publicação, pretende-se buscar essas representações nos textos e na iconografia da viagem, como tendo obedecido a um processo em construção - processo esse que deve ser entendido em função do desenrolar do encontro entre dois mundos. Um deles ligado aos padrões do universo intelectual e artístico europeu; o outro ligado ao universo das etnias, universo aliás multifacetado, em que viviam, no Estado do Grão Pará e Maranhão e, em menor número, na Capitania do Mato Grosso, essas populações indígenas.

Não se pretende recuperar estes dois mundos. Até porque, as fontes escolhidas não permitem revelar as formas que esses índios representaram esse embate. Por outro lado, pretende-se, através da representação feita pelo “mundo europeu”, perceber como essas imagens desses índios vão sofrendo, ao longo do percurso dessa expedição, uma mutação considerável.

A construção da imagem desses índios não foi uma via de mão única, como se apenas tivesse obedecido aos padrões europeus. Esse processo foi mais complexo. Essa complexidade, por sua vez, deveu-se ao influxo nativo que desordenou esses padrões referenciais e os fez se adequarem, obrigando essas representações a se reconstituírem em outros termos. Essa alteridade inusitada não coube nos sistemas representativos que o naturalista e sua equipe haviam trazido na bagagem. Muito embora houvesse, por parte do naturalista, a firme convicção da possibilidade desse enquadramento.

Essa reflexão pretende identificar as formas dessa mutação na representação dos “índios” ao longo do percurso. O processo para se identificar essa mutação, primeiramente no texto do naturalista, implica tomar posse do universo intelectual do qual comungava : idéias que partilhava, sua formação acadêmica etc. . Esses textos do naturalista, assim como a iconografia da viagem, revelam um conjunto rico em informações sobre o encontro entre esse dois mundos e, mais ainda, sobre o encontro com esses nativos que,

inicialmente imaginados, aos poucos vão sendo revelados na forma da sua inexistência. Isso é importante frisar. No “embate desse contato”²⁵ e nas representações que ele engendrou, não vai ser possível encontrar esses índios, senão vestígios da sua incômoda presença. Seu vulto fantasmagórico e insuportavelmente “real”.²⁶

Essas percepções enunciadas acima, só adquirem logicidade, porém, no interior da própria expedição, no seu embate cotidiano, na geografia do percurso e no próprio processo da viagem. O itinerário da Viagem Filosófica nos forneceu um mapa da montagem e construção da imagem do índio. O olhar do naturalista acompanhou a penetração dos rios e da floresta aprimorando pouco a pouco sua visão através de um contato mais aprofundado e mais direto com seus habitantes.

O aprofundamento do contato com esses habitantes, ao longo do percurso, não implicou, como visto, a representação de um índio mais próximo do índio pretensamente real. Certamente este trabalho não se presta a buscar o conteúdo etnográfico nesses relatos. Por outro lado, mesmo que indiretamente, as relações interétnicas serão decisivas na construção da imagem mutante desses índios. Portanto, mesmo que façamos aqui uma análise sobre as formas de representação dos índios, essa mutação representativa, se não atingiu o índio “real”, por certo foi causada por ele. Como veremos, foi causada em função do seu papel ativo em momentos decisivos dessa expedição.

Acompanhado de seus três assistentes: Agostinho José do Cabo e dos riscadores José Joaquim Freire e Joaquim José Codina - Alexandre Rodrigues Ferreira chegou ao Estado do Grão Pará em setembro de 1783. De Belém do Pará, Rodrigues Ferreira partiu

²⁵ Embora se concorde e até se use o conceito de “zona de contato” de Mary Louise Pratt, acreditamos que esse contato possível, no sentido da troca, sempre e a todo momento foi permeado por uma atmosfera de constante conflito que podia ou não se desenvolver para um confronto aberto - seja devido à visões de mundo, seja devido à certas relações de subordinação. Embora a autora também concorde com essa possibilidade, achamos melhor introduzir a palavra “embate” como lembrança desses eternos confrontos.

²⁶ Concordamos, neste caso, com Mary Pratt que, ao estudar a representação feita por Peter Kolb, em obra já citada, sobre os Hotentotes da África meridional, lembra que as diferenças que vão além dos modelos ou, nas suas palavras, “paradigmas” compactuados pelo viajante seriam inacessíveis ao discurso e seriam expressas apenas como ausências e lacunas. Mary ainda concorda com J. M. Coetzee. Esse autor que Pratt utiliza indica que as diferenças mais fundamentais estariam visíveis, de forma perversa, no discurso dos detratores desses nativos (Mary Pratt, *Os Olhos do Império*, p. 88). Isto não significa afirmar que a ação dos índios no contexto de suas relações com o naturalista, no nosso caso, não tenham influenciado uma mutação nesta maneira de representar.

para seus primeiros estudos na ilha de Marajó, antiga Joannes. Percorreu durante este período as vilas de Cameté, Baião, Pederneiras e Alcobaça. Já no final de 1784, seguiu para Barcelos (trecho mais longo de sua estadia), onde visitou vários trechos de rios. No rio Negro, seguiu até suas fronteiras. Regressando, Ferreira seguiu o rio Branco até a serra de Canauaru e seus afluentes. Fez esses percursos sempre tendo como ponto de apoio a cidade e capital da Capitania de São José do rio Negro, a referida Barcelos. No final de agosto de 1788, numa arriscada empreitada pelo rio Madeira, chegou até a Capitania do Mato Grosso, em Vila Bela, no ano de 1789. Essa viagem, a mais traumática de sua expedição e na qual quase perdeu a vida, como veremos, durou 13 meses. Em 27 de junho, já seguia para a vila de Cuiabá e de lá desceu os rios São Lourenço e Paraguai²⁷. Por fim, em janeiro de 1792, retornou a Belém e de lá até Lisboa, chegando a então metrópole no ano seguinte. Neste itinerário da sua Viagem Filosófica, Rodrigues Ferreira, José Joaquim Freire e Joaquim José Codina estabeleceram um diálogo silencioso entre imagens que foram sendo compostas ao sabor do percurso que empreenderam.

Na busca desse “diálogo silencioso” entre as imagens, caminhamos no sentido de estabelecer uma relação entre essas fontes iconográficas, os relatos do naturalista e o panorama artístico e intelectual português do período dessa expedição. Foi necessário, antes de tudo, penetrarmos na atmosfera lusitana das ciências e das artes do período ilustrado pombalino. Também essencial, foi relacionarmos nosso naturalista mais intimamente com esta ilustração, para compreendermos até que ponto ele foi um simples propagador e executor dessas idéias ou um investigador aberto para novas experiências. Por outro lado, perseguimos o objetivo de estabelecer um contato entre os artistas da expedição, as obras por eles produzidas e as idéias intelectuais e artísticas que lhes serviram de parâmetros.

Dividimos esse texto em três capítulos. O primeiro deles intitulado “Um Naturalista em formação” traça um panorama intelectual de Portugal no contexto das

²⁷ É interessante observar que o itinerário seguido por Ferreira corresponde aos itinerários seguidos antes pelas comissões de demarcação das fronteiras do Império. Inclusive, em Barcelos, Ferreira tinha outro interesse de itinerário que era o de seguir até o rio Javari, na fronteira noroeste das possessões imperiais. No entanto, foi obrigado a seguir pelos rios Madeira e Guaporé até Vila Bela no Mato Grosso - esta também fronteira, porém oeste. Ambas as fronteiras, assim como as da região do extremo norte, vizinhas a Barcelos que também percorreu, foram antes visitadas pelas comissões demarcadoras.

reformas ilustradas pombalinas, trata também da formação intelectual do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e das circunstâncias, no contexto pós pombalino, que influenciaram sua “Viagem Filosófica”. O segundo capítulo “Compondo a Imagem dos Índios no Cotidiano da Expedição Filosófica” destaca o processo de construção da imagem dos índios ao longo do percurso empreendido por Ferreira, pensando essa imagem como uma imagem em transformação no contexto do cotidiano dessa expedição. Em “Desenhos, Gravuras e Estampas - A Iconografia da Viagem Filosófica”, o terceiro capítulo, é analisada a composição da imagem dos índios na iconografia da expedição tentando perceber distinções estilísticas como também comparações possíveis com as imagens produzidas nos textos da expedição. A transformação das imagens dos índios no texto e na iconografia foi perseguida na busca de uma lógica que, longe de se constituir a partir de uma única matriz rígida, foi sendo composta por matizes diversas ao sabor da incomoda presença da floresta e de seus habitantes.

*I**UM NATURALISTA EM FORMAÇÃO**O AMBIENTE INTELECTUAL LUSITANO:*

O protagonista dessa história, brasileiro, baiano, súdito de D. José I e, posteriormente, de D. Maria I, conviveu, no período de sua formação intelectual, com um panorama de mudanças bastante significativo que estava se processando na metrópole portuguesa na segunda metade do século XVIII.

Filho de Manoel Rodrigues Ferreira, Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia em 27 de abril de 1756. Aos dozes anos Ferreira já demonstrava inclinação aos estudos maiores. Seu pai, então, destinou-o a carreira eclesiástica. Em setembro de 1768, já havia recebido as primeiras ordens. Foi então para a metrópole seguir no aprofundamento de sua formação. Alexandre Rodrigues Ferreira chegou em Portugal procedente do Brasil no ano de 1770 para seguir os seus estudos no curso Jurídico e de Cânones na Universidade de Coimbra. Lá chegando, no entanto, devido a algumas circunstâncias que discutiremos adiante, Ferreira mudou seus interesses iniciais vindo a se encantar com o espírito da ciência ilustrada que, naquele momento, batia as portas da universidade.

Alexandre Rodrigues Ferreira que já pelo final de sua vida trazia consigo alguns títulos importantes (Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Vice- Diretor do Real Jardim Botânico e mais Estabelecimentos anexos, Administrador das Reais Quintas de Queluz, Caxias, e Bemposta, Deputado da Real Junta do Comércio e sócio da Real Academia de Ciências) - percorreu um caminho tortuoso que, por fim, em termos de honras e proventos, não chegou a compensar o desgaste emocional e físico que empreendeu durante seus nove anos de expedição. Ao final de sua vida era apenas mais um funcionário do reino esquecido na metrópole,

enquanto a corte se instalava no Rio de Janeiro. No entanto, Ferreira, quando estudante, teve uma formação bastante rica e desafiadora. Naqueles primeiros anos as mudanças que presenciou seriam decisivas para a sua posterior maneira de ver o mundo.

Estava em curso em Portugal, já havia algum tempo, um processo de mudanças influenciado pela ilustração que pretendia alterar significativamente o processo educacional no reino. Estas mudanças atingiriam não apenas a Universidade, como também toda a instrução pública portuguesa. Para que possamos entender melhor essas mudanças é necessário buscar o emaranhado de fios que conduziram a situação para o estado em que se encontrava.

Acompanhando algumas idéias metodológicas de João Pacheco²⁸, ao se tentar fazer uma sociologia da produção intelectual é necessário se pensar essa produção como oriunda de um sujeito que sofreu um processo específico de preparação, capacitando-o a perceber certos fenômenos, descrevê-los de forma específica e explicá-los de forma diferenciada. Para Pacheco, essas atitudes se originariam de processos cristalizados de teorias e normas utilizadas pelo viajante e que, por isso, poderiam ser detectadas por quem os analisa. Neste sentido, a descrição do panorama intelectual é essencial para que possamos visualizar por que parâmetros foram construídas as representações apresentadas pelo viajante, cronista, naturalista, sobre o que viu no decorrer de sua viagem. Por outro lado, para fugirmos das simplificações, é bom ter claro que o processo de representação de uma realidade qualquer sofre interferências de ordem muito diversa e que, em alguns momentos, chegam até a imprimir sobre os parâmetros originais, sobre os modelos que as pautavam, características distintas.

Para além das simplificações e das certezas absolutas, voltemos a Portugal da segunda metade do XVIII.

No final da década de 1760, em Portugal, o número de bibliotecas por habitante era de 1 para cada 1000. Esse número naturalmente era maior em Lisboa, capital do reino, seguido de perto por Coimbra. A dimensão dos espaços culturais como espaços públicos : universidades, academias etc. , estava ganhando lugar aos espaços tradicionais do privado.

²⁸ João Pacheco de Oliveira Filho, "Elementos para uma Sociologia dos Viajantes" In: *Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1987.

A organização de espaços públicos como espaços de cultura acontecia no bojo das transformações maiores que estavam tendo lugar já no início do século XVIII. Idéias esparsas de um humanismo ilustrado lutavam no plano das concepções éticas e estéticas contra um barroco persistente de dimensões profundas no seio da intelectualidade portuguesa de então. Foi necessário uma intervenção direta do poder público, no caso Pombal, para que as inibidas tentativas de romper com o claustro da segunda escolástica e do barroco tomassem forma e um plano definidos.

Uma estilo muito próprio de ilustração se instala, em Portugal, sob a batuta de Pombal ,

“O consulado de Pombal é uma interrupção de toda esta realidade, curta e profunda. A teorização e a prática política, atingindo os mais variados aspectos da vida do reino, a renovação das diversas formas culturais, implícita no programa das luzes , conduzirão a um ilustração possível. Mas esta foi, mais que tudo, uma afirmação de contrastes do barroco, a aplicação da razão às atitudes de pensamento e de discurso, quantas vezes confundidas.”²⁹

O embate entre o novo e o velho atingia mesmo os mentores da segunda escolástica que, antes das reformas de Pombal, já conduziam seus olhares para a ciência experimental com um distanciamento cuidadoso apoiado pelo próprio poder. Coimbra em particular sentia essa desconfiança. Seus estatutos de 1653 mostram bem como funcionava a vida da universidade antes das reformas.

“Glosar as autoridades, que os próprios estatutos fixam, é a função dos docentes, enquanto a dos discentes não ultrapassa o registo das postilas. Como nota Bluteau, em 1720, ‘hoje nas Universidades Postilla he a lição, que dão os lentes, fazendo as pausas, e intervallos, que se costumão

²⁹ Antônio Manuel Hespanha (coord.) “O Antigo Regime (1620 - 1807)”- 4.º vol. In: *História de Portugal*, Direção José Mattoso, Portugal: Editora Estampa, s/d, p. 423.

quando se dicta (...) Tomar postilha, às vezes val o mesmo que estudar? (Vocabulário, VI, p. 648). A Sagrada Escritura, S. Tomás, Pedro Lombardo, o decreto e as decretais, Galeno e Hipócrates são a base do trabalho. O interesse pelas linguas antigas, que não o latim, pela matemática ou pela anatomia perdera-se ou ignorava-se.³⁰

O processo de controle por que passavam os docentes em Coimbra era bastante grande já que seus estatutos fixavam os textos de cada autor que deveriam ser lidos em cada cadeira. Fixar “postilas” era a tônica do processo. As luzes, ao que parece, pouco haviam penetrado as rígidas muralhas da tradição em Portugal. Algumas poucas tentativas de burlar essa disciplina tão rígida surgiam aqui e ali. Mas será somente a partir da década de 1750, a partir de uma obra de substancial importância lançada em 1746, que as coisas começam a mudar. Luís Antônio Verney³¹ lançou seu “Verdadeiro método de Estudar”. Esta obra lançava luzes novas sobre a noção de educação até então aceita. Dentre as idéias que defendiam estavam: a defesa da aprendizagem em língua materna além do latim, condenava os castigos corporais, defendia a educação das mulheres, aos conhecimentos deveriam juntar-se meios para uma melhor compreensão da realidade - esse meios deveriam ser a criação de disciplinas renovadas de acordo com um novo programa de matérias e de autores, conformar o ensino doméstico ao público ou abolir o primeiro. A idéia, enfim, era a condução racional do aprendizado e a criação de uma nação iluminada.

Além desses aspectos gerais defendidos pelo autor, tinham alguns outros que também compactuava: defendia o ensino da língua portuguesa, da gramática latina e a

³⁰ Hespanha, *História de Portugal*, vol. 4.º, p.426.

³¹ Segundo Francisco José Calazans Falcon, em sua obra *A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada)* São Paulo: Ática, 1993, “Luís Antônio Verney (1713 - 1792) - era filho de lojistas lisboetas, porém com forte ascendência francesa, tendo estudado, primeiramente, com os jesuítas e, após, com os oratorianos, seguindo depois para Évora onde obteve grau de mestre em Artes. Logo a seguir, em 1736, partiu para Roma, permanecendo na Itália até o final de sua vida, participando da intensa atividade intelectual ali em curso, sendo a maior parte do tempo estipendiado de uma forma ou de outra por benefícios eclesiásticos, em Portugal, e por remunerações pelos serviços prestados ao rei de Portugal, na embaixada romana. Sua correspondência com Muratori e seus contatos com Genovese revelam uma atualização com aquilo que de mais ilustrado existia na intelectualidade italiana de então. Representa, por isso mesmo, em termos históricos, a visão italiana da Ilustração, por ele ajustada, em muitos casos, às peculiaridades lusas”.(p.330)

cultura clássica, as línguas grega e hebraica, as línguas modernas, a retórica e a oratória, a poesia, a filosofia (contra a escolástica, naturalmente) , a medicina, os estudos jurídicos, a teologia, os estudos canônicos.

Essa proposta naturalmente criou bastante polêmica e foi combatida, como não poderia deixar de ser. Por outro lado, possibilitou o aparecimento de outros métodos de estudar. Dentre as outras obras que surgiram, temos, como exemplo, a de Ribeiro Sanches³² *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, de 1760.

Essa onda de inovação bem captada e capitaneada por esses dois autores participou, junto com outras mudanças, do contexto de intervenção decisiva de Pombal nos rumos da política cultural do Império Português. Depois da expulsão dos jesuítas da direção da educação lusitana e das colônias portuguesas em 1759, Pombal partia para a laicização da cultura. Era preciso introduzir novas regras acadêmicas, secularizar os quadros docentes. Acima de tudo, era necessário propor um sistema educacional que fosse prático e útil ao “País” e ao “Estado Português”.

Neste novo contexto é fundado o Real Colégio dos Nobres, em 1761 ; é criada a Real Mesa Censória (1768) ; assim como a Junta de Providência Literária (1770) e as reformas dos “estudos menores” e da universidade, em 1772. O ideário de Ribeiro Sanches e o de Verney foram colocados em prática.

Todas essas mudanças implicavam problemas a serem resolvidos. Um dos maiores foi o dos professores. Principalmente nos estudos menores, a substituição dos antigos jesuítas não foi feita com tanta tranquilidade. Era necessário aferir a capacidade desses professores. Por outro lado, como isso implicava uma qualificação maior do docente e portanto um investimento maior na sua formação, foi necessário tornar a atividade mais convidativa para quem se aventurasse nessa empreitada. A “Real Mesa Censória” (da qual falaremos mais detidamente adiante), através do Subsídio Literário, passava a ter um fundo próprio para manter o funcionamento do sistema educacional, inclusive para manter os salários dos professores . Esse subsídio compunha-se de impostos que

³² Ainda segundo Calazans Falcon, Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699 - 1782) estudou medicina e direito em Coimbra, indo depois para Salamanca, onde doutorou-se. Passou por diversos países foi para Londres, e Paris - onde fixou-se em 1747. Freqüentava salões ilustrados e contribuiu com as obras *Cartas*

recaíram sobre o vinho, a aguardente e o vinagre (no continente, em Madeira e Açores) e, sobre a carne (na América portuguesa e na África lusitana).

Várias foram as mudanças significativas que aconteceram no ensino básico. O que nos interessa no momento, por outro lado, são as mudanças adotadas na Universidade de Coimbra. Palco para onde , naquele momento, no burburinho dessas mudanças, iria se instalar o futuro naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira.

A universidade era um território diferente e a parte do resto do sistema educacional português do setecentos.

“Esta possuía, desde há muito, as características de um corpo individualizado e institucionalizado, do qual o rei era o protector e a Igreja a zeladora do saber e da verdade O rei, o reitor, o corpo dos professores e os alunos constituem as personagens centrais do acontecer universitário, acontecer pautado pelos estatutos e localizado na cidade de Coimbra, ligada umbilicalmente à capital onde o rei legislava.”³³

O poder e o saber, neste sentido se irmanavam. Naquele momento, o espaço público institucionalizado tinha a sua faceta mais tradicional. Todos os pormenores, segundo os estatutos antigos da universidade, eram estipulados : horas, matérias, tipos de exames, cerimônias, autores a ler, a comentar e explicar, defesa e controle das verdades etc. . Tudo tinha sua determinação.

Em 1770, o rei D. José I criava a Junta de Providência Literária com o objetivo de analisar e regenerar a universidade. Essa junta - formada por : frei Manoel do Cenáculo, Cardeal da Cunha, José Seabra da Silva, José Ricale Pereira de Castro, Francisco Antônio Marques Giraldes, Francisco Lemos de Faria, Manuel Pereira da Silva e João Pereira Ramos de Azevedo - apresenta, em 1771, seu *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados 'jesuitas' e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que a regiam pelas*

sobre a educação da mocidade (1760) - já citada e o *Método para aprender a estudar a medicina* (1763). Falcon, 1993, p. 346.

³³ Hespanha, *História de Portugal*, p. 437.

*maquinações e publicações dos novos estatutos por eles publicados*³⁴. Sua majestade fez publicar o referido texto que, como conclusão, observava que absolutamente nada se poderia aproveitar da universidade como estava organizada antes. Em 1772, o próprio Pombal, na figura de reformador, dirigiria os trabalhos para elaboração dos novos estatutos da nova universidade. O ministro, então, deixou nas mãos do reitor reformador D. Francisco de Lemos a tarefa de refundar a universidade. O estatuto novo foi elaborado por três homens : Francisco de Lemos, João Pereira Ramos e José Monteiro da Rocha.³⁵

Antes de passarmos para as mudanças propostas pelos reformadores e que vão se tornar o palco onde Alexandre Rodrigues Ferreira viria a se tornar o protagonista (talvez mais característico dessa nova leva de inteligências que propunham formar os reformadores) - observemos o que escreveu um certo Giuseppe Gorani sobre a Universidade de Coimbra, neste momento ainda sob a orientação dos antigos estatutos, que, entre 1765 e 1767, viajou por Portugal - consta que como suposto espião:

“Encontrei na Universidade de Coimbra professores de grande saber. Embora fossem obrigados a seguir antigas rotinas, eles estavam a par de todas as descobertas feitas no estrangeiro. Em História Natural, trabalhava-se ali superiormente a Buffon, que era um ídolo em França e noutros países, não o era na Universidade de Coimbra, onde chamavam à História Natural deste autor “o romance da Natureza”.

Desafio quem quer que seja de encontrar noutro país uma Universidade que se avante à de Coimbra em arqueologia, grego, hebreu, caldaico e árabe.

³⁴ É sempre bom lembrar que se os muros do tradicionalismo se mantiveram em Portugal mesmo depois de já terem começado a ruir no restante do continente europeu, isso se deu devido ao fato de que o controle sobre o sistema educacional português, até 1759, esteve nas mãos da Companhia de Jesus que, além de fornecer professores para os colégios e para a Universidade, também imprimia suas diretrizes filosóficas e educacionais, até aquele momento com o consentimento da casa real lusitana.

³⁵ Alguns desses nomes citados figuram na lista que Arthur Cesar Ferreira Reis, - no prefácio da *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão - Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá - 1783 - 1792*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971- , destaca como fazendo parte da geração de brasileiros na Europa que mais atuaram na reformulação dos quadros da inteligência portuguesa. Dentre eles estão dois dos homens responsáveis pela elaboração dos novos estatutos da Universidade de Coimbra, são : o reitor D. Francisco de Lemos e João Pereira Ramos.

Quase todas as lições eram proferidas em latim e , principalmente as de Moral, Medicina, Jurisprudência, Direito Canônico, Sagradas Escrituras, História Eclesiástica e Teologia. Assisti a algumas lições e adquiri o mais profundo apreço por esta Universidade, onde todos os professores dispunham de grande liberdade.”³⁶

Em que pese a crítica decisiva feita pelos reformadores é possível indagar, através da leitura desse trecho, se o controle dos antigos estatutos já não estava perdendo a força há muito tempo, seja pela influência de Verney e Ribeiro Sanches , seja pelo aumento da circulação dos livros e das idéias pela Europa.

O certo é que esse espírito que provavelmente já se instava há muito na universidade acabava de receber um impulso substantivo. Foram criadas duas novas faculdades - as de matemática e filosofia, que se somaram as já existentes. Sendo que a de filosofia não estaria restrita as matérias tradicionais de metafísica, lógica e ética - a essas matérias seriam somadas as novas ciências naturais que utilizavam a observação e a experimentação. Ao sistema de faculdades foi somado um conjunto de estabelecimentos científicos : o Hospital Escolar, o Teatro Anatômico, o Dispensatório Farmacêutico, o Gabinete de Física Experimental, o Museu de História Natural, o Laboratório Químico e o Observatório Astronômico, além de ter sido reformada a biblioteca. Esses novos setores receberam projetos para seus edifícios do arquiteto inglês coronel William Elsdon. Dentre os edifícios projetados pelo arquiteto em estilo neoclássico constam : um observatório, uma editora para a universidade e um jardim botânico. Consta que o laboratório de física fora equipado com os aparelhos mais modernos. Além do que, a própria idéia da existência de laboratórios era algo extremamente inovador em termos pedagógicos para a época.³⁷

Em relação a essas mudanças substantivas podemos retornar aos escritos de Giuseppe Gorani que relata sua experiência em Coimbra, mais especificamente no Museu

³⁶ Giuseppe Gorani, Portugal - *A Corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, trad. Castelo Branco Chaves, Lisboa: Lisóptima Lda, 1989, p. p. 173 -174.

da Universidade. Este relato é importante porque nos mostra como as idéias iluministas já haviam adentrado os muros de Coimbra e que as mudanças substantivas anunciadas já estavam sendo gestadas havia tempos. Este depoimento do possível espião gera uma questão importante. Se de um lado a intervenção de Pombal foi decisiva para a instalação de uma perspectiva iluminista no sistema educacional português, por outro lado, a despeito disso, as raízes dessa mudanças já se formavam antes mesmo de implementada a reforma da universidade. É bom que se lembre que na época que Gorani percorreu terras lusitanas os jesuítas não mais dominavam a educação do reino. Voltando as descrições de Gorani, este viajante destaca a preocupação com a descrição de espécimes segundo os métodos de Lineu , já utilizados, em 1766, pelo Museu da Universidade. Vamos ao texto:

“O museu da Universidade possuía, em 1766, uma soberba colecção de animais de diferentes partes do mundo. Não era menos rico em espécimes dos reinos vegetal e mineral, todas classificadas pelo sistema de Lineu. A julgar pelas numerosas salas ocupadas por tais raridades, este Museu era um dos melhores da Europa, o que não custa a admitir, uma vez que se considere que durante muitos séculos foi tido como o sagrado depósito de todas as produções da natureza e da arte dos dois hemisférios. A biblioteca era igualmente muito rica, em livros e manuscritos latinos, gregos, hebraicos, árabes, espanhóis e portugueses, além dos que existiam noutras línguas. Ocupava uma grande superfície e continha mais de 123.000 livros e manuscritos.”³⁸

Talvez um pouco de exagero tenha sido colocado pelos membros da Junta de Provisão Literária em sua avaliação sobre as condições gerais da Universidade. Quem

³⁷ Para mais informações, dentre outros, buscar as obras de Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal - paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996 e José Mattoso (org.), *História de Portugal*, 4º. vol., Lisboa: Estampa, s/d.

³⁸ Gorani, *Portugal - A corte e o País*, 1989, p. 172.

sabe até mesmo para reforçar a necessidade de mudança. Independente disso, os novos ventos estavam soprando. A mudança caminhava e precisava ser colocada em prática.

As novas áreas abertas como o direito natural e das gentes, o direito civil e pátrio, a história eclesiástica, a matemática, a história natural e a física experimental precisavam ser implantadas. Os professores não poderiam mais ser meros repetidores de textos já escolhidos. A partir das reformas ficou aberto, para os professores, o caminho para acompanhar o aluno. O professor deveria manter um certo espírito crítico, deveria indicar uma bibliografia e a explicar, era mais importante compreender do que memorizar. Proibiram-se apostilas e recomendaram-se os compêndios que deveriam ser lidos em aulas, servirem de guias e serem completados com a reflexão do professor e com a bibliografia subsidiária fornecida. Várias obras de estrangeiros foram inseridas. Além de tudo isto, o estatuto recomenda materiais de apoio didático como mapas, espécies do horto botânico, instrumentos de física experimental e da astronomia e a prática da anatomia dos corpos humanos.

Já que a maioria dos professores vinha dos quadros das ordens religiosas e devido a introdução de novas áreas de conhecimento, assim como de novas disciplinas - o recrutamento de professores estrangeiros foi a solução encontrada. Desses professores alguns não se adaptaram. Outros, como Giovanni Antonio dalla Bella, adaptaram-se bem - este, que já havia chegado em Portugal em 1766, fora o responsável pela compra dos instrumentos do laboratório de física experimental do Colégio dos Nobres que depois passou para a Universidade de Coimbra. Esses instrumentos foram comprados parte da Inglaterra e parte encomendados em Portugal. A preferência de Pombal, em relação ao recrutamento desses professores, foi por italianos.

Outro importante professor, e, em particular para o nosso estudo, figura essencial para se entender a trajetória de Alexandre Rodrigues Ferreira nos meandros da intelectualidade portuguesa - foi Domingos Vandelli. Segundo Belluzzo³⁹, Vandelli era professor na Academia de Ciências de Coimbra e foi responsável pela fundação do Museu de História Natural e do Jardim Botânico da Universidade. A autora acredita que

³⁹ Ana Maria de Moraes Belluzzo, "A Viagem Filosófica" In: *O Brasil dos Viajantes - Um lugar no Universo* - Vol. 2 -, São Paulo: Metalivros, 1994, p. 64.

Vandelli, tentando superar os obstáculos para o ensino de História Natural que compreendia o não conhecimento dos termos usados pelos naturalista, no caso Lineu, lançou o “Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural”. A autora destaca ainda que Vandelli obtinha informações sobre o Brasil através, provavelmente, de frei Velloso e, ao mesmo tempo, mantinha correspondência com Lineu. Já segundo Corrêa Filho, Domingos Vandelli, ao ser requisitado, trouxe consigo suas coleções que foram doadas ao Museu de História Natural, “cujas disciplinas professava, cumulativamente com a cadeira de Química, de que organizou o respectivo laboratório”.⁴⁰

Lembremos que a Academia de Ciências de Lisboa foi fundada em 1779. Segundo consta, “o abade Correia da Serra ou o duque de Lafões se limitaram a assumir esse espírito, propondo à rainha a criação e patrocínio da Academia das Ciências, dividida em duas classes, a de Letras e a de Ciências”⁴¹. Por outro lado, como vimos no trecho de Giuseppe Gorani, citado a pouco, já parecia haver em Coimbra um Museu de História Natural, inclusive com espécimes de animais do mundo todo organizados segundo o método de Lineu, já em 1766. Neste caso, o papel de Vandelli não parece tão significativo assim como à primeira vista poderia parecer. Tudo indica que não fundou a Academia de Ciências, nem tão pouco fundou um Museu de História Natural do nada, pois já havia espécimes armazenadas em um Museu. A não ser que Vandelli tenha vindo em 1766, para Portugal, juntamente com Della Bella, para organizar já um futuro Museu de História Natural. Essas questões importam na medida em que a bibliografia reitera que Portugal estava vazio de idéias ilustradas e que todas elas foram introduzidas a partir da intervenção decisiva de Pombal e de professores estrangeiros. Essa idéia, veiculada dessa forma, pode vir a obscurecer todo um conjunto de inovações que já existiam, independente das mudanças de 1772.

Já que tocamos no assunto, as academias tiveram uma importância decisiva para a difusão e consolidação do saber institucionalizado, muito embora não fossem efetivamente escolas. Essas assumiam um caráter lúdico para o ensino. Autônomas e prestigiosas, como no resto da Europa, trouxeram para seus espaços toda uma gama de

⁴⁰ Corrêa Filho, *Alexandre Rodrigues Ferreira - vida e obra do Grande Naturalista Brasileiro* - edição ilustrada, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 15.

⁴¹ Hespanha, *História de Portugal*, 4º. vol., s/d, p. 444.

homens de ciências preocupados com o conhecimento. Além da Academia de Ciências de Lisboa, já existia, desde 1720, a Academia Real da História Portuguesa. Esta, já no início do século XVIII, tinha introduzido além dos temas literários curiosidades físicas, matemáticas e filosóficas. O Jardim Botânico, este sim podendo ser considerado como tendo sido fundado por Vandelli, tornou-se um espaço onde Rodrigues Ferreira exerceria papel importante, tempos depois.

Voltemos a uma aresta que deixamos aberta. Como observado, o caráter das reformas pombalinas, destacadas como a ilustração possível, era muito específico. A ilustração portuguesa sofria algumas amarras que não lhe permitiam alçar altos vãos. Uma das características dessas amarras era a existência da Real Mesa Censória, criada justamente em 1768. Talvez o vazio produzido pela saída dos jesuítas, desde 1759, aliado aos desejos do contato com novas idéias, pode ter feito com que Pombal, - cômico que era do poder desagradável que as idéias de liberdade, fora dos propósitos do seu governo, poderiam causar - tenha resolvido criar um órgão de censura de tamanha envergadura. Que fique bem claro, o interesse de Pombal no que se refere a reforma implementada na educação era bastante utilitário. Seu objetivo era produzir um corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e a hierarquia da Igreja reformada⁴². Essa “ilustração possível” e suas amarras, no entanto, estavam sendo corroídas pela intensidade dessas novas idéias que não aceitavam cabresto, assim como pelo interesse dos editores que queriam vender livros.

Neste contexto se insere a criação da Real Mesa Censória. O presidente da Real Mesa Censória foi frei Manuel Cenáculo Vilas Boas (1724 - 1814). Este participou da reação contra a escolástica adotando as idéias de Descartes e Newton⁴³. Ao que consta,

⁴² Kenneth Maxwell, *Marquês de Pombal - paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

⁴³ O significado em se adotar as idéias de Newton é decisivo para se entender a forma de se pensar a natureza no século XVIII, segundo Casirrer, - em *A Filosofia do Iluminismo*, 2.ª ed., trad. Álvaro Cabral, Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1994 - O problema dessas novas idéias para a igreja era que, ao lado da verdade da revelação, surgia uma verdade própria e original, uma verdade física independente. Newton com suas leis da gravitação universal, fez triunfar o saber humano, descobrindo o poder de conhecer que se igualava ao poder criador da natureza. Desta forma, Newton foi reverenciado pelo século XVIII como um grande cientista experimental, mas também como pelo fato dele ter dado à natureza sua

foi um grande intelectual, brilhante - perito em grego, síriaco e árabe ; foi confessor e preceptor do príncipe Dom José, neto do rei ; participou decididamente da reforma da universidade. Em 1771, as atribuições da Real Mesa Censória foram ampliadas. Passou a fiscalizar o Colégio dos Nobres, as escolas primárias e secundárias da época e a Universidade de Coimbra. Esta Mesa aplicava censura prévia a todos os livros impressos em Portugal e uma censura posterior aos trabalhos publicados no estrangeiro. A Mesa era dominada por eclesiásticos de mentalidade reformista. Analisando as obras iluministas retiravam de circulação o que consideravam prejudicial ao catolicismo e trabalhos ofensivos. Dentre alguns dos livros censurados por essa Mesa tivemos *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes* , do Abade Raynal. Esse livro, assim como outras obras, foram desviadas e vendidas para o público, embora o controle sobre elas fosse bastante rígido. No caso específico dessa, tal obra foi citada por Alexandre Rodrigues Ferreira em seus escritos. No seu nono livro ela trazia o título *Établissement des Portugais dans le Brésil. Guerres qu'ils y ont soutenues. Productions et richesses de cette colonie*. O livro teve sua primeira edição em 1770 e, como se há de convir, apesar da censura imposta, deve ter circulado sem grandes dificuldades pelos salões da intelectualidade lusa.⁴⁴

A circulação de obras em Portugal vindas do restante da Europa por essa época estava aumentando como se pode observar nesse trecho de Darnton :

“Mesmo depois de o tráfego normalizar-se nas rotas para Espanha e Portugal, os editores ainda precisaram enfrentar um problema maior : a Inquisição. Bertrand e outro livreiro estrangeiro em Lisboa, Jean-Baptiste Reycendes, contrabandearam algumas cópias das Enciclopédias in-quarto e in-octavo para suas livrarias, juntamente com alguns ‘livres philosophiques’

filosofia. Segundo esse novo pensamento moderno, era necessário, ara se descobrir as leis da natureza não projetar representações sobre ela, mas acompanhá-la em seu próprio curso através da observação, da experimentação, da medida e do cálculo. Esses elementos, no entanto, não deviam somente se basear em dados sensíveis, deveriam sempre recorrer às funções universais de comparação, contagem, associação e distinção, o que se constituía na essência do intelecto. (Cassirer, pp. 72,73,74.)

⁴⁴ Dados sobre a lista dessas obras proibidas podem ser lidas em Maxwell, *Marquês de Pombal*, 1996, p. 116. . Quanto a obra de Raynal, ela traz uma abordagem bastante crítica do método de colonização

também proibidos na França. Mas nunca trabalharam em grande escala no comércio de obras ilegais, (...) embora acreditassem que a demanda por obras estrangeiras estivesse crescendo em Portugal.”⁴⁵

Portugal não estava isolado do resto da Europa. As idéias circulavam em todos os quadrantes. Mesmo que controladas, rompiam as barreiras da censura. Uma Universidade como Coimbra não poderia ficar de fora da circulação dessas idéias. O ambiente em que Alexandre Rodrigues Ferreira viveu seus anos de estudante lhe possibilitou ter acesso a um instrumental teórico e técnico que talvez poucos, antes dele, tenha tido. Autores italianos, franceses, ingleses, figuravam nas obras que leu. As idéias de Buffon e Lineu não lhe eram absolutamente estranhas. Ao contrário, ao descrever, como veremos, os três reinos : animal, vegetal e mineral, em sua “Viagem Filosófica” - usou com desenvoltura e até com certa criatividade as idéias de Lineu. Em vários momentos, como se poderá observar, seguiu as idéias de Buffon. Como vimos, esses dois autores já eram conhecidos no âmbito da universidade mesmo antes das reformas. Como já destacado, esses dois autores foram os responsáveis pela fundação da universalização do discurso das ciências naturais. Por outro lado, as idéias sobre o homem e sua relação com a natureza que esses dois cientistas explicitaram, tornaram-se o parâmetro através do qual Alexandre Rodrigues Ferreira sistematizou seu pensamento sobre os nativos que entrou em contato. Esses e outros escritores foram lidos e participaram da formação do futuro naturalista. Resta saber quais as características dessa formação.

portuguesa indicando seus equívocos, além de algumas informações históricas bastante interessantes sobre esse mesmo processo de colonização, talvez por isso tenha sido proibida.

⁴⁵ Robert Darnton, *O Iluminismo como Negócio - História da Publicação da Enciclopédia - 1775 - 1800*, trad. Laura Teixeira Motta e Maria Lúcia Machado, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 247.

A FORMAÇÃO DO NATURALISTA:

Ser naturalista no século XVIII implicava carregar consigo, em sua bagagem de viajante, todo um conjunto de tradições que começavam a se cristalizar na Europa. Inicialmente, não existia um aprendizado sistemático para formar naturalistas, mas já se esboçava no fim do século XVII, na França, manuais de instruções para essas viagens. Esses passaram a existir na intenção de organizar as viagens para que o Estado pudesse usufruir das informações que esses viajantes viessem a trazer. Por outro lado, o Estado passava a se constituir como um financiador dessas viagens e criava uma tradição de recompensar esses naturalistas

Quanto a essa dimensão normativa das instruções e da organização das viagens, serão as Academias de Ciências, os Museus de História Natural que irão aos poucos se constituindo num espaço primordial da sistematização desses conhecimentos. Isto vai se verificar de forma mais comum no final do XVIII e início do século XIX. É sabido, por exemplo, que durante a Restauração francesa foi criado, no Museu de História Natural, uma escola de viajantes naturalistas. Nesta escola, os futuros naturalistas eram recrutados por concurso, era-lhes dispensado um conjunto de ensinamentos específicos e, munidos de um manual de instruções - quase um guia de explorações, partiam para suas viagens. Anterior a isso, Buffon, - a partir do modelo das correspondências da Academia de Ciências - criou a função de "correspondant du Cabinet du Jardin du roi" a qual correspondia uma pensão. Esses viajantes, a partir de ter sido instituída essa função, partiam para suas aventuras munidos de um conjunto de instrumentos : instruções escritas que definiam os objetivos de sua viagem, os objetos que precisavam ser observados, descritos e recolhidos e a maneira de armazená-los. Essas instruções normativas manuscritas ou impressas, como lembra Marie-Noëlle Bourguet, possibilitam perceber as relações que se estabeleceram entre ciência e viagem, tais quais foram pensadas e programadas naquele momento, permitindo-nos visualizar o horizonte sobre o qual se inscreveram essas práticas materiais e cognitivas dos viajantes. A autora

saliente ainda a importância que, aos poucos, foi tomando as informações trazidas por navegadores, viajantes e habitantes das colônias :

“De fato, desde meados do século XVII, firmou-se nos meios da administração como no mundo do saber, em particular no quadro das instituições como a Academia Real de Ciências e o Jardim do Rei, o cuidado de utilizar para o progresso das ciências os navegadores, os viajantes, os habitantes instalados nas colônias. Comissões de estudo se constituem, elaboram as proposições para se dirigir a curiosidade e criar regras para a condução daqueles que percorrem o mundo: obras de métodos, guias para inquérito, coleções de instruções acompanham e orquestram o movimento de expansão da Europa e a descoberta do mundo.”⁴⁶

Essa sistematização paulatina que ocorria na França do final do século XVII e no século XVIII foi precedida por um movimento semelhante na Inglaterra. Segundo ainda Bourguet, os primeiros ensaios conhecidos para uso de viajantes vieram de lá. Desde da fundação do Royal Society este constituiu um “Committee for foreign enquiries”. Nesta época, o químico Robert Boyle redigiu *General heads for the natural history of a country, great or small* que foi publicado no primeiro volume das *Philosophical Transactions*, em 1666. Esta publicação foi acompanhada de instruções que os marinheiros levavam nas descobertas. Foram as primeiras formulações sistemáticas que pretendiam guiar o olhar do viajante, fazendo-o estar a serviço da ciência, assim como criando regras práticas para esse mesmo olhar. Segundo Bourguet, Boyle fez triunfar na Royal Society o uso do método experimental nas ciências físicas.

Várias foram as obras publicadas na tentativa de disciplinar e codificar as viagens. Dentre essas: *Le questionnaire statistique* de Volney, na *Magasin encyclopédique* - em 1795 ; *Essay to direct and extend the inquiries of patriotic travellers* (1789) de

⁴⁶ Marie-Noëlle Bourguet, “La Collecte du monde: voyage et histoire naturelle (fin XVII ème siècle - début XIX ème siècle)” In: C. Blanckaert et al. (eds.) *Le Muséum au premier siècle de son histoire*, Paris: Muséum National d’Histoire naturelle, Archives, 1997, p. 167. (tradução minha).

Léopold Berchtold. Alguns outros, mais especializados, também foram publicados: *l'Avis pour le transport par mer des arbres, des plantes vivaces, des semences et de diverses autres curiosités naturelles* - de Henri-Louis Dunamel du Monceau e Roland Michel Barrin de La Galissonière - foi editada no "Journal économique (1752), depois reeditado em anexo da *Mémoire Instructif sur la manière de rassembler, de préparer et d'envoyer les diverses curiosités l'histoire naturelle du chevalier Étienne-François Turgot* (1758). Editado na Inglaterra em 1774, apareceu na França, um ano depois, a tradução da obra do médico John Coakley Lettsom *Le Voyageur naturaliste, ou Instructions sur les moyens de ramasses les objets d'histoire naturelle, et de les bien conserver, avec des observations propres à étendre les recherches relatives aux connaissances humaines en général*.⁴⁷

Segundo Bourguet, esta profusão de obras criou um gênero literário em si mesmo. A tradição que esse gênero literário passava a carregar e depois instituir veio num crescente desde a segunda metade do século XVII. Boyle , dentro da tradição do empirismo inglês, talvez tenha sido quem melhor definiu em que consistia a idéia de uma educação do viajante, a disciplina da sua curiosidade e da sua conduta - visando o sentido utilitário de sua viagem. "Um homem, quão inteligente que possa ser, não saberia aproveitar o correr o mundo, se ele ignora o que ele deve observar em cada país e de que maneira ele deve arranjar-se nas suas pesquisas".⁴⁸

A disciplina do olhar do viajante estipulou o que deveria ser observado e de que forma deveria sê-lo. Trabalhando com as idéias de Lorraine Daston, Bourguet indica, a propósito do que deveria ser observado, que o interesse ia do que era bizarro, singular, prodigioso - compartilhando com as primeiras formas do espírito empírico - ao mesmo tempo levando em consideração , assim como submetendo a exame, as observações mais banais e os fatos curiosos. Citando o naturalista Nehemiah Grew , diz que o mesmo, ao se referir sobre as coleções do gabinete de história natural da "Royal Society", diz que estas deveriam comportar não somente coisas estranhas e raras, mais as mais conhecidas e comuns. Seguindo a mesma idéia, John Woodward lembra da

⁴⁷ Bourguet, *Le Collecte du monde*, 1997.

⁴⁸ Idem, p. p. 170-171 (tradução minha).

necessidade de se ter em conta objetos singulares ou triviais. Assim, montou-se uma tradição da disciplina do olhar naturalista - como bem acentuado por Bourguet abaixo:

“Nada se deve excluir a priori, submeter ao relatório os fatos mais improváveis como os mais ordinários, tornar curioso o que é banal, exótico o que é familiar: a definição que deu Robert Hooke da atitude de um filósofo natural se aplica tanto ao físico como ao naturalista. A viagem e a observação são para o conhecimento científico da natureza o que são o laboratório e a experiência para as ciências físicas: o lugar onde se constrói e se prova o conhecimento.”⁴⁹

Depois desta “tradição em formação” estabelecer os parâmetros do que deveria ser observado - o modo de olhar a natureza - depositária dos mistérios que a filosofia natural pretendia resolver - , o cuidado com as técnicas de conservação, os instrumentos materiais e teóricos a serem utilizados - esta mesma tradição também destacava a importância dos centros de conhecimentos onde essas experiências de campo seriam analisadas e os seus resultados normatizados, acumulados e comparados. Tais centros seriam também o lugar da transmissão autorizada desse saber para o progresso da ciência. Neste sentido, fica cada vez mais claro que a importância dos métodos e das técnicas de coleta eram primordiais para que as informações coletadas fossem legíveis para aqueles que as iriam sistematizar e as tornar públicas.

Na Inglaterra, esta tradição das instruções de viagem, , sob a gerência da Sociedade Real de Londres , ou Royal Society⁵⁰, já havia se transformado numa

⁴⁹ Bourguet, 1997, p. 173 (tradução minha).

⁵⁰ Em relação a importância da Sociedade Real de Londres, Ernest Cassirer afirma que : “A organização da pesquisa no domínio da física já estava muito avançada no século XVII; atingira até uma certa perfeição. Na Inglaterra com a fundação da Royal Society em 1660, tinha sido criado um local de encontro para os trabalhos de todos os cientistas. Na realidade, essa sociedade já existia e funcionava antes como uma associação livre de pesquisadores independentes, como uma espécie de ‘universidade invisível’ (invisible college), antes de receber, com o decreto régio de fundação, seu estatuto e sua sanção oficial. Manifestava desde sua origem um espírito *metodológico* muito especial, recordando incessantemente que nenhuma idéia merecia confiança em física se não tivesse dado antes suas provas empiricamente, e não tivesse sido testada na devida ocasião e por meio da experimentação. O movimento assim desencadeado

metodologia que se cristalizava, conforme a quantidade de viagens, dentro e fora da Europa, passavam a ser mais comuns. O mesmo Robert Hooke citado por Bourguet logo acima, também foi estudado por Joan-Pau Rubiés em artigo recente⁵¹. Analisando as idéias desse autor, Rubiés demonstra que Hooke defendia uma mudança substancial na forma das narrativas de viagem. Isto acontecia devido ao incremento de novas técnicas de reprodução com o desenvolvimento da arte de impressão, o que fazia com que essas obras pudessem circular em muito maior número. Isto as diferenciava da forma com que as antigas ciências das partes do mundo narravam suas conquistas. Para Hooke, segundo Rubiés, os homens que partissem para essas viagens deveriam estar preparados para as perguntas certas. Era necessário, portanto, mostrar a esses homens o que deveria ser considerado e observado em suas viagens e como deveriam fazer suas observações e manter os registros de sua narrativa. Partindo das idéias desse autor, Rubiés afirma que essa tradição das instruções de viagem remetia ao conceito de método que fora crucial para a transição da retórica para a ciência na renascença. Esses métodos não eram somente técnicas, mais do que isso, eles estariam ligados a própria racionalidade na forma de abordar os objetos. Neste sentido, os métodos para os viajantes tornavam-se, de fato, um gênero através do qual a nova elite intelectual ensinava aos europeus como deveriam ver o mundo.

O texto em que Hooke expressa essas idéias trabalhadas por Rubiés está contido num prefácio que produz para a obra de Robert Knox, de 1681, intitulada *Relação histórica da Ilha do Ceilão*. Hooke, neste momento, era secretário da Sociedade Real de Londres. Knox, neste texto, apresenta na estrutura de sua obra, uma plausível lista de instruções que, segundo Rubiés, revelaria um método implícito. Num primeiro momento, estaria contida na obra relatos sobre a geografia física e a geografia humana da ilha, como notas sobre a economia, flora, fauna, além de mapas dos interiores da região. Seguiria a esta parte a descrição dos reinos, seus governos e a história de suas leis, incluindo também a história de possíveis rebeliões. Num terceiro momento, estaria

alcança em seguida a França e encontra seu primeiro apoio na Académie des Sciences fundada por Colbert (1666)". Cassirer, A Filosofia do Iluminismo, 2^a. ed., trad. Álvaro Cabral, Campinas - SP: Editora da Unicamp, 1994, p. 76.

incluída a descrição das pessoas, ilustrada com imagens, incluindo suas qualidades e humores, grupos sociais, crenças religiosas e práticas, vida diária, língua, leis, além dos estágios de nascimento e morte. Rubiés acredita que tal relação pode ser vista como representando um consenso sobre as categorias analíticas utilizadas pelos viajantes.

Segundo Rubiés, essa estruturação das narrativas através de um método seguiam os modelos estabelecidos pela Sociedade Real de Londres. Essa sociedade funcionava como uma ligação entre os numerosos viajantes populares e a idéia de um projeto científico controlado. Esse modelo metódico, no entanto, tinha suas raízes na literatura de viagem e nos relatos de viajantes pertencentes as transformações culturais da renascença tardia. A novidade desse modelo metódico seria depositário da junção da tradição empírica dos escritos de viagem e dos conceitos humanísticos, em vista dos quais a lógica e a retórica tradicionais deveriam ser adaptadas, visando novos usos tanto morais como políticos e fora das fronteiras do mundo universitário.

Na opinião de Rubiés, desde o final do século XVI, os livros de viagem já tinha se tornado um gênero distinto lidos como objetos de reflexão de inúmeros europeus. Acredita que tais narrativas não seriam somente baseadas em observações empíricas, usadas para redefinir generalizações etnológicas, mas considera também que elas elaboravam modelos abstratos para descrever práticas, além de um discurso sofisticado da viagem como atividade e do viajante como um tipo humano. Diversos tratados publicados durante aquele período, para Rubiés, já ofereciam instruções aos viajantes quanto ao processo de observação e de classificação que deveria utilizar, além de implicações morais e educacionais desta atividade. O autor acredita que tais tratados marcaram o desenvolvimento de um discurso meta cultural, um discurso em um discurso, através do qual um velha prática tornou-se metodizada. Os autores dessa tradição discursiva, na opinião de Rubiés, preparavam as atitudes dos sujeitos sobre o que iriam ver e apreender em terras distantes, além de oferecerem advertências de como, para os propósitos da descrição, a realidade poderia ser estruturada em algumas categorias conceituais.

⁵¹ Joan-Pau Rubiés, *Instructions for Travellers: Teaching the Eye to See* In: *History and Anthropology*, vol. 9, n.º 2 -3, Amsterdam: OPA, 1996, pp. 139 - 189.

Essas informações até agora destacadas nos permitem afirmar algumas idéias. Primeiramente, havia no final do XVIII um conjunto de tradições normalizadoras sobre o papel e a forma das atividades do naturalista e, antes disso, sobre as atividades dos viajantes de uma maneira geral. Essas definições, por outro lado, parecem ter sido compartilhadas pelos dois centros europeus de maior importância na época - seja do ponto de vista político ou intelectual. Em segundo lugar, essa disciplina do olhar do viajante no período da reforma da Universidade de Coimbra já estava suficientemente amadurecida e, é quase certo que, devido as ligações de proximidade que existiam entre Portugal e Inglaterra, essas idéias aportaram em terras portuguesas. Acreditamos que Alexandre Rodrigues Ferreira foi depositário dessa tradição. Por outro lado, ao se buscar destacar as características que essa tradição assumiu na constituição de sua viagem, é necessário que se observe outras considerações.

Ao estudar a etnografia da região do alto Solimões na Amazônia o antropólogo João Pacheco teceu algumas considerações sobre “elementos para uma sociologia dos viajantes”⁵², como já destacado anteriormente. Estudando cerca de 21 viajantes que passaram por aquela região, principalmente no século XIX, Pacheco tentou observar um conjunto normalizador para essas viagens. Ele chamou de organização social das viagens. Acreditando num conjunto de regras que se impunham aos viajantes para levarem avante seus empreendimentos, observou que tais regras nasciam a partir de mecanismos de definição e seleção de objetivos que não eram arbitrários ou dependentes de motivações individuais. Essas aspirações de indivíduos ou grupos passavam por um processo de triagem e redefinição social para que chegassem a sua concretização.

Pacheco destacou cinco elementos que deveriam ser levados em consideração ao se analisar a obra de um viajante: finalidades atribuídas a viagem; os recursos materiais para a realização da viagem; as qualificações intelectuais e as características pessoais dos viajantes; recompensas ou prêmios dados ao viajante em função da sua atividade e, por fim, como se organizavam internamente essas viagens - quais os papéis sociais e as

⁵² Pacheco, “Elementos para uma Sociologia dos Viajantes”, In *Sociedades Indígenas e Indigenismo*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p.p. 84 - 148.

hierarquias existentes, assim como os critérios que estabeleceram a duração e a área fixada a ser explorada.

Ferreira, que também andou por aquelas paragens, tornou-se objeto de preocupação de Pacheco. Ao mencionar o item das finalidades das viagens, considera que a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira foi além de uma preocupação específica com certos setores do conhecimento científico. Suas finalidades foram bem mais amplas e estavam associadas a certos domínios do saber. No caso, ele caracterizou suas viagens como Filosóficas, vinculadas ao domínio da filosofia da natureza. Pacheco percorre as páginas de Almir Andrade buscando demonstrar qual era a formação de Alexandre Rodrigues Ferreira realizada na Universidade de Coimbra. Lembrando que Rodrigues Ferreira cursou a Faculdade de Filosofia Natural nesta Universidade, destaca as disciplinas ali ensinadas, quais sejam, a física experimental, química teórica e prática, história natural que abrangia zoologia, botânica e a mineralogia, lógica, ética e metafísica. Angela Domingues, no entanto, nos apresenta, de forma mais detalhada, que o curso que Ferreira frequentou durou quatro anos e era composto de 4 disciplinas: Filosofia Racional e Moral (Lógica, Metafísica e Ética), História Natural (história dos três reinos), Física Experimental e Química Filosófica e Médica. Este leque de opções permitiu a Alexandre Rodrigues Ferreira a sistematização de um estudo bastante abrangente que envolvia fauna, flora, clima, geografia, as populações nativas, assim como as possibilidades econômicas. Antes de examinarmos os outros itens destacados por Pacheco, acreditamos ser de inestimável importância este primeiro, que envolve as finalidades da viagem. Através deste item, podemos notar toda uma série de antagonismos conflituosos que estarão presentes por toda a Viagem Filosófica de Rodrigues Ferreira e que irão definir características das relações entre o viajante e o universo a ser explorado.

Rodrigues Ferreira, depositário de uma tradição que estava se cristalizando, teve também uma formação abrangente. Foi um homem talhado pela reforma ilustrada de Pombal. Seu percurso intelectual, como veremos adiante, foi produto de um momento bastante específico. Sua expedição, por outro lado, foi caracterizada também por um contexto mais específico ainda, como já assinalado.

Neste momento, é importante lembrar do pensamento de Mary Louise Pratt que analisamos na introdução. A autora, ao atribuir aos viajantes da segunda metade do século XVIII modelos de pensamento que se revertiam em formas narrativas gerais compactuadas por eles, realmente, como já havia antes destacado, contribuiu para que entendêssemos melhor o panorama macro em que estava inserida a narrativa de Ferreira. Rubiés, por sua vez, demonstra a existência de um meta discurso que tornava o viajante um depositário de uma ação metodizada, o que implicaria pensar também, assim como Pratt, na existência de um gênero narrativo que imprimia uma lógica aos relatos desses viajantes. Por outro lado, Pacheco ao analisar também um grupo de viajantes, torna a dimensão do seu espaço de análise menor, seja em comparação a Pratt e seja, mais ainda, em comparação a Rubiés. É certo que também tenta atribuir pressupostos mais gerais em que enquadra conjuntos de viajantes, mas esmiuça as especificidades dos conjuntos e de cada um deles. A partir dessa inspiração de Pacheco, cabe então penetrarmos nas especificidades que envolveram a Viagem Filosófica.

Afinal, quais as considerações que se faziam em Portugal do final do XVIII sobre o papel dos naturalistas? Miriam Moreira Leite, em artigo recente, transcreve uma prescrição feita por João Francisco Xavier, em março de 1774, (momento em que Ferreira estava completando sua formação na Universidade de Coimbra), sobre “a Conduta e a utilidade de um Naturalista peregrino no Brasil ”. Acredito valer a pena sua citação :

“Desanimados com os *habitadores do Brasil que ignorão as ventages que o Commercio pode tirar das preciosas e raras producções dos seus terrenos*, o funcionário da Coroa Portuguesa sugere que *de tempos em tempos se mandasse nesta parte d’América pessoa instruida nas couzas naturaes que das conversaçõens familiares que tivesse com estes povos, tirase hum conhecimento do uso que a necessde os obriga a fazer das producções que achão próximas as suas habitações, seria, me pairesse, hum meio bem abbreviado de chegar ao fim que se propõem hum naturalista, quando se dispoem a viajar (...)* O que se propõe é que *hum*

*naturalista (...) uniria a detecção das couzas naturaes, que por officio haveria de buscar, o conhecimento das propriedades de muitas outras couzas, que a cada passo se lhe há de comunicar. (...) E um propriedd - das couzas que virá a noticiar, como pelo progresso da historia natural q sendo o objeto da sua missão será no seu regreso reputado como o menor fruto de suas viages.”*⁵³.

Destacando a importância do manuscrito que cita, a autora observa que o mesmo deixa patente em seu conjunto que o naturalista deveria acumular as funções de fiscal ou mesmo de espião d’El rei. O sentido pragmático aliado à preocupação de sigilo a que essas expedições obedecem é algo já extremamente destacado em numerosos trabalhos de diversos estudiosos do tema. Não é de se estranhar portanto que os “naturalista peregrinos”- como Moreira Leite prefere identificar os naturalistas do final do XVIII⁵⁴ - participem como, vamos dizer assim, “olheiros d’El rei”. Embora não concordemos com o título de naturalista peregrino para diferenciar esses viajantes do final do XVIII daqueles do XIX como faz a autora - acreditamos, por outro lado, que nosso viajante naturalista figure, no panorama dessas viagens para o Brasil do final do XVIII até o XIX, de maneira especial.

Para entender essa especialidade é necessário observarmos novamente alguns dos critérios elencados por Pacheco que citamos anteriormente. Sem desmerecer a perspicácia da autora ao observar o sentido político e o controle significativo do poder público sobre a expedição desses viajantes, acreditamos que Pacheco dá uma resposta mais adequada para essa diferenciação. A questão das finalidades, dos recursos, das instituições que promovem as viagens e da área fixada para a mesma, parecem desenhar um panorama mais complexo que caracteriza esse tipo de viagem que pode ser até de

⁵³ Miriam Lifchitz Moreira Leite, *Natureza e Naturalista*” In: Revista Imaginário n.º 3, São Paulo: NIME/ Universidade de São Paulo, 1996, p. p. 31-32.

⁵⁴ “O naturalista peregrino era um alto funcionário da Coroa Portuguesa, recebendo instruções precisas para as suas explorações político-científicas. Já o naturalista viajante (estrangeiro ou brasileiro) do século XIX, dependente dos financiadores de suas explorações, goza de uma relativa autonomia e, no Brasil, será prestigiado pelas autoridades”. Moreira Leite, *Idem*, p 34.

um “naturalista peregrino”, mas uma peregrinação que obedece a razões mais profundas.

O momento específico do qual foi fruto Rodrigues Ferreira e a situação especial em que estava inserida sua viagem fazem dessa expedição, como já mencionei anteriormente , uma expedição extremamente particular - que embora seja passível de um processo de comparações e, quem sabe até, enquadramentos generalistas - esses enquadramentos nunca serão suficientes para captar-lhe a essência. Para tanto, temos que penetrar no processo de seu desenvolvimento, observando seus conflitos e procurando entender o seu caráter mais particular .

Torna-se claro que o panorama que tentamos alinhar até agora influenciou decididamente o caráter dessa viagem. A tradição das instruções, a reforma da Universidade de Coimbra, a idéia de uma filosofia natural , a política colonial etc.. Todas estarão presentes como elementos que podem explicar a “Viagem Filosófica”. Mas no conflito das relações internas da viagem é que se vão verificar as mudanças em gestação que partem com o Dr. Alexandre de Portugal, em primeiro de setembro de 1783.

AS CIRCUNSTÂNCIAS DA VIAGEM FILOSÓFICA:

Rodrigues Ferreira, nosso protagonista, havia chegado a Lisboa no ano de 1770 pretendendo cursar o curso jurídico e de cânones, como já sabido. Com a reforma do ensino iniciada dois anos depois de sua chegada, ele acaba por mudar de interesse e parte para o curso de Filosofia Natural. Seu mentor intelectual neste período foi o italiano Domingos Vandelli . Este, responsável por mudanças significativas na Universidade de Coimbra, como já mencionado, trouxera algumas de suas coleções para o Museu de História Natural onde ministrava as disciplinas existentes no mesmo. Por outro lado, também foi o professor da cadeira de química na Universidade, organizando o respectivo laboratório.

Rodrigues Ferreira já buscando se aprofundar na área que havia escolhido para estudar, obteve o emprego de Demonstrador de História Natural na Universidade. Logo depois, Rodrigues Ferreira foi escolhido pela congregação de Coimbra por unanimidade, através do apoio decisivo de Vandelli, para ser o naturalista responsável na viagem de estudos ao Brasil. Primeiramente essa viagem foi pensada para o ano de 1778, mas como não ocorreu logo, Ferreira recebeu ordens de realizar, juntamente com seu colega de faculdade João da Silva Feijó, exames nas Minas de carvão de pedra da região de Buarcos. Data desta época sua experiência inicial trabalhando com a classificação de espécimes e com experimentos físicos e químicos. No ano subsequente, em 10 de janeiro de 1779, tomou o grau de doutor, quando defendeu suas “Conclusões Magnas”.

Neste momento, já tentando se fazer perceber no panorama intelectual português escreveu o polêmico “Abuso da Conchyliologia em Lisboa”. Esta obra - terminada em 1781, deveria ser uma introdução a sua “Teologia dos Vermes”, nunca concluída - representa muito de sua concepção sobre o que deveria ser uma “Filosofia Natural”. Divulgou esta obra em seção da Academia de Ciências da qual havia sido nomeado correspondente em 22 de maio de 1780. Citou neste trabalho vários autores que versavam sobre teologia dos astros, teologia anatômica, teologia dos insetos etc. . Seus companheiros de Academia consideravam a citação de tais obras como uma associação de idéias antagônicas, neste sentido foi criticado pelos seus pares.

Na realidade, a obra “Abuso da Conchyliologia em Lisboa” representava uma crítica a dispersão de esforços dessa especialidade “conchyologia”- especialidade essa que Rodrigues Ferreira considerava, quando exercida por amadores, menor. Acreditava que a ciência como suas especialidades deveria ser posta a serviço da economia geral. Com relação a essas idéias, Corrêa Filho cita, da pena de Ferreira:

“Em quanto a mim nenhum obséquio faz á Filosofia ,quem estuda por deleitável (...).O grau de applicação , que merece uma sciencia, mede-se pela sua utilidade.”⁵⁵

⁵⁵ Essas idéias de Ferreira, juntamente com outras referentes a sua estada em Portugal no periodo anterior a sua “Viagem Filosófica”, encontram-se destacadas e analisadas por V. Corrêa Filho na obra *Alexandre*

Colecionar conchas para Ferreira, seguindo essa sua perspectiva de unir as cogitações científicas a interesses materiais, era totalmente lastimável. O espírito pragmático que o impregnava se coadunava com a atmosfera da ilustração portuguesa.

Para se entender essa aparente contradição: de um lado, um naturalista formado dentro de toda uma tradição que se cristalizara desde meados do século XVIII; de outro lado, o mesmo naturalista defendendo idéias inseridas dentro da tradição de uma teologia física que, absolutamente, se distanciava desta tradição - para isto, é necessário compreendermos como a história natural era vista em Portugal.

Cassirer, ao analisar a filosofia do iluminismo⁵⁶, considera que apesar da existência de uma tendência profunda no século XVIII de se buscar arrancar à natureza seus segredos, através do escrutínio da razão e da ciência - era primordial romper o vínculo que ainda existia entre a teologia e a física e que este vínculo, muito embora já estivesse bastante solto no século XVIII, ainda não havia sido quebrado. Segundo ele, não somente os teólogos, mas os físicos e biólogos esforçavam-se para explicar essa ciência. Várias obras foram publicadas, dentre elas: *Théologie Physique* (1726) - um tratado do inglês Derhan, traduzido para o francês; pouco depois foram editados a *Théologie de l'eau*, de Fabricius, e a *Theologie des Insectes*, de Lesser. Cassirer lembra que todo um movimento contrário a essa tendência surgiu nos círculos da intelectualidade européia - Voltaire fora o mais aguerrido. Por outro lado, lembra da perspectiva defendida por Buffon em sua *Épocas da Natureza*, na qual, embora sem entrar em conflito com a teologia, manteve um silêncio sintomático no que se referia a gênese bíblica. Como então entender esses primeiros posicionamentos de Ferreira?

Recorreremos então ao pensamento de Pedro Calafate sobre a idéia de natureza no século XVIII em Portugal. Esse autor, entre outras coisas, analisa o papel da física teológica nos quadros da intelectualidade lusa. Segundo Calafate, a física teológica em Portugal, determinou uma aliança profunda entre as ciências naturais e a teologia racional, ou natural. Desta forma, segundo ele, “deitando por terra as imagens de um

Rodrigues Ferreira - vida e obra do Grande naturalista brasileiro - Edição Ilustrada. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 22.

⁵⁶ Ernest Cassirer, *A Filosofia do Iluminismo*, Campinas: Unicamp, 1994, pp. 78 -79.

século XVIII predominantemente irreligioso”⁵⁷. Frei Manoel Cenáculo, por exemplo, é lembrado pelo autor como um dos que defendia a necessidade de se ‘espiritualizar a materialidade dos objetos’. Para Calafate, as idéias que o paradigma matematizante das ciências físicas defendia vieram reforçar, com sua lógica mecanicista, o desenvolvimento de uma filosofia religiosa. Segundo ele: “Na verdade, a verificação em larga escala da existência de uma estrutura ordenada e impregnada de finalidade, subjacente ao modo de existência dos seres naturais, determinou um movimento de elevação do espírito, que desse modo acedeu ao conhecimento das ‘coisas invisíveis’ de Deus, ao mesmo tempo que conhecia um enraizamento na natureza”⁵⁸. Para o autor, o universo que as ciências físicas descobrem progressivamente, traduzindo em número, peso e medida é “re-ligado a Deus, num processo que traduz a abertura do finito ao infinito, como exigência fundamental do espírito”⁵⁹.

Uma outra idéia destacada por Calafate é o finalismo utilitário das criaturas, um dos elementos fundamentais da física teológica. Esta perspectiva obrigava o homem a tomar posse da natureza física, colocando-a a seu serviço, percorrendo, desta forma, as etapas de civilização e da história. A aventura humana corresponderia a conquista da natureza física, colocando-a a seu serviço.

Calafate, no entanto, lembra que a partir do terceiro quartel do século XVIII, houve uma modificação do paradigma físico matemático pelo paradigma ligado a história natural. Segundo ele, este espaço dado a história natural se tornou mais forte depois da publicação dos estatutos da universidade de Coimbra (1772). A história natural substituiu a análise meramente matemática da natureza pela perspectiva de observação, descritiva e taxionômica, muito embora não abandonasse os grandes sistemas explicativos. Neste momento, Calafate também considera que se constituiu um discurso onde o culto ao objeto e a sua descrição se assume como dominante.

O conde Buffon é lembrado por Calafate como um dos que assumiu este novo paradigma. O plano em que Buffon levou a história natural era o da observação, da

⁵⁷ Pedro Calafate, *A Idéia de Natureza no século XVIII em Portugal (1740 - 1800)*, Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994, p. 21.

⁵⁸ Idem, p. 20.

⁵⁹ Idem, p. 21.

descrição e da comparação, dissociando-o de qualquer perspectiva metafísica. Sua concepção distanciava-o da física teológica. Relegando a um plano exterior qualquer sentido simbólico, Buffon via a ciência como uma leitura analítica da natureza. Em contrapartida, a leitura feita de Buffon em Portugal não foi unânime. Alguns, segundo Calafate, prolongaram as perspectivas de Buffon para considerações de ordem teológica. Dentre esses leitores de Buffon, estavam: Félix Avelar Brotero, José Mayne e o próprio Domingos Vandelli.

Vandelli, mentor intelectual de Rodrigues Ferreira, num texto intitulado *Memória sobre a Utilidade dos Museus de História Natural*, defende a história natural, as idéias de Buffon e, ao mesmo tempo, demonstra a importância que a ligação entre ciência e religião tem para ele: “Nenhum que se aplicou a estudos e observou as obras da natureza foi conhecido como ateu ou infiel, porque a ciência natural está unida com a religião. Todas as propriedades, pois, e usos das coisas, que por meio da observação e experiência descobrimos, dá a idéia a mais sublime, a mais magnífica do Criador, infinitamente sábio e onipotente”⁶⁰.

Embora um tanto diferentes em posição, Calafate também destaca o pensamento de Avelar Brotero e de Mayne como próximos no que diz respeito a pensar a presença divina nas obras naturais. Não havia, para esses autores, a separação que Buffon destaca existir entre ciência natural e religião. Dessa forma, o autor considera que: “Estamos, sim, em presença de uma convicção e de uma manifestação de pertença a quadros culturais profundamente enraizados em Portugal, em Itália e no resto da Europa Setecentista, quadros em que a religião se converte em importante catalisador do conhecimento científico e em que a natureza assume uma dignidade que extravasa em muito os limites do puramente físico e material”⁶¹.

Pensando assim, mesmo que considere que houve uma mudança do paradigma em relação ao estudo da natureza de uma perspectiva lógico matemática, que poderíamos aqui associar ao mecanicismo de Descartes, para a lógica da física experimental, que poderíamos também relacionar a Newton - Calafate destaca o caráter que a História

⁶⁰ Vandelli, Apud Calafate, 1994, p. 87.

⁶¹ Calafate, *A Idéia de Natureza no século XVIII em Portugal*, 1994, p. 88.

Natural tinha segundo os quadros de boa parte da intelectualidade lusa. Não se trata portanto de buscar entender a obra de Alexandre Rodrigues como depositária apenas dos paradigmas das novas ciências naturais que se tornaram hegemônicas na segunda metade do século XVIII, mas antes, compreender sua obra como fazendo parte de uma ambiente intelectual extremamente singular.

Todas essas observações tornam mais específica ainda a trajetória intelectual de Rodrigues Ferreira, e vão se somando no sentido de permitirem que se entenda, mais adiante e com mais clareza, a maneira com que foi possível para Alexandre Rodrigues Ferreira perceber a população nativa com a qual iria entrar em contato e que seria o objeto mais importante de suas indagações.

Ao partir para o Brasil, depois de receber as instruções em Agosto de 1783, Rodrigues Ferreira carregava consigo bem claro seu objetivo que se irmanava com as idéias de uma perspectiva de “filosofia natural”. Segundo Ferreira Reis, o objetivo de sua viagem era o de um meticuloso exame das condições, não apenas as de natureza física, mas da atuação dos homens como força disciplinadora dessa natureza.⁶² Por outro lado, Moreira Leite, investigando sobre o conceito de “história natural” nos dicionários de 1771, observa que era apresentada como:

“(…)a ciências das descrições completas de produtos naturais em geral, mas que também ensina o método de organizá-los em Classes, Ordens, Gêneros e Espécies. Esta definição inclui Zoologia, Botânica, Mineralogia etc. . O método de investigação dos gêneros e espécies baseia-se na ordenação natural ou artificial”.⁶³

⁶² Ver no prefácio de *Alexandre Rodrigues Ferreira. Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá - 1783 - 1792*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970

⁶³ Miriam Lifchitz Moreira Leite, *Natureza e Naturalistas* In: Revista Imaginário, n.º 3, São Paulo: NIME/USP, 1996, p. 39.

Primeiramente, é bom que se entenda que a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira não foi uma viagem isolada. Junto com ele partiram outros para outras colônias portuguesas com objetivos semelhantes ao seu. Para Moçambique foi destacado o naturalista Manoel Galvão de Silva; para Angola, Angelo Donati ; para as Ilhas de Cabo Verde foi João da Silva Feijó - este também brasileiro. Todas essas viagens obedeciam a uma política que se implementava no reino.

Sempre existiu por parte de Portugal grande cuidado quanto às informações sobre suas colônias - era a chamada “política do sigilo”. Livros eram censurados - existia uma hostilidade natural aos estrangeiros terem acesso a informações sobre o reino. Por outro lado, era necessário conhecer mais profundamente suas posses. Como já observado, com a fixação das fronteiras entre Portugal e Espanha , pelo tratado de 1750, corroborado por outro em 1777, procedeu-se a observações astronômicas, levantamentos cartográficos, descritivos e geográficos - além de indagações sobre as condições econômicas e humanas dessas fronteiras. No caso do Grão Para e Maranhão, em vista da demarcação, algumas obras vieram a lume, dentre as quais a “História Natural do Pará” de José Antônio Landi ⁶⁴ - italiano que depois se tornou um grande arquiteto em Belém do Pará. Este italiano será para Rodrigues Ferreira um interlocutor privilegiado na confecção de suas observações.

Ao lado dessa elite intelectual estrangeira pouco a pouco via-se surgir uma nova elite intelectual formada na metrópole portuguesa. Tal elite compunha-se de portugueses e luso-brasileiros. Homens oriundos normalmente de uma elite econômica e que saíram do Brasil para completarem seus estudos em Portugal. Tais estudantes formaram um

⁶⁴ O italiano Antônio Giuseppe Landi (1713 -1791) teve uma participação na vida política e cultural do Pará bastante intensa. Integrante do movimento classicista italiano, membro eleito da Academia Clementina de Bolonha, em 1743; mestre em arquitetura no Instituto de Ciências e Artes, premiado em 1731 e 1734, Landi decidiu abandonar tudo e seguir em aventura para a América Portuguesa. Isto aconteceu devido a decisão de João V, rei de Portugal, de buscar na Itália cartógrafos e homens versados em “filosofia experimental”, e que fossem desenhadores, para participarem da comissão de demarcação das fronteiras coloniais com a América Espanhola. Landi, depois de participar no Pará como membro dessa comissão, acabou se fixando em Belém, onde tornou-se o principal arquiteto naquela região. Landi também se encontrou com Alexandre Rodrigues Ferreira e cedeu alguns de seus desenhos, principalmente de prédios públicos , para serem anexados às memórias e diários da Viagem Filosófica. Para mais informações sobre Landi consultar: Leandro Tocantins, *Landi - Um Italiano Luso-tropicalizado* In: Revista Brasileira de Cultura, ano I , n.º 1, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, julho/setembro, 1969, pp. 13-27.

corpo intelectual que serviu à política colonial portuguesa na medida em que seus estudos possibilitaram inovações em várias áreas objetivando um progresso material de cunho prático. Inseridos no panorama intelectual do século das luzes, esses sábios e cientistas eram exaltados como homens práticos e de ação e que, por seu intermédio, seria possível se construir, através de inventos e descobertas úteis, a felicidade dos homens.

A penetração das idéias ilustradas em Portugal, como visto, não foi pouca. Tanto isto é verdade que a Universidade de Coimbra, durante os anos de 1722 até 1822, tendo tido no total 866 estudantes brasileiros, desses, os 568 que estudavam direito tiveram 281, a metade, formando-se simultaneamente em leis e matemática ou ciências naturais. Por outro lado, dez anos depois da reforma da universidade em 1772, 238 brasileiros diplomaram-se em matemática, ciências naturais e medicina. Ao mesmo tempo, segundo a historiadora Maria Odila, dos estudantes que deixaram obras escritas estavam voltados para as ciências naturais e para a medicina, ao mesmo tempo que nessas obras existia um predomínio da literatura científica dos estudos naturais, em detrimento de pesquisas em ciências puras.⁶⁵

Maria Odila vai buscar uma das razões dessa tendência pragmática, dentre outras, na literatura básica que informou e formou essa então nova elite intelectual de 'brasileiros'. Nas Cartas sobre a educação da mocidade (1759), de Ribeiro Sanches, já mencionado aqui, já existia essa tendência. O autor destaca na sua obra a importância do estudo das ciências naturais para servirem à medicina e como incremento, por exemplo, para a agricultura. Por outro lado, a autora também concorda com uma certa tendência, seja da filosofia do período, seja das necessidades políticas do Estado português. Odila lembra da idéia defendida por Sérgio Buarque de Holanda sobre a existência de uma atitude mental pragmática entre os portugueses.

A política do Estado português vai ser apontada pela autora como extremamente importante para o desenvolvimento dessa atmosfera das ciências naturais. A partir de 1770 houve, por parte da Coroa, uma política de publicação de diversas memórias sobre

⁶⁵ Maria Odila da Silva Dias, *Aspectos da Ilustração no Brasil*, Revista do IHGB, vol. 278, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, janeiro/março, 1968, pp. 105 -170.

estudos de produtos naturais, visando fomentar produção de matérias-primas para uso da industrialização portuguesa, ao mesmo tempo que objetivava promover o renascimento da agricultura na colônia para compensar as oscilações do rendimento do quinto e os efeitos da baixa do preço do açúcar. Diversas foram as solicitações feitas pelas autoridades metropolitanas para o estudo da flora e fauna brasileiras no intuito de levantar a existência de produtos interessantes e comercializáveis. Pombal iniciou este tipo de política o que favoreceu, segundo a autora, o desenvolvimento posterior nas pesquisas em ciências naturais no Brasil.

No entanto este tipo de política não foi abandonada depois da queda do ministro, como veremos posteriormente. Mesmo anos depois, já no período joanino, sob o ministério de D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1796, a elite ilustrada de bacharéis e cientistas ‘brasileiros’ se agitavam em torno do ministro ocupados em colocar em prática uma nova política de renovação da agricultura através da introdução de novidades técnicas. Em contrapartida, por essa época, o então ministro de D. Maria I, solicitava de seus governadores relatórios sobre os processos empregados no preparo e cultivo de gêneros exportáveis.

Essa elite intelectual que se formara desde os primeiros anos da reforma da Universidade de Coimbra, ou mesmo antes, permanecia tendo um papel crucial para a política colonial do governo português. Existia uma ligação bastante forte entre essa mentalidade científica que tomava forma e a política do Estado. Esses estudiosos eram aproveitados de todas as formas pela administração colonial portuguesa. Suas atribuições muitas vezes eram demasiadas. Estudos, pedidos de levantamentos diversos entre outras tarefas, faziam, muitas vezes, com que esses homens ficassem impossibilitados de cumprirem todas as suas incumbências.

Por outro lado, essa mesma elite intelectual serviu a Coroa não somente como cientistas em pesquisas ou nos seus gabinetes de estudo. Em função da escassez de homens talhados para a administração interna da colônia, muitos desses homens foram obrigados a trocarem seus estudos por cargos administrativos, políticos e judiciários.

Essa idéia acima é corroborada por Kenneth Maxwell que analisando os homens que ocupavam cargos administrativos no Brasil, desde Pombal, atesta que a “qualidade”

desses homens era impressionante⁶⁶. Esse mesmo autor lembra os momentos de transformação ocorridos em Portugal na década de 60 do século XVIII e a implicação disso para a transformação do sistema colonial. Problemas econômicos de diversas ordens, culminaram, segundo o autor, com o retorno a uma tradição mercantilista pelo ministro sucessor de Pombal, Marinho de Melo e Castro.

No entanto, este aparente retorno a uma política anterior é analisado pelo historiador Fernando Novais como fazendo parte de um processo mais complexo. Acompanhando o pensamento de uma continuidade e até um aprofundamento da utilização dos ideais iluministas, o autor afirma que:

“Bem vistas as coisas, portanto, o período que se segue ao ‘consulado’ pombalino aparece-nos muito mais como seu desdobramento que sua negação. Da fase autoritária de criação dos pré-requisitos ou melhor das condições das reformas, passa-se, a partir de 1777, para uma etapa de maiores aberturas para o pensamento ilustrado, mas isso era um desdobramento do processo de reformas. De um lado, o esforço de recuperação econômica empreendido pelo marquês de Pombal começava a dar os seus frutos : doutro lado, com a independência dos Estados Unidos e a abertura da era das revoluções, os mecanismos de crise geral do sistema começavam a vir à tona. As mudanças se impunham, nas alternativas de reforma ou revolução. Neste sentido, a chamada ‘viradeira’ tem muito reduzida sua importância efetiva; houve sim uma viragem significativa, mas no sentido de uma maior integração nas linhas do reformismo ilustrado”.⁶⁷

É nesta perspectiva que se pode entender a política instituída por Marinho de Melo e Castro para colocar em prática o levantamento das condições naturais e econômicas do reino. Memórias as mais diversas que versavam sobre o estado da agricultura de diversas partes do reino português, descrições geográficas e econômicas começaram, cada vez mais, a aparecer por essa época . Dentre essas obras, duas para

⁶⁶ Kenneth Maxwell, *A Devassa da Devassa - A inconfidência Mineira: Brasil e Portugal - 1750 - 1808*, trad. João Maia, 2ª. ed. , Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁶⁷ Fernando Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 - 1808)*, 5ª. ed., São Paulo - SP: Editora HUCITEC, 1989, p. 224.

nós são de extrema importância. Correspondem a duas memórias de autoria de Domingos Vandelli - *Memória sobre a agricultura do Reino e suas conquistas e Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura*. Por outro lado, Vandelli também produziu estudos setorializados sobre : oliveira, loureiro, algodão etc. .⁶⁸

Nestas obras, Vandelli defende a atividade agrícola. Essa posição de defesa da agricultura feita por Vandelli e diversos outros autores não pode ser encarada, segundo Novais, como uma posição que se ligaria a um pensamento fisiocrático ortodoxo. Usando as idéias do próprio Vandelli, cita da pena do professor italiano: “sendo certo, que todos os ramos da economia civil, para que esta seja útil ao Reino, devem ser regulados por princípios deduzidos de uma boa Aritmética política, assim não se devem seguir sistemas, sem antes examiná-los, e confrontá-los com as atuais circunstâncias da Nação”⁶⁹. Analisando o trecho, Novais afirma que Vandelli representa com essas idéias o que ele chama de clima mental dos teóricos luso-brasileiros da ilustração. Acredita que o que se tem neste trecho é a idéia de que as teorias necessitavam ser assimiladas conforme as situações concretas, adequando-as às situações específicas. Seria, para Novais, o pragmatismo cientificista lastreando o ecletismo. Seguindo com as idéias de Vandelli, Novais escreve: “Referindo-se à política de Pombal, afirma Vandelli que se ‘seguia o sistema de Colbert (isto é, o mercantilismo) subministrando somas consideráveis aos fabricantes: não deixando porém no mesmo tempo perder de vista a agricultura’, o que lhe parece justificado pelo ‘estado no qual se achava o Reino, necessitado de uma total reforma’; aos vindouros ficava a tarefa de ‘aperfeiçoar, e aproveitar esses grandes impulsos, que hão um dia fazer a felicidade da nação’”⁷⁰. Novais acredita que Vandelli via o período de que tratava como um desdobramento quase natural do pombalismo. Neste sentido, a mentalidade econômica dos ilustrados portugueses, para Novais, pode ser entendida como o cruzamento da influência dos clássicos ingleses com os fisiocratas franceses, criando o que ele chama de mercantilismo ilustrado.

⁶⁸ Novais, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, 1989, p. 228.

⁶⁹ Vandelli, *Apud* Novais, *Idem*, p. 229.

⁷⁰ Novais, *Idem*, p. 229.

Esse clima de reforma ilustrada presente no período posterior a queda de Pombal, destacado por Maria Odila e confirmado por Novais; a existência de uma elite intelectual no período intimamente ligada com os interesses econômicos do Estado português e com sua política colonial ; o espírito pragmático que sustentava todos eles; além do mais, o fato do próprio mentor intelectual de Rodrigues Ferreira ter corroborado todas essas idéias, - isto tudo nos possibilita pensar o imenso compromisso que Alexandre Rodrigues Ferreira deveria ter com toda essa política colonial. Por outro lado, fica mais claro entender onde se enquadrava a sua expedição e, como mais tarde veremos, em que medida este seu compromisso com esta política colonial e com esta ilustração pragmática vai influenciar, também, a sua maneira de representar a realidade que viu, em particular, os nativos que teve contato.

Um ano depois da queda de Pombal em 1777, o ministro Martinho de Melo e Castro, estando na direção dos negócios para o Ultramar, decide proceder a um inventário do Império. A expedição de Ferreira participa desse objetivo do Estado. Quanto à localização escolhida, como discutido anteriormente, já existia sobre a região um conjunto de conhecimentos razoáveis; faltava-lhe, no entanto, a sistematização desses conhecimentos através de técnicas científicas distintas⁷¹.

Rodrigues Ferreira lança-se em sua expedição imbuído de um misto de cientista natural e filósofo humanista a serviço do Estado. Nesta equação complicada, com vários termos antagônicos, veremos se constituir a Viagem Filosófica.

Logo ao início da Viagem, segundo Corrêa Filho, Alexandre Rodrigues procedeu conforme o estabelecido num conjunto de doutrinas que considera de autoria do mesmo, muito embora não tenha sua assinatura. Este verdadeiro planejamento do programa de trabalho que Ferreira faz cumprir desde o início demonstra uma disciplina severa, destacando nos mínimos detalhes como se deveria proceder em todas as atividades. Mais adiante, no decorrer da viagem, veremos que tal disciplina, em muitos de seus aspectos,

⁷¹ É bom que se lembre que as comissões de demarcação de limites, as quais tratamos anteriormente, também buscaram analisar cientificamente esta mesma região, muito embora os paradigmas científicos os quais utilizaram se coadunavam com os paradigmas da perspectiva lógico matemática. Estes homens eram, como já mencionado, em sua maioria, formados em engenharia, cartografia e matemática.

não foi possível cumprir devido as circunstâncias que se apresentaram para Rodrigues Ferreira. Por outro lado, esse conjunto de doutrinas é extremamente importante para que possamos compreender como possivelmente se organizavam os trabalhos da expedição. Além de corroborarem a existência de um espírito metódico que conduzia os naturalistas, já bem assinalado por Rubiés e por Bourguet.

O trabalho iniciar-se-ia no próprio dia do embarque por meio de uma pesca adequada. Os produtos seriam preparados de acordo com as técnicas taxidermistas, com certeza de Lineu. Nada deveria ser relegado, todas as observações deveriam ser feitas a luz do espírito filosófico e científico, com método e atenção.

Segundo o texto, o naturalista deveria caminhar a pé para o melhor proveito de suas observações. Para tanto, deveria ter em mente o horário dessas caminhadas, observando o período do ano em que se encontrava, como também a região. No caso, o excessivo calor mostrava seu apogeu das 10 horas da manhã até as 3 horas da tarde. Devido a isso, a coleta de materiais deveria ser feita até as 10 horas, momento em que o naturalista e seus auxiliares deveriam se recolher à barraca no acampamento escolhido onde se começaria a “faina taxidermista” e de “risco” (desenho). Nesta caminhada matutina, antes do recolhimento inicial, indica o documento que, logo ao amanhecer, deveria ser preparada a comida, quente para facilitar a digestão. Tomaria cada um o seu lápis e diário onde iriam ser anotados todos os produtos que fossem encontrados em cada momento da jornada, como : ervas, arvores, musgos, quadrúpedes, aves, peixes, anfíbios, insetos, vermes, pedras, minas, fósseis. O recolhimento dos produtos deveria acontecer sem “grande averiguação” a não ser que fosse necessário alguma reflexão especial. A localização dos produtos encontrados deveria ser anotada - a “altura do polo”- no caso de “produção útil”. O diário deveria se dividir em quantos fossem necessários : um primeiro deveria conter uma carta geográfica do país onde se marcaria com sinais químicos os diferentes produtos encontrados ; no segundo se deveria anotar tudo relacionado aos habitantes e seus costumes ; um terceiro para o quadro de observações termométricas ; um outro para a indicação dos acidentes geográficos. A caminhada recomençaria às três horas da tarde. Nota-se nestas instruções os ecos do modelo metódico anteriormente indicado por Rubiés .

Recomeçada a caminhada, até mesmo o tipo de vestimenta a ser utilizada é observado. A preocupação com a segurança também é uma tônica no documento. Seria necessário, depois de escovadas as pistolas e espingardas, a um viajante “esperto” avançar com foiceiros a frente, instrumentos pelo meio, e naturalista na retaguarda, sempre “atentos a possíveis assaltos”. Depois, ao pôr do sol, no acampamento, deveria ser colocar em ordem os bichos e plantas enquanto os “índios cuidavam da bagagem e o cozinheiro da derradeira refeição diária”. Observa o documento a importância do silêncio a noite. As camas, para evitar a umidade do solo, deveriam ter os pés de ferro, com colchão de cabelos, forrado por fora de carneiro ou marroquim. Com certeza, Rodrigues Ferreira ao se deparar com a dificuldade de se carregar camas de ferro, ou de pés de ferro, assim como colchões de cabelo, pela floresta ou em cima dos barcos - aceitaria de bom grado a simplicidade e eficiência da tecnologia nativa da rede. Mas, voltando ao documento: as quintas feiras deveriam ser dedicadas ao serviço no próprio acampamento. Então, espécimes seriam acondicionados para uma próxima remessa, os desenhistas completariam seus serviços etc.. Por fim, se faria um relatório mensal dando conta da marcha e da colheita implementada. Tais relatórios provavelmente se transformaram nas participações que Ferreira enviou com uma certa periodicidade para a metrópole.

A bordo da charrua “Águia Coração de Jesus”, na viagem ao Brasil que durou de 1º. de setembro até 21 de outubro de 1783, Alexandre Rodrigues Ferreira conviveu com D. Martinho de Souza Albuquerque que viajava para assumir o cargo de governador geral do Grão Pará, e com o frei Caetano Brandão que assumiria o bispado substituindo o vigário capitular José Monteiro de Noronha. Além do ministro Martinho em Portugal, o governador Martinho foram de extrema importância para a expedição de Ferreira. Esses dois administradores, responsáveis diretos pela expedição de Alexandre Ferreira, estavam naquele momento tomando pé da situação a qual iriam administrar : o ministro na metrópole - nos negócios ultramarinos e o governador - no estado do Grão-Pará. Neste caso, havia também uma importância utilitária e política dessa expedição para seus interesses. Esse jogo de interesses somado aos do próprio Alexandre deram a tônica especial dessa viagem, assim como de seus conflitos.

Chegando ao Brasil, mas precisamente ao Estado do Grão-Pará, Rodrigues Ferreira se deparou, depois do deslumbramento natural que a terra lhe causou, com uma situação que não havia previsto inicialmente. Em 7 de novembro de 1783, partiu para Marajó em companhia do Inspetor Geral Florentino da Silveira. Sintomática essa presença do Inspetor. Naquele momento, Ferreira tomou ciência de outros objetivos que estavam destinados à sua jornada. Com relação a isso, Moreira Neto chama a seguinte atenção :

“O que importa de momento acentuar é que a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira formula-se como projeto, no âmbito dominante do interesse e da política oficial em relação à Amazonas[seria Amazônia, mas é assim que está grafada no texto do autor]. A natureza do trabalho de Rodrigues Ferreira é , pois, condicionada pela multiplicidade dos temas de interesse político e administrativo sobre que deve informar e , eventualmente, propor soluções.(...) Na correspondência de Alexandre Rodrigues Ferreira há evidência de que esse papel de inspetor colonial - que exerceu, aliás, com extrema competência - parecia-lhe encargo trabalhoso e dispersivo que tomava todo o tempo e punha em risco sua obra científica.”⁷²

Na realidade, as preocupações de Alexandre Rodrigues vão desde os objetivos mesmos da viagem até a sua falta de oportunidade de estudar e elaborar de forma adequada os materiais que precisava enviar para Portugal. Em relação ao problema dos objetivos, talvez fosse interessante tomarmos conhecimento das ordens que acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira - aquelas mandadas pelo Ministro Martinho de Mello e Castro ao governador do Pará, já, então, Martinho de Souza e Albuquerque:

⁷² Moreira Neto, “Introdução” In: *Alexandre Rodrigues Ferreira, Viagem Filosófica ao Rio Negro*, Belém: Museu Emilio Goeldi / Círculo do Livro, s/d., p.18.

“Nesta ocasião embarca para o Pará o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira Naturalista, levando debaixo da sua Inspeção a José Joaquim Freire, Riscador, Joaquim José Codina, também Riscador; e Agostinho Joaquim do Cabo, jardineiro(...)

Os ditos Naturalistas, e Riscadores, devem empregar-se debaixo das ordens de V.S.^a, em examinar, e descrever tudo o que houver nesse Estado relativo á Historia Natural; e em recolher, e preparar o que se deve remeter a esta Corte, na conformidade das Instruções que leva o dito Alexandre Rodrigues, debaixo de cuja Inspeção devem trabalhar os outros três, que vão na sua companhia ; fazendo V.S.^a que estes lhe obedçam em tudo o que fizer o bem do Real serviço. Aos mesmos se ordena sigam em tudo as ordens de V.S.^a, a quem devem dar conta do que fizerem, remetendo-lhe as produções que recolherem, para V.S.^a as enviar para esta Corte, com as observações que eles tiverem feito : E nesta inteligência lhes determinará V.S.^a os sítios onde hão de ir na forma, que lhe parecer mais acertada.”⁷³

Podemos observar ao analisarmos essas ordens que a tutela da viagem de Alexandre, como já mencionado, se repartia entre as ordens diretas da Coroa e os interesses da administração local. Esta circunstância que se apresentava motivou, da parte de Rodrigues Ferreira, em vários momentos, reclamações sobre longas esperas, itinerários estabelecidos (na medida em que estes itinerários foram organizados pela administração colonial), entre outras. Neste conflito de interesses, de um lado teremos da parte de Ferreira o interesse primordial nas particularidades sociais que se apresentavam nos locais por onde passava : a vida civil, eclesiástica, militar no que tivesse de mais característico, assim como nos seus aspectos físicos e naturalmente as características dos três reinos : animal, vegetal e mineral. O que acontecia era que da parte das autoridades locais os interesses iam desde os aspectos econômicos - o que não desagradava Ferreira, passando pelo inventário material, militar e populacional e

⁷³ Idem, p. 22.

suas relações com as ordens da administração. Em outras palavras, o mais importante para a administração local era a inspeção das localidades.

No que os dois objetivos se casavam - administrativos e científicos , o encaminhamento ia bem. Na sua primeira viagem a ilha do Marajó, Ferreira observará desde o cultivo da cana, os engenhos e a produção de água ardente - sobre o qual tece um importante desagravo moral, até a ida aos arquivos para localizar historicamente as regiões que analisava. Sobre esta busca de informações, o tal casamento já não ia tão bem. Ferreira observa que ela se tornava, enquanto seu objetivo direto - o de escrever a história, extremamente difícil dada a exigüidade do tempo . Ao mesmo tempo, Rodrigues Ferreira tenta ganhar adeptos a sua causa. Dirige carta a João Pereira Caldas, na época governador da Capitania do Rio Negro com quem terá um convívio bastante grande, fazendo apologia a história natural tentando ganhar mecenas para sua expedição.⁷⁴

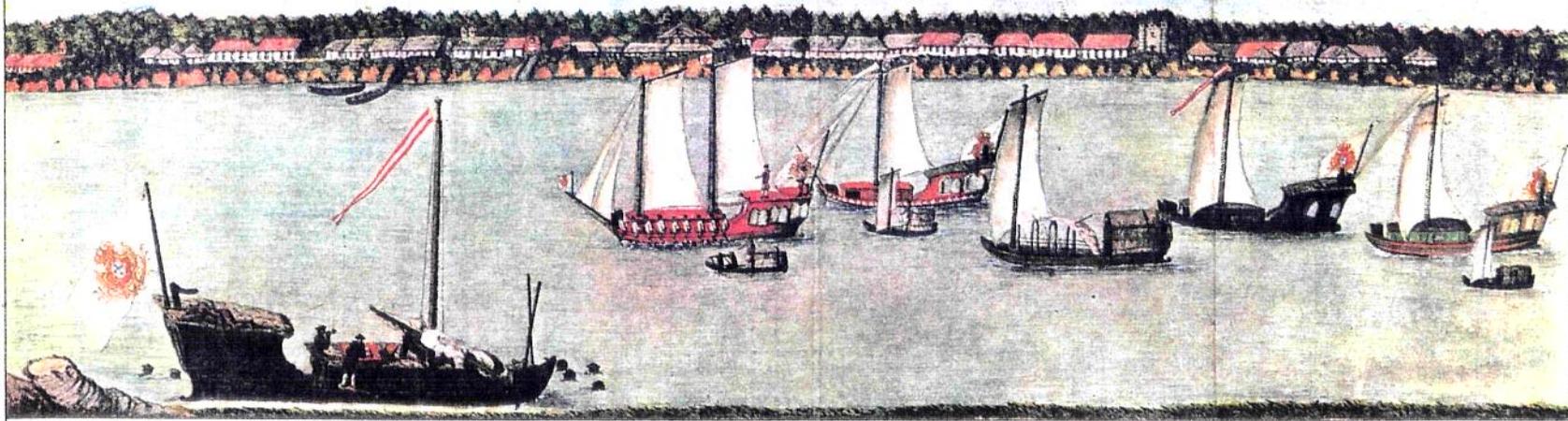
Ferreira estava literalmente nas mãos desses políticos. Este será um dos problemas mais grave em sua viagem ao Rio Madeira. Viagem essa que se apresentou por ordem direta da Coroa. Alexandre Rodrigues esteve de outubro de 1783 a setembro de 1784 sob a autoridade de Martinho de Souza e Albuquerque, tempo em que ficou em Belém à espera de novas ordens; foi quando remeteu os primeiros exemplares por ele escolhidos para Portugal. Já de 1785 ao fim de 1788 - esteve sob as ordens de Pereira Caldas, governador da capitania do Rio Negro. Neste período relativamente longo, conviveu muito com o dito governador e se instalou em Barcelos, capital da então capitania. Barcelos foi a cidade que Ferreira usou como pouso privilegiado. Lá muitos dos “riscos” e dos relatos de sua expedição foram produzidos. A viagem que Ferreira empreendeu de Belém até Barcelos, fazendo escalas em várias vilas, juntamente com o governador Martinho de Souza e Albuquerque foi registrada pela belíssima estampa que se segue (figura 2) numa de suas paradas. Podemos identificar nesta comitiva, não

⁷⁴ João Pereira Caldas fora ajudante de ordens de Francisco Xavier de Mendonça Furtado nas demarcações das fronteiras instituídas pelo tratado de 1750. Caldas foi governador primeiramente do Piauí, do Pará e Rio Negro, tendo sido nomeado também governador do Mato Grosso . Com o tratado de 1777, foi nomeado primeiro comissário da terceira divisão de demarcação das fronteiras com as possessões espanholas. Essa comissão foi incumbida de demarcar da foz do Jauru à do Japurá, na fronteira oeste da Amazônia.

somente a canoa em que ia o naturalista, como também um dos riscadores debruçado sobre um desenho pintando algo na canoa que está parada na extremidade esquerda da estampa.

Chegando em Barcelos, Ferreira organizou suas notas avulsas em escritos mais bem elaborados. Redigiu as “participações”, ou seja, os relatórios de suas pesquisas que constituíram seu Diário, bem como as monografias destinadas a acompanhar as remessas de espécimes que despachava para Lisboa. Tais monografias descreviam também detalhes dos povoados e das populações que encontrava. Abaixo, algumas das participações que enviou de Barcelos:

PARTICIPAÇÕES - LOCAL	DATA
1.ª Participação - Barcelos	17 de janeiro de 1786.
2.ª Participação - Barcelos	30 de janeiro de 1786.
3.ª Participação - Barcelos	05 de fevereiro de 1786.
4.ª Participação - Barcelos	19 de fevereiro de 1786.
5.ª Participação - Barcelos	30 de março de 1786.
6.ª Participação - Barcelos	14 de junho de 1786.
7.ª Participação - Barcelos	18 de junho de 1786.



Barraqueta da Villa de Cameta, e da Estacada que fez
o Sr. J.º Alvarinho da Sousa e Albuquerque, Capitão
General do Estado, na tarde do dia 11º de Janeiro
de 1784.

(1) Igreja de Montaria.

(2) Capella de São João.

(3) Hospicio dos Missionarios.

(4) Casa que servio de Quartel General.

(5) Arco erigido pela Camara p.ª a entrada do Sr.º
(6) Canoa N.º 5.ª da Piedade do transporte do Sr.
G. e seus e sua familia.

(7) Canoa N.º 1.ª da Victoria do transporte do Sr.
das Ordens Manoel Thomaz de sa, ex Governante
Consul da Comarca da Ilha Curiaçao.

(8) Canoa de Monte q. servio de Cozinha.

(9) Canoa L.º Francisco X.º do transporte de Naturalista
o Sr.º Alva.º Reis.º

(10) Canoa N.º 6.ª da Adequação do transporte do Sr.º Cav.
General Mathias J.º de sa, ex Capitão dos J.ºs de Sa.
da Ilha Curiaçao.

(11) Montaria das ordens do Sr.º General.

(12) Montaria de seu Esp.º de Ordens.

(13) Montaria do Sr.º Cav.
da Ilha Curiaçao.

É fácil observar que as obrigações cotidianas de Alexandre Rodrigues Ferreira eram bastante significativas. Em vários momentos foi obrigado a separar sua equipe para poder dar conta do trabalho. No Rio Negro, enquanto pesquisava alguns afluentes com Codina ao seu lado, Freire, um dos riscadores, ia na companhia de Joaquim do Cabo em direção a outros rios.

A tarefa de Ferreira, como vimos, era grande. Instruído para recolher, classificar e preparar os produtos naturais que seriam enviados para Lisboa, Ferreira também deveria incrementar a agricultura, elaborar ofícios e relatórios visando constituir um retrato econômico, geográfico, político, demográfico e etnográfico da região. Neste contexto, surgiram diversas produções como memórias sobre fauna, flora e 'antropologia', participações sobre costumes, literatura, comércio, agricultura e medicina.

Como era de praxe para os homens da ilustração, Ferreira recorreu, para se fundamentar, aos textos de diversos outros autores que muitas vezes transcreveu ou citou. Diversos deles estão presentes na pequena lista que citaremos mais adiante.

Nas participações que enviou do Rio Negro, figuram temas como estudo de paisagem rural, dos núcleos urbanos e das relações de poder, impressões de viagens (dando conta de fatos de história recente), informações demográficas, sociais, econômicas, sobre costumes, dados sobre conflitos (que envolviam soldados, índios e autoridades coloniais), dimensão das propriedades, técnicas de cultivos, reflexão sobre a política econômica e sua relação com a região, observações sobre agricultura (envolvendo problemas de mão-de-obra, inadequação de culturas e aproveitamento de potencialidades agrícolas), etc..

A preocupação quanto ao desenvolvimento das potencialidades econômicas da região é uma constante nas participações. Muito de acordo com a política colonial da qual, nesta circunstância, se tornava um instrumento, Ferreira alia seu conhecimento de naturalista com o espírito utilitarista do conhecimento.

Neste período, as remessas que enviou para Portugal foram significativas. Elas podem nos dar a dimensão da quantidade de materiais enviados por Alexandre

Rodrigues Ferreira. Ela possibilitam observar também a dimensão do respectivo trabalho de coleta que realizou. Essas remessas seriam as mais abundantes. Ao penetrar no Rio Madeira, teria bastante dificuldades de envio. Mesmo assim, conseguiu enviar um número significativo de peças. Abaixo figuram algumas delas:

**TOTAL DE REMESSAS ENVIADAS POR RODRIGUES FERREIRA ATÉ 1788
- PERÍODO CORRESPONDENTE A SUA ESTADA EM BELÉM E BARCELOS**

REMESSAS	DATAS	VOLUMES
1. ^a Remessa	28 /10/1783	01 volume
2. ^a Remessa	24/12/1783	07 volumes
3. ^a Remessa	24/03/1784	10 volumes
4. ^a Remessa	02/09/1784	05 volumes
5. ^a Remessa	10/01/1785	08 volumes
6. ^a Remessa	26/06/1785	13 volumes
7. ^a Remessa	20/04/1786	19 volumes
8. ^a Remessa	18/08/1786	06 volumes
9. ^a Remessa	17/11/1786	12 volumes
10. ^a Remessa	24/02/1787	21 volumes
11. ^a Remessa	04/05/1787	11 volumes
12. ^a Remessa	30/09/1787	31 volumes
13. ^a Remessa	21/06/1788	58 volumes
	TOTAL	202 volumes

Nesses volumes enviados acima estavam : caixões, frasqueiras, barris , gaiolas com animais vivos - cobras, antas, capivaras. Para essas amostras, Rodrigues Ferreira elaborou 37 memórias acompanhadas de 630 riscos (desenhos). Tais desenhos se

dividiram em : 106 prospectos, 136 animais, 388 plantas. Este foi o conjunto da produção científica de Ferreira de outubro de 1783 até agosto de 1788.

É importante, por outro lado, destacar que as remessas de produtos naturais do Pará para a metrópole já era uma prática bastante utilizada pelas tropas de demarcação e por algumas autoridades coloniais. A Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos enviara ordens aos governadores das capitânicas para que remetessem não somente curiosidades para o Real Jardim Botânico da Ajuda e para o Real Gabinete de História Natural, mas também que buscassem inquirir sobre as potencialidades econômicas da área que tinha sob sua administração, através do conhecimento dessas espécies animais, vegetais e minerais, assim como a forma da sua utilização. Muitas dessas remessas expedidas pelos governadores eram recolhidas por índios, diretores, comandantes de fortalezas ou obtidas pelas tropas expedicionárias⁷⁵. Dessa forma, Ferreira, em que pese sua formação mais adequada para a prática desse tipo tarefa, se enquadrava numa tradição já cristalizada no interior daquela região, ligada a uma política colonial que se estabelecia no período, como já destacado anteriormente.

Essas remessas enviadas à metrópole iam direto para o Real Jardim Botânico e para o Real Gabinete de História Natural. Nestes estabelecimentos, que se constituíam ao mesmo tempo em repositórios e centros de estudo do material enviado, as remessas eram acondicionadas, classificadas e estudadas. Desta forma, levava-se a cabo o programa para a avaliação de recursos econômicos e das riquezas naturais ultramarinas, instituído pela Secretaria de Negócios de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos.

Segundo Domingues, as amostras enviadas por Rodrigues Ferreira se constituíram de: “(...) tartarugas, peixes-boi, conchas, caracóis, araras, papagaios, periquitos, picapaus, tucanos, garças, peles de animais e de cobras, sal, azeite, ovos, jacarés, cobras, lagartos, macacos, insectos, pedras, frascos com areia, amostras de cascas de árvores, palmeiras, resinas, frutos, louças, redes, gaitas, panos feitos de entrecascas de árvores (...)”⁷⁶

⁷⁵ Ângela Domingues, *Viagens de Exploração Geográfica na Amazônia*, 1991, pp. 54 -55.

⁷⁶ *Idem*, p. 68.

Tais produtos, por sua vez, eram acondicionados de maneira especial para suportarem a viagem até a metrópole. Essas técnicas de conservação demonstravam a utilização de conhecimentos científicos que se instituíam como prática e que, por sua vez, demonstravam uma especialização crescente de profissionais para essas atividades. Segundo ainda Domingues:

“Os produtos enviados eram acondicionados em caixas calafetadas para evitar a deterioração que prolongadas viagens por rio e por mar poderiam produzir. Daí a menção de caixas, barris, caixões, frisqueiras que eram transportados em canoas até Belém e daqui mandados pelo governador para Lisboa. Antes de serem remetidas, as espécies sofriam um processo moroso de conservação e de preparação, cujas bases tinham sido facultadas durante as aulas de filosofia natural: alguns animais eram imersos em álcool ou, na sua falta, em aguardente de cana, e outros eram embalsamados, enquanto que as plantas eram secas com vista a constituírem herbários, ou então transplantadas em caixões e as sementes eram semeadas ou envoltas em papel encerado com óleo de termentina. O envio de animais vivos implicava problemas de transporte, alimentação e inúmeros cuidados”⁷⁷.

A necessidade de se ter especialistas para essas tarefas fez com que Alexandre Rodrigues Ferreira se utilizasse além de seus auxiliares, os desenhadores e o jardineiro botânico, de dois preparadores índios, José da Silva e Cipriano de Sousa. Tais índios acompanharam todo o percurso juntamente com Ferreira e foram nomeados, em 1787, alferes de índios como recompensa por serviços prestados. Desses dois homens, trataremos num outro momento.

Uma das coisas que se pode observar quanto ao trabalho de Alexandre Rodrigues Ferreira era que, além de ser bastante significativo em termos quantitativos, detinha-se em aspectos bastante inovadores do ponto de vista etnográfico. Sua preocupação com a história da indústria americana levava-o a considerar e analisar elementos culturais

⁷⁷ Domingues, 1991, p. 69.

variados das populações com as quais mantinha contato. Observe-se esse trecho que se segue, no qual Rodrigues Ferreira justifica a razão do envio de tamanho número de objetos dos nativos que entrara em contato :

“Quaesquer que sejam as armas, de que usam os gentios desta parte da America, eu as tenho remetido, no intuito de completar algum dia a Historia da Industria Americana, sendo certo que para se chegar a adquirir um perfeito conhecimento do seu principio e progressos é preciso mostrar o americano em todas as diversas situações em que a Natureza o tem collocado; seguir os seus passos nos diferentes graus de sociabilidade, por onde elle tem passado; avançar desde a infancia de sua vida civil, até a maduresa e a declinação do seu estado social ; e observar os esforços que em diferentes tempos tem feito as suas Faculdades ativas, em todos os ramos de sua indústria, na guerra e na paz. O que certamente se não pode empreender senão em vista das suas obras.”⁷⁸

A riqueza do texto acima é enorme. Com o objetivo de constituir uma “História da Indústria Americana” Rodrigues Ferreira demonstra sua perspectiva sobre a importância dessa cultura material (embora naturalmente não conhecesse o termo) para o acompanhamento do percurso pelo qual essas populações passaram. Temos aqui vestígios que podem demonstrar que Ferreira compartilhava da perspectiva da tradição instituída por Buffon de pensar o homem no seu processo rumo a civilização, fruto de suas atividades no interior da sociedade. Suas obras representariam o aprimoramento de suas faculdades racionais. Esse homem é compreendido como tendo história, e essa história é fruto do desenvolvimento ou da decadência de suas faculdades ativas. Mas adiante, trataremos mais detidamente sobre relação entre as idéias de Buffon e de Rodrigues Ferreira.

Alexandre Ferreira ao coletar um número tão significativo de objetos indígenas e, em decorrência disso, estabelecer contato com um número também não menor dessas

⁷⁸ Ferreira, Apud Corrêa Filho, 1939, p. 63.

populações, colocou em xeque suas concepções, seus parâmetros de referência. Embora fosse depositário de um grande número de tradições e conhecimentos já cristalizados sobre essas populações, em diversos momentos, através de suas pesquisas empíricas e de seus contatos diretos com esses nativos, sofreu o impacto de uma imagem diferente que teimava em vir à tona. Ao que parece, conforme Rodrigues Ferreira ia se envolvendo com esses indígenas de formas diversas - assim também ia se diversificando os matizes dessa imagem.

A ida de Alexandre Rodrigues ao rio Madeira, como veremos no capítulo seguinte, acirrou seus conflitos com as autoridades. Viagem pouco bem vinda, acidentada e repleta de problemas. A leitura de sua narrativa possibilita perceber com maior clareza, dentre outras coisas : conflitos de interesses (de um lado os interesses administrativos, com ênfase na idéia de uma expedição fiscalizadora ; de outro interesses científicos que não se coadunavam com a rigidez militar de uma expedição desse porte), mudança na visão sobre os índios e crise sobre seus objetivos futuros. Neste trecho de sua viagem se percebe uma transformação em curso. Alexandre Ferreira passou a questionar decididamente a imposição de suas tarefas e efetivamente, é nossa opinião, é tocado pela atmosfera da mata. Isto significa que as certezas do naturalista, - naquele momento em que lhe fugia o controle sobre a viagem, sobre os índios, em que as doenças se alastravam - , caem por terra. Daquela natureza que acreditava ter sobre controle e que lhe fugiu totalmente, sente literalmente medo. Era então necessário reavaliar sua forma de olhar seja a floresta, sejam os seus habitantes. O sábio ilustrado tornou-se presa do “caos” que tentava ordenar.

II

COMPONDO A IMAGEM DOS ÍNDIOS NO COTIDIANO DA EXPEDIÇÃO FILOSÓFICA

O FUNCIONÁRIO, O NATURALISTA E O HOMEM:

Antes de explorarmos como se estabeleceu para Alexandre Ferreira a representação dos índios ao longo de sua Viagem Filosófica; em outras palavras, antes de analisarmos em que sentido a imagem que passou a descrever ao longo de seus escritos foi influenciada por uma tradição já cristalizada no ideário de outras obras a que teve acesso e sobre o contexto político e econômico do qual, em certa medida, era instrumento, e se o seu contato com esses seres representados o influenciou ao ponto de modificar essa sua representação - antes de tudo isso, cabe aqui assinalar que Alexandre Rodrigues Ferreira ao ser considerado como o sujeito principal desse processo de representação, o deve ser a partir de três de suas “facetas”. Destacamos então, para efeito de análise, três “facetas” de Rodrigues Ferreira, que consideramos que estarem relacionadas a três outras orientações distintas para a representação desses índios.

As três facetas que nos referimos acima seriam as de : *funcionário da coroa*, *naturalista* e a que estaria relacionada a sua condição de *homem*, principalmente à questões de foro íntimo. Essas três facetas, por sua vez, implicaram que se trabalhasse com algumas fontes distintas para se buscar a construção da imagem desses índios. No que se refere ao *funcionário da coroa*, coube a análise dos relatórios, dos diários e das memoriais sobre etnias - como no caso daquelas sobre os índios Mura . Já em relação ao *naturalista*, foram analisadas as participações que eram enviadas a Portugal periodicamente ao longo da expedição e, principalmente, o fragmento mais significativo, em nossa opinião, do que deveria representar a sua tão desejada obra - a monografia sobre os mamíferos. A terceira e última “faceta” se constituiu daquela relativa as produções de foro íntimo como: cartas pessoais, algumas cartas para autoridades etc. . É

importante assinalar, no entanto, que essas diversas fontes muitas vezes podem revelar qualquer uma das três facetas descritas. Por exemplo, as cartas às autoridades que relacionamos àquelas fontes que revelaram o *homem*, também revelaram o *funcionário* e, algumas vezes, o *naturalista*. Por sua vez, as participações também revelaram o *funcionário* e o *homem*. No entanto, a exceção das cartas às autoridades, as demais fontes listadas são características das relativas atividades e/o facetas assinaladas. Assim, a monografia sobre os mamíferos foi uma produção mais característica do *naturalista*, os relatórios foram textos característicos de quem presta contas, de um *funcionário* da coroa, e as cartas pessoais, essas, sem dúvida, caracterizam produções de foro íntimo. Restam as cartas enviadas as autoridades. Essas diziam respeito a um instrumento cotidiano de comunicação de um funcionário da coroa, tratam assuntos relativos a : solicitação de víveres, prestação de contas, gestões as mais diversas etc. . Em contrapartida, ao se referirem a assuntos tão prosaicos revelam uma infinidade de detalhes sobre o cotidiano da expedição que normalmente envolviam questões conflituosas, desacordos e desacertos o que, sem duvida, fizeram aflorar não mais somente o *funcionário*, mas sim o *homem* e seus tormentos diários.

Dito isso, é importante destacarmos que além do fato de afirmarmos que houve uma mutação da imagem dos índios produzidas por Ferreira ao longo dos seus textos em função do contato que foi mantendo com esses nativos (contato que foi se aprofundando dia a dia na medida em que penetrava na floresta) ; por outro lado, é importante destacar que essas imagens divergiram de acordo com o tipo de orientação que o produtor dessas imagens lhes dava. O *funcionário*, o *naturalista* e o *homem* nos ofereceram imagens distintas, matizes diversas de uma mesma alteridade. Apesar disso, foi possível perceber que, mesmo levando em consideração essas distinções relativas às facetas, todas sofreram influência dos embates acontecidos na “zona de contato”, ou seja, sofreram a influência das relações interculturais.

Sem procurar sermos demasiado sistêmicos o que em certa medida torna a narrativa enfadonha, o leitor há de notar que alguns temas principais se revelam quando da constituição das imagens desses nativos. Esses temas são constituídos pelos atributos ligados a noção de homem e de humanidade e se apresentam através de conceitos

bipolares. Seriam esses: índios selvagens e índios domésticos ; escravidão e liberdade; índios amigos e inimigos etc. . Esses conceitos, por outro lado, muitas vezes são empregados de forma contraditória (como não poderiam deixar de ser), no entanto ao serem utilizados ao longo dos diversos textos analisados, acabam sofrendo também uma mutação na lógica pela qual foram inicialmente empregados, havendo deslocamentos.

A imagem desses índios foi se descortinando na medida em que o trajeto foi se aprofundando no interior da Amazônia. Mortes, doenças, conflitos temperaram a produção desses atributos e, por conseguinte, a própria imagem desses nativos. Apesar disso, alguns padrões de percepção devem ser levados em conta na mistura desse tempero.

HOMEM E NATUREZA NAS CIÊNCIAS NATURAIS:

Os “ares de Coimbra” não devem ser desprezados como os padrões principais que nortearam o olhar do *funcionário*, do *naturalista* e também do *homem*. Lembremos de outras reflexões de Pacheco. Este autor, ao analisar o discurso dos naturalistas viajantes no âmbito da história natural⁷⁹, nos lembra que a fundação de uma universalização do discurso das ciências naturais pode ser marcado por duas obras principais: o *Systema Naturae*, de Lineu (1732) e o *Histoire Naturelle de l’Homme*, de Buffon (1749). A história natural trouxe uma preocupação epistemológica nova e veio a se firmar no caminho aberto por essas duas obras. Um novo conhecimento em que o espírito de observação e pesquisa priorizava o concreto, valorizando o exercício da memória e da erudição e tendo a visão do conhecimento como história, passou a suplantar o modelo cartesiano anterior. Neste contexto, o pensamento sobre o homem sofreu um modificação considerável. Ele passou a ser encarado como um ser vivo, membro da natureza e , por isso, deveria ser estudado em comparação com os demais seres vivo, muito embora fosse considerado como transformador de sua realidade.

⁷⁹ João Pacheco de Oliveira Filho, *Os Atalhos da Magia: Reflexões sobre o relato dos Naturalistas Viajantes na Etnografia Indígena* In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropológica, 3 (2), 1987.

Como já destacado anteriormente, na segunda metade do século XVIII houve a emergência da “história natural” tendo como principal interesse a constituição de um sistema de classificação global da natureza. O padrão referencial de Lineu juntamente com a obra de Buffon, inauguraram um novo campo de visão que buscou representar o plano da natureza através do ordenamento do “caos” em que ela se encontrava por intermédio da intervenção humana. E, como visto ainda, o “coletor - naturalista”, ordenando o mundo através das lentes da “história natural”, transformaria esse “caos” natural extraindo formas de vida do planeta e enquadrando-as conforme os padrões europeus de unidade global e ordem. Ao exercer essa intervenção classificatória, o cientista estaria naturalizando novos lugares e novas visões.

Rodrigues Ferreira pode com facilidade ser inserido neste projeto. Ele trazia, claramente, o interesse em mapear a superfície desses estranhos e misteriosos interiores objetivando encontrar atrativos comerciais ou a viabilidade econômica dessas terras. Para ilustrar essa afirmativa basta que se dê uma pequena olhada no “frontispício alegórico”. Por outro lado, as ordens da Coroa, demonstrando interesses bem mais prosaicos que os do naturalista, não escondiam que, antes de tudo, Rodrigues Ferreira era funcionário do governo português e tinha por objetivo inventariar essa parte do Reino.

A preocupação com os recursos naturais e com o estado da natureza; a comparação entre etnias, assim como a relação entre os homens e os outros seres vivos; o uso da classificação de Lineu ao abordar os naturais da terra; ainda, a percepção de uma “humanidade” dos índios aproximando-os dos europeus através da “naturalização” dessa nova alteridade - enfim todos esses elementos demonstram o vínculo indiscutível entre a “Viagem Filosófica” de Rodrigues Ferreira e o panorama ilustrado na forma dessa nova consciência planetária que se estabelecia.

Devido a essa ligação inegável entre Ferreira e o panorama ilustrado, e mais especificamente, entre Ferreira e os paradigmas discursivos da segunda metade do século XVIII, é imprescindível, ainda que rapidamente, explicitarmos aqui alguns posicionamentos dos dois autores mais importantes desse período, em particular sobre a relação dos homens com a natureza.

Buffon e Lineu eram autores conhecidos e respeitados pela intelectualidade europeia do período. Cada um a sua maneira, havia possibilitado um grande desenvolvimento para a compreensão do homem e de sua relação com a natureza. Georges Louis Le Clerc, conde de Buffon (1707 - 1788) era francês e provinha de uma família burguesa. Formado em matemática, direito, medicina e botânica, Buffon , através de sua obra, buscava dar ordem ao mundo, descobrir-lhe uma lógica interna. Sua perspectiva era a de descobrir através da capacidade humana do conhecimento a ordem pela qual a natureza se organizava, por intermédio de um método científico. Embora preferisse fugir da polémica, Buffon retirava Deus desse cenário, embora a garantia da ordem dependesse da divindade, o funcionamento da natureza obedecia à leis próprias . Buffon pretendia, através de um conhecimento positivo, descobrir um esquema de explicação geral sobre essas leis de funcionamento. Para o cientista, a descrição de toda a natureza seria o ponto de partida para sua obra *A História Natural*.⁸⁰

Em 1748 é anunciado o plano de edição de uma obra de sua autoria, composta de 15 volumes, e que compreenderia toda a história natural, dos minerais até o homem. A obra deveria ser escalonada. O primeiro volume da obra deveria sair em 1749 e o último em 1789. Em função de sua grandiosidade, a obra não se completou, Buffon abriu mão de tratar o reino vegetal e a microbiologia, mesmo assim, somente um ano depois de sua morte, apareceu o sétimo e último tomo do suplemento. A obra *História natural, geral e particular*, começou a ser impressa em 1749 com três volumes intitulados: *Da maneira de estudar e de tratar a história natural ; Teoria da Terra ; História geral dos animais e uma História natural do Homem*. O restante da *História Natural* foi dividida em quatro grandes partes: *A história do quadrúpedes* (de 1749 - 1767) - doze volumes ; *A história dos pássaros* (de 1770 - 1783) - nove volumes ; *O Suplemento* (de 1774 - 1789) - sete volumes, sendo que o tomo V contém as épocas da natureza e a *História dos minerais* (de 1783 - 1788) - cinco volumes.

Este projeto de Buffon se enquadrava no momento em que o pensamento da ilustração se orientava para uma nova ciência. No *Discurso Preliminar* da

⁸⁰ Essa análise sobre as idéias de Buffon, em sua maioria, foram retiradas da ótima introdução à moderna edição de uma parte da obra de Buffon por Angelina Martín Del Campo - Buffon, *Del Hombre - Escritos antropológicos*, México: Fundo de Cultura Económica, 1986.

“enciclopédia”, D’Alembert já mencionava a necessidade de uma nova maneira de pensar, uma filosofia crítica cujo desenvolvimento se daria juntamente com o desenvolvimento da ciência. Tal método consistia em se estabelecer uma ligação entre a herança do pensamento de Descartes e as experiências de Newton, ou seja, basear-se em idéias claras e distintas, porém obtidas por meio da análise e da observação.

A pretensão de Buffon ao produzir sua obra era a de pensar o homem como aquele que foi feito para conhecer o mundo e para dominá-lo. Seu plano de conhecer a natureza começaria com o estudo dos objetos mais comuns ao homem, cujo o conhecimento pudesse ser-lhe útil. Seu critério de descrição apresenta uma escala de seres que parte do homem, a criatura melhor organizada, e vai até a matéria mais informe. Toda essa imensidão da natureza deveria ser tratada pelo sábio através da descrição dos objetos e fazendo a história das diferentes coisas. O pensamento deveria combinar as observações, generalizar os fatos e os relacionar. Muito embora Buffon não concordasse com o que ele chamava de abstrações inúteis, queria sim buscar a natureza das verdades que eram dadas aos homens apreender. Neste sentido, critica as matemáticas que, embora sempre fossem exatas, deveriam estar a serviço da física. Rompe dessa forma com Descartes e sua matemática universal. As verdades físicas, ao contrário das verdades matemáticas, estariam vinculadas à análise de fatos. A matemática serviria à física para aumentar o grau de probabilidades. Criticava também a abstração do sujeito complexo da biologia, que poderiam substituir o sujeito real. Buffon criticava, dessa forma, as classificações de Lineu como excessivamente arbitrarias.

A dimensão temporal passou a ser um elemento importante na obra de Buffon. Na *história e teoria da terra*, o autor trata as bases da geologia usando um critério evolutivo sobre a formação do globo. Ao buscar imprimir a idéia de dimensão temporal na biologia, passou de um fixismo inicial para uma situação em que levava em consideração aspectos evolutivos, como, por exemplo, o problema da vida e da reprodução, o problema da origem das formas e da sucessão dos seres, da herança etc. A grande questão que o afligia era que : já que o sábio pretendia um ordem permanente e imutável para poder conhecer a realidade das coisas, como se podia relacionar essa ordem com a diversidade e a permanência dos seres? A ordem eterna não poderia

impedir a observação de certas degenerações ao se conceber a história das formas animais, idéia essa que estendeu a terra e ao homem.

Buffon ao descrever as formas, conciliou morfologia a genealogia. Para ele a natureza não tinha história, mas os seres particulares as tinha, ainda que fizessem parte de um todo, ou seja, da natureza e de suas leis universais. Para Buffon, viajando para o passado a partir do presente, as formas sempre seriam o resultado de causas e efeitos.

Pensando o homem como um todo distinto de outras espécies, Buffon precisava resolver o problema da diversidade das formas desse homem genérico. O homem se distanciava dos animais já que era um espírito superior e poderia modificar suas operações de entendimento ao infinito. A espécie humana tinha uma unidade fundamental, mas ao lado do progresso infinito do ser humano, havia a degeneração. As formas sofriam influência ambiental e dos caracteres adquiridos.

A faculdade de pensar, dom eminentemente humano, no entanto, só poderia se manifestar em sociedade. O pensamento para Buffon era explicado pela linguagem e pela vida em sociedade. Somente em sociedade o homem seria capaz de desenvolver todas as potencialidades de seu pensamento.

Se a espécie humana era unitária, era necessário enquadrar também a alteridade, como por exemplo os povos do novo mundo. A partir dessa unidade única, Buffon diferenciava o homem entre estúpido, selvagem e civilizado. No estado selvagem, o homem seria apenas uma espécie de animal incapaz de ordenar os outros. A tendência desse homem, no entanto, era sair desse estado selvagem já que permanecendo nele este homem sofreria uma carência essencial. Assim, somando suas considerações antropológicas e de filosofia da história, Buffon distribuiu em sua história natural os seres, raças e espécies numa escala na qual o homem civilizado dos climas temperados ocuparia o primeiro lugar.

O homem, ser único e superior, apresentava variedades submetidas à uma mesma lei. Os diferentes grupos humanos gravitariam em torno de um centro fixo e ordenador. Essa mesma espécie, essa classe única, precisaria ser investigada nas suas variedades. Através de um método descritivo, segundo um critério geográfico em que seriam analisados a multiplicidade dos fatos, era necessário descobrir as constâncias. Acentua

que a primeira diferença dentro dessa classe única estaria relacionada a cor, a forma, ao tamanho e a maneira de ser. Tais variações se aproximariam ou se afastariam de um modelo situado nos climas temperados, locais esses que apresentariam melhores condições de vida e de desenvolvimento.

A constância existiria na forma de um modelo único de espécie humana, um molde. As variações estariam relacionadas às causas externas - aos climas, aos alimentos e aos costumes. Não apenas os climas seriam determinantes, as alterações se dariam também em função dos costumes. Dessa forma, a influência ambiental, elemento básico que explicaria as variedades, era visto por Buffon em sua mais ampla acepção.

Buffon acreditava existirem quatro raças principais: a européia, a china, a negra e a americana, sendo que cada uma delas com suas respectivas variações. Dentre elas, os americanos eram considerados muito semelhantes, muito embora habitassem climas diferentes. No que diz respeito à sua maneira de ser, eram indolentes, sem civilização e dispersos. Para explicar essas características, principalmente a ausência de uma nação civilizada na América, acreditava que a razão poderia ser encontrada no fato da América ter poucos habitantes e, para ele, a sociedade somente se aperfeiçoaria quando se estendesse em números de habitantes, condição para o seu progresso. Por outro lado, considerava os povos americanos muito recentes o que explicaria a pouca variação dentro de sua própria raça.

Assim, Buffon, na tentativa de ordenar o mundo seguindo as regras da própria natureza, via a espécie humana como uma unidade segundo uma definição biológica e não morfológica. A diversidade, por sua vez, era dada pelos climas e fatores culturais.

Lineu (1707 - 1778), por sua vez, presidente da Academia de Estocolmo e professor em Upsal, um sábio de importância européia devido as suas relações pessoais e suas viagens a Holanda, Inglaterra e Paris para a divulgação de sua obra - é considerado por muitos o homem que, através de seu modelo de classificação, pela primeira vez deu à história natural uma linguagem própria. Para ele, ao contrário de outros pensadores que viam na classificação apenas uma forma de dar à diversidade dos fatos uma ordem convencional e cômoda, a ordem de classificação assumiu um valor mais profundo. A

ordem de classificação, dito por ele, seria a ordem mesma da natureza. Seu sistema de classificação da natureza exposto em sua conhecida obra *Sistema Natural* (1735) era considerado por ele um método que revelaria o verdadeiro plano da criação, segundo ele:

“O método, alma da ciência, designa a primeira vista não importa que corpo da natureza, de tal sorte que esta corpo anuncia o nome que lhe é próprio, e este nome chama todos os conhecimentos que se poderia ter adquirido, ao correr do tempo, sobre os corpo assim nomeado: desse modo na extrema confusão aparente das coisas se descobre a ordem soberana da natureza”.⁸¹

A taxinomia do seres vivos estabelecida por Lineu revolucionou o estudo da história natural criando um índice através do qual se passou a classificar todos os produtos naturais do mundo. Abordando das plantas aos seres humanos, o método de Lineu possibilitou efetivamente uma linguagem única para aqueles que se aventuravam pelo mundo das ciências naturais. Sua classificação do homem junto aos outros animais criou um certo desconforto. Inicialmente, colocou o homem entre os quadrúpedes dentro da qual estabeleceu uma única descrição entre o *homo sapiens* (nome criado por ele) e o *homo monstruosus* . Posteriormente, classificou-o entre os mamíferos e , em 1758, já havia destacado seis variedades do *homo sapiens*.

As variedades assinaladas por Lineu, eram: 1) *Homem selvagem* - quadrúpede, mudo peludo; 2) *Americano* - cor de cobre, colérico, ereto, cabelo negro, liso espesso, narinas largas, semblante rude, barba rala, obstinado, alegre, livre - pintando-se com finas tintas vermelhas, guiando-se pelo costume; 3) *Europeu* - claro, sangüíneo, musculoso, cabelo louro, castanho, ondulado, olhos azuis, delicado, perspicaz, inventivo, coberto por vestes justas - governado por lei; 4) *Asiático* - escuro, melancólico, rígido, cabelos negros, olhos escuros, severo, orgulhoso, cobiçoso, coberto por vestimentas

⁸¹ Linné, Apud Jean Ehrard, *L'idée de nature en France dans la première moitié du XVIII e. siècle*, Paris: Albin Michell, 1994, p. 189 (tradução minha).

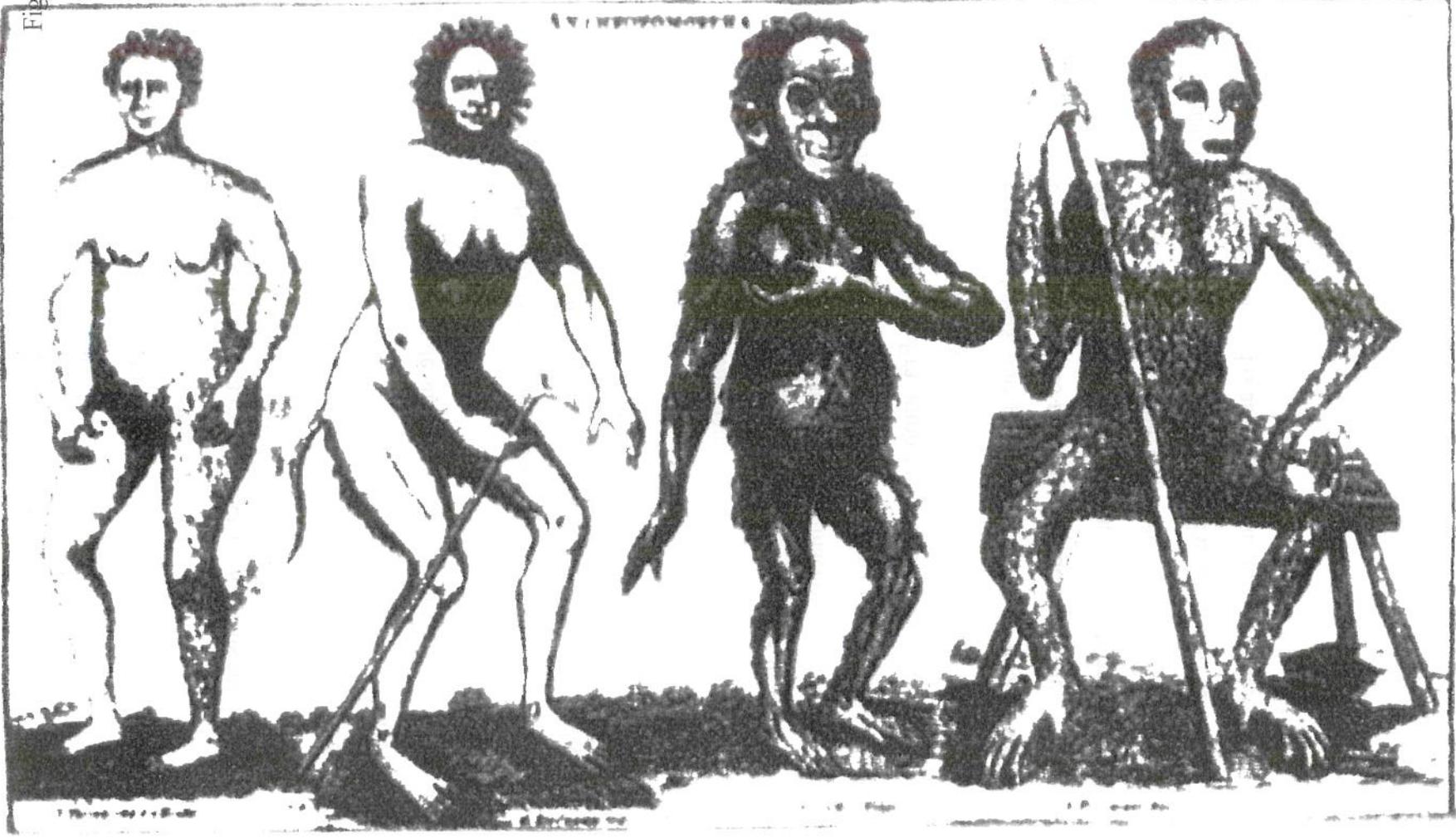
soltas - governado por opiniões; 5) *Africano* - negro, fleumático, relaxado, cabelos negros, crespos, pele acetinada, nariz achatado, lábios túmidos, engenhoso, indolente, negligente, unta-se com gordura - governado por capricho.

Lineu, na categoria dos monstros, incluía anões, gigantes, assim como os “monstros artificiais”, como os eunucos. Na página a seguir, figura (3), se apresenta quatro tipos antropomórficos de Lineu que foram veiculados em *Antropomorpha*, no ano de 1760.⁸²

Buffon tornou-se adversário de Carlos Lineu. Buffon tinha várias discordâncias em relação à Lineu que iam desde críticas ao estilo árido dado pelo autor aos seus textos, devido ao uso de sua nomenclatura - com vários termos em latim, até exigências científicas que traziam por trás delas uma perspectiva epistemológica distinta. Quanto às primeiras críticas, Buffon usava ironia dizendo que a linguagem da ciência era mais difícil

⁸² A classificação das variedades do *Homo Sapiens*, assim como a gravura aqui veiculada, foram apresentadas por Mary Louise Pratt em *Os Olhos do Império - relatos de viagem e transculturação*, trad. Jézio Hernani Bonfim Gutierre, Bauru-SP: EDUSC, 1999, pp. 68 e 70.

Figs. 3



que a própria ciência. O conde era partidário de um estilo de escrita científica que fosse primeiramente um exercício literário. Para ele, este estilo que definia o próprio homem, sendo literário, deveria ser ordenado, preciso e claro. Seria uma nova retórica para a literatura científica. Em relação às outras críticas relativas à postura científica, Buffon era mais contundente, era partidário de uma exigência científica mais sólida:

“ (...) é o cuidado de submeter o espírito aos fatos e a diversidade infinita das coisas, não prejudicar a ordem verdadeira da natureza lhe atribuindo arbitrariamente, às custas de sua variedade, uma uniformidade que somente existe no nosso espírito”.⁸³

Para Buffon, a classificação de Lineu era uma abstração do espírito. Era impossível encontrar no universo dois seres perfeitamente iguais. Para ele, toda classificação se aproximava da mesma abstração da matemática que agrupava numa mesma categoria objetos completamente diferentes. Dessa forma, Buffon acreditava que quanto mais se aproximasse da verdade, mais se aumentariam os nomes das divisões de produção natural, já que essa divisão não existiria realmente na natureza dos indivíduos e que os gêneros, as ordens e as classes somente existiam na imaginação do cientista.

Desse modo Buffon acreditava que a validade de uma classificação deveria estar relacionada a sua utilização prática. Era importante que se conservasse a distinção cômoda, por exemplo, dos três reinos da natureza, lembrando, no entanto, que ele não seria imposto pela natureza das coisas, mas pela “enfermidade do nosso espírito”⁸⁴ que era obrigado a fragmentar a continuidade do real, para apoderar-se dele.

Buffon acreditava que as idéias gerais não era composta de idéias particulares. Tais idéias seriam relativas à uma escala contínua dos objetos, dentro da qual nos não perceberíamos senão um grau dessas coisas. Assim, idéias gerais não seriam capazes de compreender as idéias particulares de todas as coisas existentes e possíveis.

⁸³ Buffon, Apud Jean Ehrard, *L'idée de nature en France dans le première moitié du XVIII e. siècle*, Paris, 1994, p. 190. (tradução minha).

⁸⁴ Idem, p. 191.

O que se via neste panorama das ciências naturais do setecentos era uma luta entre a direção abstrata e genérica dada por Lineu como método para compreender o mundo natural e, naturalmente dentro dele, compreender o homem; e entre a idéia da importância de por à prova esses modelos genéricos através da descrição pormenorizada das particularidades e das variedades desses elementos naturais, e do homem em particular. Alexandre Rodrigues Ferreira estava inserido neste campo de conflitos. Como veremos adiante, esses dois autores foram usados por ele para compor sua interpretação sobre a relação do homem com a natureza na Amazônia.

A IMAGEM DO ÍNDIO DO COTIDIANO DA EXPEDIÇÃO

O *naturalista* e o *funcionário* da coroa facilmente podem participar dessa orquestra de idéias, compactuar com elas e defendê-las. O *homem*, embora inserido neste contexto, revela-se mais complexo. Neste ambiente da alteridade onde se deu a Expedição Filosófica, o *homem*, o *funcionário* e o *naturalista*, no cotidiano das suas vicissitudes, *sofreu* com a concretude de uma alteridade incômoda.

Em que pese sua formação ilustrada, a trajetória de Rodrigues Ferreira na Amazônia implicou mudanças significativas nas suas expectativas quanto ao seu trabalho e nas suas relações com as autoridades a que estava vinculado hierarquicamente. Enfim, implicou mudanças naqueles planos que tão cuidadosamente havia elaborado desde sua saída de Portugal. Sua chegada a Belém em 1783 e a sua estadia naquela capital até 1784 forneceram para Ferreira seus primeiros dados para pesquisa, assim como colocaram diante dele uma realidade que ia muito além da perspectiva que havia construído a partir de suas leituras. Por outro lado, neste primeiro momento da viagem, a sua visão do índio e a forma de representá-lo estava intacta. Sua estada na ilha de Marajó (antiga Joanes) despertaram-no para a necessidade de reavaliar a dimensão de seu trabalho que, além de implicar num levantamento dos três reinos : animal, vegetal e mineral - era também um trabalho voltado para o levantamento minucioso da história das regiões, seus conflitos,

sua indústria (o que não lhe amofinava), mas sobretudo a fiscalização das fortificações, das populações e a possibilidade de seus conflitos representarem perigo para o Estado.

De Belém, Rodrigues Ferreira partiu para Barcelos ficando sobre as ordens do então governador da Capitania do Rio Negro - João Pereira Caldas, como já mencionado. Em Barcelos, estação e ponto de referência privilegiados para suas observações nos rios Negro e Branco , além de seus afluentes - Rodrigues Ferreira passou a penetrar de maneira mais profunda no cotidiano da região. Conviveu por longo prazo com os habitantes locais, inclusive com os indígenas. Neste período, que vai de 1785 até 1789, portanto o período mais longo de sua jornada - Rodrigues Ferreira, entre outras coisas observou a importância para o Estado Português das alianças com alguns indígenas locais. Por outro lado, ao fazer um inventário dessas “nações”, vai observar também a necessidade de distinguir bem os inimigos da Coroa⁸⁵.

Em Barcelos, muito embora tenha convivido mais intimamente com a região e, em parte, com seus habitantes, Rodrigues Ferreira ainda não havia mudado seus padrões de representação. No entanto, ao se lançar em direção ao rio Madeira, sob as ordens do Ministério Português - embora tivesse outras preferências - tudo iria mudar. Neste momento, realmente teve um contato real , profundo e íntimo com a Amazônia. No conflito que se estabeleceu entre a sua função de naturalista e a necessidade de uma atitude militar de um explorador é que vai vir à tona uma das mudanças mais significativas na representação do seu índio abstrato, agora com o peso inexorável do convívio com os índios concretos. É claro que nesse conflito entre a imaginação e a realidade esta última, de maneira nenhuma, vai se estabelecer soberana. Há momentos, mesmo posteriores a esse contato, como veremos, que Rodrigues Ferreira se resguarda

⁸⁵ Com relação a essa diferenciação entre índios amigos e índios inimigos é importante levarmos em conta o estudo empreendido por Beatriz Perrone-Moisés que, analisando a legislação indigenista no período colonial para a Amazônia, afirma que em função do estudo dessas legislações privilegiar os aspectos políticos em detrimento dos jurídicos, isto obscureceu a sua visão, fazendo com que se percebesse o seu caráter contraditória. A autora considera que ao se analisar essa legislação no seu conjunto, pode-se perceber que o processo se simplifica, surgindo então a diferença básica entre índios amigos e índios inimigos. Na realidade, existiria uma oscilação básica quanto ao estado de escravidão e liberdade imposto por essa legislação que diferenciava os índios aliados dos índios inimigos. Aos amigos, “súditos úteis”, caberia o tratamento indicado aos homens livres, aos inimigos restaria o “status” de escravos. (Perrone-Moisés, “Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)” In: *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, 1998, pp. 115-132) .

no conforto das idéias que trouxe de Coimbra. Por outro lado, no último lance de sua jornada, consideramos que a mudança se apresenta mais visível.

Sua chegada à Capitania de Mato Grosso, em 1790, inicia um momento diferente de sua trajetória sob diversos aspectos. Passa a pensar com mais cuidado sobre a elaboração do seu diário, se desilude com Pereira Caldas, antes seu “protetor”, retoma o conforto dos livros depois de quase sucumbir em sua jornada no Madeira. Torna-se uma espécie de acessor do governador da Capitania, João Albuquerque de Melo e Cárceres, com quem trava amizade. Rodrigues Ferreira, além disso tudo, passa, decididamente e de forma clara, a sustentar um visão mais positiva dos índios, embora entrecortada por momentos de retomada da sua herança de idéias.

Iniciaremos por essa jornada acompanhando Ferreira na sua tentativa de buscar o homem e sua relação com a natureza. Inicialmente, ao buscar as atividades econômicas que se desenvolvem no Grão-Pará, no sentido da relação entre homem e natureza que mencionamos, uma das observações mais persistentes de Ferreira é quanto ao estado da agricultura, muito em conexão com o espírito pragmático que trazia dos ares de Coimbra. Para Alexandre Rodrigues, era necessário que se buscassem braços para suprir essa agricultura nascente. É claro que tais braços só poderiam ser fornecidos pelos índios. Aqui os índios figuram de duas formas. Na primeira, são apontados por Ferreira como “amantados por legislação protetora” que os redimia de servirem aos interesses dos colonos e, em consequência, serem usados como mão-de-obra agrícola. Ferreira lembra que no período da legislação escravista esses índios eram tratados como agentes de trabalho e com a mudança dessa legislação, passaram então ao julgo dos Diretores de Aldeia. Na segunda, por outro lado, Ferreira atribuía à ganância de tais diretores, o fato desses índios serem explorados em demasia. De tal forma era essa exploração que não se apresentavam diferenças entre os libertos do “Diretório” e os escravos de antes. Para Rodrigues Ferreira, sob as ordens dos Diretores, pareciam muito mais com escravos.

Ferreira apresentava ainda outra característica desses índios. Uma delas, muito interessante e ainda ligada à preocupação anterior, era a de que eles haviam influenciado negativamente os colonos. Esses, estando longe do ideal que apresentavam aquelas famílias acostumadas ao trabalho agrícola em Portugal, acabavam por copiar os “rudes

métodos de trabalho dos tapuias”, não utilizando nem as “máquinas mortas” nem as “máquinas vivas”.

Em sua *Miscelânea História para servir de Explicação ao Prospecto da Cidade do Pará*, de 19 de setembro de 1784, Ferreira traça o perfil inicial desses seus índios abstratos. Interessante notar o destaque que faz aos atributos físicos e psicológicos: todos fazendo parte de seu ideário pouco positivo para com esses índios.⁸⁶

“São pela maior parte morenos e cloróticos os paroaras (assim se diz pela língua da terra dos naturais do Pará), pouco barbados, de maus dentes e piores vozes, luxuriosos, desconfiados e indolentes, e como já está dito, mais supersticiosos, que devotos.(...) a preguiça e a crápula são seus vícios hereditários.”⁸⁷

Para Ferreira, este seria o primeiro problema. Os índios, com um conjunto de caracteres negativos em essência, eram necessários ao trabalho, eram úteis e preciosos. Era necessários treiná-los para o trabalho, mesmo que seus hábitos, segundo ele, pouco caminhassem nesta direção :

“É para sentir que viva tanta gente embrenhada no mato, sem servir nem a si nem a ninguém. Liberdade não os convida porque absolutos e livres em todo o sentido são eles no mato ; costumes também não, porque muito mais apertados são os nossos do que os seus; quanto ao sustento e vestido, corre por conta da Natureza.(...) Quanto a mim, são (os índios) galos do campo, que por mais que se lhes deite milho com dificuldade se habituam às capoeiras.”⁸⁸

⁸⁶ As diversas citações que passaremos a fazer agora foram retiradas de diversas fontes. Em alguns momentos, optamos por apresentar trechos tirados diretamente dos manuscritos pertencentes da Biblioteca Nacional, da coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Essa coleção corresponde a mais de 150 códices sobre a Viagem Filosófica. Em outros momentos, utilizamos trechos citados por outros autores que se basearam também nas fontes pertencentes a Biblioteca Nacional. Na maioria dos trechos citados optamos por realizar uma atualização ortográfica para facilitar a leitura dos mesmos.

⁸⁷ Ferreira, Apud Corrêa Filho, *Alexandre Rodrigues Ferreira - vida e obra do grande naturalista brasileiro*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 43.

⁸⁸ Ferreira, Apud Corrêa Filho, *Idem*, p. 54.

Este trecho é extremamente rico. Embora o manto protetor da lei os tivesse coberto, Ferreira nota que isto seria de pouca importância - uma vez que esta “liberdade” que a coroa lhes concedia não era por eles valorizada. Estes “galos de campo” têm uma liberdade absoluta no mato que a natureza lhes proporciona. Não se habituam à “capoeira”. A imagem do “galo de campo” é indicadora do contraponto entre índios domésticos e índios selvagens. A capoeira aqui representa o espaço da civilização, quem sabe no caso, o espaço das vilas; mas esses “galos” eram de “campo”, selvagens, não se habituavam a civilização, a “capoeira”. A liberdade absoluta que tinham no mato os impedia de se habituarem aquele espaço. É claro que cabe perguntar qual seria o papel que a natureza desempenharia nesta relação deste homem com seu meio. Onde estaria localizado este homem na história natural? São questões que deixaremos em aberto, por enquanto.

Se a liberdade absoluta, no estado selvagem, era negativa, talvez a sua “escravização informal” fosse benéfica - tornando-os úteis e, por isso, aproximando-os da civilização.

Os índios são indolentes, afirmativa reiterada, verdade estabelecida. Para torná-los aptos ao trabalho então, como por exemplo no “serviço do remo”, seria necessário fortificá-los durante anos já que morriam muitos deles em algumas viagens pouco mais extensas.⁸⁹ Convinha a Ferreira, dado ao fato de tamanha mortalidade desses índios, buscar as explicações necessárias que seu espírito de naturalista inquiria :

“Si estão bons para trabalharem, trabalham mais do que convém, porque sempre vivem a jejuar, não de pão, mas de farinha e água, que é o que por aqui chamam caribé ; sim, eles não morrem à mingua, de repente ; mas o trabalho e o jejum cotidiano insensivelmente lhes faz beber a morte em diversos tragos ; chega a doença, que há muito está forjada e neste caso o

⁸⁹ Os índios remeiros podem ser considerados como o “combustível” essencial para o transporte pelos rios amazônicos durante todo o período colonial e mais além, até o advento do motor a vapor. As velas embora existissem eram de pouca utilidade na maioria dos rios por falta do vento necessário. Quando uma viagem descia o rio, a própria correnteza ajudava a transportar as embarcações, mas quando se dava o contrário, eram os braços indígenas que suportavam o peso dessas expedições.

diretor não os trata como os tratava o seu Padre; porque nem há botica, nem povoação provida, ao menos, dos remédios mais domésticos.”⁹⁰

Vejamos bem. Neste momento, embora a indolência, enquanto característica inerente a esse índio, se apresente, o contato mais íntimo com o cotidiano da Amazônia o faz se contradizer. O índio é indolente, mas trabalha tanto que morre. Por outro lado, morre não por maus tratos, mas porque está fraco. E está fraco porque não come o que é necessário para mantê-lo longe das doenças. Está claro que Rodrigues Ferreira tenta buscar uma justificativa para a lógica do seu pensamento sobre esses índios, mas esbarra na realidade.

Ao analisar, ainda em Joanes, a tecnologia das embarcações indígenas adaptadas aos interesses portugueses, destaca já uma diferenciação e uma especialização de algumas “nações” de índios quanto ao trato com os remos. Neste momento, nosso naturalista talvez ainda não tivesse passado pela experiência da mortandade oriunda do trabalho dos remos. Considera que os “cametanos” eram mais “valentes” nos remos que os “sacacas” do Marajó. Ao entrar em contato com a indústria e, mais detidamente, com as diversas etnias, Ferreira parece pender para a idéia da singularidade de cada uma dessas etnias. No entanto, como veremos a seguir, esta singularidade vai se tornando aparente e dela vai surgindo um padrão geral para representar esses nativos.

Rodrigues segue em sua empreitada topando inevitavelmente com este “outro” que de abstrato vai se tornando cada dia mais “concreto”, muita embora essa concretude se revertesse ainda dos padrões representativos tradicionais. Confrontando os escritos dos jesuítas com sua experiência “empírica”, Ferreira observa que a desconfiança que alimentavam os jesuítas para com os índios, quando “encarregados de espreitar as suas opiniões e práticas religiosas” não vendo senão “obras do demônio”, eram equivocadas. Essas idéias religiosas, destaca Ferreira, embora podendo adquiri-las - os índios ainda não as teriam. Para ele, as danças não seriam práticas de feitiçarias influenciadas pelo demônio, antes seriam “desejos de folgar”. Esses “galos de campo”,

⁹⁰ Ferreira, Apud Corrêa Filho, *Alexandre Rodrigues Ferreira - vida e obra do grande naturalista*, 1939, p. 54.

como eram vistos neste momento por Ferreira, selvagens que eram, ainda não poderiam ter um sentimento religioso próprio de homens mais civilizados.

Com este índio cada dia mais próximo que travava contato, Alexandre Rodrigues passava a ter uma relação mais empírica. Ao se deparar com a figura de um “outro” que trazia uma diferença bastante incômoda, Ferreira buscava em sua “indústria” (diríamos hoje - cultura material) o objeto mais contundente para permiti-lo proceder, com seu espírito científico, à classificação desses nativos.

Distinguiu as nações segundo o tipo de armas de que essas utilizavam nas guerras. Todos, segundo ele, utilizavam o arco e a flecha . No entanto, os “Urequeñas” utilizavam o murucu - o dardo , o cuidarú (maça de pau pesado) pintado com urucum , a bragança (arma curta e cortante como o sabre). Os Yurupixunas utilizavam a zarabatana, entre outras. Esses “Urequeña” utilizavam, segundo Ferreira, os prisioneiros para “o seu sustento longo tempo depois de concluída a guerra”. Segundo ele, utilizavam currais onde mantinham como gado os condenados para a antropofagia, prática esta que afirma ser usual no Içana e Ixié (afluentes do Rio Negro). Referindo-se a outras “nações” destaca que os Ingahibas, os Tapicharas , os Mamianas “tripudiavam” sobre o inimigo morto abocanhando o cadáver, enquanto os “Mura” lhes “apresavam as cabeças decepadas, por troféus”.

Observa-se que o contato mais íntimo com esses índios quando de sua estada na Capitania do Rio Negro parece ter proporcionado a Ferreira uma possibilidade de contrapor , como já destacado, sua visão anterior que reteve dos livros, com o contato ao vivo. Isto não o liberta de reiterar idéias estabelecidas. Veremos adiante, quando num dos únicos momentos de sua viagem que consegue sentar para redigir algo mais consistente sobre seu trabalho de naturalista, essas idéias voltam à tona para disciplinar seu olhar. É importante destacar, por outro lado, que , muito embora Ferreira tenha realmente mantido contato ao vivo com índios, é muito provável que fossem índios domésticos, ou seja, índios que viviam nas vilas ou nos seus arredores. Dos índios “verdadeiramente selvagens”, que viviam nas matas, é provável que seus conhecimentos e contatos fossem escassos. Neste momento, existem grandes

possibilidades dele ter preenchido esta “lacuna empírica” com a tradição dos relatos, derrotas e histórias que leu e tomou contato ao preencher suas memórias.

Antes de continuarmos em direção ao drama de sua expedição ao Madeira, é interessante observar a análise feita por Marta Amoroso⁹¹ relativa à visão que Rodrigues Ferreira construiu sobre uma das nações mais aguerridas e problemáticas para os portugueses naquele momento, os Mura. Essa etnia foi privilegiada por Rodrigues Ferreira na construção de sua imagem do índio. No seu trabalho, Marta Amoroso utiliza os relatos de Rodrigues Ferreira como um dos que compuseram a imagem do que ela chamou de “Mura Agigantado” que, juntamente com outros relatos, inclusive de um dos contemporâneos de Ferreira, o engenheiro militar Henrique João Wilckens - orquestraram-se no sentido de matizar traços específicos transformando os “Mura” num dos maiores inimigos portugueses na Amazônia, mesmo depois de pacificados.

Amoroso observa que Rodrigues Ferreira, em carta enviada a Martinho Albuquerque, o Martinho governador, em março de 1784, reitera algumas idéias sobre essa etnia que prevaleciam já de forma tradicional. Essas idéias diziam respeito ao fato dos Mura não aceitarem as pazes, não quererem se incorporar aos aldeamentos e sobre sua monstruosidade característica. Sobre esse aspecto é interessante notar que a autora lembra que Rodrigues Ferreira, na *Memória do Gentil Mura* que acompanhou a remessa que fez ao Real Gabinete de História Natural, tentava inutilmente encontrar algo que confirmasse suas afirmações anteriores:

“Das remessas que até o presente tenho feito (...) se coligem as que tenho visto e sabido. Remeti a cabeça de um índio, a qual foi achada entre os outros muitos troféus que possuía o gentio Munduruku (...). Também remeti uma gargantilha de dentes; e dentro de um cestinho, um massa untuosa e incorporada com o urucu, a qual disseram os práticos que era o cérebro humano que lhes servia de unguento para as suas unções. Tenho

⁹¹ Marta Rosa Amoroso, *Guerra Mura no Século XVIII : Verso e Versões - Representação dos Muras no Imaginário Colônia*, Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1991.

visto algumas gaitas de tibias das pernas de homens, porém do gentio Mura o que vi e o que remeto é o que consta da relação da remessa(...)⁹²

Este texto sobre os Mura é escrito em Barcelos por Alexandre Rodrigues Ferreira que, retomando suas notas de Belém, anexa leituras posteriores e diversas fontes de autores variados. Redigida em 1787, enquanto esperava por novas ordens para seguir viagem direcionada para o rio Madeira - este texto, entre outras coisas, tenta registrar para o público a história da redução dos Mura - naquele momento, já pacificados. Rodrigues Ferreira compila várias cartas de autoridades coloniais encarregadas da edificação dos aldeamentos dos Muras e dá o nome de *“Notícia da Voluntária Redução de Paz e Amizade da Feroz Nação do Gentio Mura nos anos de 1784, 1785 e 1786”*. Neste texto, observa Amoroso, nota-se a decisiva influência de idéias anteriores sobre a mesma nação, principalmente as idéias do Ouvidor Ribeiro de Sampaio que ecoa nos escritos de Ferreira. Sampaio, entre outras coisas, considera os Mura responsáveis pelo despovoamento das vilas e o respectivo abandono das lavouras por medo dos mesmos. Isto tornava-os responsáveis pelo decréscimo dos estabelecimentos portugueses na região. Segundo Amoroso, dez anos após os relatos do Ouvidor, estas idéias são reiteradas.

“Da ferocidade desta Nação, que a bem pouco tempo se familiarizou conosco e dos malefícios, e insultos com que ela tem perseguido a Agricultura, a População, o Comércio e a Navegação dos sobreditos rios, já em outro tempo deu uma bem circunstanciada idéia, o Dr. Ouvidor e Intendente Geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio.”⁹³

Amoroso afirma ainda que este perfil dos Mura construído por Rodrigues Ferreira seria um “amalgama grosseiro de todas as visões de Guerra que formou ao longo de sua estadia na Amazônia”. O momento mais característico que confirmaria esta análise de Amoroso, talvez seja aquele em que Ferreira, referindo-se aos desejos de vingança

⁹² Ferreira, Apud Marta Amoroso, *Guerra Mura no Século XVIII: Verso e Versões - Representação dos Muras no Imaginário Colonial*, Campinas: Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1991, p. 119.

⁹³ Ferreira, Apud Amoroso, *Guerra Mura no século XVIII: Verso e Versões*, 1991, pp. 108-109.

dos Muras, praticamente transcreve as idéias de Thevet que, em 1558, escreve sobre o desejo de vingança dos Tupis - esses agrediam as pedras contra eles atiradas⁹⁴. Vale a pena transcrever essa passagem:

“O desejo de se vingarem é tão cego e abrutado como o dos animais ferozes. Mordem as pedras com que se lhes atira, como fazem os cães e as retorquem contra o mesmo que as atirou.”⁹⁵

Rodrigues Ferreira trabalha no sentido de detectar aquelas nações consideradas inimigas para que Portugal procedesse a um regime de exceção quanto da prática da guerra. Os Mura, Munduruku e Carajá serão essas nações assim consideradas. Instalado em Barcelos, entre os anos de 1785 e 1789, como visto, Rodrigues Ferreira observou a importância estratégica para o Estado Português das alianças com alguns indígenas locais no sentido de manutenção das fronteiras coloniais. Assim, além de distinguir os “inimigos”, fazia um inventário das “nações” dos índios amigos. O quadro pouco a pouco foi se tornando mais complexo: “índios amigos”, “inimigos”, excessivamente livres, excessivamente explorados. Ferreira, após ter construído este panorama de idéias sobre esta parcela da população nativa, parte para a pouco desejada excursão no Madeira.

NO MADEIRA, UM CONFLITO ANUNCIADO:

As ordens de sua ida ao Madeira encontraram Ferreira sem os recursos necessários, sejam os alimentícios, os recursos humanos ou os seus salários. Sanado este problema, pelo menos da alimentação e dos salários, depois que o “riscador” José Joaquim Freire foi até Belém receber os atrasados, ainda persistiu um outro. Este, problema importante e bastante sintomático. Eram necessários remadores. O pedido de

⁹⁴ André Thevet, *Les français en Amérique pendant la deuxième moitié du XVI e. siècle*, Paris: PUF, 1953.

⁹⁵ Ferreira, Apud Amoroso, 1991, pp. 118-119.

Ferreira para a excursão foi de 200 homens. O governador Martinho de Mello escreveu uma carta, como de praxe, para Pereira Caldas - governador da Capitania do Rio Negro - providenciar os tais remadores. A esta carta responde Caldas observando as dificuldades para se organizar as duas centenas de remeiros destinados a excursão no Madeira. Caldas fala do horror que aquelas pessoas tinham de navegar no Madeira. Isto devido a opressão por outros “ tão pesados serviços” que haviam enfrentado indo em direção ao Mato Grosso. É bom que se lembre - este percurso era subindo o rio, contra suas fortes corredeiras. Caldas lembra de uma excursão anterior a cargo de um alferes, durante a qual morreram 62 índios antes do regresso à vila de Borba. Caldas parecia prever o inevitável. Rodrigues Ferreira estava prestes a enfrentar um problema pelo qual jamais havia passado.

Em dois dias decorridos da entrada no Madeira, Ferreira queixava-se de doentes de “catarrhos” - isto em agosto de 1789. Em setembro, as primeiras fugas passam a iniciar um drama que perdurará durante todo o seu percurso. As doenças já afastavam 14 pessoas dos remos. Rodrigues destaca uma canoa para servir como hospital flutuante. Neste momento, um motim se estabelece. O comandante das tropas se diz impotente para prosseguir na jornada. As deserções já somavam 42 pessoas. Rodrigues Ferreira acusa os Muras (hei-los novamente), que teriam influenciado os domésticos para a fuga.

“Outrora, temiam-lhes a ferocidade implacável, que se transformara em serviçal inconsciente dos recalcitrantes , a muitos dos quais as suas ubás ligeiras conduziã para longe, a troco de quaisquer bugigangas.”⁹⁶

Trecho interessante. O que ocorreu é que Ferreira encontrara uma feitoria de tartarugas onde estavam 8 Muras (este encontro foi posteriormente documentado em Portugal e acredito que seguindo a narrativa de Ferreira, vide gravura correspondente). Ferreira destaca ter tido um encontro pacífico com esses índios , chegando inclusive a “comprar”, por cuias de farinha, 43 tartarugas. Conseguiu que esses índios pescassem para eles e observa que receberiam pelo serviço, posteriormente. Para se comunicar

⁹⁶ Ferreira, Apud Corrêa Filho, 1939, p. 82.

com os Mura, Rodrigues Ferreira utilizou-se de um índio remeiro de nome Diogo, do Airão - índio “murificado” (fora criado pelos Mura e aprendera sua língua). Servindo-lhe como “língua”⁹⁷, este remeiro acabou por liderar a deserção com a ajuda dos índios Mura. Este episódio é também analisado por Amoroso que comenta que novamente os Mura levam a culpa. Neste episódio, no entanto, Ferreira destacava imagens que longiam da de um Mura apenas feroz. Neste caso, os Muras são representados com a imagem de ardilosos, serviçais dos recalcitrantes. Uma mutação de imagem em curso.

A situação se complicava para Ferreira, já que dos 118 remeiros restava apenas a metade. E esses remeiros eram imprescindíveis para os trechos encachoeirados do rio.

Rodrigues Ferreira, líder da expedição, estava perdendo as rédeas da situação. Dela participavam ainda : José Joaquim Freire, Joaquim José Codina (riscadores), Agostinho J. do Cabo (jardineiro), o frei capelão Antônio de Santa Catharina e Elias José Liz.. Este último, comandante da tropa, abandona seu posto dizendo-se impotente para conduzir a expedição. Um pouco antes, eles haviam sido vítimas de um ataque dos Munduruku no Aripuanã, rio das proximidades. O medo chegou à expedição. Ferreira escolhe uma ilha do rio e monta acampamento protegido por paliçadas. Segundo ele, com o duplo objetivo de proteger-se dos ataques e evitar a fuga. Neste momento, envia a Caldas carta solicitando o envio de mais remeiros .

“Asseguro a V. Excia. Que nenhum se tem tratado mal, nem de obras, nem de palavras; a nenhum se tem oprimido com o peso dos trabalhos, porque quem faz as demoras que eu faço certamente não mortifica os remeiros (...) Nada tem bastado ; os mais mimosos são os mais infieis. Que muito si os mesmos brancos o são!(...) Queira V.Ex.^a Dar ao exposto a providencia que for servido, até mesmo, se parecer , a de nomear V.Ex.^a para o governo econômico desta Expedição, aquele ou aqueles, em quem V.Ex.^a reconhecer, que concorrem aquelas luzes e desembaraço, que eu

⁹⁷ Língua era o nome dado aos intérpretes das línguas indígenas. Normalmente aprendiam a “Língua Geral” que lhes era ensinada pelos jesuítas e que era comumente falada no Grão-Pará pela maioria da população, inclusive pelos brancos - e traduziam as diversas línguas que aprendiam de uma forma ou de outra para esta “língua geral” mais conhecida.

certamente não tenho, para governar homens incapazes de governo. Tais são os índios que nem força, nem jeito algum é bastante para os conter.”⁹⁸

Depois desse desabafo, onde expõe todo o seu desespero e a sua impotência, Ferreira praticamente desfaz-se de sua roupagem de explorador e recorda melancólico o seu papel de naturalista que, esquecido, vem à tona na forma de um lamento.

“O melhor do meu tempo me estão roubando estes índios, que tanto me dão que pensar, não me dando (louvado Deus) nem os meus livros, que são os que professo, nem os mais empregados. Estudar, observar, fazer experiências, em toda aparte do Mundo literário, supõe não somente o talento, mas também o sossego e as comodidades.

A vida que passo é a de uma guerra viva ; não com os gentios, porque essa que me fazem , de alguma forma se evita, mas com os índios domésticos.

Porém enfim, Sua Ex.^a, no meio de todos estes trabalhos, uma só reflexão abate a todos os instantes o meu fraco espírito, e é que, depois de termos todos em serviço de S.M, e na qualidade de uns meros estudantes arriscado tantas vezes por estes rios e sertões as nossas vidas (...) tão alheios da vida literária que professo; talvez que de tudo isto afinal o que me venha a resultar, seja o mesmo que é próprio das premissas que vai tendo esta diligência.”⁹⁹

Ao citar este trecho tão grande, permitimo-nos reafirmar o que já havíamos destacado antes. Ferreira neste, momento de sua jornada, definitivamente muda seu olhar. Abandona sua posição de *funcionário* da Coroa, se vê impotente diante da floresta e dos nativos. O que ele quer é apenas retornar ao seu campo de estudos, aos seus livros. De outra forma, alguns elementos precisam ser destacados. Os índios, antes simples objetos a serem estudados, incomodam-no agora por agirem ativamente, por

⁹⁸ Alexandre Rodrigues Ferreira, Carta - manuscrita, Coleção A . R . F, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: 21 - 2 - 24.

⁹⁹ Ferreira, Coleção A . R . F, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: 21 - 2 - 24.

terem passado ao papel de sujeitos dessa jornada. Talvez por isso, como diz, “me dão que pensar”. Seu anseio maior é o de voltar a encarar a natureza como um laboratório, olhando-a de fora. Assumir, novamente, o papel de protagonista do processo que, do lugar em que se encontrava, se tornava impossível. Ao mesmo tempo, novamente utiliza a bipolaridade entre “gentio” e “doméstico”. Naquele momento, não eram mais os “gentios” que o incomodavam, tais índios poderiam ser evitados. Os “domésticos” passaram a ser o verdadeiro problema. O que isto poderia significar?

Depois que Caldas responde sua carta, responsabilizando-o pelo ocorrido, Ferreira, melancólico, destaca que a única coisa que importa ao “ministro dessa repartição” (no caso, Caldas) era que se executasse o que foi ordenado. Os problemas que ocorressem pareciam não importar a essa autoridade. Elenca alguns: povoações abandonadas, que os índios deserdassem, que outros morressem pelo mato ou que ficassem para sempre “embrenhados neles”. Ademais, destaca que se os índios não obedeciam não é porque não quisessem, mas sim porque não o poderiam.

Rapidamente, então, vai surgindo uma humanidade esquecida que se desprende, provavelmente, do fato dos índios o terem feito pensar. Agora, protagonistas que se tornaram, passaram a existir enquanto seres humanos. Observa que aqueles que eram casados, lembravam-se de suas mulheres e de seus filhos devido ao fato de não terem deixado a roça feita para que pudessem ter a farinha para se alimentarem. Os solteiros, esses, implementavam fuga. Para evitá-las, era preciso levantar arraial.

Respondendo a questão anteriormente levantada sobre o problema do índio doméstico, esses estavam mais próximos da civilização, mas deveriam compor esse quadro como subservientes, o que ocorria é que naquele momento frustraram esta expectativa de sua naturalização, figuravam então como “recalcitrantes”, “infiéis” e, ao mesmo tempo, como pais de família preocupados com a alimentação da mulher e dos filhos. Ao que parece, o lugar reservado a sua “humanidade” não os podia conter.

Enquanto essa “humanidade” ia surgindo, a revelia do que talvez quisesse o naturalista, por outro lado, Ferreira usa de disciplina no trato com os nativos. Isto, na medida em que, para evitar as fugas que tanto o atormentavam, monta acampamento com paliçadas no seu entorno. Quem sabe os muros dessem um jeito nesta

incontinência? O conteúdo de “inocência” das cartas parece desaparecer. Essa atitude pareceria confirma, de certo modo, o que Mary Pratt afirma (em obra já citada) que existiria, por parte dos naturalista, um artifício que ela chamou de ideologia “anticonquista” para justificar seu atos implementando um caráter inocente as suas atitudes, encobrando os interesses coloniais e a exploração que lhes era inerente. Neste caso de Ferreira, no entanto, acredito que ao *naturalista* se una o *homem*. Se havia o interesse em justificar seus atos, por certo a justificativa não estava sendo direcionada a um público leitor presumido. Ao contrário, este conteúdo exposto corresponde ao conteúdo de uma carta a uma autoridade colonial que muito provavelmente não viria a público (a não ser, é claro, agora para a posteridade). Se justificava algo, acreditamos que justificava para si mesmo e para quem era endereçada a carta. O *naturalista* justificando o *funcionário*(ao encobrir o conteúdo disciplinar) e o *naturalista* justificando ao seu chefe imediato que tomara todas as medidas necessárias que caberia a um chefe de expedição, que caberia ao *funcionário* - inclusive a decisão de erguer paliçadas.

Ao compor a imagem desses índios com os quais mantinha contato, Ferreira representava os índios “domésticos” , os “civilizados”, como visto . No entanto, ao humanizá-los num grau inferior, num grau de subserviência - como “braços” , “remos” - , foi surpreendido pela sua “infidelidade” - como disse: “os mais mimosos são os mais infiéis” . Uma outra humanidade : “homens incapazes de governo” , homens esses que “nem a força, nem jeito algum é bastante para os conter” foi surgindo, destruindo certezas, corroendo os padrões. O encontro com a alteridade faz revelar em Ferreira padrões que vão se modificando durante seu percurso. Neste momento, a humanidade que surge e não pode ser negada, não era a esperada. Aspectos negativos compõem essa imagem - são humanos, mas infiéis já que não se integram ao projeto civilizador do qual, de certa maneira, o naturalista era um instrumento. Não estão mais sendo comparados aos “galos de campo” - estão na “capoeira”, eles tem roças e famílias para alimentar, por isso fogem. Não fogem porque querem. Mas ao fugirem se tornam “infiéis”. Contradições a parte, Ferreira vive a experiência da diferença. Essa experiência dolorosa se mostra sem retoques. O contato íntimo proporcionado por uma

expedição tão longa (durou 13 meses), imprimiu no naturalista a consciência da diferença e, ao mesmo tempo, a necessidade de naturaliza-la .

Neste período no Madeira, Rodrigues Ferreira enviou 52 volumes e 63 riscos para o Real Gabinete de História Natural. Da cachoeira onde parou sua expedição seguiu, com novos índios, para o Mato Grosso onde João de Albuquerque Pereira e Cárceres, governador daquela capitania, lhe daria guarita.

A CLASSE DOS MAMÍFEROS - O Tapuia* :

Em Vila Bela, Rodrigues Ferreira teve então tempo para retocar a monografia de suas excursões pelo Amazonas, Negro e rio Madeira. Esta monografia intitulou-se: “*Observações Gerais e particulares sobre a classe dos Mamíferos observados nos territórios dos três rios, das Amazonas, Negro e da Madeira: com Descrições circunstanciadas, que quase todos eles, deram os antigos, e modernos naturalistas, e principalmente com o dos Tapuias*”. Foi datada de 29 de fevereiro de 1790. Ferreira busca com essa obra sistematizar os dados que recolheu segundo os parâmetros da Ciência Natural e, em consequência, segundo as regras de Lineu. Propondo, assim como aquele autor, a substituição da categoria dos “quadrúpedes” por “mamíferos” que considerava mais abrangente.

Esta monografia pode ser entendida como o texto mais próximo daquele que Rodrigues Ferreira almejava como sua obra, enquanto obra do *naturalista*. Se observarmos bem suas outras produções, tanto as relações circunstanciadas como as

* Em que pese o fato de ter se estabelecido uma diferenciação entre os termos *tapuia* e *tapuio*, o primeiro indicando a nomeação dada pelos tupis aos seus contrários, aos índios de outras etnias e utilizada desta forma também pelos primeiros colonizadores; o segundo indicando uma nomeação que fazia referência ao índios destribalizados, ao índio geral - a grafia da palavra *tapuio*, correspondente ao seu segundo significado, é utilizada pelo naturalista como *tapuia* em diversos manuscritos por nós analisados. Que

diversas participações que produziu sobre diversas observações feitas, estas se inserem muito mais na obra secundária do explorador, do catalogador ou mesmo, na obra do *funcionário*. Estas obras secundárias, como dissemos, não deixavam de ter a sua importância, mas jamais poderiam substituir a obra principal, a obra do cientista. Obra esta pensada, refletida, autorizada. Muito provavelmente seria o passaporte do naturalista para os quadros da comunidade científica lusitana.

O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira ao chegar a Capitania do Mato Grosso, depois de ter sofrido toda a sorte de desastres no seu percurso pelo Madeira, encontrou o governador desta capitania como um protetor e, acima de tudo, como um aliado nas suas pretensões científicas. Pereira e Cárceres era tão ilustrado quanto o naturalista, além do mais, possuía uma biblioteca munida de todas as obras que Ferreira poderia necessitar.

Ferreira durante algum tempo teve que se recuperar das febres que quase todos os membros da expedição sofreram. Ele e o desenhista José Joaquim Freire por pouco não sucumbiram a essas doenças. O jardineiro botânico Agostinho do Cabo não teve a mesma sorte, vindo a falecer pouco depois da sua chegada nesta capitania. Rodrigues Ferreira então teve tempo e o apoio necessário para produzir suas primeiras reflexões sobre os dados que durante tanto tempo recolhera.

Esta sua obra efetivamente pode ser encarada como aquela que, seguindo as pretensões de outros intelectuais da época, buscou dar ordem à natureza classificando-a e enquadrando-a segundo as regras e os padrões da ciência ilustrada. O discurso do naturalista se desprende dessas páginas, com toda certeza pretendia falar ao público científico. Elencou uma série de autores que também produziram sobre os temas que se propunha analisar e com eles travou um diálogo: concordou, discordou, enfim se posicionou. Nesta obra, a imagem dos índios sofreu a interferência direta dos parâmetros da ciência ilustrada. Por outro lado, nem por isso deixou de transparecer a influência que sofreu da vivência do naturalista no embate do contato cotidiano com os nativos.

fique claro porém que este *tapuia* ou *tapuio* a que se refere o naturalista indica o índio destribalizado, o índio genérico.

Como visto, Lineu foi a base através da qual tentou sistematizar suas observações de cientista natural. A classe dos mamíferos correspondia a primeira das seis classes em que se dividia o reino animal, segundo a perspectiva de Lineu. Ferreira utilizava esta classificação e, assim como Lineu, considerava os animais como aqueles “corpos naturais” que eram organizados, que viviam e que sentiam. Comparou, no texto, os animais aos vegetais e aos minerais destacando semelhanças e diferenças. Para Ferreira, ao contrário dos animais, os vegetais não sentiam, muito embora vivessem e fossem organizados. Já os minerais esses não eram organizados, não viviam e tão pouco sentiam. Ferreira acreditava que, no caso dos minerais, a matéria dormiria na inércia, esperando que a chamassem à vida. Essa mesma matéria nos vegetais, por outro lado, estava animada, mas como ainda esses não sentissem, esta matéria ficava semiviva. A matéria, por sua vez, estaria completa nos animais, já que esses uniam sentimento à vida.

Considerando os vegetais e os animais como máquinas, Ferreira acreditava que, em quase tudo relacionado a vida vegetativa, a “máquina vegetal” correspondia a “máquina animal”. Plantas e animais seriam semelhantes em relação ao : nascimento, nutrição, idade, movimento, a propulsão, a enfermidade, a morte, a anatomia e ao organismo. Ambas seriam máquinas hidráulicas : “ As suas partes sólidas correspondem ao tutano nos animais e à medula nos vegetais; os ossos ao lenho; os músculos aos galhos; à pele o córtex; à cutícula a epiderme; os pulmões às folhas; os dutos venosos aos arteriosos, etc., os vasos suctórios que conduzem os fluidos, as vesículas que os retém e conservam; as traquéias que atraem o ar”¹⁰⁰. Também destaca que os órgãos genitais dos animais corresponderiam, no caso dos masculinos, aos estames nas flores; os cálices serviriam de lábios ou prepúcios ; o pólen seria o sêmen ; as anteras, os testículos; os filamentos, os vasos espermáticos e assim por diante. No caso dos órgãos

¹⁰⁰ Os trechos aqui apresentados aparecem na monografia escrita por Alexandre Rodrigues Ferreira, cujo título já citamos, que se constitui num manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sob o número 21 - 1 - 11, da coleção de Alexandre Rodrigues Ferreira. Para efeito de simplificação, utilizaremos esse mesmo texto editado pelo Conselho Federal de Cultura (Ferreira, *Viagem Filosófica - Memórias: Zoologia e Botânica*, 1972, pp. 67-137) já que no texto editado as páginas são numeradas o que facilita fazer a referência.

sexuais femininos: os pistilos , seu estigma seria a vulva; o estilete, a vagina; o germe seria o ovário por fecundar; o pericárpio o ovário fecundado e a semente o ovo.

As duas máquinas também se assemelhariam no que se refere aos cinco estados ou idades do animal. A infância que se passaria num meio aquático, sensível e inerte corresponderia nas plantas a germinação. A adolescência corresponderia a puerícia que seria mucosa e inconstante. A juventude, ferosa, audaz e dócil, corresponderia a florescência. Por sua vez, a virilidade que seria sangüínea e forte corresponderia a frutificação. Por fim, a senectude que seria melancólica, débil e ossuda, corresponderia a esfoliação. Indo mais longe, Ferreira afirma que o intestino das plantas seria a terra, suas raízes serviriam de vasos quilíferos, seus troncos seriam os ossos, suas folhas seriam os pulmões , o calor seria o coração. Remetendo “aos antigos” considera a planta um animal invertido.

Essa visão holística, essa comparação entre as “máquinas” tem um significado bastante importante para que possamos entender a relação que Ferreira estabeleceu entre a natureza e homem. Seu “homem natural”, como veremos, é parte integrante dessa natureza e sofre por isso, decididamente, interferência dos vários elementos que a compõe.

Ferreira segue seu texto atribuindo as características que diferenciam dos outros animais os mamíferos, quais sejam, dentre elas: a estrutura interna, o coração , a respiração pulmonar etc. . Concordando com Lineu , embora lembre que a maioria dos naturalistas distinguia esta classe como a dos quadrúpedes, Ferreira destaca também as mamas como característica universal dessa classe. Mamas que sempre estariam presentes: fossem elas terrestres, como nos bois, ovelhas, porco; fossem aquáticas, como nas lontras e antas ; ou mesmo aéreas como nos morcegos.

Depois de ordenar essas espécimes do reino animal na classe dos mamíferos, Ferreira parte então para a especificidade desta classe na América. Embora considere que o clima tenha propiciado uma abundância vegetal que cobria a maior parte das terras da América Meridional, tornando essas terras sombrias e selvagens, Ferreira destaca a ausência de grandes e ferozes animais como elefantes, rinocerontes, tigres e leões. Desta feita, afirma que os animais da América Meridional eram pouco volumosos

e robustos, parecendo serem oriundos de uma raça inferior, na qual os maiores animais correspondiam as antas e os mais ferozes às onças. Acompanhando Buffon, assinala que a América detinha apenas a terça parte dos quadrúpedes encontrados no mundo quando de seu descobrimento.

Se por um lado não existiam grandes animais, a América abrigava uma inumerável quantidade de serpentes, répteis, vermes e insetos. Para Rodrigues Ferreira, “as mesmas causas que diminuem a força e o volume dos grandes são as que favorecem e aumentam a proporção dos pequenos”. Os insetos seriam os mais odiosos. As formigas, por exemplo, ganharam por parte dos tapuias, segundo ele, o título de “Rei do Brasil”¹⁰¹.

Depois de destacar aspectos nada lisonjeiros em relação a natureza americana, Ferreira parte para a análise da primeira ordem dos mamíferos e a que nos interessa no momento: a ordem dos “primatas”. Destaca, nesta ordem, o homem que ocuparia o primeiro lugar pelas distinções que apresentava, dentre elas, o conhecimento de si mesmo. Elencando uma série de possibilidades para o estudo desses homem, quais sejam : o estudo fisiológico, dietético, patológico, político, moral e teológico - distingue desses outros o estudo do “homem natural” que seria o objeto das observações dos naturalistas. Depois de traçar que o caráter essencial dessa espécie estaria ligado a sabedoria da alma, a docilidade e o ensino, lembra também das variedades que, assim como em outros animais, também apresentava essa espécie.

Depois de enquadrar seja a natureza, sejam os animais americanos, mais especificamente os mamíferos, no quadro maior de classificação de Lineu, Ferreira ao chegar finalmente ao seu homem natural, encontra o dito *tapuio*. Afirma que - assim

¹⁰¹ Em relação a essas formigas, Ferreira lembra de um pleito inusitado acontecido no Maranhão entre os religiosos menores dos mercedários e as formigas do terreno em que se encontravam. As formigas atacavam sem cessar a dispensa dos frades. Em vista disso, os frades votaram pela expulsão das formigas. A partir daí escolheram-se procuradores tanto para as formigas como para os ditos padres - um prelado foi escolhido juiz. Observados ou autos, a depois de réplicas e contra réplicas chegou-se a um veredicto. Os frades foram obrigados a demarcar um sítio para as formigas, essas, sob pena de excomunhão não poderiam abandonar o dito sítio. Assim, ambas as partes ficariam acomodadas. O padre Manoel Bernardes da congregação do oratório que expôs esse fato no seu livro “Nova Floresta” afirma que, segundo Ferreira, “imediatamente saíram à toda pressa milhares e milhares daqueles animais escos, formando longas e grossas fileiras em direção ao campo assinalado, deixando aqueles religiosos livres de sua molestíssima agressão”. (Ferreira, *Viagem Filosófica - Memórias : Zoologia e Botânica*, 1972, p. 72)

como o europeu, o asiático e o africano - o *tapuio* seria tão homem como qualquer um deles. Em relação a denominação dada a esses índios - *tapuio* - Alexandre destaca que tal nome foi dado “por nós” em razão de sua cor e do país em que habitavam, nome esse retirado de sua própria língua. Acrescenta, ainda, que os mesmos também “nos” denominavam de “tapuitinga” - ou tapuia branco. Já os domésticos, denominavam os brancos, dentre os quais Ferreira se enquadra - “por sermos europeus” - , de “cariba suaivara” ou branco europeu. Ao pretos, por sua vez, denominavam de “tapaiuna” ou tapuia preto.

Essas idéias acima tem um significado importante. A identificação do tapuio como um homem como outro qualquer, o destaque das razões da nominação tapuio e, mais ainda, a mudança do foco do olhar ao identificar de que modo os próprios tapuios identificavam os europeus e os pretos - revela uma perspectiva bastante singular com a qual Ferreira vai, aos poucos, enquadrando esse nativos nos padrões representativos da ciência ilustrada. A singularidade do enquadramento implica repensar esses padrões.

O europeu, o sujeito que nomeia, cria uma nominação arbitrária baseada em razões expostas que, implicitamente indicam, ao que parece, que essa nominação não se confunde com a coisa nominada.. Ele é tapuio porque tem uma cor e habita um país distinto, diverso. “Tapuio” apenas nomeia a diversidade. Por sua vez, o sujeito que nomeia também sofre uma nominação é “tapuitinga” ou, pelo fato de serem brancos europeus, são nomeados “cariba suaivara”. Pode-se, deste modo, acrescentar que o tapuio, ao ser homem como os outros e ao nomear, também é percebido pelo naturalista como sujeito.

Voltemos ao texto. “Tapuio” ao nomear a diversidade em relação ao europeu , ao asiático, ou ao africano também possuía, segundo o naturalista, entre os mesmos, distinções. As diferenças estariam relacionadas a cor, a língua, a energia, assim como aos exercícios das potências e das faculdades intelectuais. “Tapuio” ao nomear uma diversidade maior , não nomeava uma diversidade específica.

Por outro lado, Ferreira destaca outros autores que assinalaram em suas observações algumas características uniformes que implicariam uma certa unidade de feições em relação a esses tapuios. Um desse autores, Luiz Pinto de Souza Coutinho

que havia governado por quatro anos as capitânicas de Mato Grosso e Cuiabá, afirmava que o tapuío, a primeira vista, apresentava-se como um homem dócil, tranqüilo e tratável, mas que de perto deixava transparecer um ar selvagem, desconfiado e sombrio. Estas características poderiam ser observadas, segundo Alexandre, na medida em que, segundo outros autores como D. Antônio U. e D. Pedro de Cieza de Leão, todos eles se pareciam: ao se vir um via-se todos, pareciam como filhos de um mesmo pai e de uma mesma mãe. Alexandre de forma moderada afirma que: “Há, com efeito, em todos eles uma certa combinação de feições e um certo ar, tão privativamente seu, que nele se deve estabelecer a característica de uma figura americana”¹⁰²

Embora Ferreira concorde com uma certa unidade dentro dessa diversidade, é na distinção que se estabelece a tônica da sua argumentação, ao analisar esses diversos nativos. A cor é um dos exemplos dessa “unidade diversa” - ela os diferencia tanto dos outros homens - europeus, asiáticos e africanos - como os diferencia entre eles próprios. Uma cor que vai do cobre ao castanho, mais ou menos retinto segundo a distância do equador e ao grau de elevação do terreno. A natureza, como se vê, tem, para Alexandre, um aspecto essencial neste processo de diversificação, ao mesmo tempo que essa mesma natureza é que vai tornar esse homem diverso num igual. Essas diferenças assinaladas por Ferreira, obedecem às reflexões feitas pelo conde Buffon em sua obra *História da Natureza*. Enquanto Ferreira analisa essas diferenças, teve em Buffon, sem sombra de dúvidas, o interlocutor principal.

Para ele um “tapuío” que estivesse exposto ao sol, pouco se diferenciaria de um negro, ao contrário, se ele se afastasse do equador sofreria um processo de branqueamento. Por outro lado, os tapuíos do serviço doméstico eram mais alvos que os que trabalhassem durante dois meses, por exemplo, fazendo manteiga numa praia do rio Solimões de do rio Madeira. Exposição ao sol, distância do equador, altitudes elevadas, enfermidades, todos esses aspectos refletiam na cor desses tapuíos.

Usando idéias de físicos e anatomistas, Ferreira tece uma verdadeira distribuição espacial da cor. Na Europa, a cor branca predominava ao norte, indo paulatinamente

¹⁰² Ferreira, *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá - Memórias Zoológica e Botânica*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 75.

escurecendo em direção ao sul. Na “Ásia”, acontecia o mesmo fenômeno, na parte asiática e nos climas temperados da África, os habitantes eram mais brancos, já nas zonas tórridas deste último continente, predominavam os pretos. Nas Antilhas, no México, Rio de Santa Fé, Guiana, no País das Amazonas e no Peru a diversidade também se espalhava, muito embora predominassem as cores cobre e castanha, mais ou menos escuras. Ferreira chega então a conclusão que a razão de tantas cores era resultado da quantidade de calor que existia em cada uma dessas regiões. Destaca também a não correspondência entre as latitudes e os climas. Como exemplo, observa que embora habitando em latitudes semelhantes aos africanos, os americanos apresentavam um cor cobre e os africanos uma cor negra. Os ventos, as altitudes, as geleiras eternas, a existência de rios e lagos, indicando umidade - para Alexandre todos esse aspectos entravam na composição do clima, indicando portanto a quantidade e o tipo de calor.

Com uma ponta de ironia, Ferreira expõe algumas idéias de autores que defendiam outras razões para a cor negra. Tais autores afirmavam que de um lado a epiderme dos negros era tão “cândida” como a dos brancos; outros afirmavam que a epiderme desses negros era realmente preta, ou mesmo que o sangue dos negros era algo mais negro que dos brancos; ainda, um outro autor afirmava, depois de repetidas experiências, que era na bilis que residia a razão da cor : a dos pretos não seria amarela como a dos brancos, mas “tão negra como tinta”. Citando Buffon, Ferreira indica que : “(...) confesso que sempre me pareceu que a mesma causa que nos faz mais trigueiros quando nos expomos ao ar livre e aos ardores do sol, faz os espanhóis mais trigueiros que os franceses, os mouros mais que os espanhóis e os negros mais do que os mouros. Nós não queremos indagar como esta causa atua mas assegurar-nos somente que ela é a responsável ”¹⁰³

Neste sentido, a cor que diferenciava os homens era fruto do calor que emanava das regiões em que habitava. A natureza imprimia as regras dessa diferenciação. Ao

¹⁰³ Buffon, Apud Ferreira, *Viagem Filosófica - Memórias - Zoologia e Botânica*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 80

mesmo tempo, coloca numa mesma categoria o europeu do norte, o espanhol do sul, o Americano do Oeste ou o negro da África. Todos homens, porém com cores desiguais.

Da desigualdade das cores à desigualdade dos atributos físicos. Do extremo branco ao extremo negro, o tapuio encontrava-se num espaço intermediário que o tornava diferente de ambos os extremos. Dono de uma pele lisa, polida e unida o tapuio não possuía pêlos como os europeus, exceto nas axilas, na cabeça e na púbis. Sem ser escamosa ou rugosa e não possuindo sinuosidades que regulassem a transpiração: “A pele fica tão lisa que tocando-a com a mão, se sente como aveludada”¹⁰⁴. Afirma, ainda, existirem índios domésticos que “a imitação dos brancos” teriam pêlos nas mãos, braços e pernas; lembra também das barbas dos Mura do Madeira, mas acrescenta que, a despeito dessas exceções, a maioria teria a pele nua, lisa e unida.

Vai nascendo, aos poucos, os atributos desses tapuios: mamíferos, primatas e homens. Passando pela cor e pela característica de sua pele, Ferreira segue para outras observações, que dividiu em três classes: a da constituição física, a da constituição moral e a da constituição política. Na constituição física, Rodrigues Ferreira implementa uma verdadeira geografia corpórea analisando as diversas partes do corpo desses tapuios: cabeça, face, testas, olhos, orelhas, nariz, boca, barba, tronco e extremidades. Em particular, essa “geografia corpórea” será de imensa importância ao relacionarmos a mesma aos tipos físicos que foram compostos pelos riscadores da expedição. No momento, vamos destacar apenas outros atributos também significativos.

Do aspecto físico dos índios se despreendem caracteres psicológicos. Aproximando os índios dos asiáticos devido a pele lisa e o rosto chato e largo - (destaca alguns Mura que possuem barba como exceção, como visto) questiona sua virilidade. Aliás este é outro dado significativo no momento de analisarmos os documentos iconográficos da Viagem Filosófica. A esta falta de virilidade une a ausência de força, assim como uma agilidade que a supera. Se não são fortes para o trabalho como os negros, são mais ágeis em outras atividades. Aqui segue a tradição que diferenciava essas duas raças, mais particularmente representada pelas idéias de Buffon.

¹⁰⁴ Idem, p. 80.

Esses atributos físicos também são utilizados para destacar a idéia de proporção e regularidade que consistiriam na perfeição da figura americana. “O talhe airoso do corpo, a estatura proporcional, as feições delicadas, enfim, de tudo a natureza vai distribuindo entre eles como melhor lhe parece”¹⁰⁵. Depois dessa afirmação, Ferreira destaca que os vícios orgânicos representados pela existência de pigmeus, corcundas, aleijados, cegos, surdos e mudos, não existentes entre os tapuios, seriam grandes entre os europeus. Isso se daria em consequência dos abortos e da morte dos defeituosos e mal constituídos, implementada por esses tapuios, devido ao fato de que esses seriam incapazes de exercer atividades na vida selvagem. Por outro lado, no que se refere a melhor proporção de seus corpos em relação aos dos europeus Ferreira afirma que : “É que eles não fazem parte dos que desfiguram a forma humana, não enfaixam as crianças, não espartilham as meninas para adquirirem cinturas delicadas, não ligam colarinhos aos pescoços dos filhos, os pulsos com os manguitos, o ventre com os cintos, os joelhos com as ligas, e os pés com os calçados”¹⁰⁶.

Este destaque da perfeição das formas dos americanos, como veremos adiante, não se constituiu em um dos atributos tapuios mais distinguíveis. A anormalidade e a deformidade também terão um lugar destacado em suas análises. O importante é que o destaque que o naturalista fez da perfeição dos corpos, inclusive como parâmetro para pensar a deformidade dos europeus, muito em função dos artificialismos da “civilização”, demonstra que pouco a pouco, através dessa alteridade com que faz contato, o naturalista repensa e reformula os seus padrões de civilidade. Através das formas do nativo, ou melhor, de algumas dessas formas, assinala a corrupção que o excesso de artificialismo traz à civilização.

Ao tratar da constituição espiritual dos tapuios, Rodrigues Ferreira abre mão de emitir sua opinião, afirmando que: “Pelo que diz respeito às suas faculdades intelectuais e as atividades pelas quais são impulsionados, eu não poderia escrever tanto, e nem ser aceito universalmente entre os sábios, como escreveram os filósofos mencionados no Auto da História da América. Não haveriam de crer em minha palavra no que tenho a

¹⁰⁵ Ferreira, *Viagem Filosófica*, 1972, p. 82.

¹⁰⁶ Ferreira, *Viagem Filosófica*, 1972, p. 83.

dizer sobre os índios, quer seja em louvor ou em censura; é de boa vontade que renuncio à satisfação de escrever”¹⁰⁷.

Na realidade, como veremos, não abriu mão de emitir sua opinião. Sutilmente vai desfiando um rosário de críticas às afirmações dos ditos filósofos que cita. As reflexões desses autores que cita são variadas, mas unidas no sentido de atribuir características negativas e depreciativas a esses índios. Afirmam que esses índios são excessivamente simples; que sua razão não é mais previdente e iluminada que a dos animais; levam a pensar que são povos que não pertencem à mesma espécie humana; seus olhos espelham uma alma que não teria função alguma - sua indolência seria extrema; sua imbecilidade seria tão visível que pouco diferiam dos animais; seriam insensíveis à fortuna e à prosperidade; não sentiriam temores ou respeito; a insensibilidade seria a base do seu caráter . E assim por diante.

Ferreira, timidamente, desafia os ditos sábios e destaca: “Adverte-se, contudo, que as reflexões acima taxando os americanos de estúpidos e indolentes, em suma, menos gente que nós, conforme definido pelo jesuíta Vieira, é uma análise ao pé da letra. Por outra perspectiva, é de se reconhecer que estão em outro estado de sociedade, em outra ordem de coisas, em outro país e com diferentes necessidades, pelas quais perdem grande parte de toda a sua energia. Como os seus requisitos naturais são poucos, também os seus esforços espirituais e corporais estão na mesma proporção”¹⁰⁸.

Ferreira destaca que o que incomoda mais esses sábios é o desapego desses índios ao trabalho e a falta de previsão para o futuro. O fato de sua felicidade consistir em não trabalharem. No entanto, se são inimigos do trabalho isso acontece “porque o não podem fazer, quando faltos de alimento; e porque não querem, quando abastecidos dele”. Existe uma razão palpável para esse desapego ao trabalho, ele destaca algumas razões : não terem se habituado ao trabalho desde cedo ; à falta de ferramenta e animais auxiliares ; à “prodigalidade” da natureza e a liberdade de comercializar os dois sexos (escravos). Complementa afirmando que não se preocupam com provações futuras, pois, como suas necessidades são poucas. Anota que se “lhes faltam os frutos, não lhes

¹⁰⁷ Idem, pp. 86-87.

¹⁰⁸ Ferreira, *Viagem Filosófica*, 1974, p. 89.

faltam, no mato, a caça, nem o peixe nos rios e lagos” que conservam através da defumação transformando-os em paçoca. Comparando-os com o lavrador que tem o seu celeiro cheio para passar o inverno, lembra que esses índios nem de celeiro precisam, a floresta já é o seu. Quanto à caça, afirma que a natureza dotou-os de ardiz e estratégias para que pudessem suprir a imperfeição de suas armas. Enfim, se há uma preguiça extremada por parte dos índios é porque a natureza é extremamente dadivosa para com eles.

Quanto à capacidade de calcular, Ferreira destaca que usam os dedos das mãos e dos pés, alguns usam até os cabelos. Outros usam as castanhas de caju guardadas em cabaças para contarem sua idade, já que o fruto do cajueiro só dá uma vez por ano. Os domésticos e os principais das povoações, assim como os pilotos das canoas de negócio esses utilizavam um método que consistia em : “nas quinas de uma régua de madeira que é maior ou menor segundo a progressão do seu cálculo, abrem com uma faca uma dezena de pequenos dentes com a diferença que o décimo é maior ou seja mais pronunciado, denotando dezenas. Duas dezenas destas, formam na sua língua uma jangaba ou vintena na nossa. Por conseguinte dez dezenas ou cinco jangabas, fazem uma centena que entre eles se chama papassaba. Dez papassaba ou centenas, produzem um milheiro. Por meio desta forma contam os alqueires de farinha, de arroz, de milho, as arrôbas de salsa, de cravo, de café, de cacau, etc..”¹⁰⁹

Rodrigues cita outros diversos métodos que esses tapuias utilizavam para dar conta do cálculo e, depois de citá-los, afirma também com uma ponta de ironia: “ Por aí certifica-se que não é raro, apesar de seu fundo de estupidez, algumas espertezas tanto mais dignas de admiração quanto menos geradas do ensino”.¹¹⁰

Talvez o mais significativo desses destaques que faz , frutos de sua experiência cotidiana, e que contrariam os “sábios” que elencou, seja esse trecho que acredito valer a pena citá-lo na íntegra.

¹⁰⁹ Ferreira, *Viagem Filosófica*, 1972, pp. 92-93.

¹¹⁰ *Idem*, p. 93.

“O que faria um europeu criado como um destes tapuias, ignorantes da existência da geometria, geografia, hidrologia, etc. , se lhe fosse perguntado a respeito de um rio, sua direção, confluente, número de aldeias situadas? Posso responder o que fez um gentio quando a ele foram feitas estas perguntas; tomada uma corda, a estendeu pela terra de forma a representar as voltas do rio principal. À referida corda, lateralmente, da direita e da esquerda foram atados outros tantos cordões quantos eram os confluente a representar, ajustando-os às distâncias que na sua mente tinham uns dos outros e também de forma a figurar as suas voltas. Finalmente, em cada um dos cordões laterais, deu tantos nós mais ou menos aproximados quantos eram as aldeias dos índios e umas distâncias umas das outras. Assim o problema que se lhe propôs foi resolvido sem ser preciso levantar qualquer carta. Isto me sucedeu no rio Branco como um gentio da nação Macuxi que casualmente encontrei na povoação do Carmo”.¹¹¹

Ferreira demonstra nesses trechos citados uma sensibilidade para pensar essa alteridade que seus antigos sábios, os quais usa muitas vezes como referência, não tiveram. Essa valorização que faz de alguns atributos desses índios foi, antes de tudo, resultado de sua convivência nesta zona de contato fronteiro. O influxo do nativo, efetivamente naquela situação, rearticulou seus padrões referenciais. É sempre bom lembrar, no entanto, que o nativo que lhe foi permitido enxergar foi o nativo inserido na ordem civilizadora, foi o nativo doméstico.

Seguindo esta mesma tendência de valorização dos aspectos positivos desses índios, Ferreira teceu alguns comentários sobre suas línguas. Destacou semelhanças entre essas línguas e a língua grega em função da composição dos seus vocábulos, em alguns casos também as comparou a língua inglesa. Acreditava ainda que essas línguas, apesar de limitada em suas idéias, eram harmônicas, vastas e enérgicas. Assinalou ainda que eram línguas apropriadas à natureza e ao caráter das coisas.

A nem tudo, no entanto, atribui um lado positivo. Chamou-lhe atenção a situação de inferioridade das mulheres o ténue apego conjugal, assim como o amor paterno que

¹¹¹ Ferreira, *Viagem Filosófica*, 1972, p. 93.

somente é observado para com os filhos ainda crianças. Depois disso, esses tornavam-se seus companheiros, um igual. Observação interessante ainda é a que faz sobre o que chamou do padecimento do silêncio. Para ele, a seriedade e a melancolia eram os traços marcantes desses homens. Ainda destaca a não demonstração de dor por parte dos mesmos. Alguns, segundo ele, poderiam ter um braço ou uma perna amputados sem esboçar nem um leve suspiro.

Ainda analisando este aspecto sério e melancólico do tapuio, Ferreira destaca no seu texto que era extremamente difícil penetrar nos pensamentos desses homens que não “desperdiçam palavras”. Segundo ele, a falta da comunicação franca de seus sentimentos os tornava desconfiados, a ninguém abrindo seus corações, mantendo um caráter de reserva em relação as suas deliberações. Assim, o naturalista reflete : “Bem o mostra a experiência; para a execução de seus planos, por exemplo, para uma fuga, para um motim, nada é capaz de abalar aquela inimitável constância que guarda entre eles a insidiosa máxima de impenetrável segredo e de uma refinada dissimulação.”¹¹² Como se vê, os ecos dos tumultos no rio Madeira ainda “faziam o naturalista pensar”.

Quase todas as características acima são expressão de qualidades positivas e humanas. Isto não quer dizer que Ferreira não retome também suas idéias anteriores. No rastro delas, destaca a monstruosidade que apresentavam esses índios. No sentido ainda da sua necessidade de classificação, na primeira ordem dos quadrúpedes, na sua primeira divisão dos terrestres, dentre os unguiculados (com unhas planas e ovais), ainda dentro do gênero Homo - mais especificamente Homo sapiens, Ferreira foca atenção no Abá Mira - no homem, na sua variedade “americanus”. Dentro deste grande sistema estava inserido o Tapuia - apegau a (macho), cunhã a (fêmea). Devidamente classificados, Ferreira destaca entre esses tapuia duas especificidades relativas aos tapuia das capitâneas do Pará e do Maranhão. Esses possuiriam dois tipos de monstruosidade. Ao primeira grupo desses índios chamou de “monstruosos por artifício”, ao segundo grupo chamou de “monstruosos por natureza”. Faziam parte desse primeiro grupo: os Cambeba ou Omágua, os Urequena ou Orelhudo, o Miranha, os Turáz e Caripuna do rio Madeira, os Gamela, os Jurupixuna ou Boca-preta, os

¹¹² Ferreira, *Viagem Filosófica*, p. 100.

Mauá e os Tucuria. Quanto aos ditos “monstruosos por natureza”, a esses, apenas destaca com maior veemência a existência dos Catuxi ou Purupuru. Apesar disso, e em razão de notícias de outros tipos de monstruosidade, acrescenta, de forma interrogativa, se seria certa a existência dos Cauaná do Juruá (espécies de pigmeus) ou mesmo, ainda no mesmo rio, a existência dos Ugina (tapuias caudatos).

No caso da dita “monstruosidade por artifício”, Ferreira destaca, para cada uma das etnias que elencou, uma série de deformidades físicas. Nos Cambeba, lembra a prática do achatamento da cabeça quando crianças; nos Uerequena , destaca o fato das orelhas serem rasgadas e distendidas até os ombros; nos Miranha , assinala o fato das narinas serem furadas e ser introduzida uma pena nas mesmas; nos Turáz e Caripunas do Madeira, observa um furo da cartilagem que divide interiormente as narinas; nos Gamela, refere-se aos lábios inferiores serem rasgados e introduzidos rodela de madeira; nos Jurupixuna, a existência da face mascarada : os Maua , o ventre ser espartilhado e os Tucuria, o fato das mulheres terem seu clítores mutilados.

Se neste caso Ferreira assinala a “montruosidade por artifício” ao tentar classificar as deformações corporais que alguns desses índios implementavam, por outro lado duvida da existência de certas deformidades fantásticas que, em função de sua experiência com esses nativos e em função de seus conhecimentos científicas, pareciam absolutamente improváveis. Lembrando a análise de Pratt quanto a existência de padrões narrativos norteadores, neste momento, embora em diversos outros se aproxime do viajante Peter Kolb, Ferreira se distancia de seu modelo narrativo e se aproxima mais do dos viajantes da segunda metade do século XVIII, criticando essa visão fantástica, contrapondo-a a sua visão “científica”.

Em relação às deformidades naturais, apenas destaca a existência de manchas brancas pelo corpo nos índios Purupuru, manchas nas mãos e nos pés. Ao que tudo indica, provavelmente deveria estar relacionado ao vitiligo . Por outro lado, em relação aos pigmeus duvida e, no que se refere aos índios de caudas , neste caso Ferreira parece, entre uma atitude de ironia e incredulidade, realmente se divertir com o fato, já muitas vezes contado em sua época, naquela região.

Trata-se de uma notícia dada por um certo frei José de Santa Tereza Ribeiro da ordem do Carmo, em certidão passada no ano de 1768, em Castro de Avelãs, dando conta de um “fato” ocorrido no ano de 1751 ou 1752. Conta o padre que por esse ano chegou a sua aldeia, depois transformada em vila de Nogueira, um homem com alguns índios “resgatados” trazidos do rio Japurá. Dentre os índios que trazia o dito homem, havia um, de mais ou menos trinta anos, que, dizia o homem, teria rabo. O padre, incrédulo, passou a acreditar quando viu o dito índio nu. Segundo o padre, o tal índio possuía um rabo da grossura de um dedo polegar e de, mais ou menos, um palmo de comprimento. O homem que trouxe o dito índio acrescentara ao padre que o tal rabo precisava ser aparado de mês em mês, pois crescia constantemente. O frei da ordem do Carmo dizia não saber qual a “nação” do tal índio, nem o lugar de onde viera, mas que quatro anos antes dessa sua certidão, ouvira falar de uma nação toda formada por índios com caudas.

Ferreira acrescenta que, fundado no referido documento acima, o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio afirmara que existiria uma nação dos tais tapuia deformados, e que esses provavelmente seriam oriundos de um cruzamento das mulheres tapuias como os monos coatás, chamando-se essa prole então de coatá-tapuias.

Dadas essas informações, o naturalista, chamando o leitor para uma reflexão, elenca uma série de razões através das quais destaca a impossibilidade de tal “fato” efetivamente ter tido lugar, ou pelo menos ter acontecido da forma que foi narrado. Entre essas razões, assinala que se realmente tivesse acontecido o tal cruzamento, ele não poderia ter formado toda uma nação de coatá-tapuia, simplesmente pelo fato de que espécies híbridas não se multiplicam. Além disso, um cruzamento como esse seria muito pouco provável visto que tapuias e coatás não eram apenas de espécies diferentes, mas sim de gêneros diferentes - uns eram do gênero *Homo* e os outros do gênero *Simia*. Acrescenta o fato de nunca ter se ouvido falar, a exceção dessa notícia, sobre tal “espécie” de tapuia. Outra razão que elenca é que seria impossível, na natureza, a possibilidade de um rabo crescer, ainda mais dentro apenas do período de um mês. Esse fato somente acontecia com as cobras. Amenizando as críticas, ainda

observa que até podia acontecer da tal anormalidade ocorrer em função de uma deformidade oriunda de um crescimento desordenado do final da coluna vertebral, mas que, apesar disso, nunca seria possível que tal anormalidade se espalhasse por toda uma nação.

Ferreira, em relação a esse fato, ainda se remete a obra de Lineu para acrescentar que muito embora o autor no seu tomo 6, das *Amenidades Acadêmicas*, mencione “Lúcifer” ou o “Homo Caudatus” de Maupert, como exemplo de monstruosidade que não pertenceria ao gênero homo - deste modo afirma que tal monstro “Nunca pertenceria à mesma espécie que nós, e os tapuias até hoje conhecidos”¹¹³

Depois de todo esse cuidado para contestar “cientificamente” este fato pitoresco, Ferreira utiliza-se de outro autor para colocar um ponto final na tal polêmica, indicando, dessa forma, também sua opinião sobre fatos desse tipo. Trata-se de algumas idéias de Sebastião da Rocha Pita em sua *História da América Portuguesa*, de 1724.

O autor faz uma crítica ao caráter maravilhoso dado a certos fatos que não seria digno de um espírito filosófico. Neste sentido, o autor citado afirma: “Se a mão da natureza parece não ter seguido mais que um só modelo na formação da figura do homem americano, a imaginação aqui tem criado fantasmas tão bizarros como diversos. As mesmas fábulas que se haviam espalhado pelo antigo continente, ressuscitaram no novo mundo, e a América também foi povoada de seres humanos de forma monstruosa e fantástica”.¹¹⁴ O referido autor, também acrescenta, muito ao gosto do nosso naturalista: “À medida que se vão adiantando os conhecimentos, e que a natureza vai sendo observada por olhos mais exercitados, assim também se vê que vão desaparecendo as maravilhas que encantavam os séculos da ignorância, puseram-se em esquecimento os contos espalhados na América por viajantes crédulos”.¹¹⁵

Fugindo do fantástico e do maravilhoso, Rodrigues Ferreira parece reafirmar a todo o momento que esse tapuio que tentava enquadrar nos padrões da cientificidade ilustrada era tão humano como os outros homens. Diferia em relação a cor, aos

¹¹³ Ferreira, *Viagem Filosófica*, 1972, p. 136.

¹¹⁴ Pita, Apud Ferreira, *Viagem Filosófica*, 1972, p. 137.

¹¹⁵ Idem, p. 137.

hábitos, as feições, mas representava apenas mais um tipo específico de homem. O naturalista, através de seus pressupostos científicos, pouco a pouco foi destacando essa humanidade. Afinal, se fizermos uma comparação de todas essas características destacadas por Rodrigues Ferreira sobre os indígenas, chegaríamos a conclusão de que, se não são totalmente favoráveis aos mesmos, pelo menos passam a tratá-lo de forma diferente da época de seus primeiros contatos. Antes, nada mais eram que objetos entre aliados e braços para os remos. Agora, figuravam como ativos, diferentes, existentes. Parece-nos que o cume desta perspectiva se deu no momento em que Ferreira se relacionou com os Guaicurus, já nos confins da então Capitania do Mato Grosso.

BÁRBAROS HUMANIZADOS:

No baixo Paraguai, Rodrigues Ferreira conversa com os Guaicuru, antes hostis e, naquele momento, inclinados a pacificação. Através de suas observações pessoais e do relato de um certo cacique João Queima de Albuquerque, antes conhecido como Caimá. Ferreira compõe uma carta endereçada ao Capitão General (governador da Capitania). Tal é a riqueza dessas idéias veiculadas nesta carta, que alguns de seus trechos valem a pena serem citados. Ao se referir aos índios, diz :

“Tem alentados homens entre si ; os quais em todo o conflito sabem manejar destramente as capacidades ativas da natureza.

De todos quantos vi, nenhum tinha de altura menos de 8 palmos e meio. Setenta polegadas contava o cacique Caimá, que é dos mais altos Tapuias que até agora tenho visto. Em proporção á altura, enquadrava-se-lhe o tronco robusto. (...) A sua vida é de curso, tanto em terra como pelos rios ; com a diferença que em terra, andam montados a cavalo, donde lhes vem o

nome de cavaleiros, e pelos rios navegavam em ligeiras canoas que remam com incrível celeridade.”¹¹⁶

O que observamos neste pequeno trecho é, antes de tudo, um corolário de aspectos positivos : manejavam as capacidades ativas da natureza, eram altos, troncos robustos, remavam com celeridade etc. . Adiante, ao se referir a falta de afeto que tinha para com as mulheres, destaca que essas andavam nuas e eram “bem feitas de pé pequeno e delicado”. O encontro seu com uma certa negra Vitória, por outro lado, que havia fugido de seus antigos donos e, naquele momento, servia como escrava para os ditos índios - lhe proporcionou um conjunto de informações que vão compor essas suas impressões. Segundo a dita negra, os Guaicuru ao escravizarem seus prisioneiros os tratavam com benignidade. Ferreira, então, continua a tecer seu pensamento, agora muito mais amistoso para com os tais Guaicuru:

“Nós os chamamos bárbaros, porem eles nesta parte não dessoram tanto a Humanidade, como as mais pálidas Nações da Europa, que sem embargo de terem a razão exercitada pela Filosofia e iluminada pela Revelação, em se estabelecendo na América, parece que de propósito excogitam os meios de fazer mais pesado o jugo da escravidão dos Negros.(...) Já lhes convinha, porem, aceitar a aliança, que lhes oferecia o sargento mor, interessado em amainar-lhes o furor guerreiro para poder manter-se no posto de vigilância fronteira, que lhe confiara o capitão general.”¹¹⁷

A este encontro amistoso se segue um ritual de aliança. Com toda a pompa possível, neste momento, os índios são tratados de igual para igual dentro da ritualística lusitana. Realizou-se, o tal ritual, na casa do governador e capitão general da capitania. Lá compareceram, enquanto autoridades, os caciques Emavidi Xamé e Queimá -

¹¹⁶ Ferreira, Apud Corrêa Filho, *Alexandre Rodrigues Ferreira - vida e obra do grande naturalista*, São Paulo: Editora Nacional, 1939, pp. 127-128.

¹¹⁷ Ferreira, Apud Corrêa Filho, 1939, p.129.

lusitanizados em João Queimá de Albuquerque (em homenagem a primeira autoridade da capitania) e em Paulo José Ferreira (em homenagem ao sargento-mor e comandante do presidio de Coimbra). Segundo Ferreira, compareceram dezessete súditos que os escoltaram . Todos foram devidamente hospedados pelo governo que, entre outras coisas, estimulou as “festanças comemorativas” alegrando-os com diversos “mimos”. Mais interessante ainda é que, na assinatura do convênio de paz, entre as autoridades que o assinaram, destaca-se a do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira que assim o fez a pedido dos dois caciques. Este pomposo ritual deu-se em 1º. de agosto de 1791. Oito anos eram passados desde que nosso naturalista aportou em Belém.

Naturalmente, retirando-se deste palco pomposo o que ele tem de política maquiavélica - no sentido de se conseguir uma paz muito almejada - ao que parece, Rodrigues Ferreira toma o partido desses índios, ao ponto de ter sido escolhido pelos mesmos como sua testemunha. Novamente, o tal índio abstrato submerge para vir à tona lentamente o índio sujeito, talvez, de maneira incomoda para Ferreira, humanizado.

Este contato com os Guaicuru trouxe mudanças significativas para Ferreira. Essa gestação lenta, porém decisiva que se faz notar no pensamento de Ferreira, distanciou-o em demasia daquele recém doutor de Coimbra que, em 1783, imbuído de toda autoridade - reclamava da preguiça dos índios, conclamando mudanças na legislação para se conseguir braços. Neste momento, os troncos são robustos e os pés das mulheres delicados. Os “galos de campo”, mesmo longe das “capoeiras”, são tratados como um igual. A geografia corpórea havia mudado definitivamente. Para finalizar esta gestação difícil , veio à luz esta sua reflexão se referindo a pacificação dos índios no rio Guaporé feita a ferro e fogo:

“A autoridade com que os sertanistas faziam estas conquistas, era a da cobiça. As leis seguiram no método de as fazerem, eram as da desumanidade. Porque abalreando as rancharias, em que se viam os bárbaros, nas bocas de fogo faziam acabar os que naturalmente pegavam nas armas, para sua defesa.

Metiam-se os vencidos em correntes ou gargalheiras e depois se repartiam pelos conquistadores.

A estas tão injustas ações acompanhavam atrocidades inauditas e indignas de se referirem.”¹¹⁸

Para Ferreira, agora, a desumanidade acompanha os conquistadores. Destaca-se então, com mais evidência, do *funcionário* explorador da Coroa, o homem da ciência, um *naturalista* humanizado¹¹⁹.

Esta repentina humanidade, como visto não tão repentina assim, é melhor entendida quando levamos em conta que, ao retornar a Portugal em 1792, seguem com Alexandre Ferreira, além do desenhista José Joaquim Freire¹²⁰, também dois índios capitães de suas povoações que durante toda a expedição acompanharam Ferreira como preparadores. Tais índios pretendiam pleitear recompensas por tão longa jornada na companhia do naturalista. Em 1787, José da Silva e Cipriano de Sousa (os ditos preparadores) como já assinalamos anteriormente, haviam sido nomeados alferes de índios como recompensa por serviços prestados pelo então governador Martinho de Souza Albuquerque.. Ao que tudo indica, a patente não fora suficiente recompensa

¹¹⁸ Ferreira, Apud Corrêa Filho, 1939, p. 132.

¹¹⁹ Com relação a humanização do naturalista, cabe destacar as idéias de Mauro Cezar Coelho no seu artigo *Um Conhecimento sobre o Homem - Os Indígenas do Rio Negro nas Reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira* In: Belém, Anais do Arquivo Público do Pará, v. 3. , t. 2, 1998, pp. 215-236.

Neste artigo, trabalhando com as idéias de Michèle Duchet, Coelho destaca que Alexandre Rodrigues compartilhava, assim como a maioria dos filósofos ilustrados, da idéia da humanidade dos índios, considerando-o como fazendo parte do gênero humano, como sujeitos ativos diante da natureza, muito embora estivessem num grau de desenvolvimento inferior. O que observamos aqui é que essa inferioridade destacada foi relativizada durante o processo de construção da imagem desses índios, muito em função desses sujeitos ativos e as conseqüências que essas suas ações imprimiram na visão do naturalista.

¹²⁰ Existem controvérsias sobre a morte de Codina no decorrer da expedição. Existe uma carta entre os papéis do naturalista existentes na Biblioteca Nacional que fora enviada por Francisco de Souza Coutinho (capitão general do Pará ,na época) ao Ministro Martinho de Mello - datada de 15 de outubro de 1792, com o objetivo de apresentar o naturalista ao referido ministro. Segundo essa carta, consta que embarcaram no navio Príncipe da Beira, em direção a Portugal, Alexandre Rodrigues Ferreira e seus dois desenhadores : José Joaquim Freire e Joaquim José Codina. Já William Simon no seu ensaio “Uma Esquecida Expedição à Amazônia no século XVIII” In: Viagem Philosophica Uma Redescoberta da Amazônia, 1792 - 1992, Rio de Janeiro : Editora Index, 1992., afirma que Codina morreu pouco antes do retorno a Portugal de febre na Capitania do Mato Grosso, indica ainda que ele foi enterrado no Barreiro do Sítio dos Guarujus. Infelizmente, o referido autor não apresenta a fonte de onde teria retirado tal informação. Sabemos que Agostinho Joaquim do Cabo, o jardineiro botânico da expedição, morreu de febre assim que chegou em Vila Bela. Esta é uma informação confirmada por vários biógrafos de Rodrigues Ferreira. Além do que, encontramos diversas cartas pessoais de Agostinho do Cabo nos papéis

para os “domésticos”. Como veremos a seguir, um deles ainda participará por muito tempo do convívio com o naturalista.

Um convívio com essa proximidade, depois dos acontecimentos do Madeira e do contato com os Guaicuru - indicam mudanças substantivas na imagem dos índios formada por Ferreira. Por outro lado, como veremos a seguir, as representações iconográficas dessa expedição vão produzir a imagem desses índios levando em consideração vários elementos. Esses elementos vão desde a visão de Ferreira e dos artistas, até os padrões pictóricos compartilhados por eles. Neste momento, a análise se dará sobre um terreno bem mais movediço e extremamente incerto.

da Expedição Filosófica. É muito provável que, se este botânico não tivesse morrido, essas cartas jamais seriam abertas, ou fariam parte do acervo da expedição.

*III****DESENHOS, GRAVURAS E ESTAMPAS - A ICONOGRAFIA
DA VIAGEM FILOSÓFICA******A ICONOGRAFIA COMO FONTE:***

Ao buscar analisar a iconografia da Viagem Filosófica, algumas questões devem ser destacadas de antemão. Primeiramente, trata-se de apresentar alguns pressupostos metodológicos para se proceder a uma análise como esta. Em segundo lugar, ter bastante claro quais as limitações que nos são apresentadas pelas fontes, sejam elas as relacionadas aos documentos iconográficos que analisaremos ou as informações relativas a quem os produziu. Aliada a essas duas preocupações, tornou-se necessário, como veremos, traçar todo um panorama artístico em Portugal, assim como foi feito anteriormente com o panorama intelectual na região.

Primeiramente, deixaremos claro aqui que nossa ousadia quando nos propusemos a implementar uma análise iconográfica da Viagem Filosófica no sentido de buscar relacioná-la à análise das imagens sobre os índios nos textos da expedição, nos obrigou a estabelecermos um diálogo, bastante promissor por sinal, com os historiadores da arte, especialistas nesta matéria. Retomando o esquema analítico de Erwin Panofsky que utilizamos rapidamente em nossa introdução, pretendemos demonstrar através de que bases constituímos nossa análise.

Panofsky propõe um esquema analítico dos conteúdos das imagens que se divide em três etapas que, por sua vez, vão se tornando cada vez mais complexas. Vão da simples descrição que ele chama de pré-iconográfica até a busca do significado intrínseco desses conteúdos. Como já assinalado anteriormente em nota, essas três fases se dividem em : 1) Análise do conteúdo temático primário ou natural ; 2) Análise do conteúdo temático secundário ou convencional; 3) Análise do significado intrínseco ou conteúdo. Como já demonstramos o exemplo da utilização desse método de análise

quando tratamos do conteúdo do frontispício alegórico, agora partiremos para algumas considerações feitas por Panofsky quanto a forma de como se descrever corretamente esses conteúdos, o que se revela de fundamental importância para o nosso trabalho.

O autor em questão, quando se refere a primeira etapa desse processo analítico - a descrição pré-iconográfica - lembra que embora a experiência pessoal seja o parâmetro indispensável e suficiente para a descrição do conteúdo primário de uma imagem, isto não garante uma identificação exata. Isto acontece já que, como afirma, quando identificamos os motivos artístico baseados somente em nossa experiência deciframos “o que vemos” segundo o modo como percebemos a expressão dos objetos e ações através de formas, “em condições históricas variáveis”. Quando assim procedemos, estamos sujeitando nossa experiência prática “a um princípio de controle a que se pode chamar ‘história do estilo’”.¹²¹

Por outro lado, passando para o segundo nível ou etapa de seu esquema analítico, destaca que na análise iconográfica propriamente dita, ou seja, das imagens, histórias e alegorias, essas, como já assinalado, pressupõe que se esteja familiarizado com temas e conceitos específicos transmitidos por fontes literárias, principalmente que se busque saber o que os autores leram e conheceram. Apesar disso, nada garante sua exatidão. Para tanto, destaca novamente as formas de controle e correção. Indica que: “Tal como podemos corrigir e controlar a nossa experiência prática procurando saber de que forma, sob que condições históricas diferentes, os *objectos* e *acções* foram expressos através de formas, ou seja, na história do *estilo*, podemos igualmente corrigir o nosso conhecimento das fontes literárias procurando saber de que forma e sob que condições históricas diferentes, os *temas* ou *conceitos* específicos se exprimiram por *objectos* e *acções*, ou seja, na história dos tipos”¹²².

Já na terceira etapa do seu modelo analítico, Panofsky indica que ao se interpretar o que ele chama de significado intrínseco ou conteúdo, aqueles que tratam dos valores simbólicos e não de imagens, histórias e alegorias, ele acredita que é necessário bem mais do que o conhecimento dos temas e dos conceitos específicos da forma que são

¹²¹ Erwin Panofsky, *Estudos de Iconologia - temas humanísticos na arte do renascimento*, 1995, p. 24.

¹²² *Idem*, p. 25.

transmitidos pelas fontes literárias. Acredita que para a compreensão desses princípios é necessário que se utilize uma “faculdade mental” que se compara “à de se fazer diagnóstico” que descreve como “intuição sintética”¹²³. Lembrando que tal postura se insere no campo da subjetividade, nem por isso deixa de fazer ressalvas a necessidade de se aplicarem corretivos e controles.

Segundo ele, já que a experiência prática é controlada pelo conhecimento das condições históricas diferentes através das quais objetos e ações se expressam de uma determinada forma - o que chama de história dos estilos ; acredita também, por outro lado, como visto, que o conhecimento das fontes literárias deve ser controlada pela compreensão de que através de condições históricas diferentes os temas e os conceitos também se exprimem por objetos e ações diferentes - o que seria a história dos tipos. Esses controles, por sua vez, também fariam com que a tal “intuição sintética” tivesse que ser informada pela compreensão do modo pelo qual as “tendências gerais e essenciais do espírito humano” em condições históricas distintas, teriam que ser expressas por temas e conceitos também específicos. Isto corresponde ao que ele chamou de “história dos sintomas culturais” ou “símbolos” no sentido empregado por Cassirer.¹²⁴

Esse significado intrínseco da obra ou obras teria de ser buscado em comparação com o maior número de outros tipos de documentos relacionáveis historicamente aquela obra ou obras que está estudando. Esses documentos seriam testemunhos das “tendências políticas, poéticas, religiosas, filosóficas e sociais da personalidade, época ou país que se deseja estudar”.¹²⁵

Com essas considerações, Panofsky deixa claro , inclusive explicitando isto, que para se proceder com rigor analítico nesse três níveis de significados ou conteúdos, sabendo que nossas interpretações dependem de nossa bagagem cultural subjetiva, essas devem ser sistematicamente corrigidas e controladas pelo que ele chama de “grande consciência dos processos históricos” a que dá o nome de “tradição”.¹²⁶

¹²³ Panofsky, *Estudos de Iconologia*, 1995, p. 27.

¹²⁴ Idem. p. 28.

¹²⁵ Idem, p. 28.

¹²⁶ Panofsky, *Estudos de Iconologia*, p. 28.

Essas considerações de Panofsky nos são particularmente caras na medida em que acreditamos que, através da busca dos contextos em que se inseriram nossos artistas, sejam eles os contextos sociais ou técnicos, em outras palavras, a partir da consciência dos processos históricos em que estavam inseridas suas obras, é possível nos instrumentalizarmos para que possamos fazer uma “leitura” dessas suas obras, vamos dizer assim : dos seus “textos imagéticos”.

Mesmo que em alguns momentos, impregnados da “história dos estilos” ou mesmo, mais especificamente, da “história dos tipos”, tentemos inverter pela “intuição sintética” saberemos visualizar o porto seguro da “história dos sintomas culturais” - só para usar as expressões de Panofsky.

De qualquer forma, cabe que tenhamos sempre em mente que estas imagens que vamos analisar devem sempre ser vistas como documentos históricos, como ícones que correspondem a um conjunto de signos que traduzem mensagens. Mensagens essas que são conscientemente e inconscientemente construídas pelos seus produtores.

Temos ainda outros pressupostos metodológicos interessantes trabalhados por Michael Baxandall¹²⁷. Esse autor buscou estabelecer como parâmetro para se analisar um material iconográfico a necessidade de se buscar uma relação entre os interesses visuais do quadro (tela, estampa, aquarela etc.) e o pensamento sistemático da ciência ou da filosofia da cultura de que procedem. Não foge portanto da perspectiva de Panofsky, embora especifique melhor essas relações entre as obras e as idéias. A princípio, faz uma ressalva básica de que um produto artístico é, antes de tudo, algo processual que está inserido num problema pictórico em desenvolvimento e que parte de uma tradição, muitas vezes em transformação. Diante disto, observa que não se controla esse processo no nível conceitual . Partindo dessa ressalva, se questiona como é possível então associar um estilo de pintura como algo tão conceitualizado como uma postura filosófica ou científica. Para essa indagação, responde que os pintores não se isolam das estruturas conceituais das culturas em que vivem. Quando um homem se

¹²⁷ Ver em Michael Baxandall, *Patterns of Intention: On the Historical Explanation of Pictures*, New Haven: Yale University, 1985.

coloca criticamente diante de algo, ele elabora um conceito crítico, ele possui uma teoria operativa.

Buscando então estabelecer um parâmetro entre as formas dos quadros e as formas dos pensamentos, partindo do pressuposto de que “as idéias não flutuam elas são utilizadas” - Baxandall lembra que para se proceder desta forma crítica e historicamente sustentável, a filosofia ou ciência que se quer relacionar à obra de arte deve delinear-se para poder se vincular a particularidade que é a experiência visual. Seria então necessário se ter um “corolário pictórico” para que o pensamento científico pudesse apresentar-se para o pintor. Esta seria a condição básica para que os dois universos estabelecessem algum tipo de relação.

No caso específico da análise de Baxandall : um obra do pintor Cardin *A dama tomando Chá*, o autor observa a constituição do que ele chamou de corolário newtoniano vulgar e lockeanismo também vulgar. Segundo ele, no século XVII se apresentam mudanças no pensamento sobre a percepção, sendo Newton e Locke os responsáveis por tais mudanças. Essa idéias tornar-se-iam acessíveis aos pintores através de certas pontes. Essas pontes seriam autores intermediários capazes de estabelecer um relação recíproca entre os universos científicos e pictóricos. Alguns deles seriam : Pieter Camper, Phillipe de La Hire e Sebastien Le Clerc. Tais autores, homens do final do XVII e início do XVIII, seriam autores de obras acessíveis a esses pintores, como por exemplo tratados de pinturas e obras sobre a cor. Baxandall tenta provar que em função das mudanças no pensamento sobre a percepção dos objetos, em particular a idéia de que o objeto observável seria reconstruído pelos órgãos de percepção do homem, haveria então uma valorização maior da idéia de que *antes de um quadro ser a representação da substância era sim um ato de representação da percepção dessa substância*¹²⁸ . Logo, para o autor, esta idéia da representação da substância como a representação da sua percepção, seria algo concebível na cultura dos pintores do período.

¹²⁸ Essa idéia de Baxandall que destacamos é extremamente importante, daí a termos destacado, quando se for analisar a iconografia da Viagem Filosófica. Voltaremos a ela adiante.

Além disso, Baxandall destaca que no século XVIII o desenho técnico e geométrico havia mudado e se colocava contra a idéia do ponto de fuga. Isto se daria porque os meios que se colocavam para se registrar visualmente a “substância” dos objetos se opunha ao seu caráter sensorial fazendo com que a simplicidade da pintura renascentista da natureza desaparecesse. Destaca ainda que a cultura era a da era lockeana e que não era necessário ler Locke para dar algum sentido ao modelo mental do século XVIII.

Mesmo que a referida análise de Baxandall refira-se a um quadro em particular, em relação ao qual ele tenta provar que o pintor em questão partia de um corolário pictórico comum em sua época, cabe a nós destacarmos dessa análise o que se apresenta como passível de ser utilizado no nosso trabalho. Como e em que medida poderíamos inserir nesse contexto metodológico desenhado pelos dois autores citados a análise do material iconográfico da Viagem Filosófica? Antes de responder a essa questão e no intuito de respondê-la adiante é necessário investigar como se apresentava o panorama artístico em Portugal na segunda metade do XVIII.

A ARTE ILUSTRADA POMBALINA

Em Portugal da segunda metade do XVIII, o panorama era um pouco diferente dos grandes centros europeus de então. Pombal, como vimos em capítulo anterior, incentivou uma série de mudanças na educação de seu país com as diversas reformas já mencionadas. Por outro lado, pouca ou quase nenhuma atenção deu ao ensino das artes. Faltava em Portugal do período um ensino artístico regular que viesse de uma academia. Isto interferiu decididamente na possibilidade de se constituir uma base para que houvesse o desenvolvimento de pintores e escultores portugueses.

Se não existiam academias em Portugal, pelo menos na Itália uma foi fundada, tratava-se da *Academia de Portugal em Roma*. Esta academia deve ser inserida no campo mais vasto das relações culturais que se estabeleceram entre Roma e Portugal patrocinadas por D. João V. A referida academia foi fundada em 1725 instalando-se em Roma, no palácio Cimarra. Suas atividades foram interrompidas em 1760 devido ao

corte de relações com a Santa Sé , causado, entre outras coisas, pela expulsão dos jesuítas das terras portuguesas, em 1759, por Pombal . As atividades seriam retomadas em 1785, para dissolver-se em 1802. Neste período de seu funcionamento, recebeu diversos pintores portugueses que estudaram com : Lutti, Trevisani, Mathei etc. . Segundo alguns analistas¹²⁹, tais mestres eram “medianos” daí formarem alunos mediocres. Faz-se normalmente uma exceção ao pintor conhecido como Vieira Lusitano - Francisco Vieira de Matos (1699 - 1783). Voltaremos a esse pintor posteriormente. Esse destaque negativo dado ao produto desta efêmera academia está relacionado ao pouco impacto que a pintura romana exerceu no panorama maior das artes no período. A escola romana de pintura encontrava-se em decadência, limitando-se , na época, a produzir obras convencionais.

Se os mentores dessa geração de pintores portugueses apresentavam tais limites, como se repercutiam em Portugal essas luzes romanas? Retornando ao tradicional e importante foco de mudanças das reformas educacionais portuguesas, qual seja : o *Verdadeiro Método de Estudar* de Verney - observa-se que o referido tratado não faz menção a necessidade do estudo da “estética”. Ao que parece, os acadêmicos portugueses eram indiferentes a qualquer estudo do gênero. É bom lembrar, quanto a isto, que Baxandall observa que muito daqueles “autores ponte” que ele se refere, incorporaram toda uma tradição do estudo da estética ao produzirem suas obras.

Faltava o estudo da estética. O que restava então a escola portuguesa de pintura? Segundo José Augusto França¹³⁰ , em Lisboa existia um professor de desenho italiano no Colégio dos Nobres. Lá, ensinava-se aos príncipes a arquitetura militar e civil. Existia uma classe de gravura e impressão real, em 1768 - onde se aprendia o desenho aplicado à manufatura. A representação da figura humana, mesmo nos moldes de um renascentismo humanista, era limitada, já que , embora em quase todos os países europeus já existisse o recurso dos modelos vivos, principalmente nus , em Portugal o era inexistente. Houve, por outro lado, uma tentativa de se instituir uma escola do nu.

¹²⁹ Para se entender este panorama artístico português do setecentos, uma boa introdução pode ser buscada nos trabalhos de José Augusto França, *Une Ville des Lumières - La Lisbonne de Pombal*, Paris, Bibliothèque Générale de Hautes Études, VI. e. Section - S.E.V.P.E.N, 1965 - assim como no “Dicionário Ilustrado da História de Portugal”. Navarra, Publicações Alfa, S. A. R. L. , 1986.

Esta “Academia do Nu” foi pensada primeiramente por Vieira Lusitano e André Gonçalves. Inicialmente, seus resultados foram decepcionantes, pois não conseguiam um modelo masculino. Somente em maio de 1780, depois de terem conseguido um lugar com o velho armador de Belas Artes Barros e Vasconcellos, Vieira Lusitano e o duque de Lafões (o mesmo que fundou a Academia Real de Ciências) conseguiram seu modelo masculino. Isto não sem antes enfrentarem a fúria dos lisboetas que apedrejaram as janelas do antigo palácio de Barros e Vasconcellos. Esta academia continuou com Vieira Lusitano e Oliveira Bernardes dirigindo cursos de desenho, só sendo interrompidos em 1785 com a morte do proprietário do palácio.

A exceção dessa Academia e de alguns esforços minguados de poucos preocupados com a situação das artes em Portugal, ao que parece as terras lusitanas estavam à deriva no mar das mudanças que se instituíam ao longo do século XVIII no restante da Europa. Obras sobre pintura eram poucas, não havia, já em 1767, quem se interessasse por essa matéria. França, para ilustrar essa situação, destaca que Machado de Castro, escrevendo ao nosso conhecido Frei Manuel do Cenáculo, reclamava da dificuldade de se encontrar um mestre de desenho em Lisboa. Este Machado de Castro, escultor, que escrevera *Carta que um afeiçoado às artes do desenho escreveu a um aluno da escultura*(1780) ou sua *Descrição analítica da estátua equestre* (1793) ou ainda *Discurso sobre as utilidades do Desenho* (1787) - demonstrava, segundo França, um gosto neoclássico já comum entre seus contemporâneos. No sua obra *Discurso sobre as utilidades do Desenho*, por exemplo, afirmava que só existiam dois sistemas : o grego e o bárbaro.

Castro, destacando-se como uma das poucas vozes a se levantar contra o marasmo que as artes se encontravam em Portugal, acusava de forma severa a consciência estética de seus contemporâneos :

¹³⁰ França, *Une Ville des Lumières - La Lisbonne de Pombal*, 1965.

“Entre as nações cultas, eu tenho conhecimento que nós, os portugueses, temos reputação de sermos quase, se não inteiramente cegos diante das artes do desenho. Não somos assim julgados sem alguma razão.”¹³¹.

França analisando o gosto estético em Portugal no período, observa que a nova classe burguesa, em que pese sua reação contra o gosto barroco da velha aristocracia, não foi capaz de traçar seu próprio caminho estético. Nem mesmo os “retratos”, atividade muito popular entre a elite, seja de que estirpe fosse, não tinha qualquer qualidade que merecesse se destacar. Por outro lado, as obras clássicas que poderiam ter um efeito positivo sobre essa nova geração de pintores, oriundas das coleções da aristocracia lusitana, foram quase que completamente destruídas pelo terremoto de 1755.

A elite portuguesa parecia ter perdido a ligação com a modernidade. Seus referenciais artísticos estavam ainda ligados aos clássicos, os que não sucumbiram ao terremoto ou ao esquecimento dos aristocratas. Por outro lado, apenas artistas de segunda categoria parecem ter aportado em terras lusitanas. O panorama não era dos melhores. Segundo o autor citado, por essas e outras razões a pintura em Portugal não acompanhou a arquitetura pombalina.

Mesmo num panorama sinistro como este, algumas personagens mereceram destaque. Uma das mais importantes foi Francisco Vieira de Matos, o Vieira Lusitano, que já nos referimos anteriormente de forma rápida. Aluno da Academia Portuguesa de Roma, discípulo de Lutti e de Trevisani, já em 1718 ganhara o prêmio da Academia de San Luca. Em Portugal, foi nomeado pintor real por João V vindo a se tornar referência na corte. Tendo sobrevivido a mudança do monarca, tornar-se-á figura importante no período pombalino na corte de José I. Segundo França, embora não fosse considerado um pintor medíocre, sua passagem da corte joanina para o mundo burguês de Pombal - não foi acompanhada pela compreensão das transformações no mundo do gosto. O veredicto de França sobre a obra de Vieira não poupa o artista. Ele

¹³¹ França, *Une Villes des Lumières*, 1965, pp. 197-198. (tradução minha).

considera Vieira como um artista que tinha uma composição bastante balanceada e pouco inteligente, apresentando sempre idéias subjacentes de símbolos a tal ponto que em cada figura se encontra um conceito e em cada ação uma sentença.

Outros pintores vindos do reino de João V foram : André Gonçalves (1692 - 1762), este companheiro de Vieira Lusitano na “Academia do Nu”, que pintou as igrejas da Lisboa joanina, também sentenciado como mediocre por França ; outro foi Ignácio d’Oliveira Bernardes (1695 - 1771), pensionista de João V em Roma, foi aluno de Lutti e de Mathei nos anos 20 do setecentos - tornou-se arquiteto e decorador de teatro. Entre os pintores nascidos depois de 1730, destaca-se Pedro Alexandrino de Carvalho (1730 - 1810), este decorador das novas igrejas de Lisboa - considerado por França como tendo grande facilidade para o desenho.

Neste panorama nada convidativo para as belas artes, provavelmente se formaram os dois riscadores da Viagem Filosófica - José Joaquim Freire e Joaquim José Codina. Inicialmente, é interessante refletirmos sobre algumas idéias de Belluzzo sobre o caráter do documento iconográfico segundo o projeto da ilustração portuguesa.

Belluzzo acredita que uma das primeiras características desta iconografia é o pragmatismo vinculado a exploração da natureza e uma vocação para a ciência aplicada. A autora considera que esta iconografia sobre o Brasil está repleta de figuras grafadas em linguagem imediata e que o seu interesse escaparia aos propósitos restritos dos estudos artísticos. Ainda na mesma linha de raciocínio, a autora acredita que para que se possa interpretar essas representações visuais é necessário uma cooperação interdisciplinar, já que as mesmas não podem ser lidas diretamente através de suas qualificações artísticas¹³². Ao que parece, o espírito artístico português inscrevia-se nesta lógica pragmática do espírito ilustrado, realçando o artista como um homem voltado para a ação. Em certa medida, isto deu grande impulso as ciências naturais e mecânicas, fazendo com que a história da técnica fosse mais privilegiada que a história da arte.

¹³² Ana Maria de Moraes Belluzzo, “A Viagem Philosophica” In: *O Brasil dos Viajantes - Um lugar no Universo* - vol. 2 -, São Paulo: Metalivros, 1994.

Pelo que já foi observado, o pragmatismo da ilustração portuguesa teria não somente influenciado a intelectualidade da segunda metade do setecentos ; ao que parece influenciou decididamente também os seus artistas. Não seriam portanto os critérios estéticos os parâmetros privilegiados para que possamos analisar esta iconografia? Embora acompanhando o raciocínio de Belluzzo, acreditamos que a questão no fundo não deve renunciar aos padrões estéticos, enquanto padrões pictóricos em que se inseririam as representações artísticas, antes se deve diminuir a independência desses padrões estéticos de um projeto pragmático mais amplo.

Seguindo essa perspectiva acima, podemos afirmar que a falta de um estudo de estética - que tonasse a obra de arte uma linguagem mais independente, pode fazer da iconografia proveniente de Portugal pombalino objeto privilegiado para que se possa observar como os padrões culturais ilustrados (na forma de seu projeto pragmático) se inseriram no contexto dessas obras, em particular das obras produzidas na expedição de Rodrigues Ferreira. Neste sentido, acreditamos na dependência que esses padrões estéticos tinham do referido projeto. Para realizar essas observações, nos apoiaremos mais uma vez nos pressupostos metodológicos de Panofsky, buscando a “história dos estilos” e, principalmente, a “história dos tipos”. Partamos então para um mergulho no contexto histórico em que estavam inseridos os responsáveis pela iconografia da Viagem Filosófica.

RISCADORES DA EXPEDIÇÃO , FUNCIONÁRIOS DA COROA

A técnica havia superado a arte¹³³. O desejo estético tornara-se secundário. Essa me parece uma hipótese plausível pelo menos no que diz respeito aos riscadores dessa

¹³³ Bernard Smith (em “Art in the Service of Science and Travel” In: *The Pacific - In the Wake of the Cook Voyages - Imagining*, New Haven and London: Yale University Press, 1992, pp. 1-49) oferece-nos um interessante estudo sobre o papel da arte nas viagens científicas européias. Destacando que a arte utilizada a serviço da ciência e do registro de experiências era um hábito já tradicional, Smith analisa, entre outras coisas, o papel dado a esse tipo de atividade para a formação educacional dos jovens europeus que viajavam dentro da Europa. Analisa também a mudança na hierarquia tradicional dentro das academias de arte em função da crescente demanda por artistas que se dedicassem a registrar o que os naturalistas estudavam em sua viagens para fora do continente europeu. Ao lado disso, analisa também o

expedição. Para tanto, é necessário lembrarmos que antes de qualquer coisa esses homens eram funcionários de uma instituição científica e obedeciam a funções bem definidas no interior da mesma. Antes de buscarmos compreender quais eram essas funções, é importante tratarmos um pouco sobre a instituição.

Dois eram os organismos portugueses que, inicialmente criados em momentos diferentes, foram depois fundidos numa só instituição. De início tivemos o Real Jardim Botânico da Ajuda, criado por iniciativa do Marquês de Pombal - ministro d'El Rei D. José I ; posteriormente tivemos o Real Gabinete de História Natural, este criado pelo então Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro, já sob o reinado de D. Maria I. Para lembrar, ele foi o ministro responsável pela Viagem Filosófica de Rodrigues Ferreira. No decorrer do tempo, foram sendo somados a esses dois as “casas anexas” que se compunham da Biblioteca, da Casa de Desenho ou do Risco, do Laboratório, da Casa de Preparações e do Armazém de Reserva. Domingues considera que, com esse procedimento, a Coroa e a Secretaria de Estado pareciam querer desenvolver na Ajuda um “centro de ponta” ligado às investigações científicas¹³⁴. A autora acrescenta, por outro lado, que tais instituições também seriam reflexo da “moda” de colecionar curiosidades, ligada ao gosto requintado da elite pelo exótico.

Gosto pelo exótico à parte, o interesse pragmático era o fundamento do hábito de colecionar. Se pensarmos no material que foi enviado ao longo do tempo por Rodrigues Ferreira dirigidos ao Real Gabinete, como listas e inventários de peixes, mamíferos, plantas, insetos, répteis etc. - veremos que essas remessas tinham sempre um destino útil. Os espécimes recolhidos, se vivos, eram destinados aos viveiros e as quintas, se mortos, empalhados e enviados ao Museu de História Natural. Sementes, herbários e plantas diversas eram destinadas à adaptação em outros ambientes e, depois de aclimatadas, eram distribuídas pela agricultura da metrópole¹³⁵. Da mesma forma que os espécimes recolhidos, os “riscos” feitos eram copiados e, muitas vezes,

desenvolvimento paralelo do desenho topográfico ensinado nas academias militares. Como veremos, Freire, riscador da expedição de Ferreira, se enquadrava dentro deste novo tipo de formação.

¹³⁴ Domingues, *Viagem de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura*, Lisboa, 1991, p. 67.

“passados a limpo” na Casa do Risco. Vê-se que a difusão das informações recolhidas ao longo da expedição eram destinadas não somente ao deleite de um prazer elitista pelo exótico. A Coroa e a Secretaria de Estado e Negócios Ultramarinos, ao investirem nesta atividade, buscavam interesses concretos e, mais ainda, alternativas econômicas para a utilização desses recursos naturais que possuíam no além mar.

A Casa de Riscos ou Casa de Desenho era uma das unidades desse centro de ciência, uma verdadeira mini fábrica de desenhos. Não havia o desejo ou a necessidade de individualizar esses “operários”. Recebiam jornais diários e estavam incumbidos de “passar a limpo” os desenhos que eram mandados não somente pela Viagem Filosófica como também pelas demais expedições enviadas a outros pontos do reino. Operando como uma verdadeira oficina de artesãos, existiam aprendizes de desenho e aprendizes de gravuras.

Qual poderia ser o “status” desses “operários” no circuito das artes em Portugal? Imagino que fosse muito modesto. Ao que tudo indica, apresentavam-se muito mais como registradores a serviço da ciência do que qualquer outro papel mais refinado. Eles não se individualizavam a não ser em poucos vezes. Torna-se difícil hoje a identificação da autoria de alguns desenhos em função dessa falta do hábito de se assinarem as obras.

Por outro lado, como funcionários do Real Gabinete e do Jardim Botânico, tão pouco figuravam como os especialistas mais bem remunerados. Já em 1796, Rodrigues Ferreira, então responsável pela administração do Real Jardim Botânico e anexos, solicitara à Coroa o aumento dos jornais de vários membros da Casa de Desenho e de alguns outros funcionários. Neste documento, Ferreira lembra que o “desenhador” José Joaquim da Silva trabalhando havia 21 anos na “Real Casa de Desenho” não recebia mais do que 400,00 réis por dia. Pede, dessa forma, que se acrescentasse a esse valor a quantia de 150,00 por dia para que se igualasse ao que recebia o jovem desenhista Vicente Jorge, qual seja, um total de 550,00 réis por dia. Acrescentando outros pedidos de aumento, Ferreira menciona que o discípulo de desenho João Pedro, este também trabalhando “há anos” na Casa de Riscos, não recebia mais do que 100,00 réis, isto

¹³⁵ Idem, p. 67.

enquanto seu “moderno” companheiro de nome João Cândido Correa recebia 200,00 réis por dia.¹³⁶

Em 1810, contava o Real Jardim Botânico e o Real Gabinete com um total de 24 funcionários e mais seis “aposentados” que ainda recebiam pela instituição. Na Casa de Riscos, neste momento, restavam 5 funcionários apenas. Ao contrário de 1796, momento em que Rodrigues Ferreira solicitou aumento dos jornais de seus funcionários, no ano de 1810, Alexandre Rodrigues Ferreira recebia um ofício do conde Redondo que reduzia de 400\$000 réis as despesas anuais da instituição para 270\$000 réis. Talvez este tenha sido um dos grandes golpes, entre outros, que sofreu Rodrigues Ferreira em sua vida e que pode ter antecipado sua morte.

O que nos interessa aqui, no entanto, são os dados que trazem esse documento a respeito das condições de remuneração dos riscadores no âmbito da instituição. Existia na Casa dos Riscos os seguintes funcionários : Manoel Tavares da Fonseca, desenhador, que receberia 400,00 réis por dia; José Joaquim Freire - receberia 300,00 réis ; Vicente Jorge - receberia 300,00 réis; Antônio José dos Santos - receberia 300,00 réis e um aprendiz de gravura que receberia 240,00 réis.

Para se ter uma idéia do que significavam esses valores, basta relacionarmos esses jornais com outros da mesma instituição. Por exemplo, o mais alto jornal diário da Casa dos Riscos era de Manoel Tavares da Fonseca, no valor de 400,00 réis, por sua vez, esse jornal correspondia ao valor diário pago a um preparador do museu. Era também inferior ao de um “fiel” do museu que recebia 500,00 réis ou ao de um mestre jardineiro que recebia 800,00 réis, enquanto o ajudante do jardineiro recebia 500,00 réis. O pior mesmo é quando se compara a outros jornais da instituição o jornal de José Joaquim Freire, um dos riscadores da Viagem Filosófica e que acompanhou Ferreira durante nove anos. Freire receberia um jornal de apenas 300,00 réis diários, Freire passaria a receber dessa forma a mesma quantia que o “moço de recados” do Jardim botânico, que o caseiro do mesmo Jardim e que o porteiro do museu.¹³⁷

¹³⁶ Alexandre Rodrigues Ferreira, Coleção A . R. F., códice n.º 21 -2 -19, Rio de Janeiro: Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional .

¹³⁷ Alexandre Rodrigues Ferreira, Coleção A . R. F. , códice 11 - 2 -21, n.º 2, Rio de Janeiro : Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Embora saibamos que esses jornais não eram tabelados, a comparação entre as funções dentro de uma mesma instituição permite perceber o valor de uma atividade. Existiam, é certo, diferenças de jornais dentro da própria Casa de Riscos, mas as diferenças entre o maior jornal e o menor revelam um patamar próximo e, ao mesmo tempo, diferente dos de outros setores. Por exemplo, um aprendiz de gravura receberia pelo corte orçamentário proposto um valor de 240,00 réis, já um moço de recados e o porteiro recebiam 300,00, aliás, como visto, o mesmo do que Freire, o riscador sobrevivente da Viagem Filosófica. A própria inexistência de um tabelamento já é indicativo do pouco valor que tinham esses riscadores.

Com certeza, os artistas da expedição e seus copiadores pouco ou nada se diferenciavam dos outros funcionários “mais comuns”. Eram serviçais especializados, nada mais. Funcionários que eram, esses “operários das artes” não gozavam de nenhum “status” especial, tão pouco se individualizavam como artistas. Não cabe portanto que lhes imputemos aquela aura quase divina que a sociedade ocidental, a partir principalmente do século XX, passou a dar a seus artistas.

Em relação a esses artistas, em função até do seu pequeno “status” no panorama das artes de Portugal, pouca coisa conseguimos levantar. Focaremos nossa atenção, no entanto, em quatro desses artistas, já que temos alguns elementos que nos permitem acreditar que esses quatro foram os mais diretamente responsáveis pelas estampas, desenhos e gravuras da expedição filosófica. São eles: José Joaquim Freire, Joaquim José Codina, Manoel Marques de Aguillar e Manoel Tavares da Fonseca.

Os dois primeiros, como já foi assinalado anteriormente, foram os “riscadores” oficiais da expedição filosófica. Freire e Codina acompanharam o naturalista Rodrigues Ferreira durante todo o período da expedição. Aguillar, por outro lado, embora seu nome não seja diretamente citado, e tão pouco tenha assinado nenhuma das obras, foi contratado por Rodrigues Ferreira como o gravador das estampas que seriam incluídas na sua pretensa obra que nunca foi editada. Manoel Tavares, como visto acima, era também funcionário da Real Casa de Riscos e, diga-se de passagem, o mais bem remunerado. Tavares foi o principal copista das estampas da Viagem Filosófica e, para nossa sorte, assinou várias delas.

Dentre esses artistas, no entanto, conseguimos levantar apenas alguns dados biográficos sobre José Joaquim Freire. Freire era segundo tenente da Armada Real Portuguesa, tendo se especializado em desenhar cartas geográficas. Consta que teria ingressado, na qualidade de empregado, na Casa de Desenho do Museu da Ajuda no ano de 1780, nomeado por Martinho de Mello e Castro. Foi então designado em 1783 para participar da Viagem Filosófica sob as ordens de Alexandre Rodrigues Ferreira. Em 1793, já em Portugal, reassumiu suas funções de desenhista do Real Jardim Botânico. Morreu em 1814 um ano antes de Alexandre Rodrigues Ferreira, muito provavelmente em consequência das doenças que contraíra na floresta.

Pelo perfil biográfico de Joaquim Freire é possível, com um pouco de imaginação, conjecturarmos sobre os outros artistas. Essa falta de informações biográficas, aliada ao “status” social e à formação técnica desse artista, pode nos dar também pistas importantes sobre o papel desses outros desenhistas e copistas das estampas dessa expedição. Se eram desconhecidos e foram contratados para uma missão desse porte, é possível que as afirmações de Belluzzo, quanto ao caráter técnico do material iconográfico lusitano, tenha procedência para o nosso caso. O caráter técnico e científico da expedição pode inclusive ter contribuído para a demanda desse tipo de artista. Uma outra possibilidade, como vimos, pode ter sido a própria escassez de artistas em solo lusitano o que fez com que se contratasse esses desconhecidos. Em ambas as possibilidades, no entanto, verificamos uma constante: embora desconhecidos, tais artistas revelam estilos que corresponderiam aos padrões artísticos vigentes no período, em Portugal. Ao mesmo tempo, esses objetos artísticos por eles produzidos que se coadunam aos padrões estilísticos desse período, lembrando as ressalvas de Panofsky, sofreram também, pelas condições históricas diferentes em que estavam inseridos, uma mutação, na medida em que os temas e conceitos que traziam foram expressos também de formas diferentes. Para lembrar, a isso Panofsky chamou de história dos tipos.

ENTRE LINHAS E FORMAS

Nossa análise da iconografia da viagem filosófica está centrada nas representações dos índios. Não nos preocupamos em analisar as representações da natureza. Representação esta, aliás, muito rica e que poderia, em certa medida, fazer-nos observar um certo grau de liberdade artística, vestígios de um padrão estético mais solto, o que não foi possível observar nas representações dos nativos. Esta iconografia indígena será analisada partindo-se do pressuposto de que é possível visualizar as relações entre a forma estética e os padrões de pensamento. Algumas dificuldades, no entanto, surgiram ao tentarmos esta análise.

A dificuldade maior consiste no fato de que a maior parte das estampas que nos chegaram as mãos, procedentes de uma publicação fotográfica dos originais da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional do Rio de Janeiro - são cópias feitas dos originais de Freire e de Codina que, segundo consta, foram produzidas sob a supervisão do próprio Alexandre Rodrigues Ferreira. Isto poderia se torna um problema quando lembramos das advertências de Thekla Hartmann¹³⁸ quanto a se considerar o material iconográfico como fonte histórica. Segundo ela, existiriam diversos filtros a serem considerados ao se trabalhar com esse material. Esses filtros seriam provenientes, além das categorias culturais compartilhadas pelo artista, de certas limitações técnicas que envolveriam: a limitação do artista, questões culturais e morais, limitações quanto a honestidade e, no caso particular que nos interessa no momento, as limitações provenientes da transmissão da obra artística ao espectador. Neste aspecto se insere o nosso caso. A autora destaca que fazem parte desse tipo de limitação os seguintes aspectos : estragos produzidos pelo tempo, imperfeições da reprodução mecânica, modificações das dimensões originais, distorções do crivo seletivo dos gravadores (quando for o caso), condições de percepção do espectador e condicionamento intelectual de sua interpretação.

¹³⁸ Thekla Hartmann, *A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX* In: Coleção do Museu Paulista, série Etnologia, vol. I, São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisa do Museu Paulista, 1975.

Ainda quanto a essa dificuldade descrita acima, a autora lembra que o ideal seria apenas manipular os documentos iconográficos originais. Segundo a autora, o artista está mais a procura de fatos do que de efeitos estéticos, os traços rápidos são documentos e não composições artísticas. Embora discordando da autora quanto ao menor status documental que ela dá às composições artísticas, no caso que nos debruçamos, cópias feitas dos originais, seria muito provável que tivesse havido distorções de diversas ordens o que, se não inviabilizasse a obra iconográfica como documento, no mínimo tornaria o processo de sua análise mais complexo. No entanto, como mencionado anteriormente, isto *poderia* ter sido um problema, mas não o foi. Além de existirem originais representados nas cópias fotográficas que são aqui utilizadas, foram analisadas e comparadas a essas fotos os originais que lhes serviram de modelo e que estão sob a guarda da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O que se constatou é que há muito pouca alteração na reprodução mecânica feita desses originais. O máximo de alteração corresponde, em pouquíssimos casos, à dimensão das obras e à mínimas alterações no tom de algumas cores. Já em relação as cópias feitas sob a supervisão do naturalista, no final do século XVIII na Casa dos Riscos, guardadas nessas duas instituições acima, e que também foram fotografadas e trabalhadas aqui, o não conhecimento dos originais que estão em Portugal poderia ter se tornado um problema. Mas foram conseguidas reproduções fotográficas desses originais do riscadores Freire e Codina copiados pelos demais riscadores da Casa de Riscos. Esses originais e suas cópias estão aqui apresentados juntos para facilitar a análise de possíveis alterações.

Para efeito de análise, dividiu-se esse material iconográfico em alguns conjuntos bastante distintos, onde é possível se observar estilos também distintos. Estas diferenciações de estilos, ou na linguagem de Panofsky “tipos”, se deram muito mais pela manutenção dos caracteres das obras originais do que por estilos próprios dos copiadores. Muito embora esses existam. De outra forma, dentre esses conjuntos, é fácil observar aqueles que foram feitos pelo gravurista - em primeiro lugar porque estão em preto e branco não em cores e, em segundo lugar, por demonstrarem, estes sim, um

estilo completamente distinto daqueles outros. É certo, também, que é possível aprofundar e destacar um tipo estilístico distinto no caso do copista Manoel Tavares.

Adiante esclareceremos melhor essas distinções. No momento, como justificativa dessa análise, é bom lembrar que não nos interessa aqui, como no caso de Hartmann, abordarmos esse material iconográfico como fonte etnográfica. Ao contrário, o que nos interessa é abordarmos esse material como um tipo de fonte que demonstra o processo de representação dos indígenas produzidas na Viagem Filosófica de Rodrigues Ferreira e como esta representação iconográfica relaciona-se com a visão traçada sobre esses mesmos índios nos escritos do naturalista. Além disso, é nosso objetivo estabelecer uma conexão dessas obras com o panorama artístico e intelectual vigentes em Portugal no momento da produção dessas imagens. Neste sentido, embora importe a autoria dos trabalhos, qualquer que seja o produto dessas obras - elas nos interessam enquanto representativas de um momento e relacionáveis com os padrões apresentados.

Foi no Real Gabinete de História Natural do qual, como vimos, faziam parte o Jardim Botânico, o Gabinete de Biblioteca, a Casa de Desenho, a Casa do Laboratório, os Armazéns de Reserva etc.- foi lá que em 1795, já há algum tempo em solo da Corte, que Rodrigues Ferreira, nomeado Vice Diretor desse estabelecimento, começou a pensar numa possível publicação dos escritos e dos desenhos da expedição. Embora essa publicação nunca viesse a sair, houve, a pedido de Ferreira, a contratação de um gravador, um certo Manoel Marques d'Aguillar, para gravar a parte ilustrada de sua Viagem Filosófica. Segundo Goeldi¹³⁹, confirmado depois por Corrêa Filho¹⁴⁰, este gravador tinha acabado de vir da Inglaterra onde teria se aperfeiçoado na arte da gravura. Esta informação, em particular para nós, é preciosa. Veremos, posteriormente, o porquê.

Um outro dado nos foi revelado por Emílio Goeldi, que depois foi atestado ao se examinar as obras na Biblioteca e no Museu Nacional, refere-se ao nome dos riscadores do Real Jardim Botânico que foram incumbidos de copiar as estampas originais. Foram

¹³⁹ Emílio Goeldi, *Ensaio sobre o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira - Mormente em relação às suas viagens na Amazônia e sua importância como naturalista*, Pará: Editores Alfredo Silva & Cia., 1895.

¹⁴⁰ Corrêa Filho, *Alexandre Rodrigues Ferreira - vida e obra do Grande Naturalista brasileiro*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

eles : Manoel Tavares, Piolli, Vicente, José da Serra, dentre outros. Como já destacamos, o maior número de cópias foram assinadas por Manoel Tavares.

Desse universo de cópias e originais, as estampas que selecionamos fazem parte de um conjunto maior que intitulou-se: *Desenhos de Gêntios, Animais Quadrúpedes, Aves, Anfíbios, Peixes e Insetos, etc., da Expedição Filosófica do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, copiados no Real Jardim Botânico* - título esse dado talvez pelo próprio Alexandre Rodrigues. Este conjunto, como mencionado, encontra-se na Biblioteca Nacional e no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nós trabalhamos com as estampas publicadas pelo Conselho Federal de Cultura, em 1971¹⁴¹, reproduzindo estas gravuras da Biblioteca e do Museu; trabalhamos também com uma outra edição dessas e de outras estampas, também guardadas por essas duas instituições, que foram publicadas pelo Dr. Edgar de Cerqueira Falcão, em 1970¹⁴². Tivemos também a sorte de trabalhar com poucas, mas preciosas estampas originais guardadas em Portugal, publicadas pelo Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, catálogo esse organizado por Thekla Hartmann, editado em 1991¹⁴³. De todas essas estampas, desenhos e gravuras, selecionamos quarenta e seis que tratam de temas variados como representação de índios (as mais numerosas), representações da indústria nativa e representações variadas - como o caso da representação dos uniformes do terço auxiliar da cidade de Belém e a representação da comitiva composta de barcos que levou do governador do Pará Martinho de Souza e Albuquerque e Rodrigues Ferreira até Barcelos. Fazendo parte desse temática das representações variadas, pode-se incluir também o Frontispício Alegórico, já inicialmente analisado.

¹⁴¹ Alexandre Rodrigues Ferreira, *Viagem Filosófica pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783 - 1792) - Iconografia*, 2 vols. , Vol. I - Geografia - Antropologia ; Vol. II - Zoologia, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. Fazem parte dessa publicação um total de 243 estampas reproduzidas em tamanho original, composta de aquarelas, gravuras e desenhos.

¹⁴² Alexandre Rodrigues Ferreira, *Viagem Filosófica às Capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* - vol. I - Desenhos Originais Coligidos pelo Prof. Dr. Edgar de Cerqueira Falcão, São Paulo: Gráficos Brunner, 1970.

¹⁴³ Tekla Hartmann, *Memória da Amazônia - Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Philosophica pelas Capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá (1783 -1792)* , Coimbra: Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra, 1991.

Os critérios para a seleção dessas estampas obedeceram a necessidade de apresentar o maior número possível de exemplos variados das diversas etnias representadas; também selecionar exemplos dos diversos tipos de documentos iconográficos existentes, quais sejam, gravuras, estampas coloridas e desenhos; assim como selecionar, das diversas temáticas abordadas, as que consideramos complementares à temática principal - a da representação indígena. Importante ainda foi selecionarmos, das imagens que representam índios, aquelas das quais tivemos acesso aos seus modelos originais, para que pudéssemos compará-las. Dada a quantidade bastante significativa de obras iconográficas, não foi possível apresentarmos todas relativas às temáticas anunciadas, mas é bom deixar assinalado que são igualmente importantes. Uma lacuna conscientemente deixada foi a relativa às representações de edifícios os mais variados, mapas de vilas e paisagens. Não representamos aqui também as obras iconográficas relativas aos animais - isto por opção temática.

A quantidade de desenhos realizados no contexto da expedição, ao que tudo indica, parece ter chegado ao número de 1015, contrastando com os desenhos feitos na expedição para Angola, no número de 24 e a de Moçambique, no número de 16. Estes desenhos faziam parte do acervo da "Casa de Desenho" que foi inventariado pelo próprio Rodrigues Ferreira que, em 1794, assumiu o cargo de Diretor do Museu. Em 1795, como já sabemos, assumiu o cargo de Vice Diretor, tornando-se diretor em seu lugar seu antigo mestre Domingos Vandelli. Dessas estampas inventariadas, também como já destacado, chegaram ao Rio de Janeiro somente 912, em cinco volumes, que hoje, felizmente, depois de toda a maratona que percorreram devido a sua dispersão inicial, permanecem guardadas na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional e no acervo de obras raras do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Dadas essas informações preliminares, passemos a análise das estampas, não sem antes mencionar e nos alimentar também, de uma análise preliminar feita por Thekla Hartmann sobre esse material iconográfico. Tal conjunto de análises visava, antes de mais nada, observar nesses documentos o caráter de fonte para o estudo etnográfico -

como já mencionado. Mesmo assim, constitui uma valiosa contribuição para o entendimento desses documentos como objeto passível de ser investigado.

No seu trabalho, Hartmann tem como objetivo identificar as estampas sobre índios (ela escolheu 17 dessas estampas) para associá-las corretamente as suas memórias correspondentes¹⁴⁴. Acontece que esses “riscos”, assim nomeados pelas próprias fontes, ao serem enviados ao Gabinete de História Natural eram devidamente acompanhados de textos que correspondiam a memórias sobre as diversas temáticas dos desenhos. Somente para efeito de informação, as memórias destacadas, dentre outras mais, foram várias, aqui estão algumas delas : *memória sobre os índios Cambebas ; memória sobre os índios Caripunás ; memória sobre os índios Catauixi ; memória sobre os índios Espanhóis ; memória sobre os índios Guanás ; memória sobre os índios Guaicurus ; memória sobre os índios Joianna ; memória sobre os índios Yurupixunas ; memória sobre os índios Mauás ; memória sobre os índios Miranhas ; memória sobre os índios Urequenás ; memória sobre cuias ; memória sobre isqueiro ; memória sobre instrumento para tomar tabaco parima ; memória sobre louças ; memória sobre mascaras e farsas ; memória sobre malocas Curutús ; memória sobre salva de palhinha ; memória sobre o gentio mura etc.*¹⁴⁵ .

Cabe aqui um pequeno comentário sobre o significado e a importância das memórias para o entendimento das estampas. O conjunto dessas memórias revelam diversos aspectos : revelam dados sobre costumes, histórias das relações da Coroa portuguesa com as etnias abordadas, revelam descrições sobre a utilização de determinados objetos que são representados juntamente com esse índios e, algumas vezes, deixam transparecer por parte do naturalista reflexões mais genéricas sobre a condição do tapuío quando aborda uma etnia em particular. Do ponto de vista etnográfico são dados bastante interessantes, muito embora seja importante ao investigador que tiver esse tema como meta que tenha bastante cuidado ao trabalhar

¹⁴⁴ Thekla Hartmann, *A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX* In: Coleção Museu Paulista, São Paulo, 1975.

¹⁴⁵ Todas essas memórias foram publicadas pelo Conselho Federal de Cultura em uma brochura que acompanhou a publicação das estampas da Viagem Filosófica: Alexandre Rodrigues Ferreira, *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá - Memórias - Antropologia*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.

essas informações. A maior parte delas, como o próprio naturalista esclarece, foram conseguidas de outras fontes que não do contato direto com essas etnias. A maioria das informações veiculadas são originárias de uma tradição que já estava sedimentada. Autoridades coloniais, cabos de canoa, diretores de vilas, ou, poucas vezes, os próprios índios é que comentavam sobre costumes e tradições das respectivas “nações” que eram representadas pelos riscadores. Quando muito, para que fosse possível ao riscador representar o “exemplar” da etnia, era solicitada a vinda de algum remanescente da mesma de alguma vila pombalina das imediações em que se encontrava o naturalista e sua equipe. A maior parte dessas estampas representando etnias foi feita quando da permanência do naturalista em Barcelos, assim como a maior parte das memórias que lhes iam acompanhando para Lisboa têm assinalada a data de 1787.

Embora trabalhe basicamente com a indagação da importância etnográfica das estampas, a autora, por outro lado, não deixa de levar em consideração outros aspectos em sua análise: por exemplo, a questão das autorias dos trabalhos. Esta questão para nós também vai ser de grande importância. Quanto aos desenhos a nanquim, a autora percebe uma diferença de estilo e indaga a provável autoria distinta das aquarelas. Para nós, como pretendemos demonstrar, esta autoria distinta dos desenhos a nanquim é conclusiva - assim como a das gravuras. Pretendemos, por outro lado, identificar estilos distintos para que possamos estabelecer probabilidade de autoria, no caso das aquarelas. Percebemos, quanto a autoria das aquarelas, que a autora não as define de forma conclusiva. Apesar da percepção da autora, esse não parece ser um problema importante para as suas investigações.

Hartmann toca rapidamente num outro aspecto que para a nossa análise será crucial : o registro dos tipos físicos dos índios. Neste trabalho, será a partir desse registro, baseado em padrões reiterados, que a documentação será analisada de forma mais profunda. Cabe destacar no entanto que a maneira de analisar esses tipos físicos que Hartmann usa é bem distinta da maneira que se propõe analisar aqui os mesmos documentos iconográficos . Como já assinalado, a dimensão etnográfica desses

desenhos não é objeto dessa análise e, em certa medida, mesmo que secundariamente, essa análise contribui para se relativizar a possibilidade dessa dimensão.

Pensando esses ícones como signos que explicitam mensagens, o universo das formas, dos tipos físicos que esses artistas expressaram em suas obras são signos que revelam conceitos. Os índios foram representados através de tipos físicos característicos que revelaram formas padronizadas, mas que indicam, ao analisarmos as distintas formas segundo os autores distintos, padrões diferentes, muitas vezes em mutação.

Antes que coloquemos à prova essa primeira afirmação, cabe indagarmos qual é a relação que se pode estabelecer entre tipos físicos produzidos em obras de arte (pinturas e desenhos) e os modelos que serviram de base para esse tipo de representação. Aqui novamente nos apoiaremos em um historiador da arte. E. H. Gombrich em seu livro “Arte de Ilusão”¹⁴⁶ analisa, entre outras coisas, o significado da forma nas obras de arte. Segundo ele, na lógica da fabricação de imagens existem dois aspectos essenciais: primeiro, é a necessidade da existência de um meio expressivo para que essa fabricação ocorra; segundo, é necessário que se tenha um esquema anterior capaz de ser moldado e modificado para que o artista possa imitar a realidade. Esse modelo se constituiria de relações geométricas básicas que o artista teria de conhecer para que pudesse construir uma “figura plausível”.

Para Gombrich, apoiando-se em F.C. Ayer que escreveu uma tese sobre a psicologia do desenho, o artista profissional reproduz esquemas de apoio recorrendo a sua memória no momento em que representa imagens e, por outro lado, ele vai modificando gradualmente esse esquema até que corresponda ao que deseje exprimir.¹⁴⁷

Buscando entender a diferença entre a função das artes no contexto medieval e nos períodos posteriores, Gombrich usa a distinção filosófica entre o que ele chama de “universais” e “particulares”. A idéia é de que esses chamados “universais”,

¹⁴⁶ E. H. Gombrich, *Arte e Ilusão - Um estudo da psicologia da representação pictórica*, 3.ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1995.

¹⁴⁷ Idem, p. 157.

correspondendo a substantivos como homem, cachorro, leão etc. , representariam “ a classe de coisas das quais os indivíduos são meros exemplos”¹⁴⁸. Nas escolas medievais, segundo ele, discutia-se se esses universais seriam mais “reais” que as coisas particulares. Neste sentido, os esquemas ou modelos reportariam aos tais “universais”. Por outro lado, acredita que no Renascimento não mudou a natureza desse problema, apenas foram criados padrões mais rigorosos para essas representações universais.

Numa interessante referência ao modelo de uma árvore proposto por Leonardo da Vinci, através do qual o pintor destacava a necessidade de que, antes de se retratar uma árvore, era necessário se conhecer tudo sobre as estruturas e as proporções de uma árvore geral a qual as árvores particulares pertenceriam - a partir desse caso, Gombrich lembra que já na perspectiva de Platão o universal era a idéia, a árvore então, nesta situação, corresponderia a um “arquetipo perfeito”. Para Gombrich o pintor, já no âmbito do neoplatonismo , passou a ter um novo lugar, passou a ser mais privilegiado, ao contrário do pensamento do próprio Platão (uma vez que este negava o valor da arte, pois esta, ao copiar a natureza, criava uma cópia imperfeita da idéia) . No neoplatonismo, ao contrário, o pintor seria capaz de perceber não o mundo imperfeito dos indivíduos, mas os arquetipos da eternidade. Segundo Gombrich, foi nessa idéia que as academias, então emergentes na Europa, tentaram se apoiar.

Através da geometria se tentava purificar o mundo da matéria aproximando-o da idéia. Para Gombrich, essa doutrina predominou nas academias durante pelo menos três séculos, de 1550 a 1850. Não caberia portanto desenhar um homem particular, mas “o homem”. Neste sentido, retratar seria subalterno e vulgar. Era necessário recriar a natureza. Complementando, afirma que neste contexto se a árvore ou o homem que se tivesse à frente não se conformasse à uma armação geométrica, à um modelo, pior para a árvore, pior para o homem¹⁴⁹. Acredita que esse pintores compactuaram com essa doutrina, muito embora o arquetipo que os informava não se encontrava para além do mundo visível, mas sim guardado em sua memória.

¹⁴⁸ Gombrich, *Arte e Ilusão*, p. 163.

¹⁴⁹ Idem, p. 166.

Essa memória indicada acima, Gombrich vai buscá-la no aprendizado da pintura, no interior das oficinas em que os jovens aprendizes tomavam a sua lição. Na disciplina dos exercícios, no rigor das cópias, era necessário primeiro aprender a desenhar um homem para depois “treinar a mão” como modelos vivos. Acredita Gombrich que: “Foi essa insistência no domínio da tradição que assegurou a continuidade da arte entre a Idade Média e o século XVIII, porque durante todo o tempo a autoridade do modelo não foi desafiada”¹⁵⁰. Livros sobre anatomia e proporções, sobre o estudo do nu, circulavam nas diversas academias. Diversos modelos ensinando a desenhar partes do corpo humano eram utilizados desde o século XVI. Esses diversos modelos para se desenhar cabeças, orelhas, bocas, olhos, através de diversas estampas didáticas, circularam durante os séculos XVII e XVIII por toda a Europa. Essas idéias de Gombrich nos fazem estabelecer a primeira possível conexão entre as narrativas textuais e a iconografia da Viagem Filosófica: se existiam instruções de viagem que estipulavam como o naturalista poderia enxergar o que via, da mesma forma, no caso dos desenhos e pinturas, existiam fórmulas, padrões de como representar o que era visto.

Todos esses modelos didáticos, na opinião de Gombrich, não se constituíam em simples atalhos ou truques para novatos, antes representavam algo da estrutura do mundo. Assim, Gombrich acredita que esses livros seriam verdadeiros vocabulários compilando manuais antigos e propondo novos modelos. O autor acredita, por outro lado, que o problema desses métodos de ensino também estava ligado a relação entre o universal e o particular. Neste sentido, um retrato particular seria extremamente problemático. Ainda assim, seria possível examinar a influência dos modelos adquiridos na organização da percepção¹⁵¹. O artista, dessa forma, ao classificar e registrar a experiência em termos do conhecido estaria em constante batalha contra o particular¹⁵².

Gombrich acredita que esse diversos modelos representando formas de olhos, mãos, cabeças etc. apreendidos pelos artistas e guardados em suas memórias se transformaram numa verdadeira unidade de linguagem que continuou sendo utilizada

¹⁵⁰ Gombrich, *Arte e Ilusão*, p. 168.

¹⁵¹ Idem, p. 178.

¹⁵² Idem, p. 179.

ao longo do tempo. No que se refere ao século XVIII, o autor considera que a diferença na forma de utilização desses modelos foi apenas de grau. Assim, lembra a crítica do anatomista Pieter Camper sobre os retratistas que utilizavam o modelo da cabeça oval nas suas representações. Complementando, afirma que:

“Pode ser verdade que, uma vez que o sujeito aprendeu a fazer a imagem de uma cabeça toleradamente convincente, ele pode ficar tentado a empregar essa fórmula - padrão pelo resto da vida, acrescentando-lhe apenas os traços que assinalam o almirante ou a beldade da corte. Obviamente, de posse de uma cabeça - padrão , ele pode também usá-la como ponto de partida para correções , para aferir por ela todos os desvios individuais. Pode, primeiro, esboça-la na tela ou na mente, não a fim de completá-la, mas apenas de compará-la com a cabeça do modelo e introduzir as diferenças no esquema”¹⁵³.

Em resumo, Gombrich acredita que essa perspectiva de que o artista deveria representar o universal em preferência ao particular e não copiar os acidentes da natureza de forma servil prevaleceu até o século XIX. Para ele, somente no início do século XIX e mesmo no final do século XVIII houve o que ele chamou de luta contra o esquema. A partir de então os artistas se voltaram contra as academias e contra os métodos tradicionais de ensino. Para esses artistas a experiência visual passou a ser encarada como única, não podendo ser prefigurada e não se repetindo formas.

Essas reflexões de Gombrich sobre a relação entre os modelos ou esquemas padronizados de representação das formas humanas constituí-se para nosso trabalho extremamente importante. Afinal, os riscadores do Real Gabinete de História Natural também fizeram parte desse contexto artístico europeu. Muito embora inseridos na singularidade do panorama artístico português, também foram treinados em academias, talvez não nas mais importantes, mas com certeza tomaram conhecimento desses diversos manuais , desses esquemas de representação dos corpos humanos. Certos

¹⁵³ Gombrich, *Arte e Ilusão*, 1995, p. 182.

estamos de que esses artistas e funcionários da Coroa também sofreram o dilema de um batalha entre as formas universais que traziam da memória de sua formação e os modelos particulares, no caso - os índios que tiveram que representar. A alteridade inusitada desses índios imprimiu diferenças que tiveram que ser adaptadas aos modelos tradicionais, como veremos posteriormente.

Pretendemos dividir essas estampas de acordo com critério dos conjuntos. Esses conjuntos se constituem de três principais. O primeiro corresponde às aquarelas, o segundo aos desenhos em preto e branco e o terceiro corresponde às gravuras. No entanto, não vamos separá-los de acordo com esses conjuntos. Como é fácil identificar quais são as aquarelas, quais são os desenhos e quais são as gravuras, preferimos juntar desenhos e aquarelas que tratassem de um mesmo tema. Em outras palavras, unimos desenhos e aquarelas que corresponde à cópias e seus originais. Nem por isso, deixaremos, no momento da análise, de cruzar estampas que estejam em conjuntos distintos.

As gravuras formam um conjunto a parte. Basicamente são formadas por três estampas, sendo que uma delas é o frontispício alegórico da Viagem - objeto de nossas primeiras análises. No caso das aquarelas, destacaremos sempre, embora não as dividiremos dessa forma, as cópias feitas por Manoel Tavares e os originais de Freire e de Codina todos relativos a representações de índios. Existe um outro conjunto de desenhos que faz parte da representação da cultura material dos índios, e alguns temas variados já destacados - esses desenhos e pinturas não serão analisados de forma aprofundada, mas servirão para destacarmos alguns pormenores estilísticos.

Como diferenciar estilos e tipos, para lembrar o destaque metodológico de Panofsky, neste conjunto amplo de imagens que representam variadas temáticas e que, por sua vez, também foram produzidas por diversos artistas? É muito provável que não possamos, neste caso, afirmar de forma contundente as autorias diversas. Até porque para os funcionários da Casa de Risco isto não era um aspecto tão relevante. Esses riscadores, antes de tudo, é bom que se lembre, eram registradores, documentaristas, eram enfim funcionários de uma instituição científica.

Insistimos, por outro lado, na intenção de demonstrar que os modelos ou esquemas formais que esses artistas diversos usaram para representarem os índios obedeceram a modificações que em parte foram causadas por dois grandes padrões de percepção. De um lado, a idéia do índio selvagem, de outro a idéia do índio doméstico.

Uma outra grande diferença pode ser percebida nesta iconografia. Alguns desenhos representam cenas inteiras e não somente imagens isoladas de índios, tais desenhos refletiram muitas vezes cenas descritas no texto do naturalista. Esses desenhos ou gravuras, podemos considerá-los como integrando um conjunto de imagens que acreditamos ter sido produzidas por um único artista, provavelmente o gravurista contratado por Ferreira para desenhar as gravuras para a edição da obra que, como sabemos, não aconteceu.

O restante dos desenhos e estampas parecem corresponder a alguns originais e cópias produzidas pelos artistas da Casa de Riscos. Dentre esses, algumas estampas aqui apresentadas receberam assinatura. A maior parte delas foi produzida pelo “desenhador”, como já assinalado, Manoel Tavares da Fonseca.

No caso dessas cópias e originais é possível notar diferenças e também semelhanças. Por sorte, foi possível compararmos algumas cópias aos seus originais. Em relação as diferenças, percebe-se que ao “passar a limpo” os riscos da expedição, os copistas, mais especificamente - Manoel Tavares (autor do maior conjunto de estampas pertencentes ao códice que hoje se encontra no Museu Nacional do Rio de Janeiro) transforma algumas pinturas apressadamente feitas no contexto da expedição, principalmente por Freire, em obras infinitamente mais bem acabadas. Com cores vivas e cuidando em assinalar detalhes que o riscador da expedição, mais preocupado com o registro rápido, acabava por não revelar, Tavares nos oferece belíssimas estampas em comparação aos esboços pouco cuidadosos que trazem os originais. Quanto às semelhanças, os copistas ao que parece, não adulteraram as imagens, apenas, vamos dizer assim, melhoraram seu acabamento. Embora esse acabamento signifique, muitas vezes, a introdução de fundos artificiais nas pinturas. No entanto, pretende-se comprovar que os padrões formais de representação utilizados pelos riscadores da expedição e pelos copistas obedeceram a uma única unidade.

As estampas, em sua maioria cópias dos originais, ao representarem as diversas etnias, fazem-no através de padrões que tornaram os tipos físicos universais. O que estabelece nesses estampas as diferenças étnicas são somente os apetrechos que cobrem e enfeitam corpos que se repetem. No entanto, essa “particularidade” da indústria nativa representada através das diferentes armas, utensílios, plumários e vestimentas, tornou-se uma inovação considerável na representação desses índios que, em certa medida, particulariza essa representação universal de um único índio padrão. Estariam então esses artistas já implementando as primeiras batalhas contra os esquemas-padrão das academias, conforme as idéias de Gombrich? Não parece ser esse o caso.

Recordando, a função desses artistas, antes de tudo, era a de registradores e documentaristas. Dessa forma, acreditamos que ao representarem armas e utensílios diversos estavam unicamente registrando objetos da cultura material que tinham ali à mão, na medida em que o naturalista sistematicamente as recolhia nos seus contatos com esses nativos. Para a Secretaria dos Negócios Ultramarinos e para a Coroa Portuguesa o registro dessa diversidade poderia ter uma conotação estratégica, na medida em que assim se poderia diferenciar os aliados dos inimigos. O naturalista, como ele próprio já havia expressado, ao colecionar esses objetos, tinha por intuito constituir a história da indústria nativa. Além disso, Ferreira buscava comprovar sua teoria sobre a diversidade do homo sapiens, mamífero e tapuio, relacionando-o ao clima, a latitude e ao relevo. Como vimos, buscava a diversidade dos talentos. Dessa forma, se esses objetos foram representados, o foram não por decisão dos riscadores, mas sim por opção do naturalista.

Os esquemas-padrão não parecem que estavam sendo questionados por esses artistas. Esses funcionários da Casa dos Riscos quando traçaram armas, enfeites e objetos diversos não estavam representando as particularidades ou as especificidades dos modelos, inaugurando dessa forma uma postura inovadora na forma das representações artísticas. Apenas exercitaram a atividade do registro. Modelos de olhos, bocas e narizes se repetem. Um homem universal, ou melhor, um “nativo único” então teria sido o suporte de todos esses objetos diferenciados? Em parte sim.

Como afirmado inicialmente, dois grandes padrões de percepção podem ser observados neste material iconográfico. Não foram absolutamente as etnias que marcaram de forma distinta a percepção desses artistas, mas sim a diferença entre índios domésticos e selvagens, e, entre os últimos, a diferença entre inimigos e aliados.

Afirmando isso, resolveríamos a lógica dessas representações se, reportando-nos as imagens, observássemos que índios Mura, Miranha, Guaicuru etc., enfim índios reconhecidos por esses viajantes como “selvagens”, foram representados nas estampas. Por sua vez, pode-se encontrar nas mesmas estampas os “índios espanhóis” (figura 17) e os “índios do Rio Branco” (figura 16), esses, índios considerados pelos mesmos viajantes como “domésticos”. No entanto, o processo não parece ter sido tão simples. Vários desses objetos que ornamentaram essas figuras foram conseguidos por Rodrigues Ferreira na base de trocas, principalmente com os índios que viviam nas vilas pombalinas ou pelo menos com aqueles que mantinham algum contato comercial com os brancos. É com razoável certeza que a imagem do selvagem com todo o peso do seu estereótipo, talvez não fosse adequado para representar esse índio que, bem ou mal, mantinha um certo contato amigável com esses expedicionários. O “selvagem” enquanto arredio e intratável não esteve presente, talvez, apenas ainda persistisse no imaginário desses homens. Se recorrermos as “memórias”, por exemplo, veremos que quando Rodrigues Ferreira se refere aos índios “selvagens”, se refere a eles sempre de maneira pouco positiva, principalmente se estes índios forem considerados como inimigos da Coroa, como era o caso dos Mura. Destaca, entre outras coisas, seu caráter embrutecido, seus objetos de cultura material pouco bem acabados. Enfim, os considera como pertencentes à infância da humanidade.

No entanto, quanto a forma dos riscadores os enxergarem, apesar dos apetrechos que carregam os identificarem como selvagens, pois não trazem os sinais de civilização que os índios do Rio Branco e os índios espanhóis traziam (como armas de fogo, sandálias, cruces etc.), esses índios representados, não foram caracterizados como selvagens, pelo menos na forma dos seus corpos. O que isto pode representar ?

Outra questão se junta a anterior. Se observarmos com atenção as estampas que representam os índios domésticos (índios espanhóis e índios do Rio Branco) e aquelas

que representam os índios selvagens (todas as outras estampas que representam as diversas etnias) a exceção dos desenhos que representam bustos diversos e das gravuras que representam o desenrolar de cenas (como a que representa os Guaicuru atravessando os rio - figura 15 , a que representa a viração da tartarugas - figura 13 e a que representa a fabricação de manteiga dos ovos de tartarugas - figura 14) observaremos um padrão único que se repete. Dentro desse padrão, por outro lado, nota-se que o contorno dos corpos representados com abdomens salientes e formas arredondadas são uma constante. Em certos casos, como na imagem do índio Mura (figura 24) , assim identificado porque porta os objetos de sua cultura material, revela-se neste contorno arredondado um ar feminino, muito embora esteja representando um índio Mura homem. O que indicariam essas características?

Nos parece que a reiteração desse padrão formal indica não uma representação imutável baseada no aprendizado de formas que na memória tornam-se modelos de conformação dos objetos e pessoas. Se a forma se repete nas imagens que representam índios domésticos e índios selvagens é porque o índio selvagem não foi representado, a não ser os objetos de sua cultura material. Isso significa que embora a forma dos corpos tenha se tornado um padrão para todas essas imagens, ela não o foi enquanto transposta das academias. Ao contrário, o homem universal não foi representado. O que existe é um certo tipo de alteridade representada na forma que pôde ser vista. Não um homem universal, mas um nativo universal. O que isto implica?

Antes de tudo, essa imagem não poderia ter sido produzida sem um contato prévio com algum nativo. Afinal, tudo indica que esses riscadores não tiveram contato com nenhuma referência anterior. Se por exemplo examinarmos diversas outras representações de índios feitas para ilustrar expedições anteriores à Viagem Filosófica, que pelo fato de terem sido editadas poderiam ter sido conhecidas e manuseadas por esses artistas, veremos que em sua totalidade, essas sim, representam um "homem universal". A alteridade nem de longe foi considerada, pelo menos na forma de representar os corpos.

Isto significa que o copista que assinou a maior parte das estampas foi capaz de conservar, sem adulterar, os caracteres físicos dos nativos ou do nativo que inspirou os

riscadores Freire e Codina ao produzirem suas obras no interior das matas amazônicas? É possível.

Abandonando um pouco esse questionamento ao qual pretendemos retornar depois, cabe analisarmos o conjunto dos desenhos que acreditamos ter sido produzido pelo gravurista Aguillar. Será somente neste conjunto, do qual fazem parte principalmente a gravura que representa a travessia de um rio feita pelos índios Guaicuru (figura 15), aquela que representa a viração das tartarugas feita pelos índios Mura (figura 13) e a que representa o fabrico da manteiga dos ovos de tartaruga (figura 14), que a selvajaria vai se instalar. Nessas gravuras, esses índios representados assemelham-se a macacos, ao “homem monstruoso” de Lineu : cabeça deformada e braços longos pendendo para frente em costas curvadas são características visíveis. Faltaria pouco para que aquele rabo, racionalmente repudiado por Rodrigues Ferreira, pendesse de alguma dessas figuras. Como sabemos, no entanto, esse gravurista não foi na expedição, tão pouco as duas gravuras, aqui descritas como exemplo, são cópias de desenhos de Freire e de Codina. Isso pode nos levar a acreditar que o índio “selvagem” só foi representado por quem nunca o viu.

Ao representarem um “nativo universal” copistas e riscadores representaram na realidade os índios domésticos. A fisionomia que se repete de ar melancólico e apático como suporte dos apetrechos multi- étnicos é a do índio doméstico, de alguma forma é a dos interlocutores dos expedicionários. A humanidade reconhecida por Ferreira em função das vicissitudes da viagem que muito o incomodou, foi sutilmente representada pelos artistas, a exceção de Aguillar. Por outro lado, essa humanidade reconhecida na iconografia representou muito mais uma “humanidade domada”, adequada, fruto de um índio mal inserido no projeto civilizador pombalino que não logrou êxito.

No entanto, ao representar um nativo universal doméstico, inserido e apático - os riscadores revelaram mais do que ocultaram. Não acompanharam Ferreira no seu desconforto tão bem assinalado na carta que enviou a Perreira Caldas, mas revelaram o desconforto nos traços do nativo, desconforto talvez ligado a inadequação dos padrões pictóricos para representar um *igual* e , ao mesmo tempo, um *diferente*. Não se trata aqui de se imputar uma interpretação tão subjetiva que fuja dos padrões metodológicos

que já assinalamos e que nos serviram de suporte. Apenas fazemos referência ao significado que determinados traços anatômicos utilizados pelos artistas têm enquanto indicadores de uma “humanidade reconhecível”. A unificação das formas através dos contornos arredondados dos corpos ou dos abdomens proeminentes revelam muito se comparadas com as imagens que o naturalista também traçou sobre a anatomia dos corpos dos tapuios.

A ANATOMIA DOS CORPOS:

Se passarmos a comparar os traços feitos nos desenhos dos riscadores e dos copistas às imagens construídas por Ferreira sobre a anatomia dos corpos dos tapuios, observaremos que a visão do naturalista foi diferente da visão desses artistas. A diferença das duas visões, por outro lado, não foi tão radical, na medida em que tanto os artistas quanto o naturalista representaram uma certa humanidade reconhecível. Modularam padrões de representação ao buscarem dar conta do *diferente* transformado num *igual*.

No texto de Ferreira, o “nativo universal” vai se corporificando num modelo geral a partir do qual se pode desprender algumas particularidades. A constituição física dos tapuio foi pensada por Alexandre Rodrigues dividindo o todo em partes. Como um verdadeiro anatomista, dividiu esse “corpo geral” em: cabeça, tronco e extremidades. Para cada uma dessas partes estipulou um conjunto de caracteres assim descritos¹⁵⁴.

¹⁵⁴ Aqui também utilizamos o texto editado pelo Conselho Federal de Cultura, em 1972, que constitui a edição da monografia intitulada: “*Observações gerais e particulares, sobre a classe dos mamíferos observados nos territórios dos três rios, das Amazonas, Negro, e da Madeira: com descrições circunstanciadas que quase todos eles, deram os antigos, e modernos naturalistas, e principalmente com a dos Tapuios*”. As observações sobre a constituição física dos tapuia está contida nessa mesma obra. A referência segue na próxima nota.

. *Cabeça*: Considerava as cabeças em sua maioria arredondadas ou então deformadas, como era o caso dos Cambebas. Os cabelos eram negros - compridos, soltos e desalinhados quando gentil, eram também lisos e corrediços, a exceção dos Mura que os tinham crespos, parecendo quase amulutados. Assinala também que raros eram os tapuios calvos, sejam os jovens ou os velhos.

. *Faces*: Eram largas e chatas, afastando-se o mais possível da forma *oval*, comum aos europeus. Eles, neste caso, se assemelhavam mais aos asiáticos. Ainda sobre as faces, destaca que uns a conversavam no seu estado natural, já outros a “*desfiguravam com alguma deformidade*”, mascarando, distendendo, mutilando, furando e rasgando algumas de suas partes¹⁵⁵. As testas eram pequenas e estreitas com os cabelos descidos quase até as sobrancelhas.

. *Olhos e Orelhas*: Os olhos seriam pequenos com a pupila preta ou castanha e muito “perspicazes”. As orelhas eram grandes e as maiores eram deformadas, como no caso dos Urequenas (figuras 25,26), chamados de orelhudos. Poderiam ser inteiras ou furadas e rasgadas. Segundo Ferreira, aqueles que assim procediam eram chamados pelos índios domésticos de Nambi Soroca (orelha furada). Os que “deformavam” as orelhas introduziam paus, palha, resina, pedra, ossos, conchas, cristais e metais.

. *Nariz e Boca*: O nariz era mais plano e elevado que o dos europeus, porém era de um olfato apurado - “alguns farejavam como cães”. Os Miranhas introduziam penas de aves; os cariprinas - das cachoeiras do Madeira - atravessavam-no com um tubo de resina etc. A boca, para Ferreira, era grande e com lábios grossos, inteira ou furada. Destaca, neste caso, a disformidade que algumas apresentavam em função da introdução de objetos nos lábios, como exemplo lembra os Gamelas do Maranhão.

. *Barba*: Quando existiam, eram como a dos europeus, porém eram raras entre os tapuios. Em relação a isso acrescenta: “Dos Muras, já disse o que vi e notei, o mesmo de alguns índios domesticados. O que mais comumente se chega a ver nos adultos é uma espécie de buço no lábio superior. Nos velhos crescem na barba, alguns raros pelos grossos. Isto não é sinal de vigor e de virilidade?”¹⁵⁶.

¹⁵⁵ Ferreira, *Viagem Filosófica pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá - Memórias - Zoologia / Botânica*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 81.

¹⁵⁶ Idem, p. 82.

. *Troncos*: Em relação a essa parte do corpo, Rodrigues destaca algumas idéias que vale a pena citarmos - “Nos tapuias do Pará, Rio Negro e Madeira, em geral de estatura medíocre, o tronco é reto e bem talhado; todos são espadaúdos e quadrados com os peitos largos, o abdome plano e o dorso musculoso. Porém os Mauáz que habitam um dos confluente do Japurá, o desfiguram espartilhando-o de tal sorte que nem as mais delicadas damas da Europa o fazem”¹⁵⁷.

. *Extremidades*: Como relação as extremidades dos corpos, Ferreira escreve que pernas e braços são bem talhados e musculosos. As mãos e os pés seriam proporcionais à estatura de seus corpos. Já os pé seriam largos com as solas ásperas como lixa e “nos gentios principalmente, o dedo grande do pé é afastado de seu imediato. Entre os Muras os dedos do pé esquerdo são maiores que os do direito por apoiarem entre eles as extremidades de seus arcos na ação de expedirem as flechas”¹⁵⁸. Ferreira acrescenta que em outros gentios, em ambos os pés, os dedos seriam separados, a essa descrição segue a seguinte análise: “...uma vez que lhes servem de mãos ao levantar-se do chão, quando nele cai ou se encontra e com eles se seguram ao treparem pelos troncos das árvores da mesma forma como se observa entre os quadrúpedes, no papagaio, na arara, no tucano e outras aves, que para treparem não usam outro artifício senão o que já trazem da natureza - o caráter distintivo de dois dedos separados”¹⁵⁹.

Se observarmos a descrição feita por Ferreira, principalmente dos troncos desses tapuio, notaremos que os mesmos longe estão dos traços dos desenhos dos riscadores que representaram esse parte dos corpos com formas arredondadas e abdomens proeminentes. Ferreira inclusive usou o perfeição dos corpos dos tapuio para criticar a deformação dos corpos “civilizados” dos europeus. Como já observamos anteriormente.

Aqui, surge para Ferreira uma imagem do índio que nada tem de concreto. A proporção perfeita do tapuio é usada para fazer uma crítica aqueles europeus que desfiguram suas formas porque estão longe do modelo natural de homem. Aqui o “americano” seria essa figura imaginária, fruto da natureza e revelador de sua

¹⁵⁷ Idem, p. 82.

¹⁵⁸ Ferreira, *Viagem Filosófica*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 82

¹⁵⁹ Idem, p. 82.

perfeição. Critica os espartilhos das meninas européias e não menciona os espartilhos dos Maué (figura 20); afirma que eles (os índios) não desfiguram a forma humana, quando já os classificara como “monstruosos por artifício”.

A imagem do índio para Ferreira, nesses trechos de sua obra, aparece pouco coerente. A imagem é deslocada conforme discursse o naturalista e em razão de para quem está sendo endereçado esse discurso, ou mesmo, esse deslocamento é fruto da confusão de imagens que traz consigo desses naturais da terra. No afã de classificar o tapuio, o naturalista parece conviver com a idéia do “bom selvagem” , do “índio decadente” de dos “gentios sem civilização”. Todos, no entanto, seres humanos. A confusão de imagens que o naturalista utilizou foi fruto da incapacidade dos modelos de representação que trazia traduzirem essa alteridade que se revelava diferente e, ao mesmo tempo, igual - embora não nos moldes que pensava naturalizá-la.

No caso dos riscadores, o “nativo universal” não se revela perfeito em suas formas; a deformação que está presente na representação dos tapuio os distancia da idéia de um corpo bem talhado, musculoso e perfeito - a não ser em raras exceções. Estariam mais próximos da deformação dos “civilizados” que, distantes da natureza, apresentariam seus corpos com formas arredondadas. Por outro lado, excetuando as imagens do gravurista, a deformidade “por artifício” não chega a ser representada de uma forma tão veemente, basta, como exemplo, que lembremos a representação dos Miranha com as penas fincadas nas narinas (figura 21) - longe da figura de um monstro, o que temos é quase uma figura cândida. A imagem do tapuio generalizada pelos riscadores não é a imagem que, apesar das diferenças, o naturalista tentou compor. Para os riscadores, esses índios parecem muito mais decadentes e melancólicos. O modelo que recorreram de sua memória para representar esses índios não foi o do corpo perfeito e equilibrado. Dessa forma, indicam talvez a inexistência do índio de Ferreira que serviria de contraponto para criticar os hábitos pouco “naturais” da sociedade européia. Em outros momentos, acompanham Ferreira. É o caso dos dedos dos pés que Ferreira indica serem afastados. Se observarmos como cuidado nas estampas, esses dedos afastados se repetem por várias delas. O hábito dos Mura de apoiar o arco entre os dois dedos também pode ser observado na estampa correspondente (figura 24). Ao que

parece, os riscadores tentaram acompanhar as imagens construídas pelo naturalista, mas as apresentaram diferentes.

Enfim, se o influxo nativo “determinou” uma mudança na representação desses índios, essas mudanças aconteceram no sentido de impor aos viajantes o reconhecimento de uma igualdade. O naturalista viu um igual que timidamente foi sendo respeitado na sua diferença. No entanto, logo ao ser “civilizado”, reconhecido, percebeu o fracasso desse processo de civilização, da mesma forma que insinuou o fracasso do processo colonizador - “os domésticos são os mais infiéis” . A subserviência fora questionada por esses “homens incapazes de governo”. Por outro lado, os riscadores da expedição e os copistas da Casa de Desenho reconheceram essa humanidade no que ela tinha de decadente, apática e imperfeita. Eles também, ao não representarem o índio selvagem - a exceção do gravador que nada viu, foram construindo a imagem de um “nativo universal”. Esse nativo, assim como no caso do naturalista, se transformou num modelo reconhecível, humano, mas extremamente incômodo, pois, transformado em um igual, manteve a sua diferença, traindo o projeto de civilização pombalino que pretendia transformá-lo num “civilizado útil”.

A seguir apresentaremos as ilustrações da Viagem Filosófica. Todas essas considerações que fizemos até agora só ganham significado com uma observação pormenorizada de cada uma dessas estampas. Ao mesmo tempo, o seu significado mais profundo somente pode vir à tona quando relacionamos as imagens que foram construídas nesse suporte com as imagens construídas nos textos e a relação das duas com as contingências e as especificidades da expedição.

ILUSTRAÇÕES:

As primeiras duas imagens que gostaríamos de apresentar representam peças da cultura material desses nativos. A primeira delas (figura 5) apresenta diversos vasos,

pratos, jarros e recipientes diversos que demonstram tanto pinturas com motivos tradicionais dos índios da região, como também, alguns deles são ilustrados com caracteres portugueses - como é o caso de dois pratos e uma jarra na parte esquerda do desenho. Como está assinalado na legenda são cerâmicas provenientes do baixo Amazonas, provavelmente da região de Santarém, e outras mais em que a manufatura das índias (domésticas) utilizava então caracteres lusitanos e que eram comercializadas e tinham grande aceitação na metrópole.

A segunda imagem (figura 6) representa pontas de flechas diversas. Um verdadeiro estudo sobre armas dos nativos. É importante lembrar que esse foi um dos temas prediletos de Alexandre Rodrigues Ferreira. Dedicou algumas reflexões sobre a evolução dessas armas em suas memórias. A respeito dessas armas, destaca que de pedras e paus os homens aos poucos foram aperfeiçoando suas armas. Indica ter enviado ao Real Gabinete várias maças de paus pesados, armas curtas, além de lanças de madeiras com pontas de pedra e de osso. Acrescenta que daí em diante houve uma evolução em direção as armas de propulsão - zarabatanas e arcos e flechas. No entanto, argumenta que por aí parou a sua evolução já que “são as únicas que possuem os povos que vivem na infância da Sociedade”¹⁶⁰.

Outro aspecto indicativo sobre essas duas figuras é que ambas são representações feitas de maneira comum à época quando destinadas à publicação. Pode-se perceber que este modelo de apresentação de objetos já era feita, por exemplo, na Enciclopédia de Diderot. Por outro lado, sabemos que esses objetos todos se encontravam em número abundante no Real Gabinete de História Natural. Isto indica a possibilidade desses desenhos terem sido feitos na Casa de Riscos pelos funcionários de lá já visando uma possível publicação.

Acrescenta-se para introduzir essas duas figuras e as demais, a folha de rosto que foi feito, muito provavelmente para a confecção dos volumes com as estampas que seriam destinadas para o Brasil a mando do ministro Drumond, como já destacado anteriormente, ainda na primeira metade do século XIX.

¹⁶⁰ Ferreira, Viagem Filosófica - Memórias - Antropologia, Rio de Janeiro, 1972, p. 73.

Ant. de M. J. P. de Drummond.
Ministro do Brasil em Lisboa.

Desenhos

De.

Gentios, Animales Quadrupedes,
Aves, Amphibios, Peixes, e
Insetos:

Prospectos de Cidades, Villas, Lugares, Po-
suações, Totaleras, Edifícios, Rios,
e Cachoeiras.

Da

Expedição Philosophica do Parai, Rio,
Negro, Mato Grosso, e Cuyabá.

Copiados
No Real Jardim Botânico.

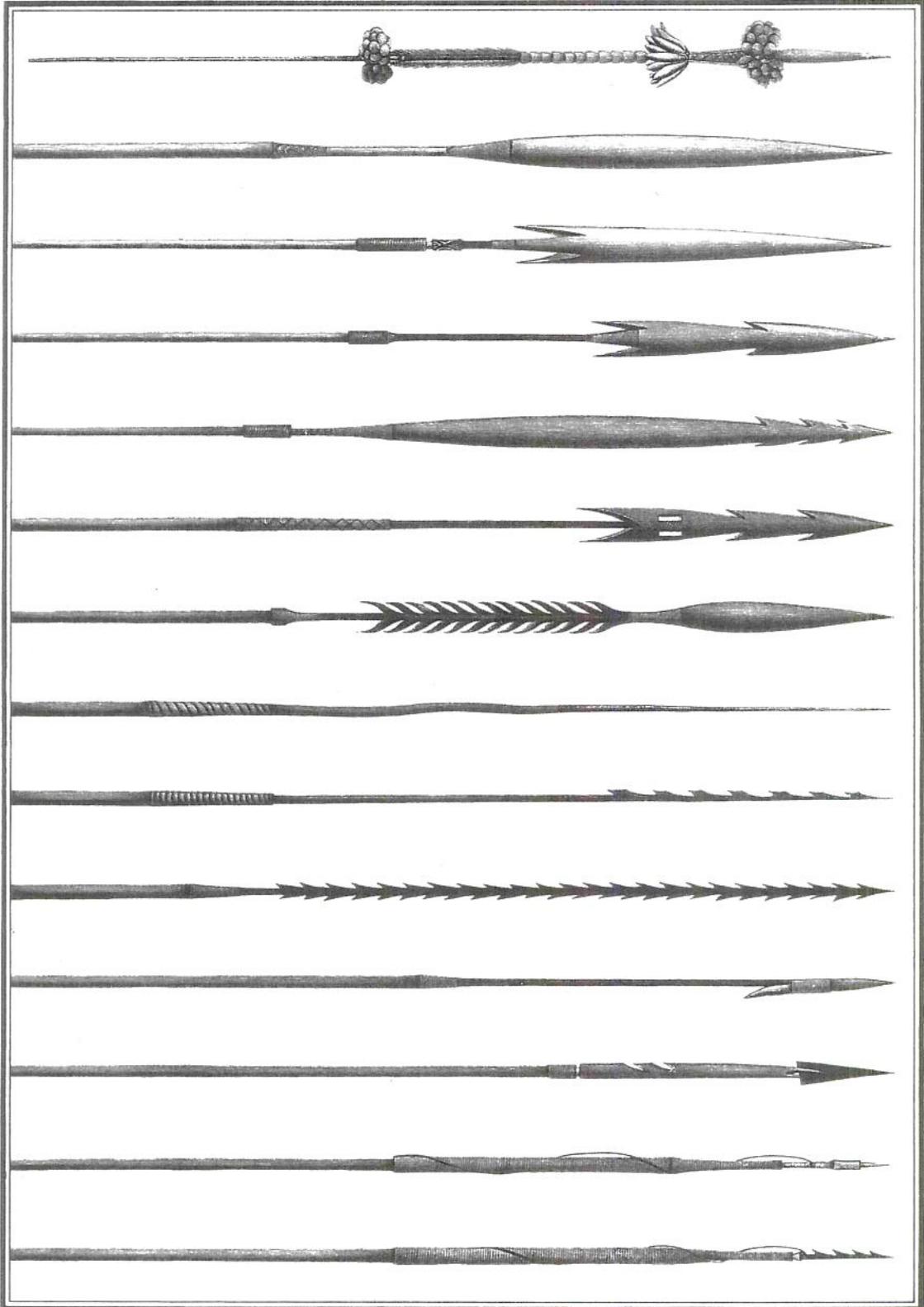
Em 2 Volumes.

Fig. 5



CERÂMICA DO BAIXO AMAZONAS

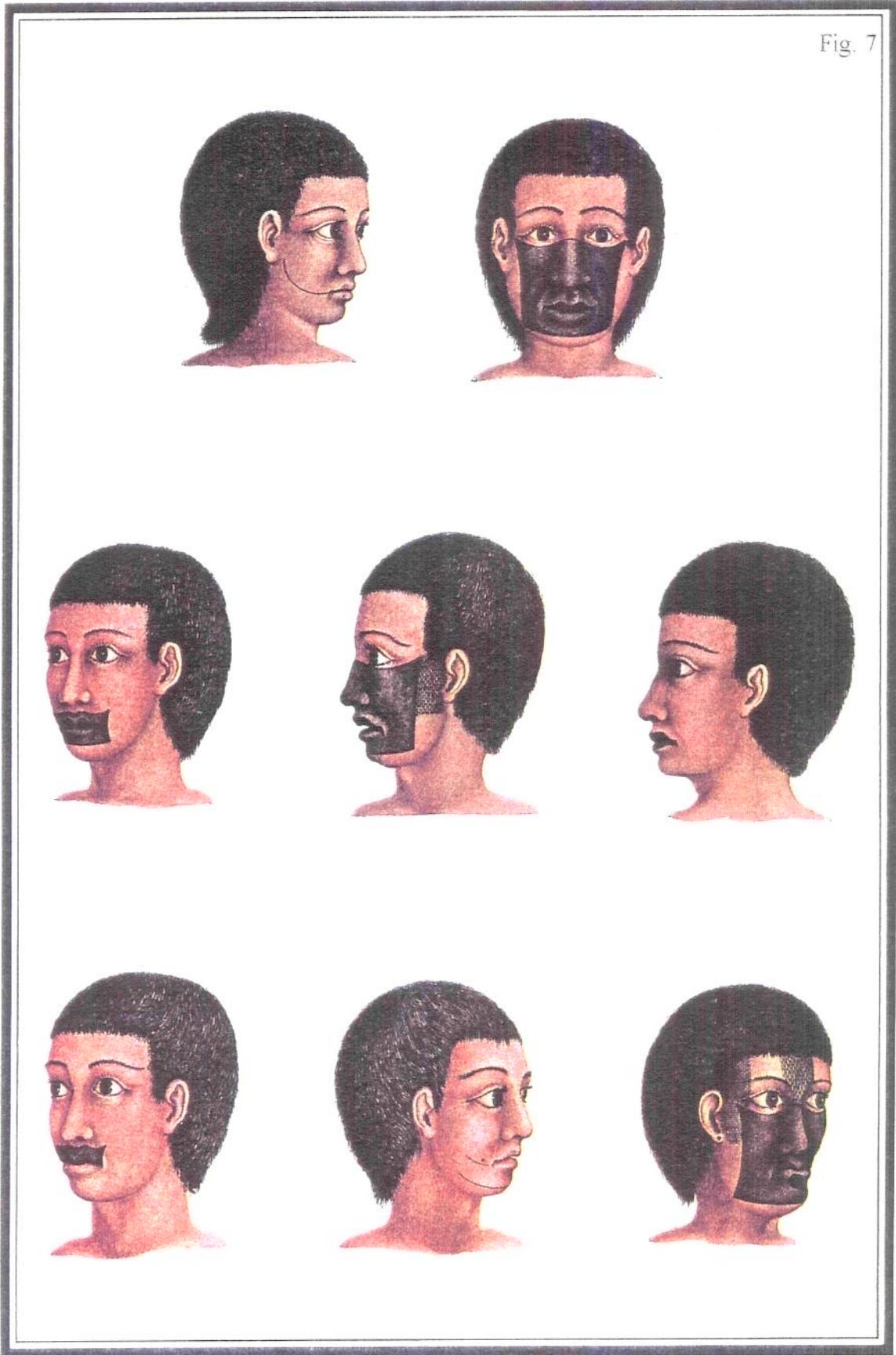
Fig. 6



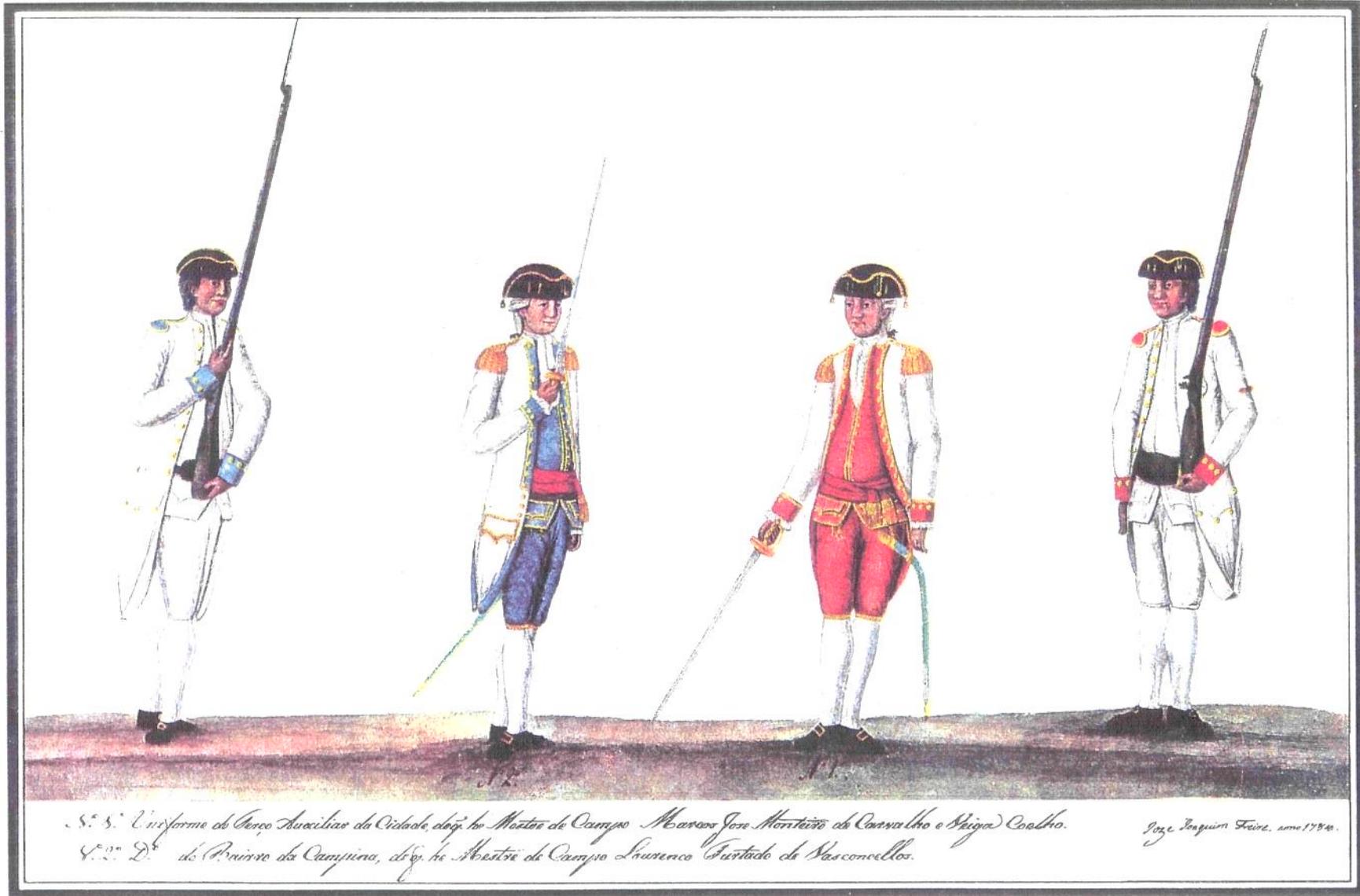
A seguir, são apresentados outras duas estampas. A primeira delas (figura 7) representam pinturas dos índios Yurupixunas. Nesta primeira, é possível notar que os índios representados nem de longe lembram a descrição anatômica feita por Ferreira, quais sejam, orelhas grandes, olhos pequenos, cabeça redonda distante da forma ovalada. Nela o que se tem são representações de cabeça que, muito embora revelem formas de pintura e, por isso mesmo, tais rostos estariam servindo apenas como suporte - elas apresentam cabeças na forma oval, orelhas pequenas e olhos grandes. No que diz respeito ao que já havíamos assinalado, a forma de representação também lembra a forma correspondente a de ilustrações endereçadas a uma possível publicação.

A outra estampa (figura 8), embora pareça deslocada neste grupo, foi aqui agrupada para demonstrar também, assim como a imagem anterior, como se procedia quando se representava utensílios junto aos seus usuários, neste caso, uniformes. Esta pintura feita por Freire e representando os uniformes do terço auxiliar da cidade - provavelmente Belém, revela, assim como a anterior que o riscador não se preocupou em individualizar os personagens. Aliás, neste caso, a situação é bem mais estranha para a idéia de representação atual, já que Freire indica embaixo da pintura o nome dos quatro militares. Em outras palavras, Freire individualiza os personagens, mas repete seus rostos. Poder-se-ia, neste caso, admitir uma certa técnica inferior para representar figuras individualizadas, mas embora acredite que Freire não era nenhum Vieira Lusitano, por outro lado, aqui se apresenta, antes de tudo, um padrão de representação. Não interessam os indivíduos, interessam sim os uniformes. Temos também diversos outros exemplos de representações como essas feitas de outros uniformes, por outros artistas em outros países que revelam esse mesmo padrão.

Fig. 7



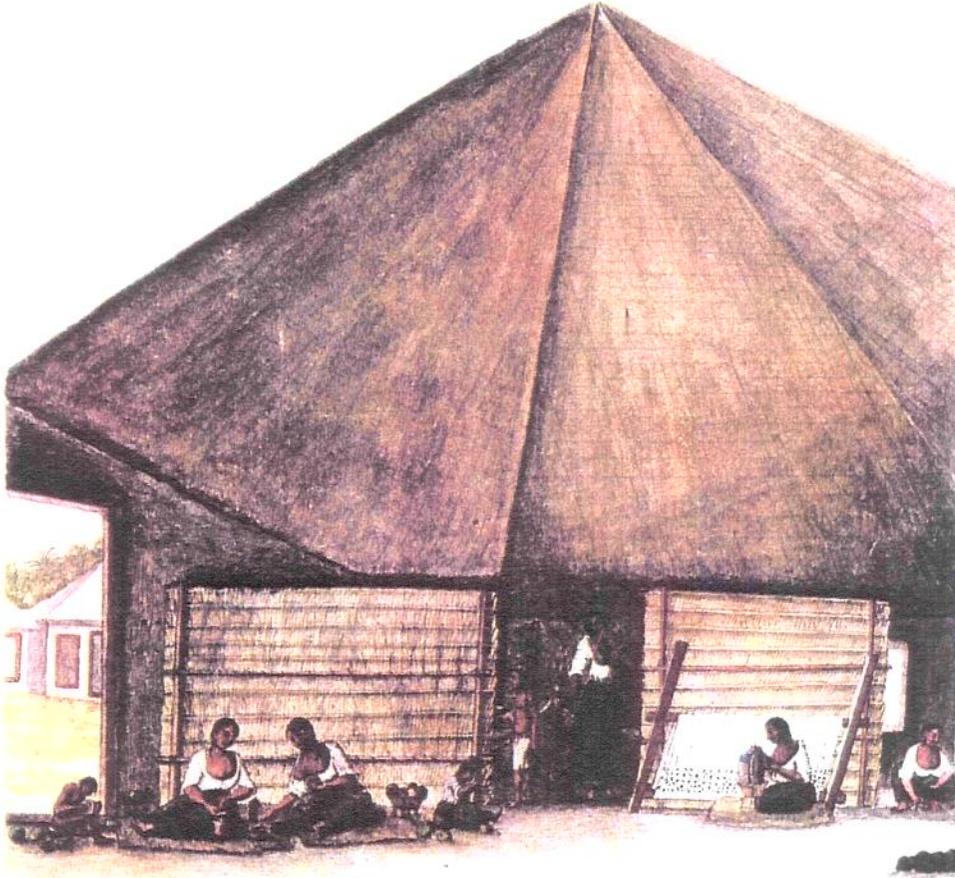
PINTURA FACIAL DOS INDIOS JURUPIXUNA



UNIFORMES MILITARES

Essas outras quatro ilustrações apresentam representações de atividades manufatureiras dos índios, mais provavelmente dos tapuio. A primeira delas (figura 9), corresponde ao original da representação da fabricação de cuias pelas índias de Monte Alegre no Pará. Como se pode observar é uma aquarela de Freire feita no ano de 1785. A descrição que acompanha a imagem foi feita provavelmente por Alexandre Rodrigues Ferreira, já que se assemelha muito à sua letra que foi observada em diversos manuscritos. Esta aquarela é original e deve ter sido feita muito provavelmente no próprio local que representa. O que se pode notar nesta imagem é o caráter pouco apurado de seu acabamento, servindo muito mais como registro. Por outro lado, a imagem subsequente (figura 10), o que se vê e o mesmo tema “copiado” pelo desenhista Manoel Tavares. Aqui é possível observar a diferença enorme de qualidade de acabamento entre as duas. Efetivamente, neste caso, não houve cópia - o que houve foi uma recriação. No entanto, pode-se observar que todas as situações que indicam as formas de produção dos utensílios são descritas como no original. A característica de alteração marcante entre as duas estampas, por outro lado, não vai ser tão destacada nos outros casos em que se tem cópias e originais, principalmente naqueles que representam as etnias. Essas duas imagens encontram-se a primeira na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a segunda no Museu Nacional.

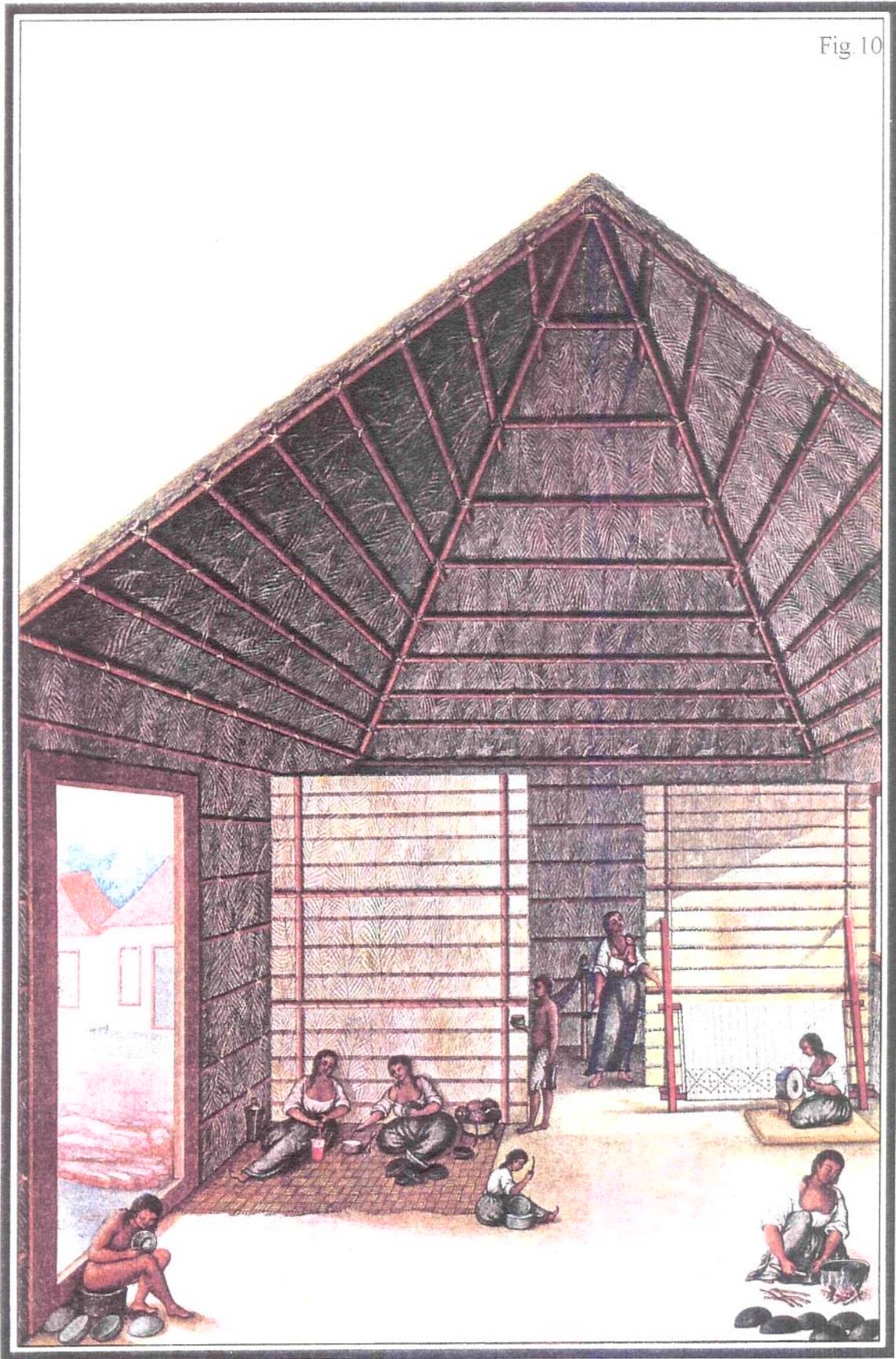
Temos, por outro lado, uma aquarela (figura 11) de autoria de Codina que representa a fabricação de canoas, na seqüência temos a sua cópia (figura 12). Como se pode observar pouquíssima coisa foi alterada. O copista parece ter tentado ser fiel a estampa original.



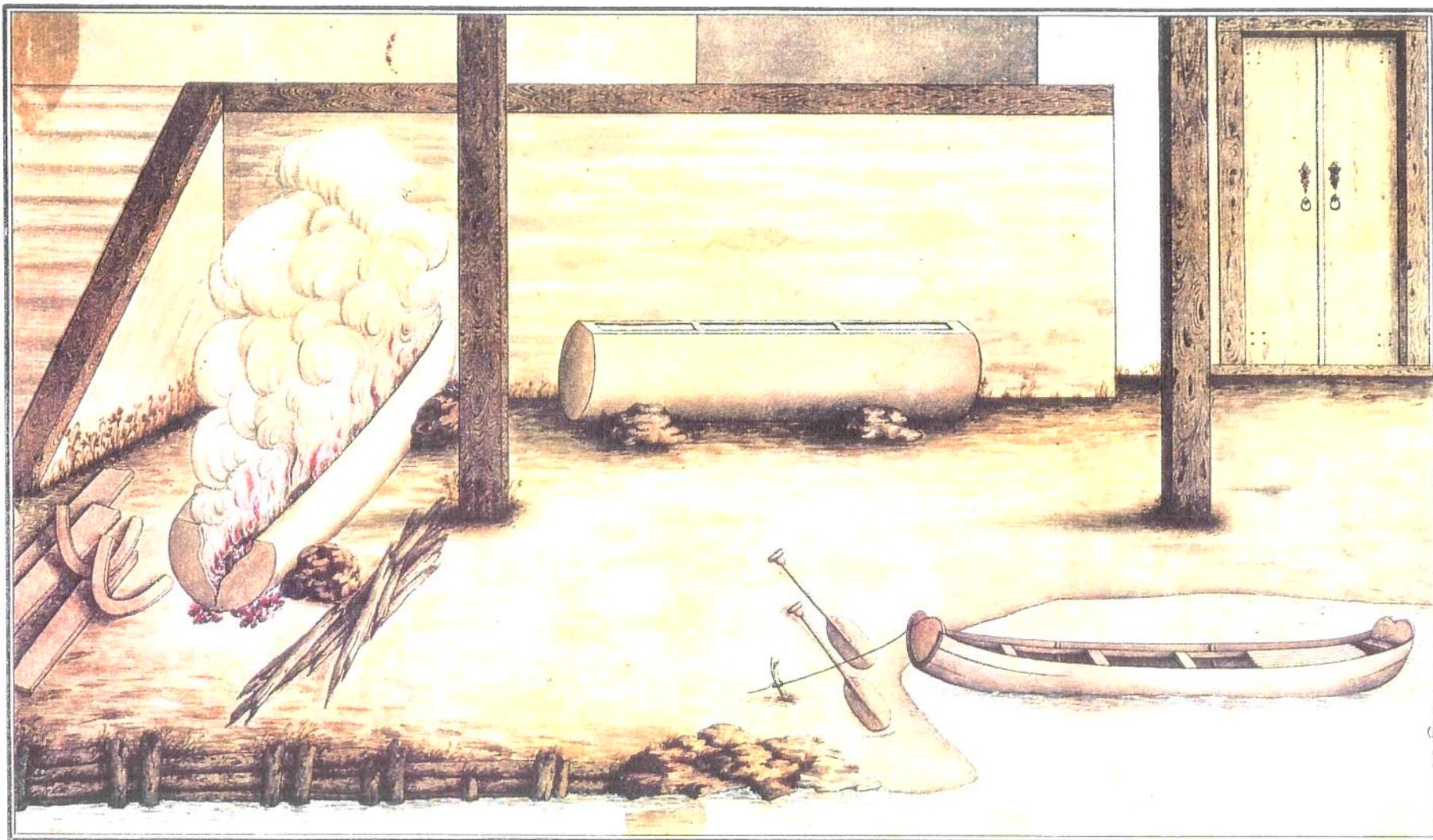
Prospecto das Casas das Indias de Monte Negro, onde fazem as Cuyás.

Anno de 1785.

Fig. 10



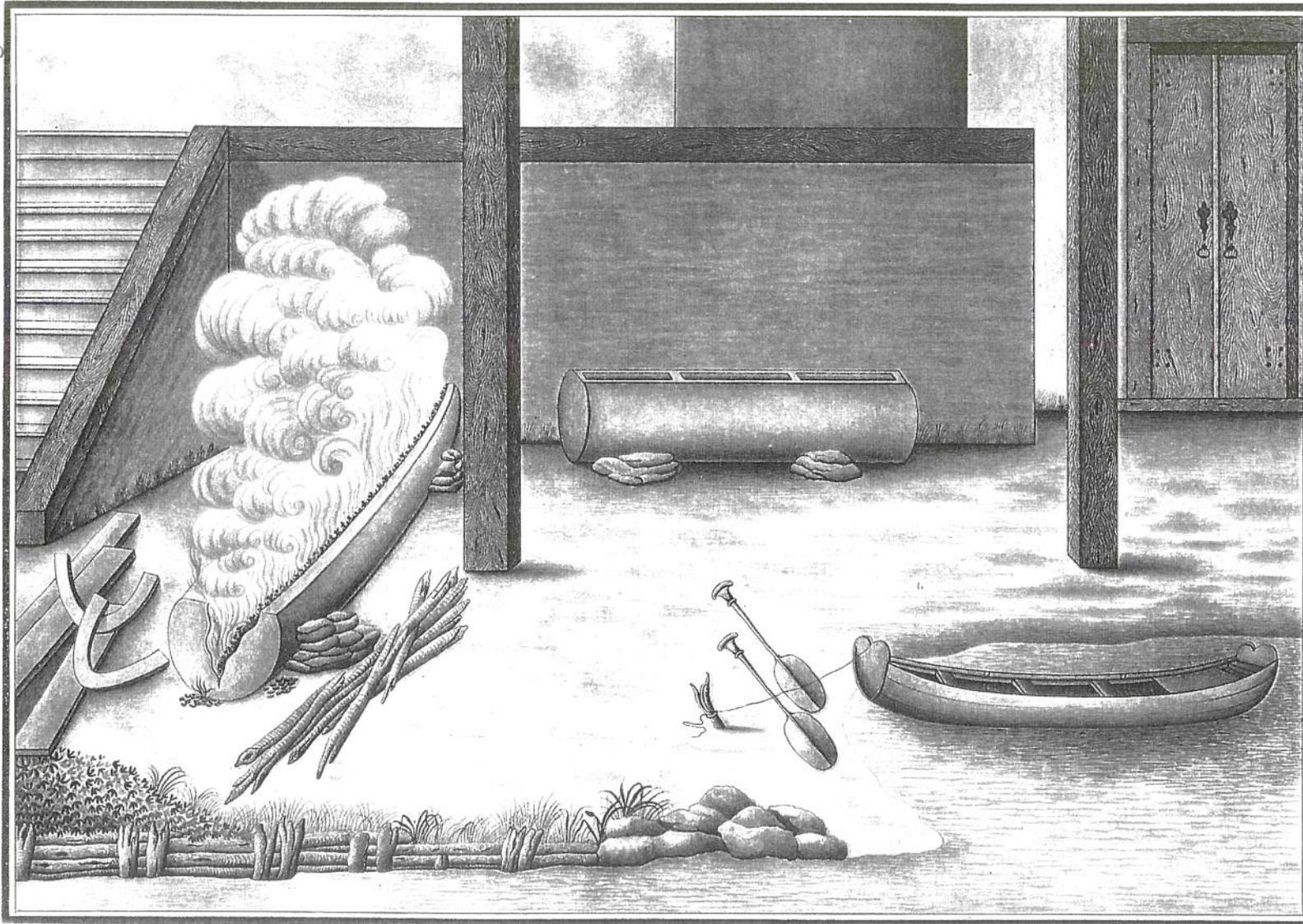
CASA DAS INDIAS DE MONTE ALEGRE



Construcción de canoas ao modo dos Indios.

J. J. Costa em 21792

Fig. 12



CONSTRUÇÃO DE CANOA A MODA DOS ÍNDIOS

O outro conjunto a seguir, compõe-se de três ilustrações. Este conjunto corresponde às ilustrações que acreditamos terem sido feitas pelo gravurista Aguillar. As três representam o desenrolar de cenas. Apresentam movimento, apresentam uma história sendo contada. São as únicas, a exceção das que apresentam pares, que apresentam mais de um índio numa mesma estampa. Essas imagens são muito importantes para essa análise pois, como já foi mencionado, além de terem sido feitas para publicação, foram feitas pelo gravador que não participou da expedição. Não existem originais conhecidos seja de Freire, seja de Codina representando esse tipo de cena. Ademais, os estilos são bem distintos naqueles dos dois riscadores da expedição, como veremos nas demais estampas. As três cenas referem-se ao momento em que a expedição estava no rio Madeira, como é o caso da figura (13), que representa a viração de tartarugas feita pelos índios Mura nas ilhas do rio Madeira e que provavelmente representa o encontro que Alexandre Rodrigues teve com esses índios, naquela ocasião. Observando com atenção é possível ver uma canoa remada por índios em que, sentado próximo à parte toldada, vê-se uma figura de casaca e chapéu que se assemelha muito a figura que representa o naturalista no frontispício alegórico, além do que está sendo representado com um livro nas mãos. Observando-se também com cuidado (o que fica mais claro no original da Biblioteca Nacional) as peças inseridas dos dois lábios do primeiro homem com arco e flecha, isto indica que ele representa um índio Mura.

A segunda ilustração (figura 14) que demonstra a fabricação de manteiga de tartarugas que era normalmente feita também nas ilhas do rio Madeira, apresenta um estilo semelhante à anterior. Os índios representados são muito semelhantes. Há uma certa desfiguração das cabeças; alguns estão de tanga, outros estão de calção, diferente da primeira ilustração, o que poderia indicar serem índios domésticos. No entanto, a desfiguração dos corpos persiste e apresenta-se bem distinta dos outros tipos de representação, como veremos. A última imagem dessa série (figura 15) representa os índios Guaicuru atravessando o rio. Essa cena aqui representada é apresentada por Ferreira na Memória sobre essa etnia. É importante destacar que esses índios do rio

Paraguai foram contados por Ferreira num momento grave de sua excursão, em que ele e seus auxiliares se encontravam doentes. A possibilidade dele ter podido mandar desenhar esses índios naquele momento era mínima, além das razões de estilo, o fato de representar narrativas, não se terem originais desses desenhos e, além de tudo, a técnica de desenho indica ser uma gravura. Todos esses argumentos, como já sugerimos em relação às outras ilustrações, servem para indicar a autoria do gravador. Por outro lado, essa imagem é bastante sugestiva. Observando as figuras representadas, em alguns momentos é como se estivéssemos vendo animais. Rostos são desfigurados, como do homem, ao centro, que arrasta um cavalo pela água. Corpos semelhantes a macacos, como do homem à esquerda que ajuda uma mulher a descer do cavalo. Decididamente, aqui temos representados “selvagens”, pelo menos segundo a imaginação do gravador. Que o leitor persiga outros detalhes.

Ainda em relação a essa última figura da série (figura 15), Ferreira em seu texto, como dito descreve cena parecida, aqui está de sua pena:

“Com a referida pelota é o mesmo couro ajeitado ao feitio de um barco em que se pode transportar o seu trem, embarcado ele, assenta cada qual sobre a sua carga e seu filho e puxando por ela ou a nado ou a cavalo, a conduz para onde quer. Para a mulher poder montar é ajudada por seu marido, que pegando-lhe com a mão direita no artelho do pé esquerdo, em seu pulso lhe oferece o estribo, em que , ela se firma para se pôr a cavalo, sobre algum lombilho(...)”¹⁶¹.

Percebe-se , por esse trecho, que a cena é praticamente a mesma. O gravurista deu a interpretação que podia.

¹⁶¹ Ferreira, *Viagem Filosófica - Memória Antropologia*, Rio de Janeiro, 1972, p. 81.

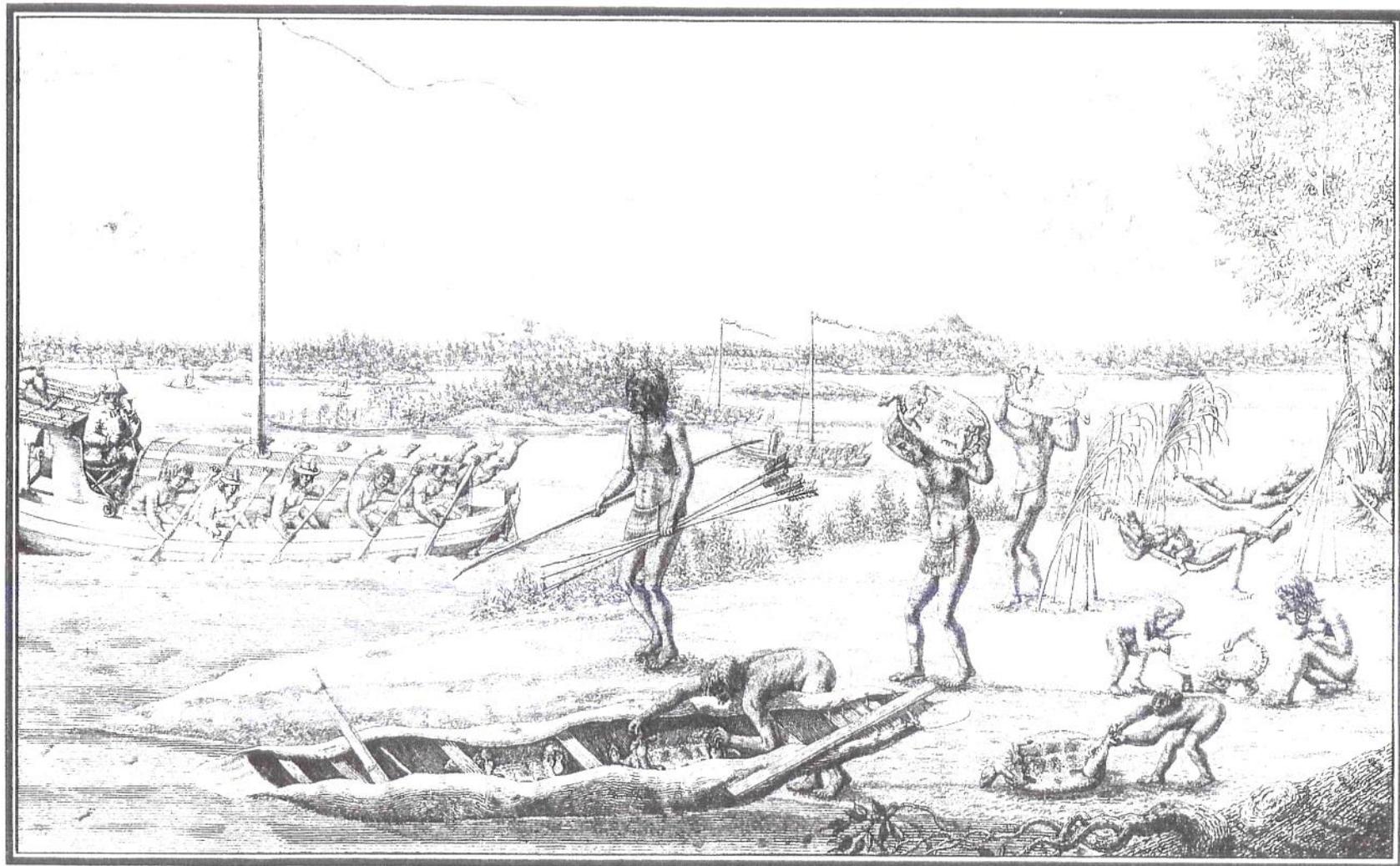


Fig. 13

VERAÇÃO DAS TARTARUGAS NA AMAZONIA

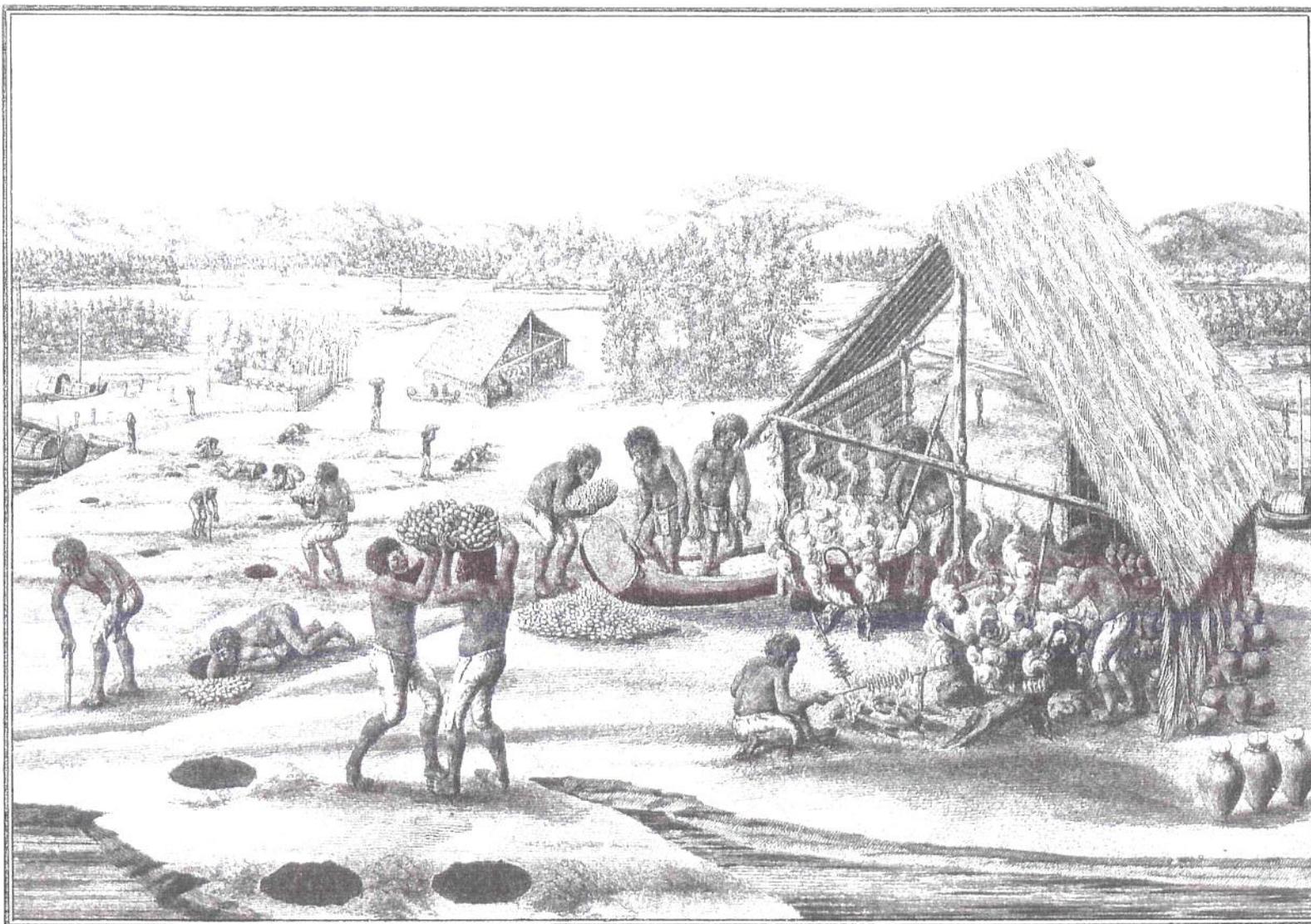
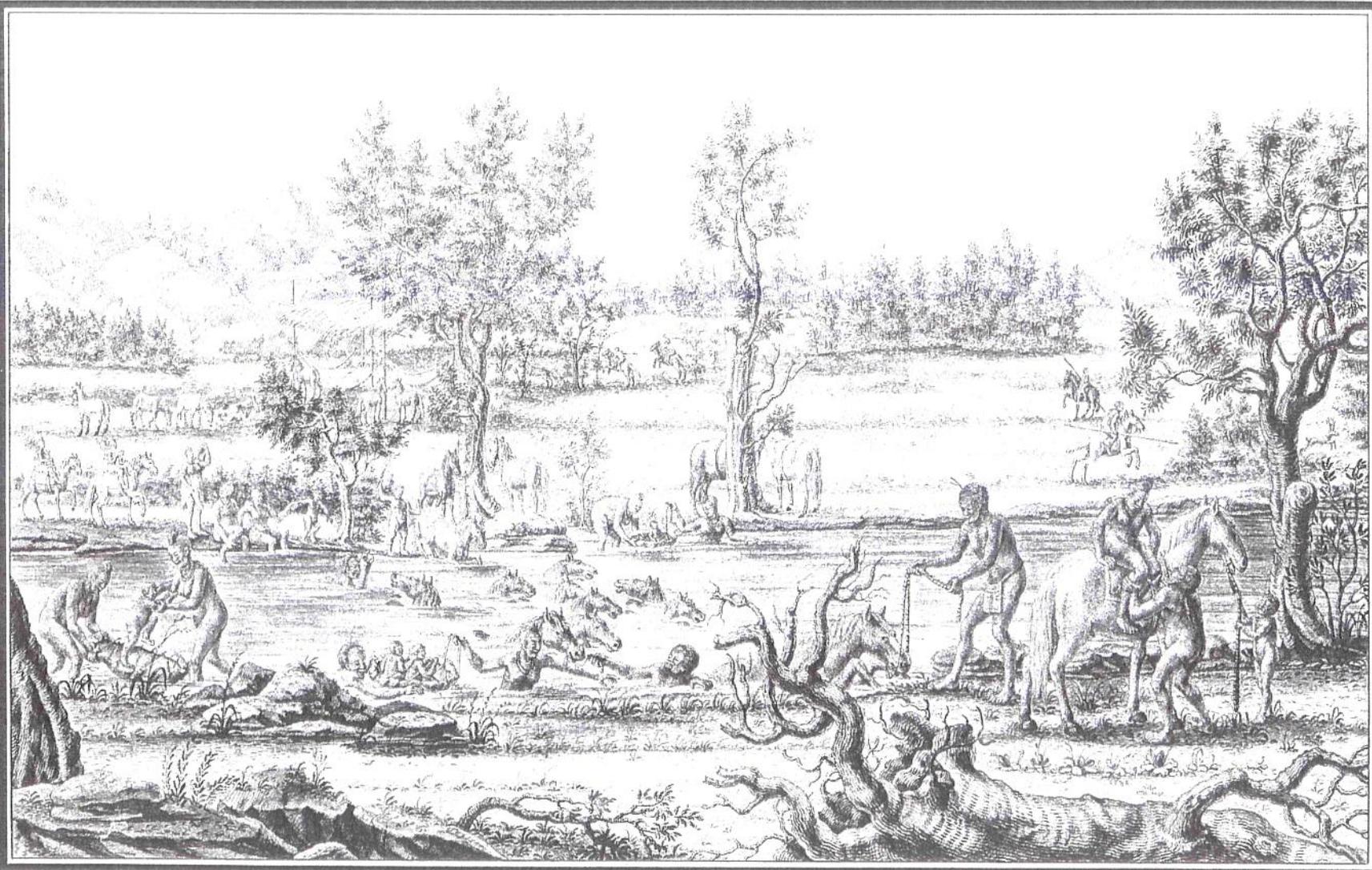


Fig. 14

FABRICO DA MANTEIGA DOS OVOS DA TARTARUGA



INDIOS GUAICURU ATRAVESSANDO UM RIO

Estas duas outras ilustrações a seguir, talvez as mais belas de todas, produzidas por Manoel Tavares, representam cada uma um grupo de dois índios e, tudo indica que estejam representando índios “domésticos”. Isto se nota principalmente pelos objetos que estes índios estão portando, cruces, espingardas, facões, roupas etc. A primeira imagem (figura 16) representa índios do rio Branco. Sabemos que Ferreira ao explorar o Rio Branco tinha por principal objetivo averiguar a situação das relações com os índios daquela região devido as suas relações com “estrangeiros”, já que estavam numa área de fronteira . Averiguar vilas, povoações e fortificações ao longo desse rio foi seu trabalho. Nota-se na imagem o esmero com que Tavares representou o cenário que está no entorno das duas figuras. Evidentemente, uma paisagem imaginária. Outro aspecto interessante, é a candura que a imagem da índia segurando um pássaro impõe a cena, mesmo a figura do homem que empunha um facão não parece tão assustadora. Se compararmos essas duas figuras às representadas por Aguillar na série anterior, é como se aqueles seres animais tivessem sofrido um processo de metamorfose e se transformassem em seres humanos. Como dissemos, certamente, esta dupla representa índios integrados às vilas pombalinas de alguma forma. Não iremos aqui repetir as considerações que já fizemos antes sobre o significado dessa representação e das considerações sobre essa humanidade. A segunda ilustração (figura 17) representa os índios espanhóis. Esses foram índios que Ferreira teve contato quando estava em Barcelos e os fez representar. Sobre ele redigiu uma memória. Sua maior preocupação era quanto a informações que traziam sobre os espanhóis naquele momento de vários atritos entre as duas Coroas em consequência da delimitação de fronteiras. Sobre eles, nesta memória, tece um rosário de aspectos positivos.

“Falavam sofrivelmente a língua espanhola; indicavam uma notável educação e ensino nos dogmas da Fé e nas demonstrações exteriores de religião; pediam e recebiam o que se lhes davam com urbana humilhação,

acrescentando ao benefício o agradecimento expressado pelas palavras - Diós se lo pague; beijavam de joelhos o escapulário ao religioso carmelita, capelão da Expedição; ajoelhavam para rezarem quando ouviam as badaladas do meio dia e trindades; não desconheciam o uso do açúcar, da manteiga, do chocolate e das carnes(...) conveio , passando a recomendar ao Comandante o zelo que devia ter em aproveitar a indústria dos ditos, facilitando-lhes o uso e o trabalho dos teares para no seu método de tecer ficarem igualmente instruídos os nossos”.

Esses aspectos positivos os colocava num patamar de civilidade que, parece, era admirado pelo naturalista. Afinal, tais índios, assim como os anteriores, estariam mais próximos de uma igualdade possível, de uma “humanidade reconhecível” .

Muito provavelmente, Tavares tenha feito essas cópias de outros originais que, infelizmente não tivemos acesso. Mas, baseado na relação entre outros originais e cópias sobre outros índios produzidas por Tavares e pelos riscadores da expedição, é possível afirmar que não houve uma deturpação significativa da representação desses índios. Nestas duas imagens é possível já perceber aquela figura do nativo genérico que me referi anteriormente, em que se pode identificar, além dos abdomens proeminentes que já se destacou, um ar de apatia que , em nenhum momento, lembra qualquer traço de “selvajaria” que poderíamos ver , principalmente nas figuras que representam as etnias diferenciadas.

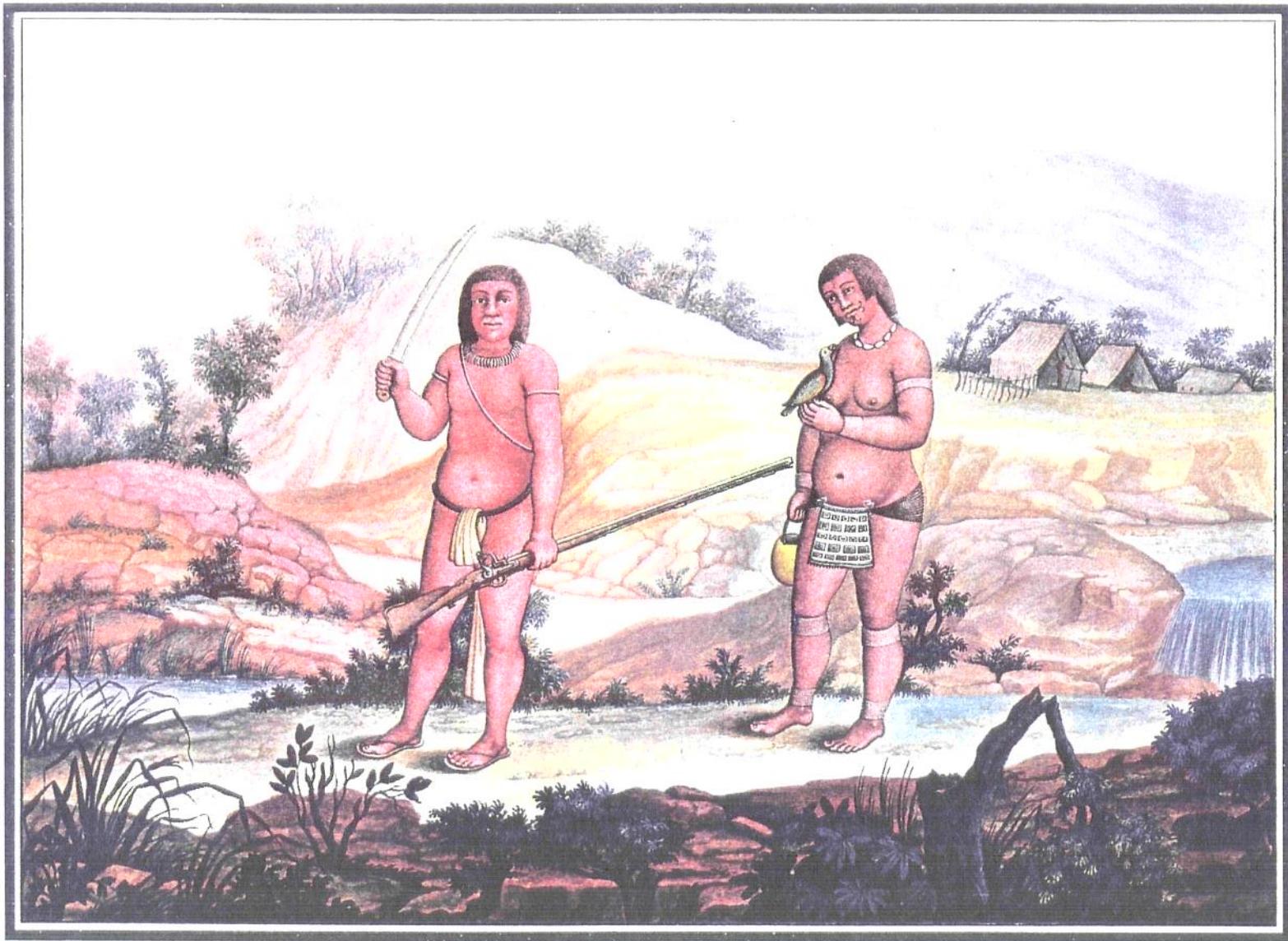


Fig. 16

CASAL DE INDIOS DO RIO BRANCO



INDIAS VESTIDAS DE TRIBO NÃO IDENTIFICADA

A série seguinte é formada por cinco ilustrações sendo que as primeiras três são aquarelas e as duas últimas são desenhos. A grande diferença entre esses dois subgrupos descritos, além, é claro, de uns serem desenhos e os outros pinturas, é que os desenhos representam bustos o que e indica uma característica da maioria deles. Nos demais desenhos que compõe essas ilustrações analisadas, esse estilo de representar será uma constante. Isto indica que esses desenhos também serviam à publicação.

As três primeiras ilustrações são indicativas de três etnias distintas. A primeira, corresponde a etnia Miranha (figura 18). O que se pode notar nesta estampa é também aquele ar apático, com um olhar perdido. A imagem, embora com duas penas fincadas no nariz, o que é descrito por Ferreira como exemplo de uma “monstruosidade por artifício” não inspira em quem a olhe qualquer ar agressivo, muito ao contrário, aqui temos quase uma figura cândida. O primor com que essas cópias foram feitas é outro aspecto marcante. Novamente o estilo característico de Tavares se destaca. Um aspecto interessante que se pode observar é o a separação dos dedos do pés que está descrito na anatomia de Ferreira. Parece que aqui, os riscadores tentaram acompanhar a batuta do naturalista.

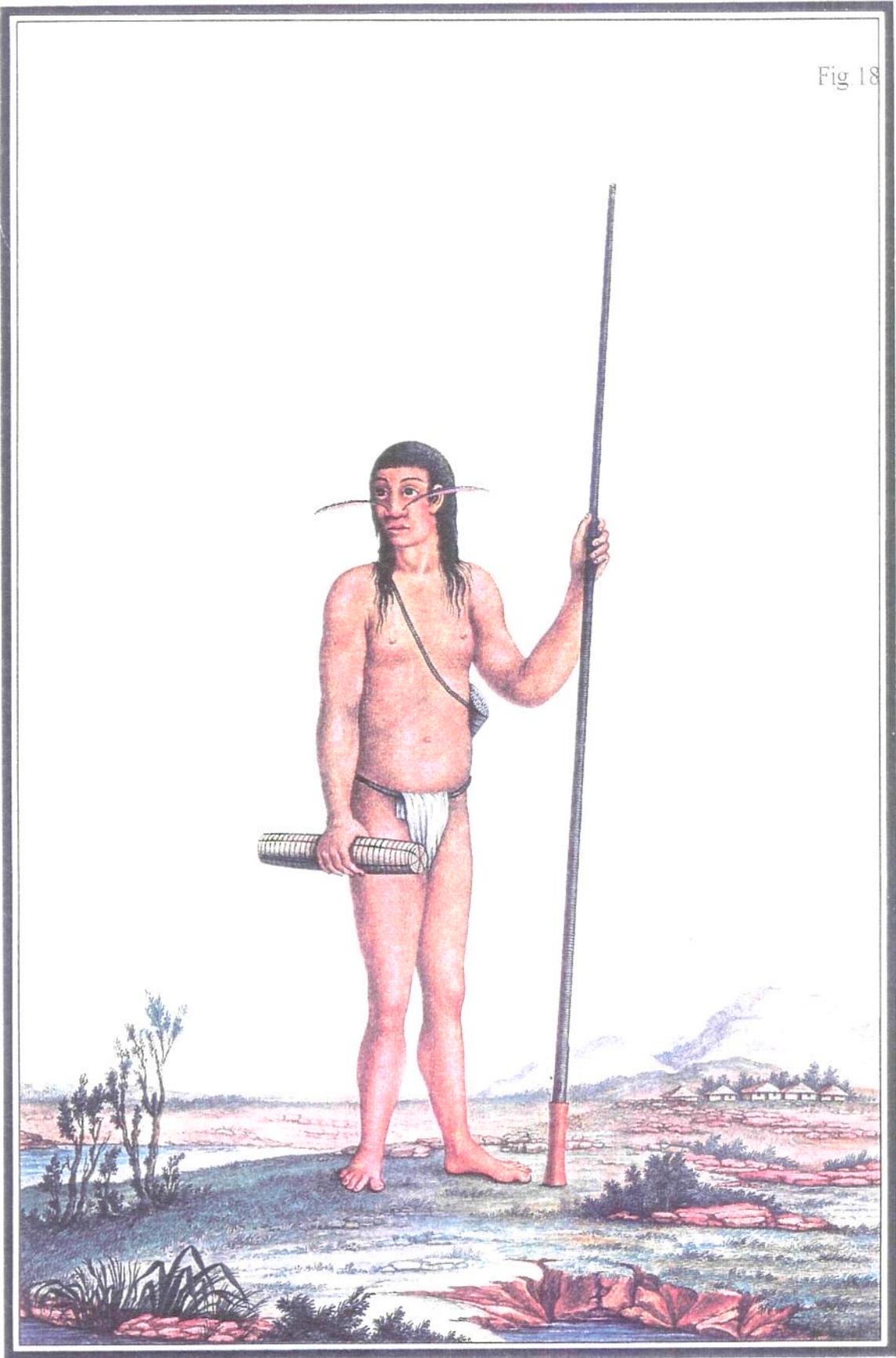
A outra ilustração representa um índio do Rio Branco, cuja etnia não está assinalada (figura 19). O cuidado com que esta figura de índio é adornada de todas as seus ornamentos é muito importante observar. Aqui, é importante para o riscador, provavelmente sobre a direção de Ferreira, registrar esses elementos da cultura material. Essa belíssima figura demonstra também as qualidades técnicas de Tavares e, pode-se notar um mesmo padrão representativo que vai se repetir nas demais representações a seguir. A terceira ilustração que representa o índio Maua (figura 20), identifica uma outra “monstruosidade por artifício” descrita por Ferreira : os espartilhos da cintura. Essa “monstruosidade” fez com que Ferreira, como já visto, fizesse reflexão sobre os hábito artificiais europeus. Mesmo nessas representações que indicam “monstruosidades” não há qualquer “desumanidade” a mais do que o próprio costume,

em si mesmo, traz. Não vemos macacos, tão pouco formas desfiguradas, apenas apetrechos e costumes mais ousados.

O Miranha também é representado pela outra ilustração (figura 21). Aqui , num desenho, temos também o mesmo ar apático além de uma certa docilidade no olhar. Há de se perceber que a outra ilustração (figura 22), cuja etnia não foi identificada, muito embora, tudo indique ser Munduruku devido a coifa que carrega na cabeça, também acompanha o mesmo estilo, assim como veremos nos outros desenhos a seguir.

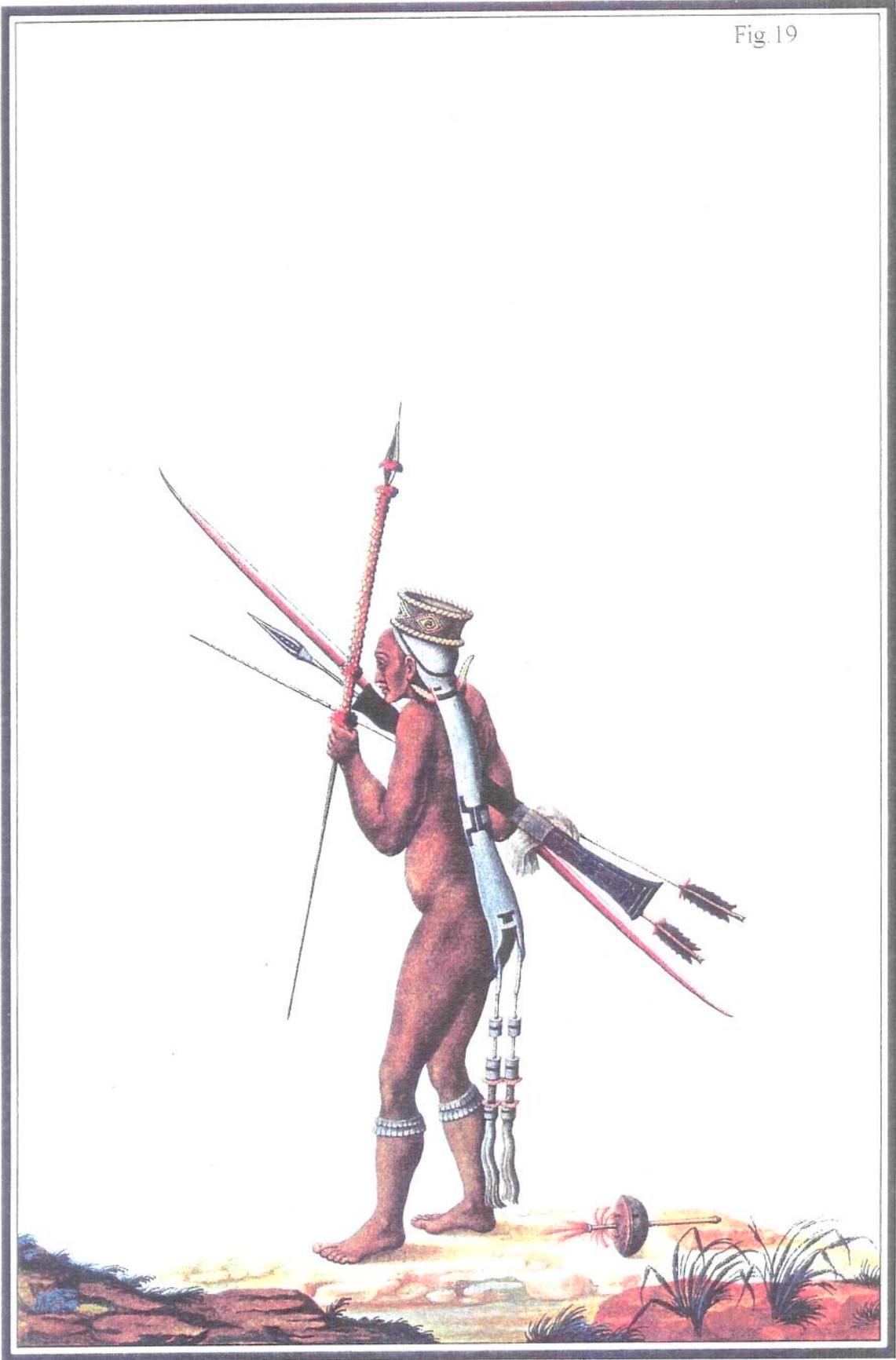
É provável que estes desenhos tenham sido produzidos por um único artista. Provavelmente um dos riscadores da Casa de Riscos. Mais provável ainda, como já destacado, é que tenha sido feito para uma edição. Neste sentido, devem ter se baseado, pelo menos alguns deles em originais. O segundo desenho (figura 22) se diferencia do primeiro na cor por que é representada a pele, mas alguns detalhes como a forma do nariz , a forma da orelha e a forma da boca se igualam. Isto nos vamos perceber também em outros desenhos.

Fig. 18

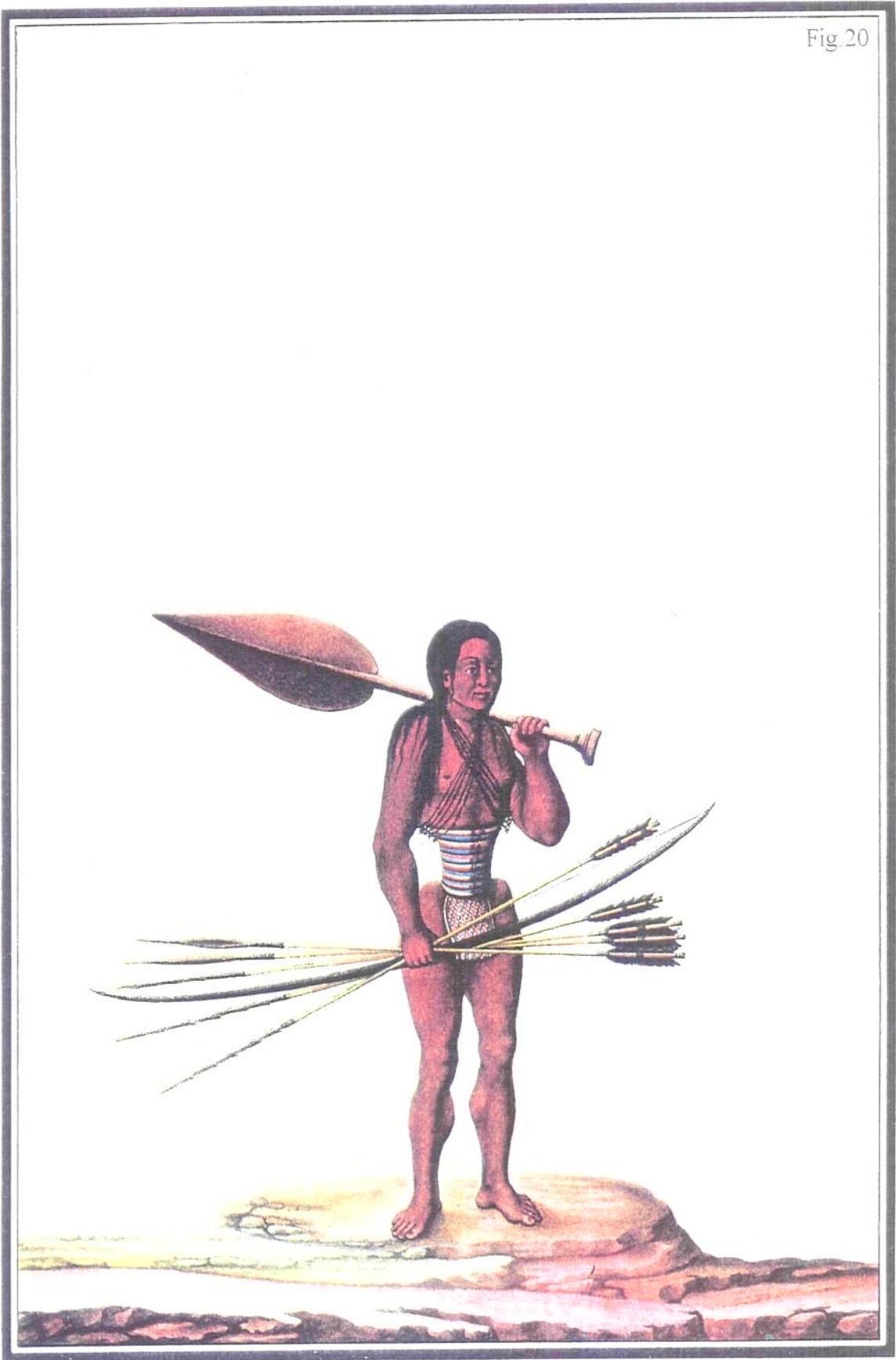


INDIO MIRANHA COM ZARABATANA E GARCAZ

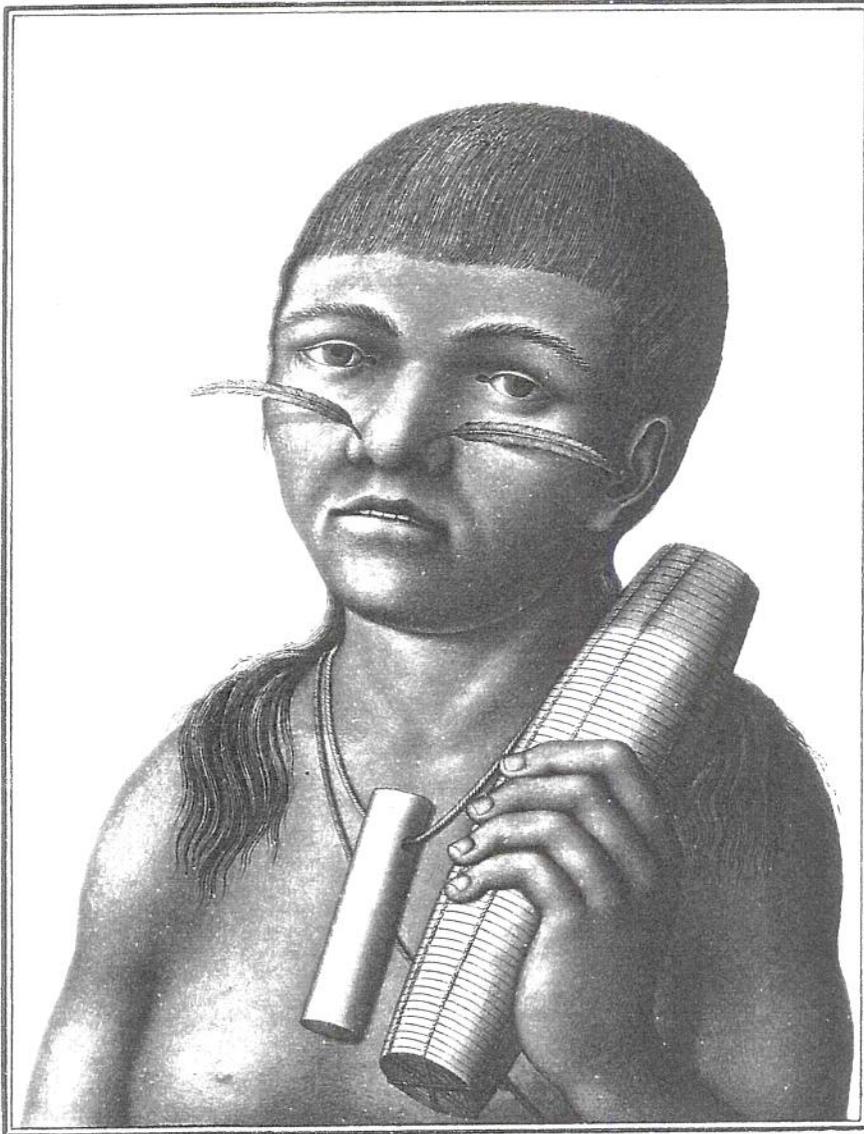
Fig. 19



INDIO DO RIO BRANCO



ÍNDIO MÃUA



INDIO MIRANHA



ÍNDIO DE TRIBO NÃO IDENTIFICADA

A seqüência de ilustrações a seguir corresponde ao restante das que vão ser aqui analisadas. Elas compõe um total de vinte e três estampas entre cópias, originais, desenhos e aquarelas. Não vamos tratar de cada uma pormenorizadamente, mas destacaremos algumas como exemplo. Na totalidade dessas estampas o que se nota é o que já havia sido afirmado antes. Não há, quando se compara os originais às cópias deturpações graves. O padrão de representação dos corpos e dos rostos é respeitada, pelo menos quando são cópias diretas. Quando são desenhos, e não as cópias de Tavares, o que se percebe é uma diferença bem mais acentuada entre as representações.

Um exemplo que gostaríamos de destacar aqui corresponde ao primeiro grupo de duas ilustrações que representam o índio Mura. São as figuras (23) e (24). Aqui temos o exemplo de uma discrepância entre a obra de Tavares e o desenho que representa também essa etnia. Embora os apetrechos sejam semelhantes, como é o caso do chapéu sem cobertura, o restante é diverso, até pelo próprio fato de não ser uma cópia direta. A pintura que representa o Mura, no entanto, é bastante sintomática do que já se assinalou anteriormente. Evidentemente, não está aí representada uma figura belicosa, “selvagem” e que “come pedras”. O que se vê é uma singela figura com um leve ar feminino, com formas arredondadas, como já mencionado em outro momento. A tentativa de acompanhar o que Ferreira assinalou sobre essa etnia tem apenas como exemplo na aquarela o hábito de apoiar o arco entre os dois dedos de um dos pés. As pedras ou ossos estão lá fincados nos dois lábios, mas essa “monstruosidade por artifício” também aqui, não acompanha imagens depreciativas que, em alguns momentos, é fácil perceber nos textos de Ferreira.

Se ainda há dúvida sobre a não deturpação das cópias, pelo menos em demasia, basta que se compare as duas próximas estampas figuras (25) e (26). Ali as formas dos corpos se repetem: tronco, braços, pés, barriga, orelhas e, naturalmente, os apetrechos que carrega. Somente o fundo sofre alteração, assim como a qualidade do acabamento. Estas duas ilustrações trazem a representação dos Uerequena, ou orelhudos. Esses também indicadores de “monstruosidade por artifício”. Assim como

acontece com os Mura, Rodrigues Ferreira em suas memórias tem em relação a essa etnia uma indisfarçável aversão. Isto também pelo fato de serem exemplos de “nações que praticam a malfadada “monstruosidade por artifício”. Essas alterações empreendidas por esses índios são vistas por Ferreira como “deformidades que desordenam o plano da natureza”.¹⁶² Outro traço que faz com que Ferreira faça uma distinção acentuada entre “selvagens” e “domésticos” é a antropofagia. Basicamente, as denúncias que faz de que certas “nações” praticam a antropofagia não pode ser entendida como um dado inquestionável. É necessário, neste caso, que o etnólogo faça a investigação necessária para esclarecer essa questão. No que diz respeito a Ferreira, ele nunca presenciou qualquer ritual semelhante, o que ele faz é apenas repetir tradições já cristalizadas. Assim como acusa os Mura de serem antropófagos, também os Uerequena sofrem da parte de Ferreira essa atribuição. No entanto, não presenciou tais rituais e, provavelmente, não teve contato direto com tribos isoladas dessa etnia. É bom destacar que, quanto ao contato que teve com os Mura, momento em que foram produzidos os desenhos, foi um contato com um punhado deles que apareceram na vila em que se encontrava solicitando à autoridade que fossem aceitos como moradores das proximidades. Isto depois de ter sido assinada a paz com esses índios.

Retornando aos Uerequena, Ferreira escreve:

“(…) Porém, todas estas barbaridades que ainda hoje alguns deles comete, durante o furor da guerra e para deste modo satisfazerem aos excessos da sua colera, são os que Warakêna pratica de sangue frio com os prisioneiros, que aplica para o seu sustento, longo tempo depois de concluída a guerra”.¹⁶³

Adiante, complementa:

“O que a respeito dos Warakênas me dizem algumas pessoas (...) é que, ainda depois de domesticados se podem, não perdem, ocasião de se cevarem na carne humana, porque, por mais diligência que pôs aquele comandante para os Warakênas domesticados da sua Comitiva, não

¹⁶² Ferreira, *Viagem Filosófica - Memória - Antropologia*, 1972, p. 71.

¹⁶³ Idem, p. 71.

aproveitassem as carnes dos índios mortos no conflito, não pôde tal conseguir. Antes, em alguns balaios dos seus ranchos, que ele inopinadamente registrou, se acharam postas de carne humana frescas e moqueadas(...).¹⁶⁴

Entretanto esses índios repetem nas ilustrações os mesmos traços encontrados nas outras etnias. Se a intenção de Ferreira foi a de ilustrar todos esses atributos negativos que, aliás, conhecia de ouvir dizer, seus riscadores representaram apenas o que podiam ver.

A seqüência seguinte de ilustrações as figuras (27), (28) e (29) ilustram o índio Cambeba. Aqui também podemos encontrar o original e sua cópia, além de um terceiro desenho que, como se imagina, comporia a obra na publicação. Entre o original e sua cópia, figuras (27) e (28), praticamente se repete o que aconteceu quando analisamos as ilustrações anteriores, as diferenças são mínimas, os padrões de representação anatômica foram respeitados. Os Cambeba, índios conhecidos desde os tempos do padre Fritz (missionário a serviço da Espanha, no início do século XVII), tinham o curioso hábito de deformarem o seu crânio. Isto, de certo modo, atiçou a curiosidade do naturalista. Acontece que naquela época em que Ferreira se encontrava em Barcelos, há muito essa prática havia sido abandonada por esses índios, muito embora ainda existissem alguns poucos que apresentavam essa deformidade. Usando de sua influência, Ferreira conseguiu que fosse mandado da vila de Ega um certo Dionísio Cruz, índio já “domesticado” e, por outro lado, um curioso na arte da carpintaria. Poder-se-ia pensar que Ferreira, que demonstrou até esse momento uma aversão as tais “monstruosidades por artifício”, simplesmente fosse abominar e crivar esses índios com uma numerosa quantidade de atributos negativos. Não foi o que aconteceu.

“Entre as Nações de índios se pode dizer que são os Cambebas os mais civilizados e razoáveis. Mesmo a sua cor é mais alva e a figura elegante. Sempre usaram vestidos em ambos os sexos, coisa raríssima nos Índios da América Meridional. Tecem cobertas, a que chamam tapuiranas

¹⁶⁴ Idem, p. 71.

(tapoeiranas no texto) de vários matizes; pano para o uso doméstico, de fio finíssimo, e outras semelhantes alfaias de algodão, com o que fazem utilíssimo comércio.”¹⁶⁵

À esta simpática descrição, Ferreira soma também a inquestionável simpatia em relação ao dito índio Dionísio da Cruz: “O dito índio é civilizado e tem servido honradamente, sem nota nem fuga, desde que na Expedição de Barcelos saiu em piloto, e aqui na construção de canoas”.¹⁶⁶

Aqui talvez se possa confirmar o que já afirmamos anteriormente. Neste momento, Ferreira em real contato com um índio representante de sua etnia e visivelmente com uma “deformidade por artifício” à mostra, não consegue enxergar o “selvagem” que por tantas vezes havia denunciado representar as outras etnias. O que vê, apesar da deformidade que, como próprio afirmou, “desordenava o plano da natureza”, era um exemplo de civilidade e que pareciam até “mais alvos” para o naturalista - decerto ecos das idéias de Buffon sobre a evolução dos brancos europeus. O mais interessante é que aqui também o contato que mantém, apesar de toda a deformidade que apresenta, é com um índio “doméstico”, “civilizado”, enfim, um quase igual.

O que dizer mais das ilustrações que representam o Dionísio. Para começar, não individualizam esse índio. Apesar da marca registrada de sua gente - cabeça deformada, ao se olhar com atenção o rosto daquele que representa o Uerequena, na ilustração anterior, e o Cambeba, há de se notar semelhanças marcantes nos olhos, nariz, boca - aliás, de resto, em quase todas as outras ilustrações é assim que acontece. Outro detalhe que aparece no original e não na cópia, diz respeito ao desenho de uma série de pequenos pedaços de madeira amarrados juntos - esse objeto tudo indica ser os talos fabricados por esses índios para comprimir o crânio e conseguir a deformação craniana. Para efeito de destaque, os originais tanto do Uerequena como do Cambeba são atribuídos à Freire. Das cópias, não é necessário dizer quem é o autor.

¹⁶⁵ Ferreira, *Viagem Filosófica - Memórias - Antropologia*, 1972, p. 51.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 53.

Temos a destacar desse conjunto ainda três outras ilustrações. A primeira delas corresponde a do índio anão Marcelino que vem erroneamente sendo descrito, na publicação do Conselho Federal como Tanarana (figura 35). Na realidade, segundo Hartmann, ele faz parte da “nação” Tauarana. Essa pintura de Freire é muito interessante (figura 34). Talvez essa tenha sido a ilustração mais copiada na Casa de Riscos. Digo isso, porque encontrei, além desse que aqui vai representado e que é uma cópia na forma de desenho, figura (35), um outro que apresenta o mesmo cocar, tanga, mas que é colorido e, surpreendentemente, apresenta uma paisagem européia no seu entorno, inclusive com um castelo medieval ao fundo. Infelizmente, não foi possível reproduzir essa imagem que se encontra no Museu Nacional do Rio de Janeiro e corresponde a uma das cópias de Tavares. Independente disso, um índio anão era uma coisa inusitada para o naturalista que inclusive disse ser raro a existência de tal anormalidade entre os “tapuio”. Para uma publicação, certamente, a representação do exótico era importante, pouco importando a retirada desse ser exótico do seu meio natural. Importante mesmo era se criar nele elementos que o fizessem ser identificado como o outro, o exótico. Daí, provavelmente a inclusão do cocar, da tanga e de outros ornamentos. O respeito quanto a identificação das peças etnográficas, certamente aqui não foi cumprido.

A segunda ilustração que destacamos é a da índia Catauixi , habitante do rio Purús. No original de Codina (figura 36) aparece sem referência , mas é dessa etnia. Já na reprodução da pintura de Tavares feita pelo Conselho Federal (figura 37) ela é identificada como sendo uma índia Miranha. Isto, como vimos, pelos atributos dessa etnia(penas enfiadas nas narinas) foi um erro. O interessante nesta representação é que corresponde a única que o naturalista usou como exemplo de uma monstruosidade por natureza, já que essa índia e sua “nação” são conhecidos por essa anormalidade das manchas na pele, representadas tanto no original como na cópia. Nas outras ilustrações vão se sucedendo originais e cópias:, figura (38) original, figura (39) cópia - seria um Jurupixuna com manto de Jaguar, que Hartmann identifica, ao contrário da cópia do Conselho, como sendo o chefe da “nação” Aycuru (ou Guaicuru) ; a próxima - original (40), cópia (41) - identificada como índia Guaicuru pelo Conselho Federal, a

que Hartmann individualiza como sendo mulher do chefe Aycuru; por último, apresenta-se as duas figuras de máscara de Codina, no original e Tavares, na cópia, essa ilustração tem seu original (44) e sua cópia (45) com a indicação de serem índios Tikuna (neste caso é provável que sejam índios Iurupixuna, como atesta memória sobre as máscaras). Antes dessa última ilustração e na sequência da anterior, tem-se a figura (42) que representa, no seu original, um “gentio” Caripuna das cachoeiras superiores do Rio Madeira, identificado na sua cópia, editada pelo Conselho, como sendo “índio com narigueira” figura (43). Este é nossa terceira ilustração escolhida para comentários.

Antes disso porém, cabe algumas palavras sobre a índia Guaicuru. Ela provavelmente representa a esposa do chefe Guaicuru que foi ter com os portugueses para estabelecer o pacto de paz. O desenrolar desse ritual de aliança, já exposto aqui, foi bem apresentado por Ferreira em suas memórias sobre esses índios. Em relação ao índio Caripuna, nas memórias de Ferreira, ele volta a destacar suas atribuições pouco positivas sobre esses índios. Com relação à sua indústria, destaca:

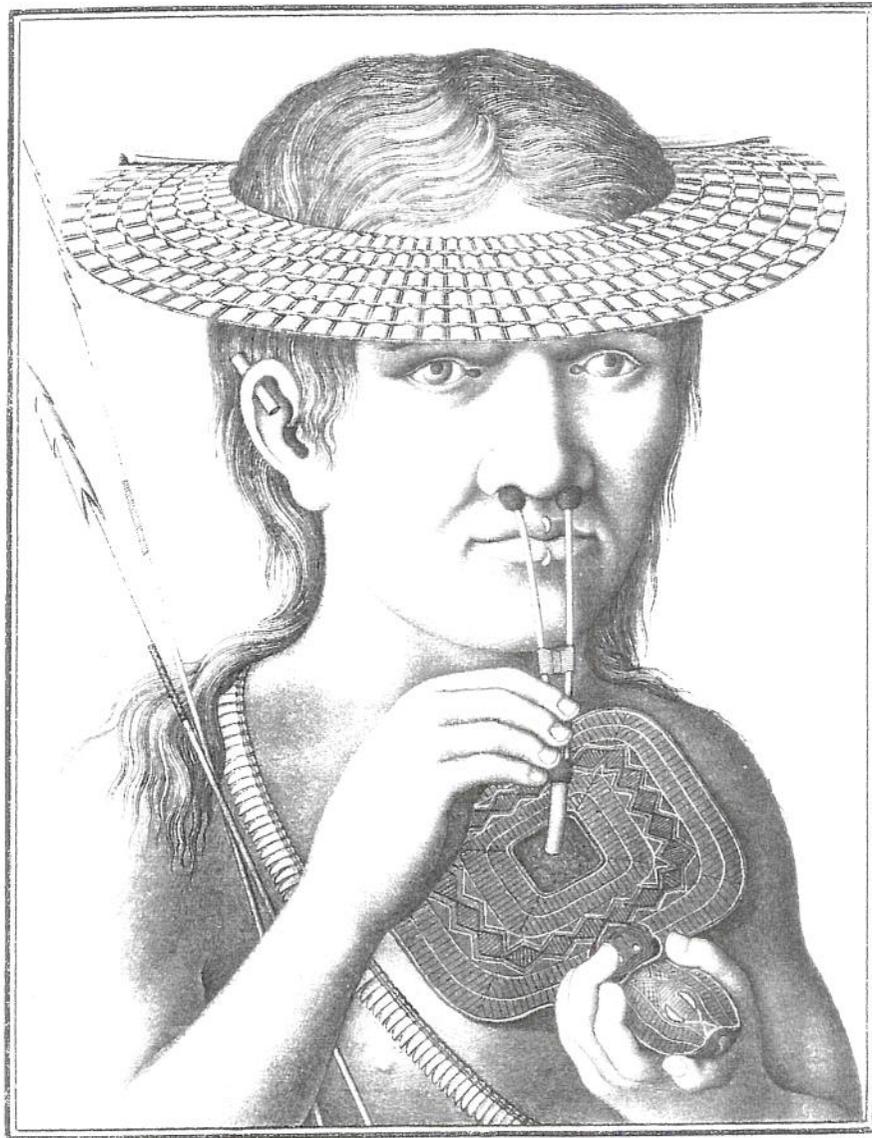
“ Não se admirará por certo a simplicidade de semelhantes utensílios, se se refletir que os esforços do Espírito e da Indústria dos Povos, que em nenhuma outra coisa se ocupam, senão na guerra e na caça e só a estes dois objetos se limitam. Quanto aos outros objetos, são tão limitados os seus desejos e tão contraídas as suas necessidades, que toda a sua Invenção certamente não acha em que se exercitar. Como todo o seu sustento e roupas são muito simples, também os seus utensílios são poucos e esses mesmos grosseiros.”¹⁶⁷

Ferreira também acrescenta que eles têm uma indolência natural que é um obstáculo para que produzam. Mas em relação a outro atributo que destaca como negativo, vai uma pitada de ironia. Diz ele que a paciência e assiduidade dessa nação é grande no trabalho de imitar, completa: “Nenhum deles faz senão o que vê e nenhum

¹⁶⁷ Ferreira, Viagem Filosófica - Memórias - Antropologia, 1972, p. 56.

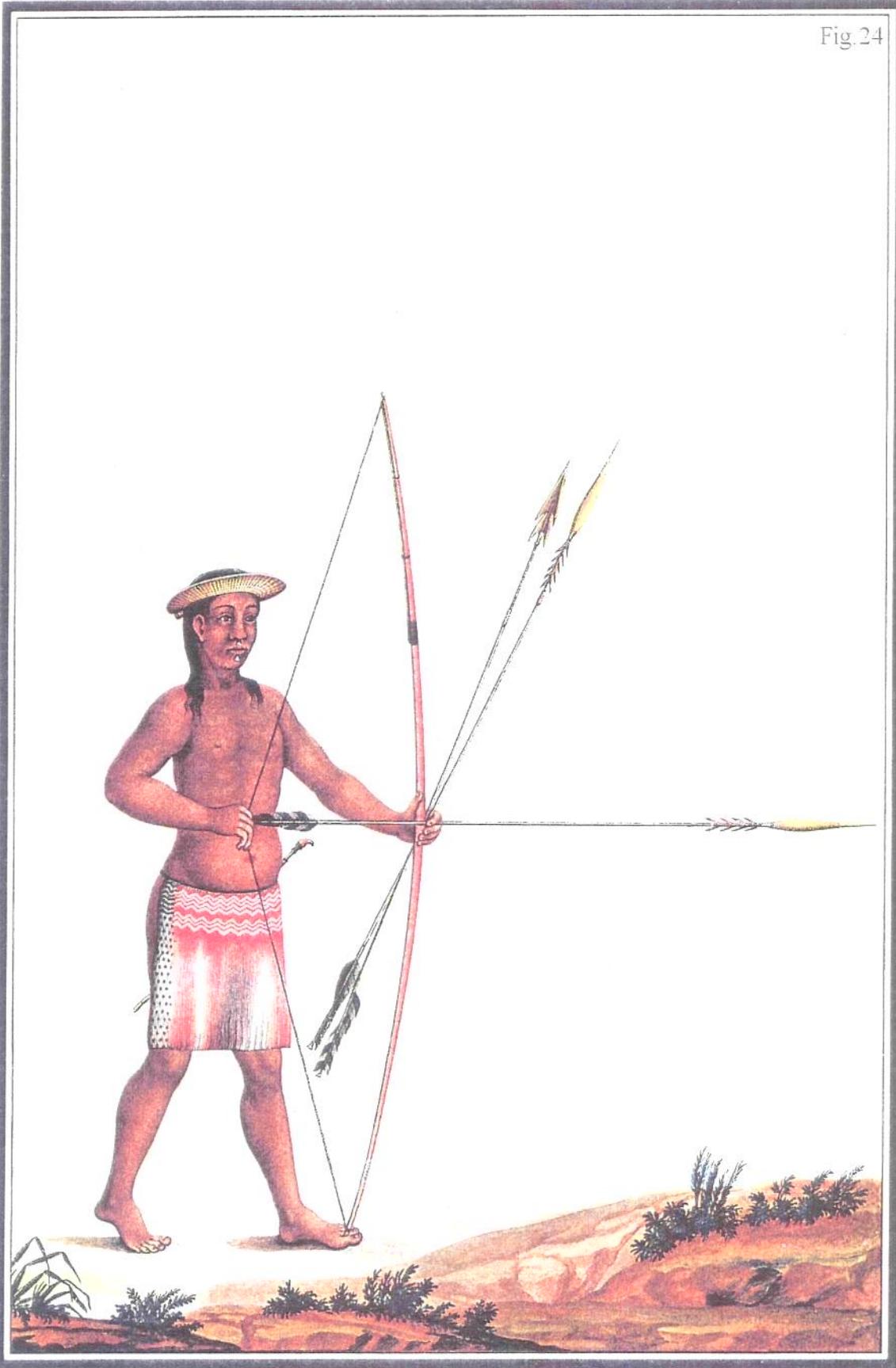
deles vê, senão o que imediatamente lhes entra pelos olhos”¹⁶⁸. Ferreira e seus riscadores certamente não poderiam ser acusados de cometer o mesmo erro atribuído aos Caripuna, afinal, fizeram o que não necessariamente viram e o que viram não lhes entrou pelos olhos.

¹⁶⁸ Idem, p. 57.



INDIO MURA INALANDO PARICA

Fig. 24



INDIO MURA

Fig.25

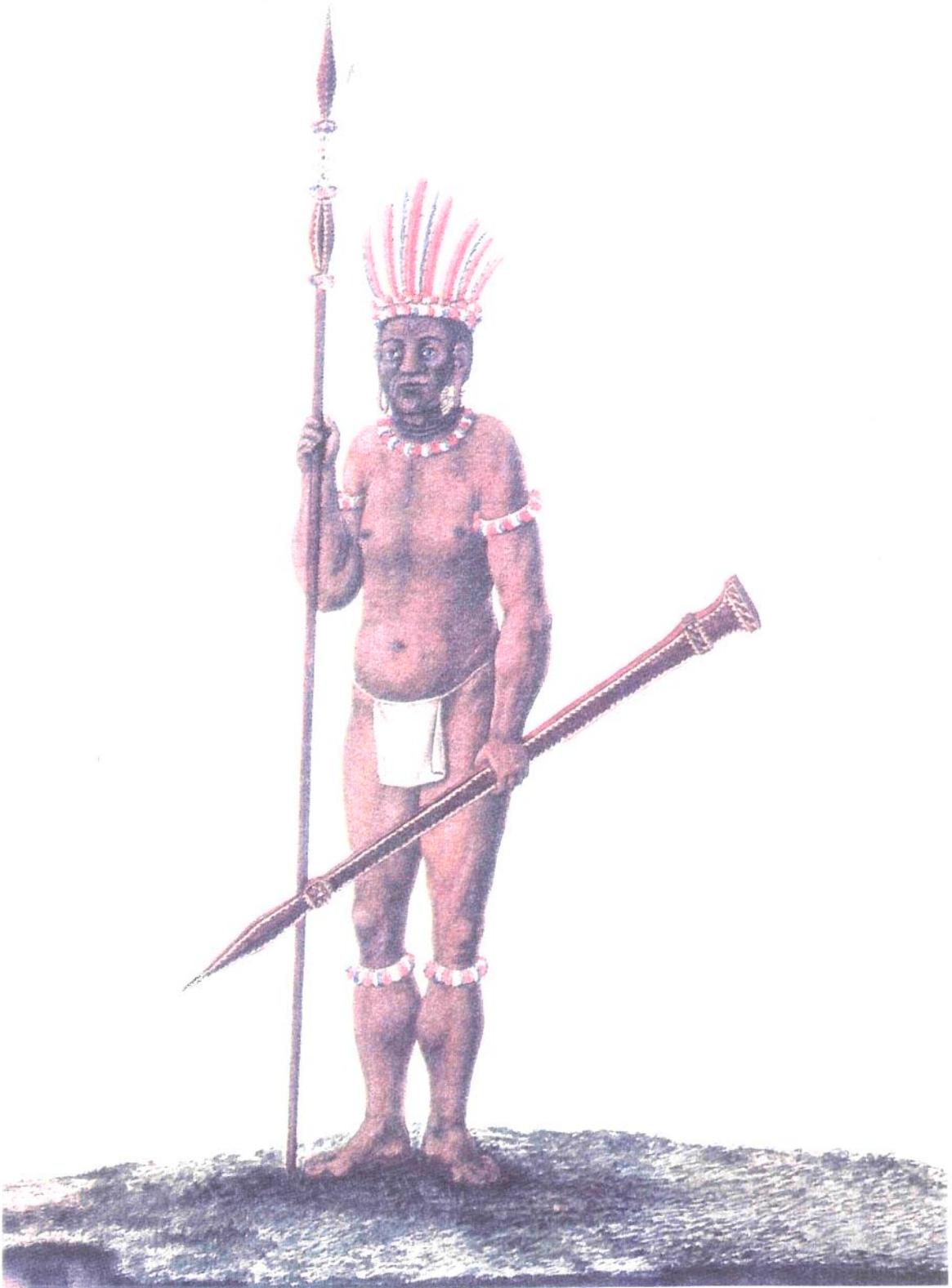
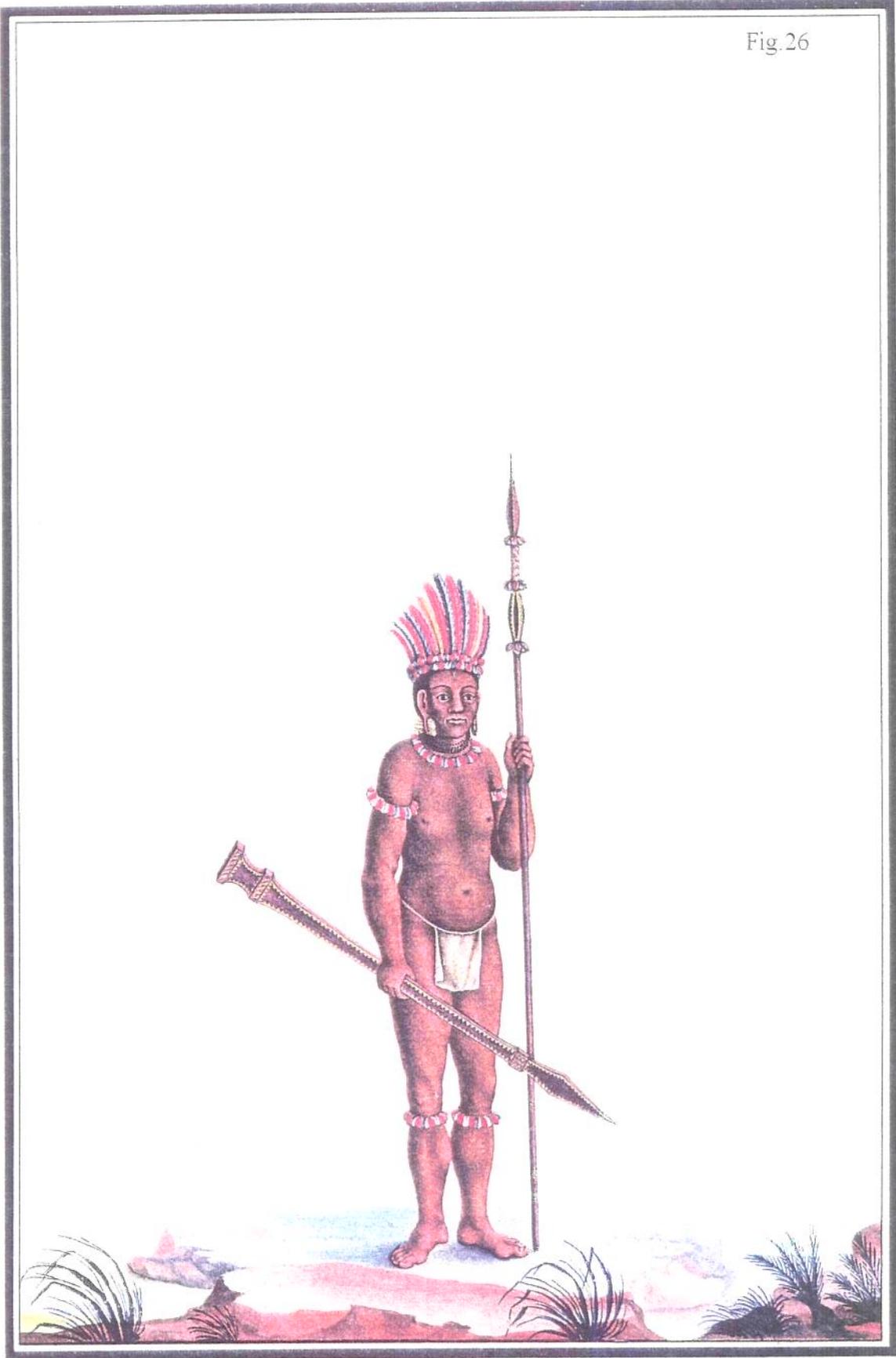


Fig.26

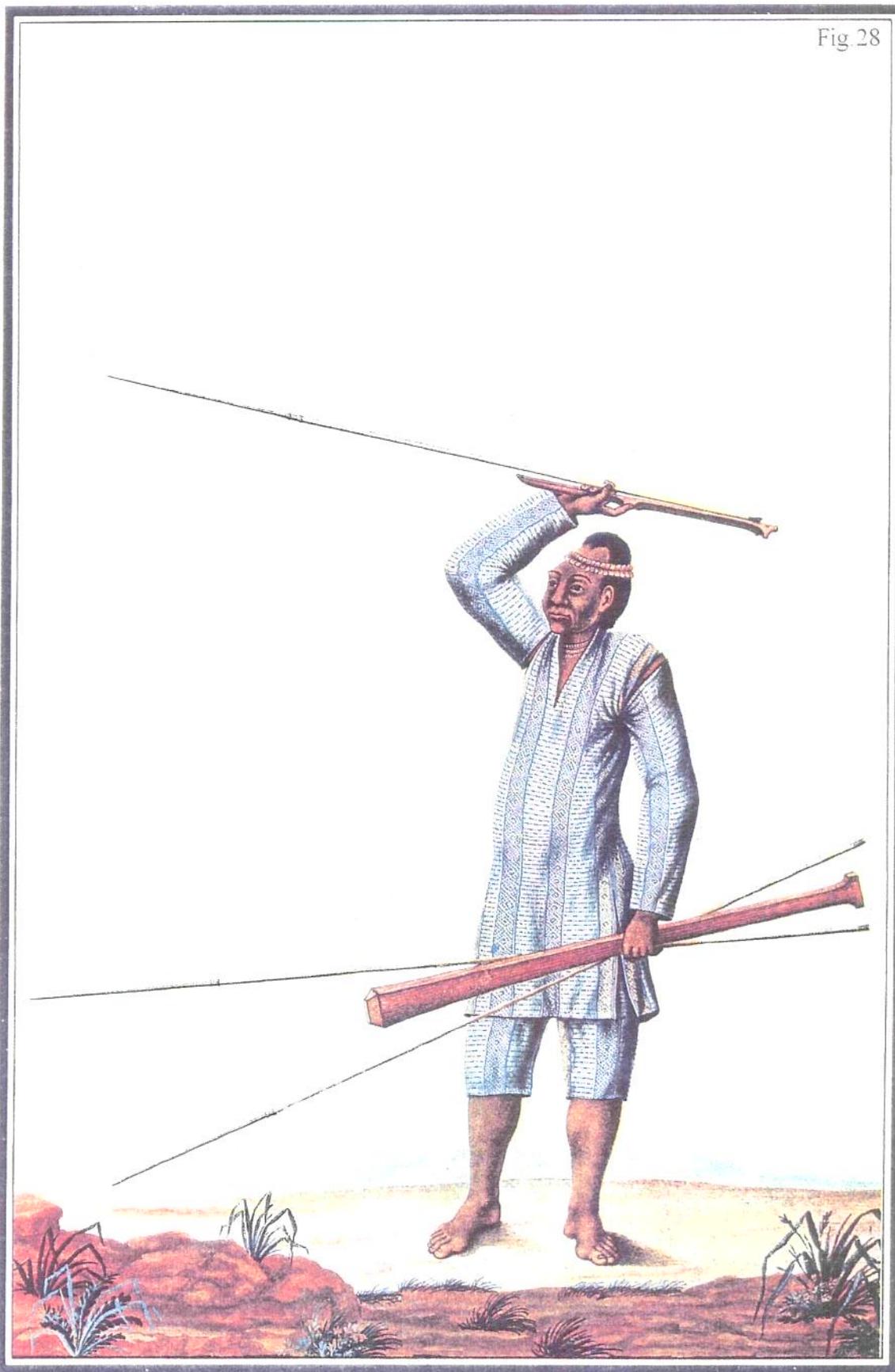


INDIO UEREQUENA

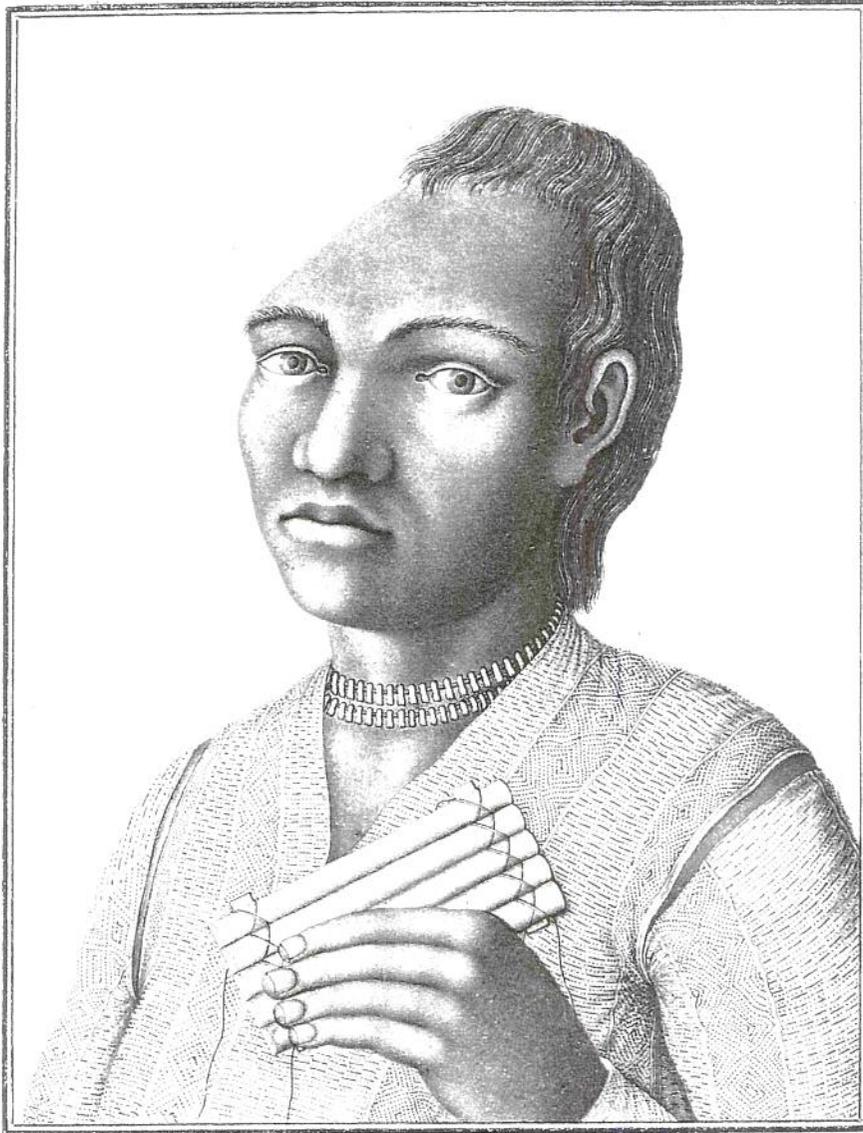
Fig. 27



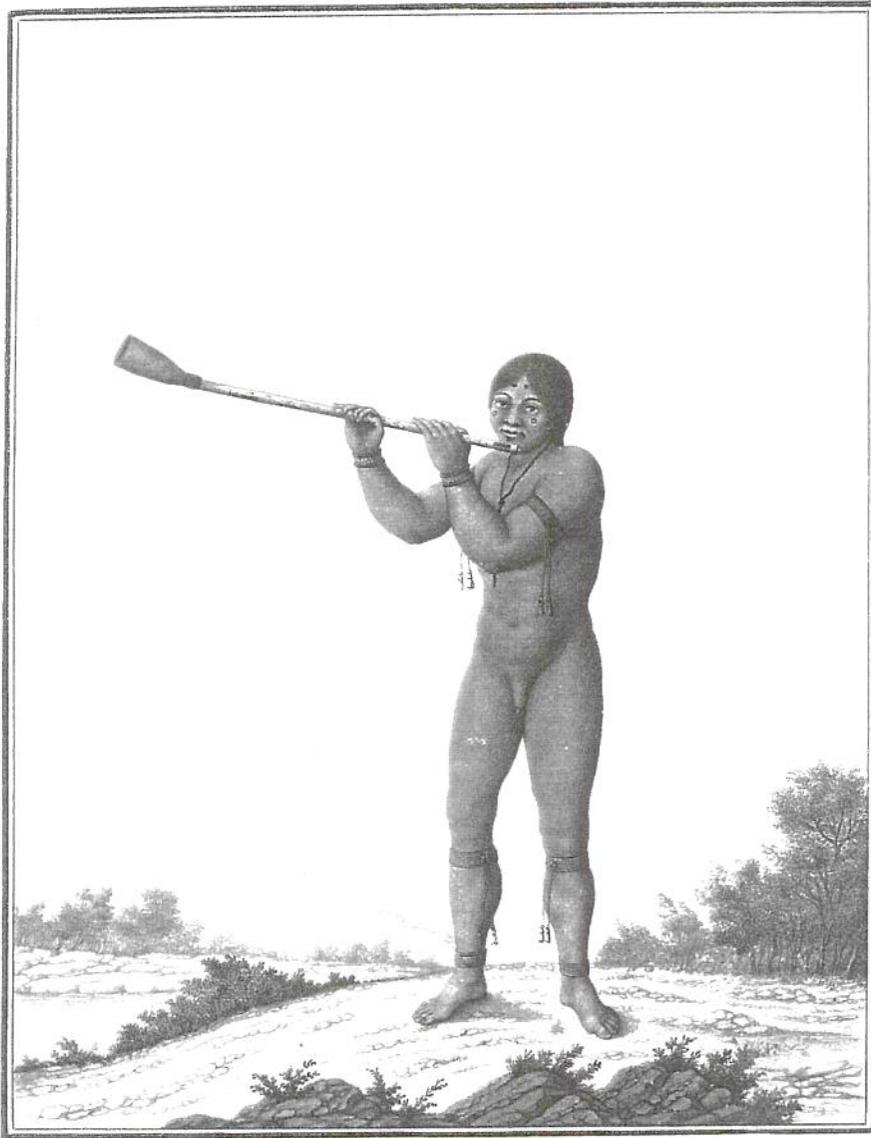
Fig. 28



INDIO CAMBEBA COM SUAS ARMAS



ÍNDIO CAMBEBA

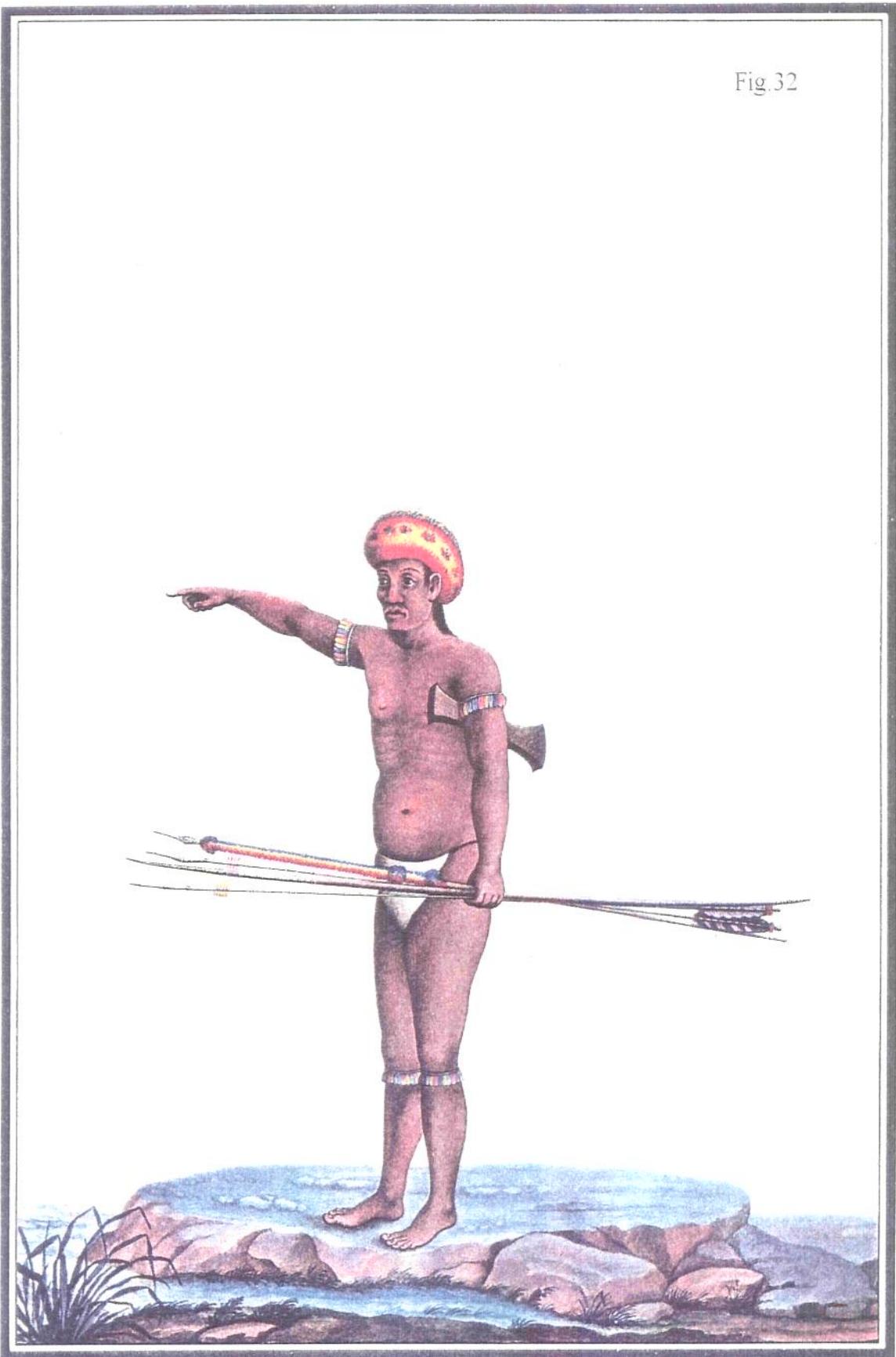


USO DE BUZINA POR INDIO DA AMAZÔNIA

Fig.31



Fig.32



INDIO UAUPES

Fig.33

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

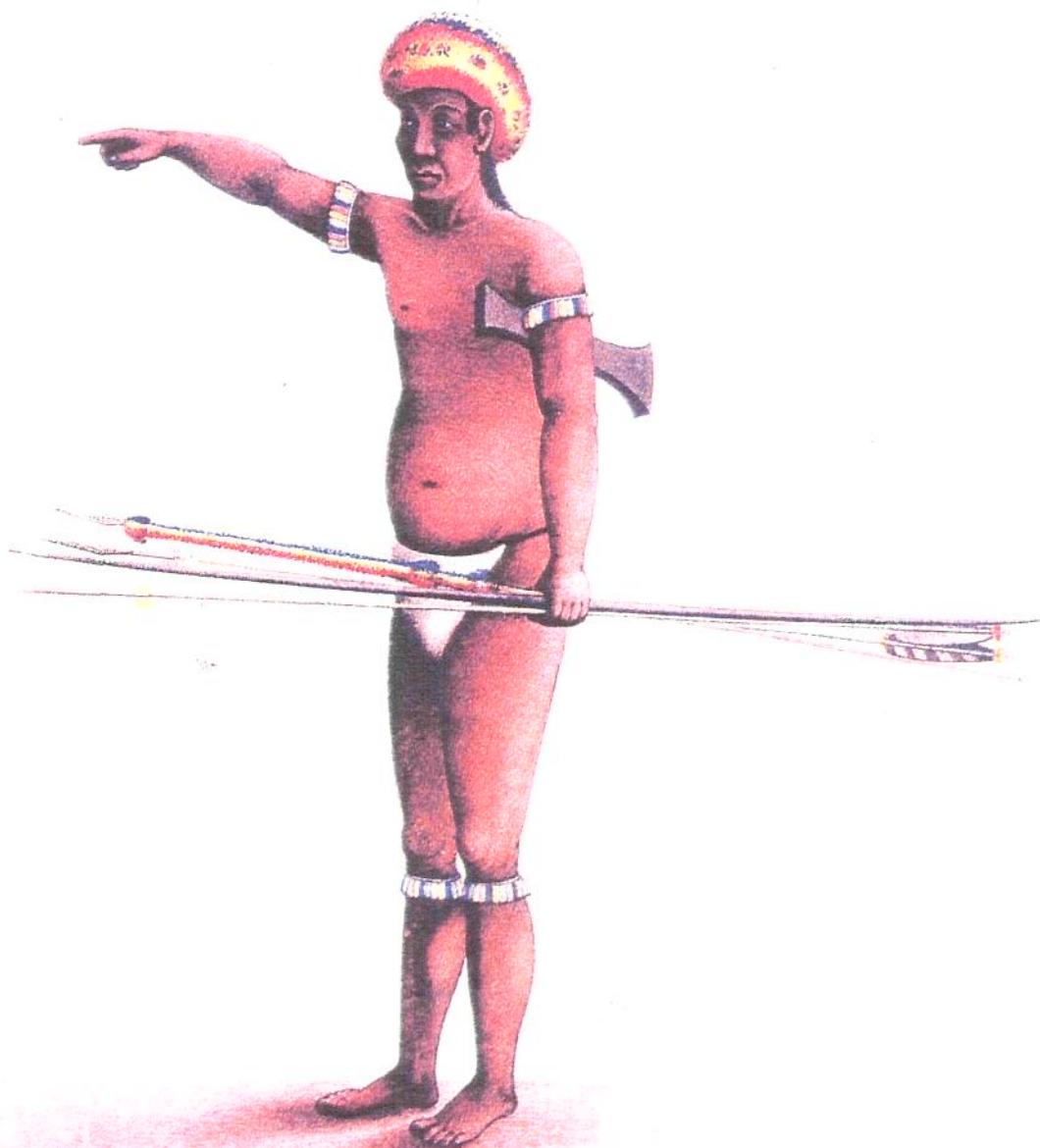


Fig. 34





INDIO ANÃO TANARANA

Fig.36

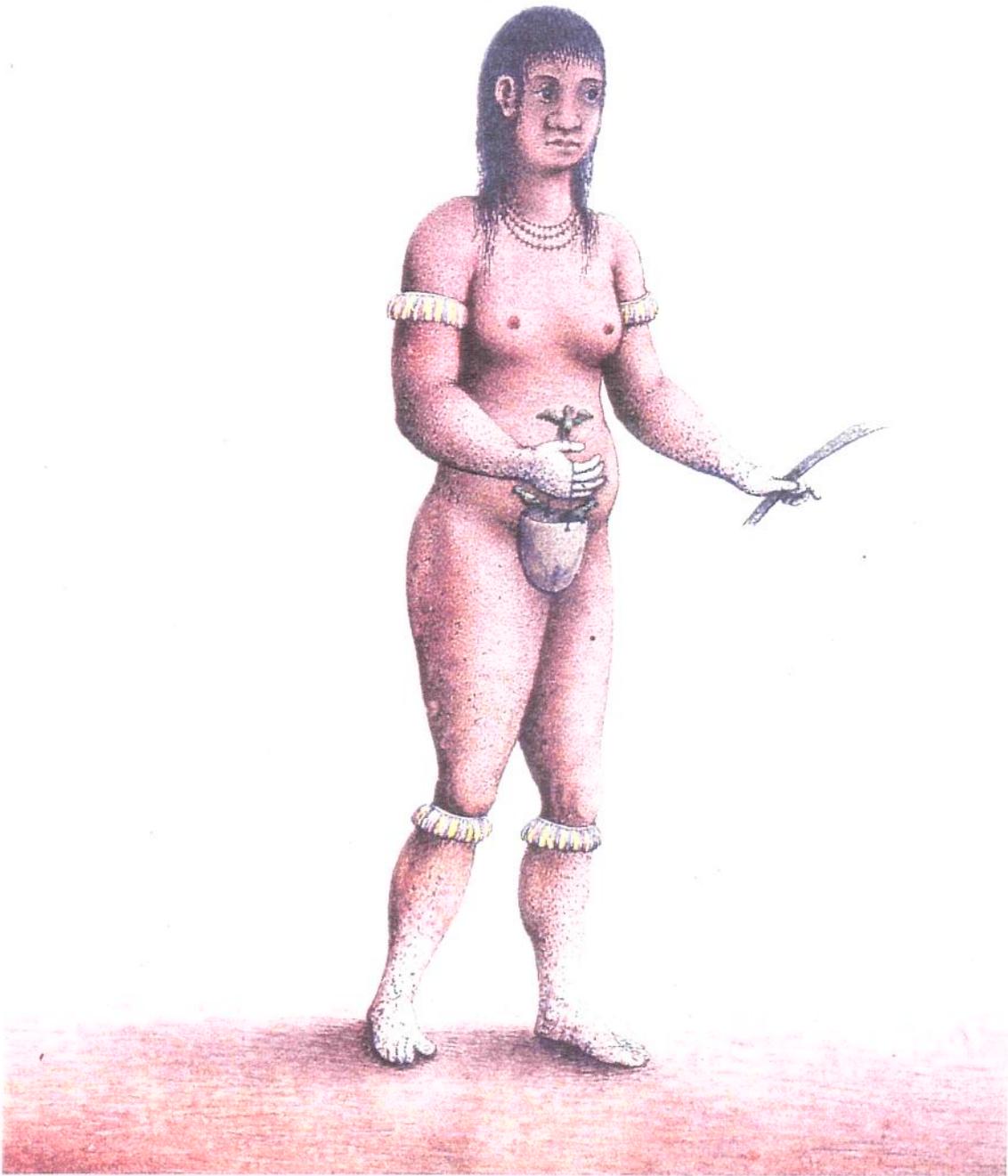
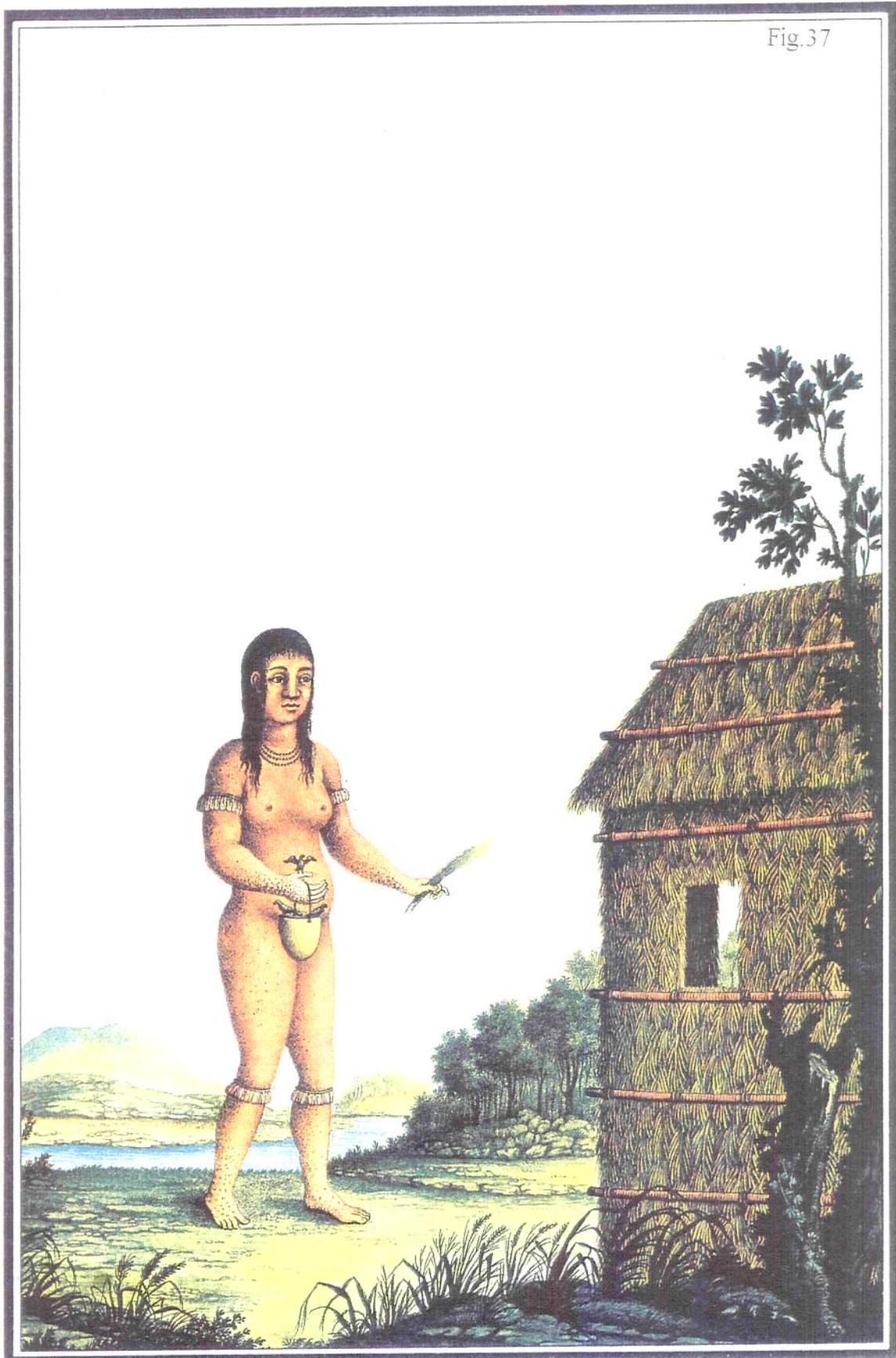


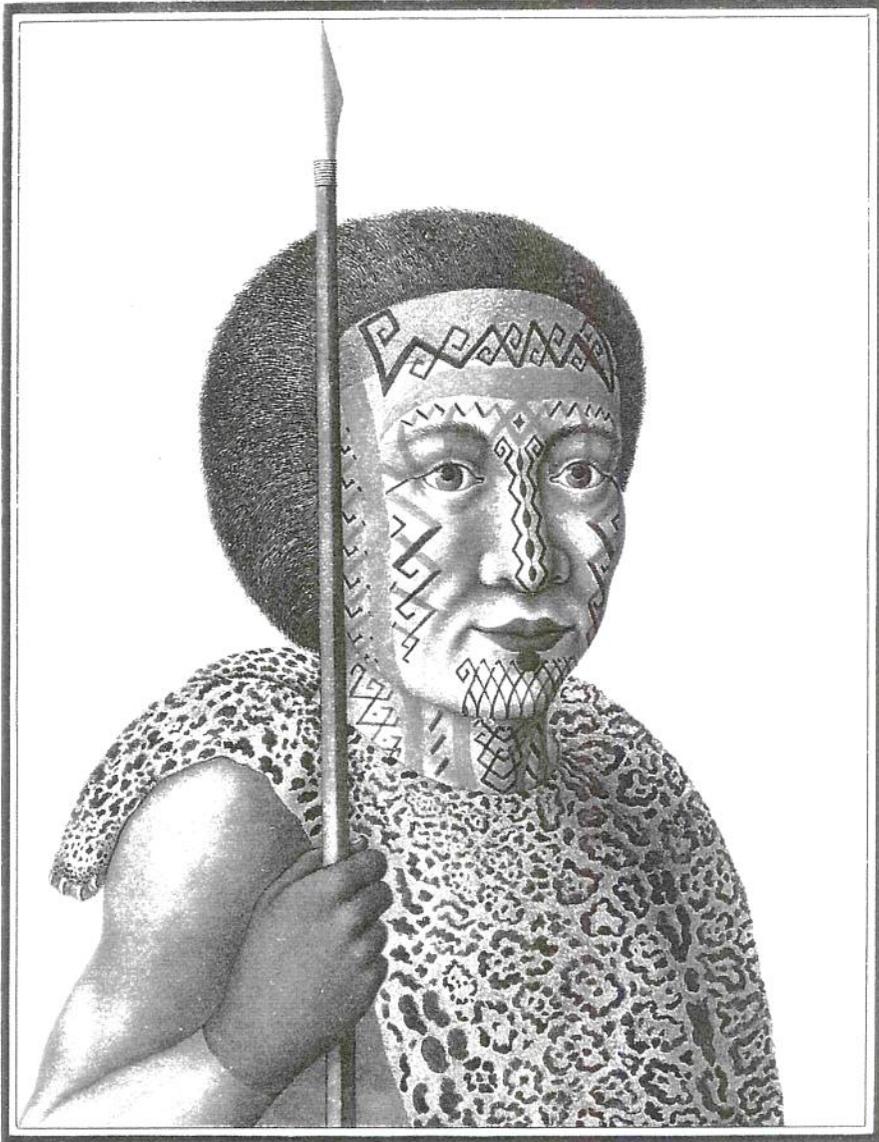
Fig.37



PROVAVELMENTE INDIA MIRANHA

Fig.38

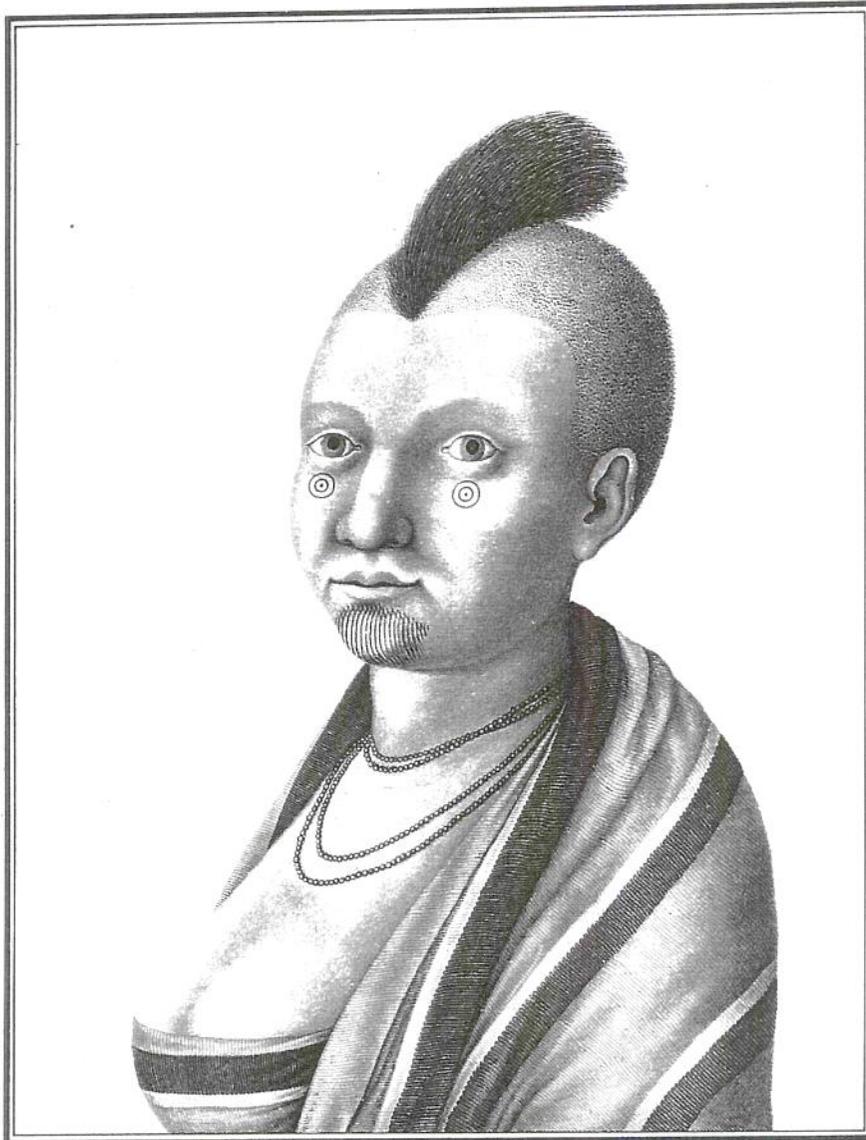




INDIO JURUPIXUNA COM MANTO DE JAGUAR

Fig.40





INDIA GUAICURU

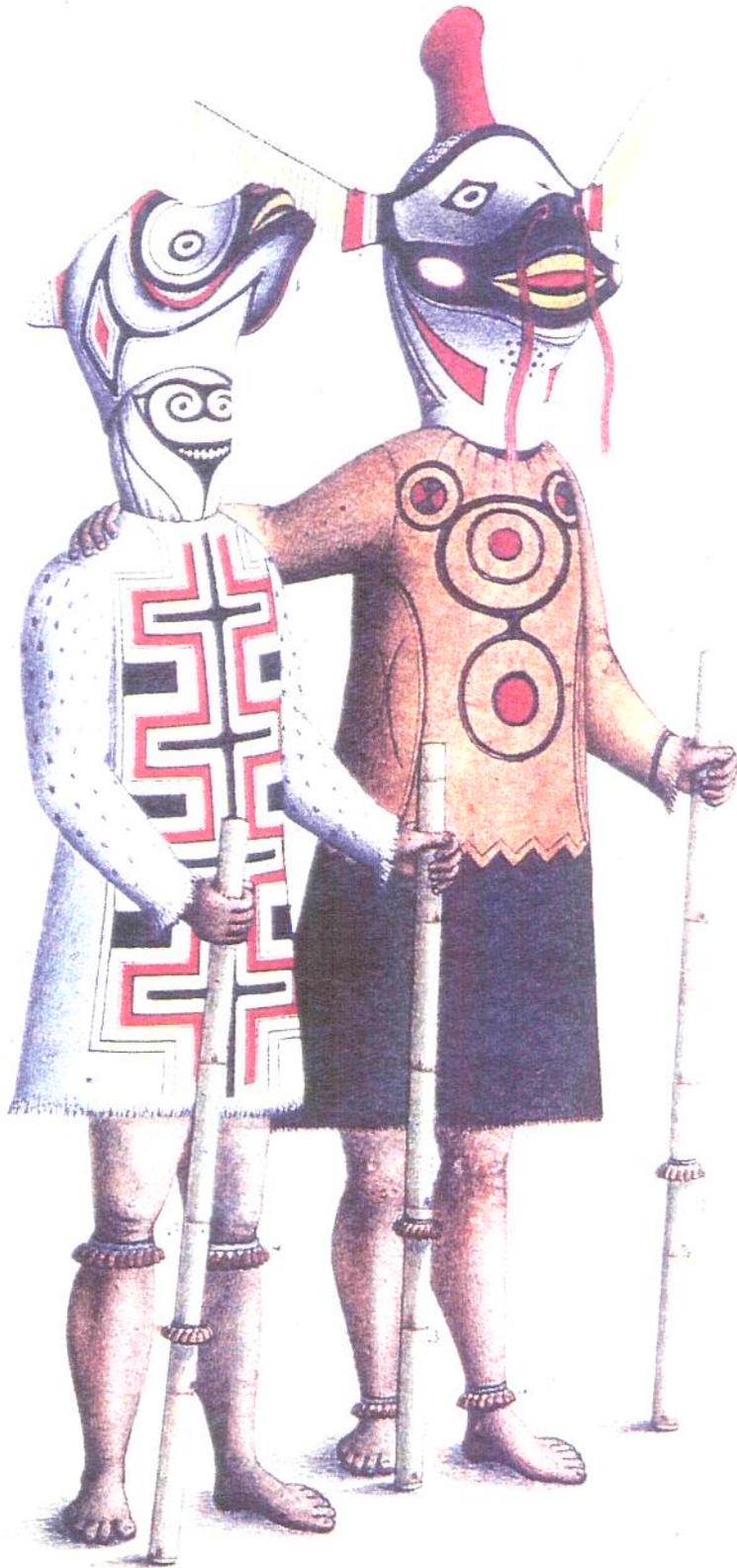
Fig.42





ÍNDIO COM NARIGUEIRA

Fig. 44





MÁSCARAS DE DANÇA DOS ÍNDIOS TUCUNA

CONCLUSÃO

Concluir algo implica quase sempre em abrir novos caminhos. Não se conclui efetivamente uma obra. A conclusão sempre significa uma parada necessária, porém não a derradeira ou suficiente. Neste sentido, ao se concluir esse trabalho, antes de tudo, vai-se buscar encontrar novas saídas. Mas como a parada é necessária, cabe aqui amarrar os fios da argumentação desenvolvida ao longo dos capítulos.

Esta conclusão, ao procurar amarrar os fios das idéias, pretende também, complementando o que foi feito nos capítulos, juntar os pedaços da obra de Alexandre Rodrigues Ferreira na tentativa de compreender seu significado e a lógica de sua construção. Mais especificamente, como já muitas vezes assinalado, compreender a lógica que guiou a construção da imagem dos índios que o naturalista e seus riscadores mantiveram contato.

A lógica da obra e a lógica da construção das imagens, como visto, foram complementares. A maneira pela qual a obra da expedição foi construída implicou também a forma com que foi construída a imagem dos índios. A obra da expedição, por sua vez, foi construída num contexto e sob circunstâncias bastante específicas que, ao longo desse texto, tentamos esclarecer.

Primeiramente, para compor os pedaços da obra e entender-lhe a lógica, foi preciso tomar ciência da tradição que norteava o discurso dos naturalistas em geral e, em particular, o discurso de Alexandre Rodrigues Ferreira. Essa lógica estava inserida num momento da história intelectual e cultural européia que foi percebida e utilizada no contexto do Portugal ilustrado de maneira singular. Compreender as grades conceituais e metódicas que estavam por trás dessa forma de enxergar o mundo possibilitou um instrumental para entender a lógica da narrativa dos textos e das ilustrações da expedição e, dentro deles, a forma de percepção da alteridade. Por outro lado, o contexto social, político e econômico do período pombalino e pós pombalino em Portugal foram cruciais também para esclarecer a construção da obra.

Desses diversos pedaços que compõem a obra da expedição, no entanto, existe uma divisão natural relativa às formas de linguagem distintas que a constitui. Uma delas, a linguagem escrita das memórias, participações e dos diários; a outra, a linguagem visual das pinturas, gravuras e desenhos. A tentativa empreendida aqui foi utilizar esses dois universos lingüísticos distintos de forma complementar, buscando possíveis relações entre eles. Textos escritos e iconografias foram tratados como documentos. Isto aconteceu devido a firme convicção de que padrões pictóricos e padrões intelectuais e narrativos se integravam dentro de um mesmo modo de percepção do mundo e dos homens que estava em curso na Europa e, de forma particular, em Portugal do setecentos.

Foi necessário também mergulhar na unicidade e especificidade da Viagem Filosófica, nas vicissitudes impostas à essa expedição particular. Longe de apenas afirmar a importância dos padrões de percepção na forma de construção do outro, a perspectiva foi a de valorizar, dentro dos matizes múltiplos que se articularam para a construção da imagem dos nativos, as relações interculturais - seus conflitos, seus acertos e desacertos. Entendendo que a construção da obra, assim como a construção da imagem dos índios, teve lugar na "zona de contato", num lugar intermediário, num lugar de atritos e embates múltiplos.

O processo de compreensão da alteridade na Viagem Filosófica foi um processo lento e doloroso que uniu o ato intelectual ao recurso da experiência. O que se pôde ver no final desse processo foi apenas uma imagem possível que se constituiu no espaço de relações conflituosas. O projeto de colonização portuguesa na América sempre esteve presente como o parâmetro maior através do qual era possível ao *naturalista e funcionário* da Coroa, assim como seus riscadores, enquadrar o nativo da Amazônia, na medida em que esse projeto trazia implícito dentro dele um projeto civilizador ligado aos parâmetros da ilustração lusitana. A experiência dos conflitos inerentes às relações coloniais no interior da colônia, desarranjaram a ordem do enquadramento da alteridade utilizada pelo naturalista, demonstrando de forma clara os limites do projeto civilizador do qual era instrumento.

O que se teve então não foi mais o conforto das certezas dos padrões de enquadramento que traziam os membros da expedição, ao contrário, se teve a certeza do terrível dissabor de uma humanidade indomada e que a todo momento impunha uma reflexão sobre a dimensão da diferença e, por consequência, sobre a dimensão da sua própria identidade.

O naturalista tentou, a despeito desses conflitos, dar um sentido a sua obra. Todos os textos, desenhos e pinturas que a compunham, ao serem produzidos, não objetivavam inicialmente qualquer publicação. As participações e memórias (a exceção da memória sobre os mamíferos) , assim como as ilustrações que as acompanhavam eram unicamente registros e relatórios que funcionários da Coroa produziam a mando da Secretaria de Negócios Ultramarinos, para fazerem parte e serem estudados pela instituição que era o braço científico da Coroa para a implantação de um projeto de colonização mais eficiente. Embora por trás de todos esses textos e estampas estivesse a idéia de filosofia natural e a preocupação mais ampla com as relações do homem e seu meio ambiente, esta obra estava a serviço de uma política colonial. Fazendo parte de um grande movimento para inventariar as condições e as potencialidades dessa colônia portuguesa, a obra do *funcionário* Rodrigues Ferreira obedeceu ao sentido que lhe impôs a sua função.

Aliado a esse primeiro conjunto que chamamos, de uma maneira geral, de a *obra do funcionário*¹⁶⁹ , temos também o que gostaríamos de chamar de a *obra do naturalista* . Como já destacado, esta obra é mais claramente caracterizada pelas *Observações gerais e particulares , sobre a classe dos Mamíferos* , sobre a qual já comentamos. É importante assinalar que essa obra foi marcada, ao contrário das outras, por um consciente desejo de publicação. O sentido das cópias e das gravuras se insere também dentro dessa perspectiva. Foram obras produzidas para serem lidas e

¹⁶⁹ Colocamos funcionário no singular, não porque esquecemos que Freire, Codina e os copistas e riscadores da Real Gabinete de História Natural também não fossem funcionários e que também não tivessem produzido suas obras. O que queremos ressaltar ao centrar na pessoa do naturalista a responsabilidade de produção da obra é que ele, mesmo que não tendo sido o artista que produziu os desenhos e as pinturas, ou as gravuras, ele supervisionou , administrou e provavelmente interferiu na

vistas por um público bem mais amplo do que o público dos gabinetes e da administração portuguesa. É possível imaginar que o desejo de publicar a sua obra tenha começado a se concretizar no momento da produção da monografia sobre os mamíferos e, posteriormente, veio a se tornar mais forte no momento em que Ferreira assumiu o cargo de Vice Diretor do Real Jardim Botânico e do Real Gabinete de História Natural - momento em que gerenciou a produção das gravuras.

Nesta *obra do naturalista* é que vai ser possível ver mais claramente como os padrões de percepção ilustrados vão se articular com os dados obtidos por Ferreira, fruto das relações que manteve com a floresta e seus nativos. O que se percebe nesta narrativa é a luta entre as concepções universais e particulares relativas à experiência da diferença. Em outras palavras, foi nesta obra que a dimensão da diferença e a tentativa de seu enquadramento numa ordem classificatória se tornaram mais evidentes. Nela encontramos, entre outras coisas, a descrição da forma dos nativos, ou como já havia mencionado, da forma do *nativo universal*. Essa descrição norteou, como visto, a forma com que os riscadores representaram os traços anatômicos do tapuio.

Neste pedaço, parte de sua obra maior, o naturalista imprimiu um sentido mais ordenado. O nativo se tornou universal, embora Ferreira matizasse algumas diferenças no interior dessa universalidade. De outra forma, o nativo se mostrou humanizado, se tornou um igual. Essa igualdade, no entanto, lhe foi dada somente enquanto tapuio, ou seja, somente enquanto membro da mesma civilização da qual fazia parte o naturalista. Mesmo assim, o naturalista percebeu que era possível ao nativo ser um igual mantendo uma diferença. Essa diferença reverteu-se para o naturalista de um sentido de autonomia cultural. Aqui temos dois aspectos que podem ser assinalados: o primeiro diz respeito aos limites da possibilidade de percepção da alteridade; o segundo corresponde a uma mudança de percepção causada pelas relações que estabeleceu na zona de contato. O primeiro aspecto revela o limite de que só foi possível ao naturalista perceber o índio doméstico, o tapuio; o segundo aspecto revela um questionamento dos padrões de percepção que instrumentalizavam sua maneira de ver o outro.

Os dois autores que se tornaram paradigmas para as ciências naturais foram usados por Ferreira nesta obra. Lineu e Buffon nitidamente imprimem uma ordem ao texto. Enquanto Ferreira usou a sistematização de Lineu para classificar os mamíferos, usou da história natural de Buffon para perceber a genealogia, a mudança e a diferença. O fixismo de Lineu aliado ao movimento imposto pelas percepções de Buffon. Usou a classificação de Lineu, mas não imprimiu ao seu texto a linguagem árida e o compôs muito ao gosto literário de Buffon. Contudo, ao diferenciar os homens por cores e formas, discordou de Buffon, embora timidamente, sobre a supremacia absoluta da civilização branca. Modulando os padrões de percepção, Ferreira deixou perceber o efeito que suas relações no interior da zona de contato tiveram na sua forma de enxergar e, em consequência, produzir a imagem da alteridade.

As ilustrações também seguiram uma lógica, em parte imprimida por Ferreira, em parte fruto dos padrões pictóricos que os artistas traziam de sua formação e, mais ainda, em função também das relações que estabeleceram no contexto da expedição. O nativo representado também foi o universal, em que pese o uso de cores diferentes e de diferentes apetrechos que carregavam. Como se pôde ver, feições se repetiram, formas anatômicas seguiram as diretrizes do naturalista e a percepção possível da diferença. Somente as gravuras, produzidas por quem não participou da expedição, revelaram o “selvagem imaginado”, ainda depositário dos padrões de percepção tradicionais. Todos esses são argumentos já discutidos e, aqui, são retomados somente para reforçar os nós dessas idéias. O objetivo desse conclusão, por outro lado, também é outro.

Como destacado no início, a intenção aqui é menos de finalizar do que de abrir novos caminhos. Levando em consideração que a construção possível da imagem dos índios na obra da expedição somente aconteceu na forma do índio genérico, do tapuio, e que a diferença assinalada foi muito mais dos objetos do que dos homens - isto implica dizer que ao construir a imagem do índio o naturalista e seus riscadores construíram uma nova alteridade? Uma nova identidade étnica? Ao contrário, antes indicaram a sua existência. Todas as “nações” assinaladas eram muito mais marcadores de amigos e inimigos, marcadores de diferentes tipos de indústria, do que marcadores de diferentes culturas, embora uma autonomia cultural geral do tapuio com relação aos

européus fosse assinalada. Dessa forma, hábitos e costumes diversos se confundiam num amálgama de traços genéricos que eram associados ao “americano”. Ao tapuio foi possível perceber, para o selvagem ficaram os estereótipos. Como visto, todos os conflitos, diálogos, desacertos aconteceram como fruto da relação com os índios das vilas e de seus arredores. O “selvagem” passou ao largo, envolvido na nebulosa das “monstruosidades por artifício”.

O tapuio simbolizou uma nova identidade em formação que foi percebida pelo naturalista, mas que estava se formando a partir de uma lógica própria e que traía o projeto civilizador que, por exemplo, estava instituído nos artigos do Diretório Pombalino. Humanidade indomada, homens incapazes de governo, infiéis - esses atributos que se repetem pelos textos demonstram esse não enquadramento no modelo civilizador.

Como visto, o colonizador que nomeava também sofria um processo de reconhecimento que se concretizava numa nominação. Para lembrar, embora o tapuio (ou tapuia como escreve Ferreira) fosse um nome retirado da língua dos “índios” (língua geral) para identificá-los, esses “índios” denominavam o branco como *tapuitinga* (tapuia branco), já os “domésticos” os denominavam *cariba suivara* (que para Ferreira significava branco europeu). Os negros também não escapavam da nominação, eram tratados como *tapatuna* (tapuia preto). Tapuio para o “índio selvagem” era o outro, fosse branco ou nativo; os “domésticos” diferenciados dos selvagens tinham uma outra forma de nomear os mesmos brancos. Dadas essas diferenças internas no momento de nomear um “outro” comum, é possível pensar que a identidade imposta de tapuio também foi traduzida e reconstituída por ele. O projeto colonizador português tentou enquadrar os nativos da Amazônia numa nova ordem, atribuir-lhe uma nova identidade e, ao mesmo tempo, torná-los súditos úteis, Alexandre Rodrigues Ferreira foi testemunha da derrocada dessa empresa. A ordem não existia, pelo menos nos moldes do projeto. Ferreira revelou a desordem em parte de sua obra e, em outra, silenciou.

Estas pistas deixadas pelo naturalista sobre o processo de construção, não mais somente de imagens, mas sim de identidades étnicas, também abre caminho para que se

pesquisem, não somente as formas de representação dos colonizadores, como também as formas de percepção dos nativos sobre essas identidades impostas. Que fique uma pergunta no ar: Até que ponto o tapuío representado por Ferreira revelava uma nova identidade que se constituía no contexto da Amazônia colonial à revelia do projeto civilizador português?

Num espaço intermediário entre a igualdade e a diferença, entre o particular e o genérico a obra da expedição representou a alteridade. Da imagem de um índio imaginado, à imagem de um índio inexistente, foi possível perceber a sua incômoda presença. Remava as canoas, implementava fugas, padecia do silêncio e através dele era inexpugnável. Qual seria seu próximo passo? Perguntava-se o naturalista.

Os nativos não deram descanso a Ferreira, com eles manteve uma estranha relação. Inicialmente manteve uma relação de total indiferença, eram objetos da natureza, “galos de campo”. Depois, com surpresa diante de suas ações e decepção frente as suas certezas, o naturalista se viu perdido. Por fim, foi surgindo uma certa simpatia que gerou uma auto-reflexão, fruto de suas relações com os Guaicuru, em Mato Grosso.

Um dos preparados índios que acompanharam o naturalista durante toda a expedição podia ser visto nos quadros dos empregados do Real Gabinete de História Natural no momento em que Ferreira era o Vice-Diretor. Que tipo de relações manteria com esse índio que, de objeto de análise, passou a ser companheiro de trabalho? Outra pergunta fica no ar.

O frontispício, que iniciaria a obra do naturalista e que iniciou esse texto, fica aqui como um final silencioso e incômodo, como um depósito de mais questões. Nele se encontra um retrato ordenado que tenta ocultar o trauma do encontro entre dois mundos. O leitor que percorreu alguns outros pedaços da obra de Ferreira, pode ter ficado com a sensação de que essa síntese de abertura está incompleta. O que ela cala incomoda mais do que o que ela explicita. Assim, se depara com ela novamente. Mais uma vez, o olhar percorre-lhe os detalhes, mais uma vez, o olhar encontra os personagens. Dentre eles, um esquecido e secundário, um tapuío que agachado identifica um ponto no mapa. Enfim, chega-se a sensação de que a alegoria não deixou de representar o “índio”. Ele ali está na forma de um *tapuío*, na forma de um *nativo*

genérico, na forma que foi possível identificá-lo. Ficam as perguntas: qual o seu lugar na cena? Qual o seu lugar na narrativa? Qual o seu lugar na história?



FRONTESPÍCIO ALEGÓRICO DA VIAGEM FILOSÓFICA, NO QUAL SUPOSTAMENTE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, APONTA O MAPA DO RIO DAS AMAZONAS, MADEIRA, BRANCO E NEGRO (LIVRO B.N.21.1.0)

ÍNDICES DAS ILUSTRAÇÕES:

Figura n.º 01 Ilustração do frontispício da edição francesa do livro de Peter Kolb	18
Figura n.º 02 Reprodução dos barcos da comitiva de Martinho de Souza e Albuquerque da qual fazia parte Alexandre Rodrigues Ferreira, 1784.	72
Figura n.º 03 Reprodução dos seres monstruosos de Lineu, retirado de “Anthrophomorfa”.	89
Figura n.º 04 Folha de rosto da coleção de desenhos da expedição filosófica.	167
Figura n.º 05 Desenhos de Cerâmicas produzidas no baixo Amazonas.	168
Figura n.º 06 Desenhos de pontas de flechas.	169
Figura n.º 07 Reprodução de pinturas faciais dos índios Jurupixunas	171
Figura n.º 08 Reprodução dos uniformes do terço auxiliar da cidade de Belém -(1784) Freire	172
Figura n.º 09 Pintura original da casa das índias de Monte Alegre (1785) Freire	174
Figura n.º 10 Cópia da pintura da casa das índias de Monte Alegre - Tavares	175
Figura n.º 11 Aquarela original representando a construção de canoas (1784) Codina	176
Figura n.º 12 Cópia na forma de desenho da pintura representando a construção de canoas.	177
Figura n.º 13 Gravura representando a viração de tartarugas provavelmente numa das ilhas do rio Madeira feita pelos Muras.	180
Figura n.º14 Gravura representando a fabricação de manteiga dos ovos de tartaruga.	181
Figura n.º15 Gravura representando a travessia de um rio pelos Guaicuru	182
Figura n.º16 Pintura representando um casal de índios do rio Branco - Tavares	185
Figura n.º17 Pintura representando um casal dos índios espanhóis que apareceram em Barcelos - Tavares	186
Figura n.º18 Pintura representando um índio Miranha - Tavares	189
Figura n.º19 Pintura representando índio de etnia não identificada do rio Branco	190
Figura n.º20 Pintura representando um índio Maué - Tavares	191
Figura n.º21 Desenho representando um índio Miranha	192
Figura n.º22 Desenho representando provavelmente um índio Munduruku	193
Figura n.º23 Desenho representando um índio Mura inalando Paricá	201
Figura n.º24 Pintura representando um índio Mura - Tavares	202
Figura n.º25 Pintura original representando um índio Uerequena do rio Ixié (1787) Freire	203
Figura n.º26 Pintura cópia do original representando um índio Uerequena - Tavares	204
Figura n.º27 Pintura original representando um índio Cambeba (1787) Freire	205
Figura n.º28 Pintura cópia do original representando o índio Cambeba - Tavares	206

Figura n.º 29 Desenho representando um índio Cambeba	207
Figura n.º 30 Desenho cópia da pintura representando um índio Cairayas do rio Tocantins	208
Figura n.º 31 Pintura original representando um índio Cairayas do rio Tocantins	209
Figura n.º 32 Pintura cópia representando do índio Curutu do rio Apaporiz - Tavares	210
Figura n.º 33 Pintura original representando um índio Curutu do rio dos Apaporiz , segundo Hartmann (1787) - Codina.	211
Figura n.º 34 Pintura original representando um índio anão Marcelino da “nação” Tauarana da Aldeia Garijúa, no igarapés das cabeceiras do rio Coruá - Freire	212
Figura n.º 35 Desenho cópia da pintura do índio anão Marcelino	213
Figura n.º 36 Pintura original representando índio da “nação” Catauixi do rio Purús - Codina.	214
Figura n.º 37 Pintura cópia da original representando índia Catauixi - Tavares	215
Figura n.º 38 Pintura original representando um chefe Aycuru (Guaicuru) do rio Paraguai	216
Figura n.º 39 Desenho cópia do original representando um chefe Aycuru	217
Figura n.º 40 Pintura original representando a mulher do chefe Aycuru	218
Figura n.º 41 Desenho cópia do original representando a mulher do chefe Aycuru	219
Figura n.º 42 Pintura original representando índio Caripúna das cachoeiras do rio Madeira	220
Figura n.º 43 Desenho cópia do original representando índio Caripúna	221
Figura n.º 44 Pintura original representando figuras com máscara (1787) Codina	222
Figura n.º 45 Pintura cópia do original representando índios com máscaras - Tavares	223

FONTES E BIBLIOGRAFIA:**FONTES:*****MANUSCRITAS:******BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO:***

Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira:

Códices: 21-1-36 ;
 21-1-31 ;
 21-2-19 ;
 21-1-11 ;
 21-2-28 ;
 21-2-51 ;
 21-2-11 n.º 02 ;
 21-2-17 no. 1b ;
 21-2-11 I no. 3 ;
 21-1-10 ;
 21-2-43 ;
 21-2-41 ;
 21-2-13.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO:

Microfilme : MS - 21 (1)N.

IMPRESSAS:

AMOROSO, Marta Rosa & FARAGE, Nádia (orgs.). *Relatos da Fronteira Amazônica no Século XVIII - Alexandre Rodrigues Ferreira / Henrique João Wilckens*, São Paulo: NHI/USP - FAPESP, 1994.

BUFFON, C. , *Del Hombre - Escritos Antropológicos*, México: Fundo de Cultura Económica, 1986.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão - Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá - 1783 - 1792 - Iconografia*, 2 vols., Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.

. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá , Memórias - Zoologia / Botânica*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, Memórias - Antropologia*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.

. *Diário da Viagem Philosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*, Revista do IHGB, 48 (1): 1 - 234, 1885 ; 49 (1): 122 - 288, 1886 ; 50 (1): 11 - 141, 1887; 51(1) : 5 - 166, 1888.

. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*, Belém - PA: Museu Emílio Goeldi, s/d.

RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *O Estabelecimento dos Portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional ; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

THEVET, André. *Les français en Amérique pendant la deuxième moitié du XVI e. siècle*, Paris: PUF, 1953.

BIBLIOGRAFIA :

- ALMEIDA, Rita Heloísa de, *O Diretório dos Índios - um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- AMOROSO, Marta Rosa. *Guerra Mura no Século XVIII : Verso e Versões - Representação dos Muros no Imaginário Colonial*. Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp, 1991.
- BAXANDALL, Michael. *Patterns of Intention : On the Historical Explanation of Pictures*. New Haven : Yale University Press, 1985.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. "A Viagem Philosophica" In *O Brasil dos Viajantes - Um lugar no Universo - Vol. 2 -*, São Paulo : Metalivros, 1994.
- _____ "O Projeto da Ilustração Portuguesa e o Ciclo das Expedições Científicas" In: *O Brasil dos Viajantes*, Vol. II, São Paulo / Salvador : Metalivros/Fundação Emílio Odebrecht, 1994.
- BOURGUET, Marie-Noëlle. " La Collecte du monde : voyage et histoire naturelle (fin XVII ème siècle - début XIX ème siècle)"In : C. Blanckaert et all. (eds). *Le Muséum au premier siècle de son histoire* Paris, Muséum National d'Histoire naturelle. Archives, 1997.
- CABRAL, Alfredo do Valle. *Notícia das obras manuscritas e inéditas relativas à viagem filosófica do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-93)* In : Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 72, Rio de Janeiro : Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951.
- CALAFATE, Pedro. *A Idéia de Natureza no século XVIII em Portugal (1740 - 1800)*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1994.
- CASSIRER, Ernest, *A Filosofia do Iluminismo*, 2.^a ed. , trad. Álvaro Cabral, Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1994.
- CERQUEIRA FALCÃO, Edgar de. *Alexandre Rodrigues Ferreira, Viagem Filosófica às Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá - vol. I*, São Paulo: Gráficos Brunner, 1970.

- COELHO, Mauro Cezar. *Um Conhecimento sobre o Homem - Os Indígenas do Rio Negro nas Reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira* In: Belém, Anais do Arquivo Público do Pará, v. 3. , t. 2, 1998, pp. 215-236.
- CORRÊA FILHO, V.. *Alexandre Rodrigues Ferreira - vida e obra do Grande naturalista brasileiro* - edição ilustrada, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- DARNTON, Robert. *O Iluminismo como Negócio - História da Publicação da Enciclopédia - 1775 - 1800* .trad. Laura Teixeira Motta e Maria Lúcia Machado. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- DOMINGUES, Ângela. *Viagens de Exploração Geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura -*, Açores - Angra do Heroísmo-PO: Secretaria Regional de Turismo/ Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.
- EHRARD, Jean, *L'idée de nature en France dans la première moitié du XVIII e. siècle*, Paris: Albin Michell, 1994.
- FALCON, Francisco José Calazans . *A Época Pombalina (Política Económica e Monarquia Ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1993.
- FRANÇA, José Augusto. *Une Ville des Lumières - La Lisbonne de Pombal*, Paris, Bibliothèque Générale de Hautes Études, VI e. Section - S.E.V.P.E.N, 1965.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo - História de uma polémica (1750 - 1900)*, trad. Bernardo Joffily, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOELDI, Emílio. *Ensaio sobre o Dr. Alexandre R. Ferreira - Mormente em relação às suas viagens na Amazonia e sua importância como naturalista*. Pará: Editores Alfredo Silva & Cia.,1895.
- GOMBRICH, E. H. *Arte e Ilusão - Um estudo da psicologia da representação pictórica* .3ª. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GORANI, Giuseppe. *Portugal - A corte e o País nos anos de 1765 a 1767*, trad. Castelo Branco Chaves, Lisboa : Lisóptima Lda, 1989.
- HARTMANN, Thekla. *A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX* In: Coleção Museu Paulista, série Etnologia, vol. I, São Paulo : Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista, 1975.
-
- *Memória da Amazônia - Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Philosophica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyaba (1783 - 1792)* Coimbra: Museu e Laboratório da Universidade de Coimbra, 1991.

HESPANHA, Antônio Manuel (Coord.) "O Antigo Regime (1620 - 1807)"- quarto volume. In *História de Portugal*, Direção José Mattoso. Portugal: Editora Estampa, s/d.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius : natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817 - 1820)*. São Paulo : Editora HUCITEC / FAPESP, 1997.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa - A inconfidência Mineira - Brasil e Portugal - 1750 - 1808*, trad. João Maia, 2.^a ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Marquês de Pombal - paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

MOREIRA LEITE, Miriam Lifchitz. *Natureza e Naturalistas* In : Revista Imaginário n 3, São Paulo : NIME/ Universidade de São Paulo, 1996.

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia - da maioria a minoria (1750 - 1850)*, Petrópolis - RJ: Vozes, 1988.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 - 1808)*, 5.^a ed., São Paulo - SP: Editora HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.) Elementos para uma Sociologia dos Viajantes In: *Sociedades Indígenas & Indigenismo no Brasil*, Rio de Janeiro : Ed. Marco Zero, 1987.

_____. *Os Atalhos da Magia: Reflexões sobre o relato dos Naturalistas Viajantes no Etnografia Indígena* In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropológica, 3 (2), 1987.

PANOFSKY, Erwin. *O Significado das Artes Visuais*. 3.^a ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. *Estudos de Iconologia - Temas humanísticos na arte do renascimento*. 2.^a ed. Lisboa: Estampa, 1995.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. "Índios Livres e Índios Escravos - Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII) In: Manuela Carneiro da Cunha (org.) *História dos Índios no Brasil*, 2.^a ed., São Paulo : FAPESP/ Companhia das Letras, 1998, pp. 115-132.

PRATT, Mary. *Os olhos do Império - relatos de viagem e transculturação*. 2.^a ed. Bauru - SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

- RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização - A representação do Índio de Caminha e Vieira*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 1996.
- REIS, Arthur Cesar Ferreira. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*, 2.^a ed. , 2 v., Belém: SECULT, 1993.
- RUBIÉS, Joan-Pau, *Instructions for Travellers: Teaching the Eyes to See* In: History and Antropology, vol. 9, n.º 2 - 3, Amsterdam: OPA, 1996.
- SILVA DIAS, Maria Odila da. *Aspectos da Ilustração no Brasil*, Revista do IHGB, vol. 278, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, janeiro/ março, 1968, pp. 105-170.
- SIMON, William. "Uma Esquecida Expedição à Amazônia no século XVIII" In: *Viagem Philosophica Uma Redescoberta da Amazônia, 1792 - 1992*, Rio de Janeiro : Editora Índex, 1992.
- SMITH, Bernard. "Art in the Service of Science and Travel" In: *The Pacific - In the Wake of the Cook Voyages*, New Haven and London: Yale University Press, 1992, pp. 1-49.
- TOCANTINS, Leandro, *Landi - Um Italiano Luso-tropicalizado* In: Revista Brasileira de Cultura, ano I, n.º 1, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, julho / setembro, 1969, pp. 13 - 27.